

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

ENTRE ALAGADOS E PENHASCOS: O OURO DA LIBERDADE NAS
RESISTÊNCIAS QUILOMBOLAS DO SÉCULO XVIII NA CAPITANIA DE MATO
GROSSO - REGIÃO MINERADORA GUAPOREANA

João Henrique Rosa

São Paulo
2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

ENTRE ALAGADOS E PENHASCOS: O OURO DA LIBERDADE NAS
RESISTÊNCIAS QUILOMBOLAS DO SÉCULO XVIII NA CAPITANIA DE MATO
GROSSO - REGIÃO MINERADORA GUAPOREANA

João Henrique Rosa

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Arqueologia, do Museu
de Arqueologia e Etnologia da Universidade
de São Paulo, para obtenção do título de
Mestre em Arqueologia.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari

Linha de pesquisa: Organização social e uso do espaço em Arqueologia

São Paulo
2008

Folha de aprovação

João Henrique Rosa

ENTRE ALAGADOS E PENHASCOS: O OURO DA LIBERDADE NAS
RESISTÊNCIAS QUILOMBOLAS DO SÉCULO XVIII NA CAPITANIA DE MATO
GROSSO - REGIÃO MINERADORA GUAPOREANA

São Paulo – SP, 20 de dezembro 2008.

Banca:
Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari

Agradecimentos

Sem tempo de manteiga nos dentes, tomo a figura de meu pai e sua memória para tornar público meu reconhecimento aos trabalhadores subalternizados que financiaram diretamente meus estudos na escola pública desde 1984.

No geral, aos *confluenciadores* de vivências e experiências do conhecimento compartilhado dentro e fora da universidade.

No particular, aos professores e camaradas de trabalho que admitiram contribuir com minha formação científica em arqueologia nos últimos anos.

Aos trabalhadores da Seção Acadêmica e da Biblioteca do MAE.

Aos professores que se dispuseram a dar suas contribuições participando da banca de qualificação e defesa.

Ao professor Pedro Paulo Funari pela paciência e diplomacia com que tratou a minha orientação.

Aos novos quilombolas em construção na região guaporeana.

Aos companheiros do Movimento Negro de Rondonópolis e aos camaradas de militância política e dos movimentos de luta pela terra e justiça social.

Resumo

Na atual emergência da construção de um discurso social requerido para a identidade de remanescentes de quilombos, este trabalho busca refletir sobre as resistências dos trabalhadores escravizados na região mineradora do rio Guaporé, na Capitania de Mato Grosso, entre a fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade em 1752 e anos iniciais do século 19, tendo como suporte fontes arqueológicas, documentais escritas e de memória. Propõe evidenciar as bases materiais para a construção de táticas de resistência e contraponto à estrutura repressora administrativa/senhorial escravista, e a partir delas o surgimento de quilombos como sua forma mais elaborada. Traz ainda uma possível interpretação dessa construção social em confluência com a invenção de uma economia mineradora paralela ao sistema colonial ao estabelecer os assentamentos quilombolas sobre terrenos auríferos. Ao final, sugere a existência na cidade de um reordenamento interno de falas autorizadas e ainda o surgimento de discursos a reconstruir um passado quilombola necessário.

Palavras-chave: trabalhadores escravizados, resistências negras, quilombos, economia mineradora quilombola, rio Guaporé.

Abstract

The master's dissertation aims at discussing resistance strategies by enslaved workers, at the mining areas at Mato Grosso, since 1752 until the beginning of the 19th.c. The dissertation uses archaeological evidence and documents. It also aims at exploring the material culture strategies used by slaves to resist oppression, during colonial rule. It also studies maroons as a main resistance strategy, relating those settlements to alternative mining practices, out of colonial control. Last but not least, the dissertation explores the ways discourses about the past contribute to reconstruct maroon past experiences.

Keywords: enslaved workers, black resistances, maroons, mining economy, river Guaporé.

Lista de ilustrações e figuras

Figura 1.	Missões Jesuítas em território de Castela, 1778.....	33
Figura 2.	Divisão político-administrativa da área estudada.....	60
Figura 3.	Quilombo de São Gonçalo.....	97
Figura 4.	Vista parial do relevo guaporeano mostrando os principais cursos d'água.....	110
Figura 5.	Área de economia mineradora quilombola – Área 1.....	116
Figura 6.	Relevo contextual dos arraiais mineradores da Serra de São Francisco Xavier da Chapada – Área de economia mineradora quilombola 1.....	117
Figura 7.	Área de economia mineradora quilombola – Área 2.....	119
Figura 8.	Área de economia mineradora quilombola – Área 3.....	120
Figura 9.	Detalhe da área de economia mineradora quilombola 3.....	122
Figura 10.	Detalhe do assentamento intitulado pelos espanhóis de “Casa de los negros fugitivos de Matogroso”.....	124
Figura 11.	Área de economia mineradora quilombola – Área 4.....	125
Figura 12.	Vista parcial do relevo e dos principais rios da área de economia mineradora quilombola – Área 4.....	126
Figura 13.	Área de economia mineradora quilombola – Área 5.....	127
Figura 14.	Rota da “Expedição ao Território Quilombola”, realizada em 2007..	157
Figura 15.	Localização dos assentamentos antigos e atuais em relação às áreas minerais.....	159
Figura 16.	Localização de quilombos destruídos por diligência em 1795.....	165
Figura 17.	Detalhe da derrota da diligência de pesquisa mineralógica e destruição dos quilombos do Rio Piolho, em 1795.....	166
Figura 18.	Detalhe da derrota da diligência de pesquisa mineralógica e destruição dos quilombos dos “braços” do Pindaituba, em 1795.....	166
Figura 19.	Exemplo de toponímia colonial – Rio do Quilombo, em levantamento topográfica da ocorrência de Quina para a cura de sezões, nas proximidades das minas da Vila de Cuiabá.....	167
Figura 20.	Quilombo de um dos braços da Perdição.....	168
Figura 21.	Quilombo dos Santos Fortes.....	169
Figura 22.	Quilombo do Rio da Perdição.....	170
Figura 23.	Quilombo do Ambrósio.....	171
Figura 24.	Quilombo da Samambaia.....	172
Figura 25.	Cartograma geral – Economia mineradora quilombola guaporeana.	204

Lista de abreviaturas e siglas

ABA – Associação Brasileira de Antropologia

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

APMT – Arquivo Público de Mato Grosso

IHGMT – Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

SEPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SUDAM – Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia

UTM – *Universal Transverse Mercator* [Projeção Universal Transversal de Mercator]

Sumário

1	Resumo.....	04
2	<i>Abstract</i>	05
3	Lista de Figuras.....	06
4	Lista de abreviaturas e siglas.....	07
5	Introdução.....	09
6	Soa o clarim, soa o tambor - quilombos em construção.....	21
7	Raízes da Rebeldia: As Resistências nos documentos oficiais do séc. 18	29
8	Mamulengos da Coroa para a História - A quilombagem na região mineradora guaporeana.....	55
8.1	Notícia que dá dos subsídios iniciais de interpretação de cultura material quilombola na emergência de uma economia mineradora paralela.....	85
8.2	Apontamentos iniciais de memória sobre quilombos em construção.....	133
9	Quilombos em construção para considerações derradeiras e abertas.....	151
10	Apêndice.....	165
	Figuras.....	165
	Cartograma geral – Economia mineradora quilombola guaporeana.....	204
11	Fontes	173
	Memória – Exemplos de Conversas.....	173
	Manuscritas.....	195
	Imagens digitais públicas.....	200
12	Referências Bibliográficas.....	200

Introdução

Então tínhamos os quilombos que as elites dominantes julgaram destruídos, senão reduzidos à insignificância. Agora os temos novamente sob novas perspectivas ressurgindo por entre as brechas do poder. Dessa arte, as transformações dos espaços carregam em sua gênese as marcas no tempo coetâneo frente aos empenhos dos agentes sociais responsáveis por elas e as posterga como resultados aos demais na forma de herança do trabalho e de vivências. Nesse sentido, as interpretações subjetivas daquilo que foi/é a herança, mesmo que esse legado não vingue integralmente, também se configurarão posteriormente como tal.

Em boa parte dessas interpretações do passado veicula-se uma orientação ideológica através de discursos de poder, mesmo que num primeiro momento se apresentem como imparciais. Partem de uma localização espacial referenciada por condições de acesso ao conhecimento e da capacidade de manipulação sobre os rumos das transformações do ambiente físico e social. Como são frutos do presente, a facilidade de reinterpretar o passado através desses discursos ganha visibilidade junto àqueles que comportam tais condições.¹

Resguardar interpretações alternativas apresenta-se como uma tarefa complicada quando sujeitas às esferas abrangentes desse tipo de discurso, uma vez que não basta refinar o “olhar” para questões como o trabalho ou as resistências dos trabalhadores no passado, sendo necessário romper também com as estruturas de privilégios e de poder atuais.

A reinterpretação das táticas de resistência dos trabalhadores escravizados em ambientes de mineração de ouro e de diamantes no século 18 e se estendendo ao início do século 19, passa por aprimoramento do uso de fontes resultantes das ações dos agentes sociais na cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, primeira capital da Capitania de Mato Grosso, encomendada sua fundação desde Portugal em 1748.

Partíamos no final do ano 2002 de um entendimento especulativo de que a cidade pudesse ter se tornado um Quilombo nos anos seguintes à transferência, de

¹ MARX, Karl. & ENGELS, F. **A ideologia alemã** (Feuerbach). São Paulo: Grijalbo, 1977. p. 38-9.

fato, do foro de Capital para a Vila do Cuiabá, nos anos 1835.² A base para essa hipótese veio da observação do arqueólogo Paulo E. Zanettini em seu relatório de projeto datado de 1987, ao afirmar que a cidade era “um Quilombo vivo”.³

As pesquisas levadas adiante na região de Vila Bela com a implantação do Projeto Fronteira Ocidental, vinculado e mantido pela Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso, marcaram até 2006 uma tônica de resultados com caráter mais ligado a vestígios de sítios *indígenas*, monumentais ou dos espaços de poder e da administração tanto na Capital e arredores imediatos quanto nos arraiais, como Casalvasco, Santana e São Francisco Xavier da Chapada.

Dentro da idéia inicial coube uma interpretação de que a cidade, após a transferência definitiva da administração para Cuiabá, pudesse ter sido (re) ocupada por trabalhadores quilombolas espalhados por *quilombos satélites*, transformando-se dessa forma, em um *quilombo capital*.

Para tal entendimento verificou-se a necessidade de conjugar fontes diversificadas de apoio às construções e interpretações do passado. A introdução de fontes de memória poderia dar indicações que faltam aos documentos administrativos escritos. Depois dessa análise confrontante viria um embate com as fontes arqueológicas e dessa forma, esperávamos gerar uma percepção aproximada do *real*.

² É necessário dizer aqui que mesmo diante de uma reorientação sobre os rumos da proposta inicial deste trabalho, admitida das sugestões na qualificação, optei por manter nesta introdução o percurso e os caminhos que vieram tomando esta tessitura, por se tratar de um texto que expõe uma noção histórica de um tipo de quilombo nas proximidades de Vila Bela do século 18 e também por ser necessário resguardar a própria noção histórica da construção deste texto, o que ajuda a entender determinadas porções do projeto original.

³ ZANETTINI, Paulo E. **Projeto "Etnoarqueologia do Negro no Mato Grosso"**. São Paulo: 1987. Cópia reprografada do original. p. 12 e 13. Nesse projeto o pesquisador propôs o reconhecimento arqueológico e o cadastro de sítios na região guaporeana do entorno de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, com o interesse voltado principalmente para os sítios denominados Quilombos. A primeira fase de pesquisa do Projeto foi realizada de 05 a 19 de setembro de 1987, chegando o autor a seguinte consideração final em relação aos quilombos: "Se no final da primeira etapa de campo não foi possível identificar exatamente os sítios referentes à implantação de quilombos, serviu para levantarmos algumas hipóteses acerca de sua manifestação e reconduzir uma nova etapa indispensável à análise dos mesmos [...] Não perdendo de vista o objetivo principal do projeto que é a identificação de quilombos, fugidos acreditávamos ser importante o reconhecimento da cultura material nos diversos ambientes onde a presença escrava se deu quer no contexto urbano (no caso de Vila Bela), quer nas áreas de mineração (arraiais e fazendas isoladas) de modo a obter subsídios suficientes à identificação de prováveis quilombos na sua 'forma pura' já que inexistem trabalhos anteriores para a região capazes de sugerir quais os indicadores de cultura material/culturais diferenciam tais sítios das demais estruturas presentes na região". Embora posterior, um eco dessa hipótese pode ser vista também em MACHADO, Maria F. R. **Quilombos, Cabixis e Caburés: índios e negros em Mato Grosso no século XVIII**. ABA (25ª Reunião – GT 48): Goiânia, 2006. p. 9.

A recuperação e o estudo de parte dos vestígios relacionados à ocupação e uso dos espaços na cidade conjugados às demais fontes poderiam indicar, presumivelmente dentro da hipótese anteriormente comentada, uma possível reocupação, dadas a crença e a disseminação de um discurso do *abandono* bastante em voga ali ainda nos dias de hoje, sobretudo por ser amparada pelo discurso de uma historiografia regional tradicionalmente comprometida com essa visão. Segundo essa crença, Vila Bela teria sido *esquecida*, *abandonada* por mais de cem anos pela administração imperial e depois republicana, até cerca de 1950. Essa percepção, muitas vezes baseada em pressupostos históricos oficiais, sustenta que tal abandono se verificou quase como a uma debandada das famílias brancas, deixando inclusive sua escravaria para trás. Ora, para um investimento tão vultoso da conta de 270 mil réis em cada trabalhador escravizado talvez fosse uma decisão arriscada demais para a época, a julgar pela produção *per capita* ali verificada. Ainda dentro desse discurso verificam-se fatores de baixa miscigenação a julgar pelas alusões de alguns agentes de memória à formação populacional estritamente ligada a apenas quatro famílias negras e suas relações.

Supôs-se que através dos estudos de vestígios arqueológicos em determinados pontos da cidade – com características ditadas essencialmente por fatores de ocupação espacial pelos diferentes estratos sociais – pudéssemos perceber as mudanças no registro arqueológico que indicassem esses movimentos de ocupação, abandono e reocupação. Dessa forma, a escolha de pontos ligados possivelmente aos locais de acomodação e vivência dos trabalhadores escravizados e livres, posto que artificial ao supô-los na margem do núcleo reservado à administração, comerciantes e proprietários, em contraponto às investigações nesses últimos espaços mais centrais viria de qualquer modo tomada como arbitrária, se exagerada à especulação.

Tendo já chegado ao final do tempo hábil a apresentar este trabalho, as análises ficaram devotas aos dois primeiros tipos de fontes, escritas e de memória, posto que sob diversas tentativas de cumprimento do acordo de cooperação científica firmado anteriormente com o pesquisador responsável pelo Projeto Fronteira Ocidental, não tenha sido possível. As fontes arqueológicas ficaram sujeitas à composição desse trabalho nas partes em que se discutem a opção de pesquisa pelos espaços de poder, na composição dos mapas de distribuição dos possíveis quilombos de economia quilombola mineradora/*contrabandista* e de

ocupação ribeirinha por gentes de Vila Bela nos rios Guaporé, Barbados e Alegre e na construção dos discursos atuais acerca da identidade quilombola requerida.

O contexto estrutural burocrático e as concepções do órgão institucional que regulamenta a pesquisa interventiva em espaços físicos de patrimônio e cultura e garante sua preservação no País, admitem que alguns arqueólogos destinem um tratamento condicional às áreas e regiões arqueológicas enxergando-as como suas *posses*, vulgarmente como são conhecidas entre os investigadores com quem pude abastar-me dessas discussões, embora se furtem a torná-las públicas. Esse modelo empresta um empobrecimento mesquinho e despossuído de caráter científico, em prejuízo dos avanços e do maior conhecimento das transformações ocorridas naqueles ambientes. Mais pobre ainda quer parecer quando o que se avizinha é a conclamada *protoverdade* encerrada em seus estudos, impossibilitando quaisquer outras possíveis interpretações. A *aceitação* dessas práticas discursivas e da imposição da *posse* sobre áreas imensas chamadas a si por meio de algumas pesquisas pontuais garante a institucionalização dos *feudos* arqueológicos no Brasil.

Com base em tais discussões, chegar-se-ia especulativamente a um mapa dos *latifúndios* arqueológicos pouco promissor para outras abordagens. Geralmente esses *feudos* estão ligados espacialmente a vales de rios ou extensos complexos geomorfológicos, como planícies alagadas, chapadas, vales calcários entre outros ambientes. Apesar de ser possível enxergar uma ruptura nesse modelo de pesquisa arqueológica acadêmica no País – com o advento das pesquisas obrigatórias em áreas com impacto ambiental resultante de grandes empreendimentos, em cumprimento das resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (001/1986), efetuadas por empresas especializadas com caráter de contrato remunerado – ela é ainda primária e pouco abrangente. Na medida em que tais empresas, por força das licitações e da liberdade de escolha possibilitada aos empreendedores, avançam nas diferentes regiões do Brasil arruinam minimamente as estruturas desses *feudos*. Mas há casos *contraditórios* em que na esfera acadêmica um determinado *latifúndio* é mantido justamente por um mesmo arqueólogo que disputa espaço em projetos por contrato em outros *feudos*.⁴

⁴ Entre 1991 e 1992, além da demora nos prazos para o licenciamento, alguns arqueólogos ligados à Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) contestaram o órgão responsável acerca das “[...] autorizações fornecidas pelo Iphan [Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional] para a pesquisa nos sítios identificados, que favoreciam alguns poucos pesquisadores e restringiam a ampliação das possibilidades de pesquisa”. O problema dos privilégios nas autorizações de pesquisa

Nesse sentido, os investigadores dos documentos arqueológicos estão mais sujeitos a essa “instituição” se comparados aos estudiosos de documentos escritos ou que usam fontes de memória. Estes sofrem menos, ao que parece, em termos técnicos, com as autorizações de pesquisa. Qualquer pesquisador destes pode, em teoria, pesquisar um dado assunto em documentos escritos de um determinado período, localizados num arquivo público tal, mesmo que se tenha boa parte de produção publicada e que já se popularizou uma *autoridade* na dita esfera, não havendo necessidade de se submeter a nenhuma *benção*. O que ocorre na categoria dos historiadores são as disputas de diferentes correntes de entendimento sobre um assunto e por força, assegura-se assim, o enriquecimento das abordagens porque motivadas a superar as visões tidas como ultrapassadas ou conservadoras.

No campo da arqueologia verifica-se como conseqüência da *feudalização* dos “enclaves em latifúndio” um desregrado controle sobre a possível produção do conhecimento histórico e um predomínio de certas visões porque amparadas exatamente nessa condição. Dessa maneira, ao que parece, existe um controle acerca de determinados temas e áreas de interesse, que se apresenta de forma subliminar proposital e autoritária, ancorado hipocritamente nas instruções legais sobre as pesquisas arqueológicas no Brasil.

Se por um lado, os documentos arqueológicos se apresentam como *fonte primária* resultante das relações sociais e podem ser tidos como “privilégio” para o pesquisador frente aos demais tipos de documentos, por outro sua condição de exaurível se mostra como um problema quando os dados não são compartilhados ou quando as orientações ideológicas elegem alguns espaços em prejuízo de outros, comprometendo ainda mais as possibilidades de novas leituras se tratado esse ambiente como *feudo*.

Ao que se passa, as estratégias de coerção tomam tino firme e vão desde uma simples imposição de *status* requerido – consubstanciado em forma de *autoridade* sobre determinado assunto em relação à comunidade científica correlata – ao extremo qualificado na ameaça de intervenção policial a tratar como ato criminoso se se tenta *invadir* o *latifúndio* arqueológico. Subverter essa ordem tem se

mostrado um trabalho de meta-resistência na medida em que é necessário inventar uma tática de negação e de dribles dessa estrutura para poder dissertar sobre ela.

Os levantamentos de documentação escrita oficial foram levados a termo no Arquivo Público de Mato Grosso, localizado na cidade de Cuiabá. O enfoque principal deitou vista sobre os trabalhadores escravizados e livres e suas ações de resistência, de negação e de combate à estrutura do sistema escravista utilizado pela administração colonial portuguesa e continuado pela imperial brasileira. Como as fontes são por vezes esparsas para período anterior a 1745, a opção, por força, teve de ser para anos seguintes a 1750.

A necessidade de apreciação sumária dessa documentação oficial visou cumprir as finalidades de, num primeiro momento, através dela, a) trazer uma idéia resumida do período em questão, visto a partir das preocupações administrativas/senhoriais registradas e, com isso, b) evidenciar a importância da questão escravista, c) mostrar as várias modalidades de combates e contraponto do negro e o indígena escravizados ao escravismo colonial e d) explicitar as formas de repressão e negociações efetuadas pelo aparelho repressor a serviço do Estado, bem como e) a ilustrar que quanto maiores foram as fugas, tanto possível se tornou a formação de quilombos e por fim, f) a evidência reconhecida pela administração da capitania de alguns quilombos citados nas suas correspondências.

O volume de dados para os mais de 50 anos analisados é muito vasto e dá mostras de como existiu de fato uma negação dessa estrutura por parte dos trabalhadores de um lado e como a historiografia oficial se encarregou de construir e disseminar uma visão elitista de uma escravização pacífica, não conflitiva e harmoniosa de outro.

O outro caminho foi o do uso de fontes de memória com agentes moradores de Vila Bela e de comunidades tradicionais ribeirinhas envolvidas nos processos de reconhecimento das chamadas terras de remanescentes de quilombos, e que a princípio daria voz, através da memória repassada para os agentes ouvidos, aos trabalhadores que buscaram formas e táticas de negação da apropriação de sua liberdade e de sua força transformadora dos ambientes, geradora de riqueza para quem os oprimia.

As fontes de memória se apresentaram como novas problemáticas a enriquecer a discussão sobre o seu uso e quais são seus limites como fontes de informação histórica. São conversas e entrevistas não estruturadas. Embora o

número não seja o esperado para um tom mais significativo de representatividade, consegui estabelecer cerca de trinta conversas livres. A ação interventiva e de aprofundamento das questões seguiu o vigor necessário para confirmar a segurança das informações repassadas e medir o grau de estabilidade e coerência dos discursos, principalmente aqueles buscados à memória mais remota.

A maior parte dessas conversas não pôde ser registrada mecanicamente, mas não deixou de ser significativa para o estabelecimento de uma interpretação possível. Soma-se a essa estrutura também aquelas que não chegaram a se efetivar, em que os *nãos* que recebi também compõem parte da análise pretendida e fazem corpo na pesquisa.

Só depois da problemática dos discursos de reconstrução de um passado *necessário* é que vislumbrei a possibilidade de entendimento desse fenômeno me voltando aos discursos das fontes tradicionais de poder sobre palavra *autorizada* preteridas anteriormente. Parecia-me agora necessária sua inclusão para ilustrar os usos das concepções do conceito Quilombo entre esses agentes e o que havia de diferente das interpretações anteriores.

Como fonte de apreciação teórica sobre o assunto quilombos e resistências ao sistema escravista, ative-me em publicações mais clássicas bem como nas mais modernas e recentes. O interesse ficou posicionado sobre aquelas que ofereciam uma visão acerca das manifestações de resistência como um todo e se estendiam até as problemáticas atuais mais ligadas à mudança e *ressementização* do conceito histórico de Quilombo.

Em decorrência da impossibilidade de efetuar a averiguação arqueológica proposta inicialmente, dei começo a uma discussão teórica preliminar do conceito histórico de quilombos e o desenvolvimento de uma possível hipótese de *modelo* virtual para entender aqueles assentamentos em ambientes de mineração de ouro e de diamantes, bem como assegurei por subsídio posterior a responder àquela hipótese de transformação da cidade em um quilombo após 1835, com um entendimento sobre a mesma questão, porém deslocando o tempo de análise para os dias atuais, em que se verificam essas possibilidades.

Neste caso, um dos caminhos a emergir aqui como contribuição ao entendimento do fenômeno quilombola, é a proposição de uma dessacralização do modelo instituído como nacional redutor, vingado, sobretudo a partir de visões padronizadoras inspiradas em interpretações sobre Palmares, para então às

manifestações do que vieram a classificar como quilombo supor um peso mais local e que levassem em conta as especificidades ambientais físicas e sociais em economias mineradoras de fronteira.

Por outro lado, não se trata de definir um conceito duro de quilombo em substituição ao sacralizado modelo nacional, mas sim, dar vigor a uma interpretação que o faça brotar das condições próprias a que estava ligado. Mostrar que as rupturas por parte dos escravizados com o jugo dos opressores na forma de um quilombo particular, com economia paralela à administrativa, foi uma das condições de sua manutenção, por imitação pode-se argumentar, porém garantia um tipo de liberdade condicional.

Os enfoques deste ensaio admitem metaforicamente uma composição semelhante aos processos de formação do registro arqueológico, respeitando, portanto suas etapas constitutivas. Assim como em outras ciências sociais, as problemáticas pensadas para tempos pretéritos surgem de necessidades e de interpretações atuais sobre a realidade como resultado de mudanças operadas ao longo do tempo – manutenção, desintegração, apropriação, criação e ressignificação, em resumo – de alguma forma combinadas entre si.

De pronto, na ocasião da qualificação o título vinha trazendo uma visão ilustrativa do cerne da concepção administrativa colonial ao estabelecer relações de poder, violência e controle sobre os trabalhadores adquiridos para o trabalho escravo. Os fugitivos eram-nos *mamulengos* ao trato senhorial e administrativo, principalmente, dada a sua condição social imposta – através da força e do poder de ideologias justificadoras da superioridade européia – como *coisa*, *ferramenta que fala* entre outros termos. Assim, a figura metafórica dos Mamulengos, apresentava os trabalhadores subalternizados postos a funcionarem não apenas como submissos aos interesses dos operadores do sistema administrativo colonial desde sua captura em terras africanas até sua transformação em escravo, mas sobretudo como indivíduos ativos. Semelhante a um espetáculo desses bonecos de conteúdo freqüentemente crítico, numa possível reinterpretação da realidade, apresentava-lhes como atores agindo entre si, eles e o público de época e o atual e também comigo. Contudo, é possível que algumas interpretações passem a desconsiderá-los nessa dimensão metafórica ativa à qual está ligada a palavra, atribuindo a *Mamulengo* um caráter destituído de ação, como a um fantoche, coisa que definitivamente não é o caso. Como trazidos aqui mesmo que implicitamente, e

respeitando sua acepção não depreciativa, são participantes ativos nas histórias em que figuram, exatamente por torná-las passíveis de múltiplas interpretações, tal como fazemos à História-conhecimento. Na ação entre os mamulengos estão as formas que empregaram para resistir à opressão e apropriação de sua força de trabalho e liberdades. Na interface com o público aparecem as relações estabelecidas em sua época com a sociedade escravista e como têm sido vistos sob olhares atuais. Sem pretensão de imparcialidade, interpõem-se em minha relação com esses sujeitos históricos as interpretações subjetivas a que estou refém.

Contudo, o título atual busca uma ilustração dos caminhos que a construção corrente prometeu-me como mais adaptada à situação estrutural e política da pesquisa e de seus resultados, e assim o faz na dimensão das ações operadas pelos quilombolas ao recriarem um sistema minerador paralelo ao administrativo/senhorial de modo que lhes valesse como garantia de suas liberdades. Desse modo, essas ações estavam ligadas fisicamente a espaços materialmente determinados, primariamente, 1) pela condição de escravização imposta e sua própria negação através das fugas dos trabalhadores, posteriormente chamados quilombolas; em seguida 2) pela escolha material dos locais de implantação dos assentamentos e conseqüentemente, 3) pela dinâmica da mineração *faiscadora* e dos sucessos advindos da comercialização desses minérios, que por sua vez, davam continuidade às atividades clandestinas e triplamente ilegais – as próprias fugas, a mineração e o comércio.

Alagados e penhascos ilustram os limites dos espaços materiais gestados e ocupados pelos então quilombolas e simbolizam, para além da própria situação de fugitivos sob o pagamento e os arcabuzes dos capitães-do-mato, as adversidades encontradas na natureza como um dos componentes do preço instituído alternativamente pela liberdade, pelo combate à escravização e à opressão senhorial e administrativa. Também sugerem a imensidão desses limites, já que, na região vingam basicamente esses dois tipos de ambientes, os alagados de áreas mais baixas e marginais aos principais cursos d'água, que por sua vez, se limitam às bordas pronunciadas em penhascos das chapadas contínuas e maciços isolados, interpondo-se aí em menor conta planos sujeitos a baixa drenagem.

Já o ouro da liberdade, enuncia materialmente a atividade mineradora clandestina, realizada por quilombolas e ex-escravizados soltos, e a comercialização dos produtos de seu trabalho. Simbolicamente retrata a vitória desses trabalhadores,

mesmo que temporária e marginal, contra a instituição escravizadora da administração portuguesa, negando-a de forma irônica ao executarem basicamente a mesma atividade quando sob o jugo da opressão violenta e do controle de seus corpos e mentes e de sua força de trabalho. Como conseqüência, para bem ou para mal, o ouro dessa liberdade era dado material e simbolicamente também à Coroa, na medida em que esta se beneficiou diretamente dos achados auríferos quilombolas, tanto pela ação de comercialização clandestina por parte dos escravizados – pois de algum modo os minérios, notadamente ouro e diamantes, vinham às mãos da administração colonial – como pela apropriação violenta das tais jazidas quilombolas ao imprimir-lhes recaptura e destruição de seus assentamentos.

No primeiro enfoque abordado como ponto de partida de uma problemática atual, apresento uma visão sobre o uso do conceito Quilombo por parte de agentes interessados, para o município de Vila Bela da Santíssima Trindade, com fins de reconhecimento de terras requisitadas como pertencentes a remanescentes de quilombos. A ressemantização do conceito e as particularidades de uma *invenção* étnica necessária, como requisito para a obtenção do título de propriedade das terras solicitadas, fazem emergir uma reconstrução do passado bastante identificável em alguns pontos aos moldes ideológicos de outros tempos, que culminaram em uma artificialização das resistências dos trabalhadores quando configuradas em modelos sumários ideais e de grande alcance.

Partindo dessa realidade, nos enfoques seguintes remeto-me às táticas de resistência e combate dos escravizados e às interpretações sobre o Quilombo, construídas ao longo da história do trabalho com mão-de-obra escravizada na colônia e, mais precisamente, na Capitania de Mato Grosso; para retomar a problemática do início e continuar a percepção desenvolvida.

Dentro dessa estrutura geral – problemática atual, origens e desenvolvimento e novamente a problemática atual – como o primeiro item deste segundo enfoque trago um caminho desenvolvido através das fontes escritas oficiais sobre as resistências construídas pelos trabalhadores escravizados, vistas e noticiadas a partir da percepção das forças de opressão. A ênfase dada a essas formas de negação da estrutura dominante, pinçadas de um corpo documental oficioso que cobre basicamente a segunda metade do século 18, pouco mais ou menos, tanto é necessária para ilustrar as suas variadas formas e matizes, como para dar pesos mais aproximados à opressão e violência do sistema

administrativo/senhorial cometidas naqueles ambientes. Ainda a juntar-se aí, tem-se uma pequena idéia do peso social negativo ao qual estava ligada a figura dos trabalhadores livres, dos forros e do escravizado em geral, fosse ele negro africano ou crioulo, isto é, já nascido em terras coloniais.

Certo é que a crítica à limitação que se deve impor aos documentos escritos, também se deva fazê-la aos documentos materiais, como os arqueológicos, em grande medida referentes a momentos específicos como se verá sobre determinadas táticas de negação do regime escravizador. Se por um lado os documentos escritos trazem imprimida também a percepção do mundo e a experiência de quem as aprisionou materialmente em forma de palavras e idéias, por outro é possível especular sobre o alto grau de subjetividade do pesquisador de vestígios arqueológicos se a calibragem da interpretação do sítio não trazer o cuidado de mostrá-lo como parte duma série de fragmentos da realidade material superpostos. A primazia das fontes materiais está na faculdade de permitir interpretações de longa duração dos processos históricos e ou suas rupturas, mas está sujeita a determinadas condições que *a priori* não são concebíveis para os ambientes que não faziam parte imediata dos assentamentos, como por exemplo, os atalhos e caminhos novos. Sem informações dos documentos escritos talvez não viéssemos a saber, por exemplo, de uma determinada insurreição e fuga de escravos ocorridas após o assassinato dos Pedestres responsáveis pelo seu transporte, a certa altura entre Vila Bela e as minas de São Francisco Xavier.

O segundo item na seqüência buscará trazer as percepções acerca do Quilombo através das diferentes fontes de informação. Num primeiro plano trago preliminarmente as interpretações realizadas por historiadores a partir de fontes escritas, oficiais e de reinterpretação do fenômeno. Em seguida, as arqueológicas, baseando-me, portanto, em visitas às comunidades de remanescentes de ex-escravizados e livres, na *distribuição do povo vilabelense* ao longo dos rios Alegre, Barbados e Guaporé, bem como passagem nos locais apontados como potenciais auríferos. Proponho fechar este enfoque com uma discussão sobre o uso de fontes orais e suas problemáticas com relação a questões de cunho político-ideológico e suas conseqüências.

Na terceira parte, finalmente retomo a discussão proposta na primeira para assim sugerir futuramente uma interpretação possível sobre os Quilombos e seus

construtores atuais, sobretudo baseada na análise do conjunto completo do segundo enfoque somado às perspectivas em desenvolvimento.

Apesar de a proposta sobre a quilombagem em Vila Bela ser posta a funcionar inicialmente na primeira metade do século 19, parece tomar vigor de necessidade seu entendimento nos dias atuais, em que se verifica, resguardadas as diferenças de tempo e de mudanças sociais, a transformação, ao menos em nível simbólico, da cidade em um quilombo.

Soa o clarim, soa o tambor - quilombos em construção

Enxergar a paisagem é controlar o espaço através do nosso olhar sobre o que queremos ver. As partes que compõem essa porção do real transformado podem ser medidas justamente pelas transformações ali empregadas. Fazer a equivalência dessas transformações é trazer a medida do trabalho como o motor das relações sociais desenroladas naquele espaço.

Negligenciar ou menosprezar a justa porção do contexto é uma opção que pode ser tomada mediante vários tons de compromisso com a história dos trabalhadores. A história do trabalho em sua porção mais significativa, do ponto de vista da transformação da paisagem e do construto social, passa por mais adiante que uma valorização de monumentos ligados ao poder e para o poder. Resguardar uma reconstituição dessas estruturas em detrimento daqueles espaços onde de fato houve trabalho não só mostra a opção como também nos indica quem tem mais força na balança dos posicionamentos ideológicos em questão.

A moda *monumentalista* do poder dentro da Arqueologia Histórica tem dado a tônica na reconstrução do passado até recentemente, embora já contemos com uma abertura e uma mudança de foco dos ambientes de poder para espaços marcadamente marginalizados.⁵ Se por um lado, estudar, compreender e preservar os monumentos ligados aos dominadores ou que se lhes representam em alguma instância é, de alguma forma possibilitar seu estudo tempos depois por outras percepções questionadoras dessa escolha, por outro reforça ainda mais a supressão da história dos trabalhadores subalternizados, na medida em que, não destacando quem construiu esses espaços e monumentos, enclausura a real face da origem das transformações, do motor da realidade.

Pelo que se pode observar em ambientes de mineração (Mato Grosso e Goiás), o grosso do trabalho escravizado está mais ligado materialmente aos locais de transformações diárias e bem em menor conta aos ambientes de descanso ou de poder.⁶ As partes preferencialmente apresentadas – por membros responsáveis de

⁵ LA ROSA CORZO, Gabino. Os espaços da resistência escrava em Cuba. Em: FUNARI, Pedro Paulo A. e outros. **Identities, discursos e poder**: Estudos da arqueologia contemporânea. São Paulo: Anna Blume, 2005. p. 45-57.

⁶ Para sítios e lugares visitados de 2003 a 2008 – São Francisco Xavier da Chapada, Sant'Anna, São Vicente, Pilar, Santa Bárbara, São Gonçalo Velho (coloniais) e mineração mecanizada de tributários do rio Teles Pires, dos anos 1960 a 2000, em Mato Grosso; Pilar Cruz e Rio Vermelho (coloniais), em Goiás. Na mineração de ouro em Mato Grosso para sítios do período colonial adotaram-se

órgãos de preservação do patrimônio cultural do Brasil – como alvo de preservação estão mais conectadas aos monumentos e espaços de poder e descanso. Entretanto, cumpre destacar que é o trabalho, em geral, que viabiliza a maior parte do que é construído, inclusive a base material para a edificação dos espaços sociais do poder e do ócio e seus desdobramentos, numa interpenetração, a própria reprodução das condições de trabalho e poder para a produção material.

O volume de trabalho na construção de pelourinho, casas de residência, igrejas, capelas, pequenos fortes, cercas, trilhas e ruas, casas de almoxarifado, de engenho, de depósito, cadeia e demais estabelecimentos, é bem menor se comparado ao despendido diariamente na área de trabalho produtivo (catas, canais, diques, tanques, escoras, transporte de material, corte de madeira, pilhas de rejeitos, de lavados, de estéreis e demais atividades relacionadas diretamente à extração do ouro – cedendo lugar aqui também ao trato com as lenhas e com as lavouras que, apesar de fazer parte da esfera de sustentação, compreende e requer força significativa dos escravizados designados a essas atividades). O trabalho nos espaços de base é efetuado de início para dar sustentação ao trabalho de produção, objetivo motivador inicial da empresa mineradora. Essa estrutura de suporte é agilizada com muita rapidez, principalmente pelo caráter da empresa e do tipo de material empregado na construção das acomodações.

No grosso dos achados auríferos em Mato Grosso, notadamente para os anos anteriores a 1750, com pouquíssimas exceções reservadas àqueles locais que vieram a ter arraial, evidenciou-se uma extrema volatilidade e parca permanência por conta da efemeridade dos veios do minério ou por serem eles de pequena monta, assim, economicamente inviáveis e forçando sucessivas migrações.⁷

No entanto, novos achados, a princípio mais produtivos, não garantiam o esvaziamento daqueles ainda ocupados e de menor produtividade. Pelo que se pode observar na documentação oficial de relatórios, a permanência de alguns mineradores em face de novos “descubertos” foi significativa e mostrava também para além dessa instabilidade, a franca liberdade dos proprietários de se mudarem ao seu gosto ou crenças, contanto que não desestabilizassem planos administrativos ou descumprissem ordens régias.

basicamente as mesmas técnicas observadas para Goiás nos sítios mencionados. As intervenções na paisagem têm suas dimensões bastante marcadas ao longo dos cursos d'água.

⁷ Sobre o caráter efêmero dos achados ver: VOLPATO, Luiza R. R. **A Conquista da Terra no Universo da Pobreza**. SP: HUCITEC, 1987, p. 62.

Por força da necessidade de novas jazidas e que fossem mais produtivas, as comitivas de pesquisa se estendiam mesmo diante das boas taxas de produtividade nas minas do Cuiabá. Somente no ano 1734 foram descobertas por uma mesma equipe de socavadores pelo menos três grandes achados, dos quais dois deles vieram a se tornar o centro administrativo anterior à fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade. O lugar que ficou conhecido inicialmente por Chapada de São Francisco Xavier, o córrego nomeado de Santa Anna e em suas proximidades o ribeirão Bromado; embora todos esses viessem a ter arraiais, a maior estabilidade ficou restrita a São Francisco Xavier, maior reserva do mineral, coisa que para o ano 1752, as porções de faisqueiras – trabalhadas inicialmente e na ocasião reocupadas – e lavras empregavam cerca de 600 escravizados. No ano seguinte o lugar de Pilar também serviu aos interesses dos mineradores e cerca de vinte anos mais tarde, pelo ano 1754 ainda assistiam várias pessoas no mesmo lugar.⁸

Os deslocamentos também devem ser reconhecidos como de grande volume e gasto energético ao que concerne aos trabalhadores. Toda a tralha de trabalho, mesmo que compreendida e reduzida a algumas ferramentas metálicas, era carregada para o novo achado juntamente com os animais de carga e força, as provisões restantes, possivelmente as sementes que porventura ainda não tivessem entrado em negociação com demais camaradas entre outros objetos. Quando os achados eram localizados no mesmo rio ou que por ele se pudesse chegar, a coisa era menos custosa. Entretanto, se das canoas não pudessem servir-se, o que lhes restavam não eram mais que os lombos dos animais que talvez pudessem existir ou seguramente os seus. O trabalho estava ligado a todas as atividades, desde a caminhada, a preparação das ferramentas, do local do acampamento, do feitio das casas, da abertura dos caminhos e todos aqueles exclusivos das lavras; dada a composição da paisagem nos sítios de mineração do Guaporé colonial, a maior ocupação de força de trabalho estava, de fato, ligada a esses espaços.

Nas estruturas de poder se observam vestígios mais duradouros extremamente acessíveis e oriundos, principalmente do lugar de implantação e/ou de seu entorno. As técnicas de feitio mais elaboradas estão ligadas às porções

⁸ Annal de Villa Bella des o primeiro descobrimento deste Certão do Matto Grosso no anno de 1734. B.N. (C. Pombalina), P.B.A. 629 – 1734 A 1754. p. 2. Para informações sobre a composição populacional e o trabalho nos arraiais: “Situação de Matto-Grosso, seu Descobrimto de Minnas, e Estabelecimento de seus Arrayaes”. AHU. Conselho Ultramarino, Cód. 1213, Doc. XVI Grão-Pará, 20/01/1752. p. 4.

dessa estrutura destinadas ao uso do poder e são adaptadas aos materiais e às condições climáticas do lugar. Nas acomodações dos trabalhadores são empregadas técnicas mais rápidas como as paredes de sopapo e telhados de capim ou folhas de palmeira.⁹ Dependendo do número de trabalhadores empregados e sua experiência na atividade de construção desses abrigos menos elaborados, constroem-se vários deles no mesmo dia. Ainda mais que para esse tipo de empresa concorre certa cooperação dos concessionários iniciais em dividir as despesas das atividades na construção da estrutura de suporte, contando ainda com subsídios e auxílios por parte da administração local. Até mesmo as estruturas de poder tinham lugar previamente nas construções de pau-a-pique e só depois de se firmar o arraial é que passavam a acomodações mais elaboradas e duradouras. As primeiras capelas geralmente eram dessa técnica com cobertura de palma, como pode ser atestado para a primeira das minas do Mato Grosso, a de Santana. São Francisco Xavier teve sua partilha efetivada em 10 de outubro de 1736 e cerca de dez meses depois ainda se dizia missa “[...] aos seus moradores debaixo de uma tolda”. Só decorrido esse tempo é que se “[...] erigió uma Capela ao mesmo S. Francisco Xavier, de pau apique coberta de palha...”, coisa que se fez com as esmolas do povo.¹⁰ No caso de arraiais mais duradouros, como São Francisco, Santana e São Vicente o número de estruturas admitidas em alvenaria de rocha local é um tanto mais significativo, embora pareçam tratar-se de casas de gentes ligadas à administração. Visto dessa maneira, é passível o entendimento de menor gasto energético para esses locais do que aquele empregado no ambiente de produção.

Se por um lado o local de trabalho apresenta-se como gasto energético quase padronizado pela excessiva repetição das atividades, por outro se mostra visível como espaço dos embates e disputas diárias pela reafirmação da posse da força de trabalho e da necessidade de liberdade.

Dessa forma, a escolha e a preferência pela preservação dos espaços de poder, de controle e descanso, em prejuízo dos espaços de trabalho e resistência,

⁹ Para o caso de São Francisco Xavier, quase vinte anos após o estabelecimento do arraial, a construção e arquitetura das casas basicamente não se faziam alteradas. Além de poucas delas dispostas *irregularmente* sobre duas ruas, “[...] são fabricadas de madeira e barro, a algumas de pedra ençoça todas terras, e somente há uma morada de taipa de pilão, com seu sobrado, coberta de telha, e quatro mais tem a mesma cobertura, as outras tem de colmo”. Em: “Situação de Matto-Grosso, seu Descobrimto de Minnas, e Estabelecimento de seus Arrayaes”. AHU. Conselho Ultramarino, Cód. 1213, Doc. XVI Grão-Pará, 20/01/1752. p. 6.

¹⁰ Annal de Villa Bella des... p. 04.

podem vir a coadunar com uma negação do passado escravista ou reafirmar posicionamentos bajuladores dos feitos administrativos e a conclamada *bondade* dos senhores, empobrecendo a participação efetiva dos trabalhadores na construção e transformação da base material, das estruturas físicas e sociais que temos por herança.

Em vinte anos ocupados nos *Annais da Câmara de Vila Bela (1734 a 1754)* não há sequer uma referência explícita ao trabalho e muito raramente se fala sobre os trabalhadores. Há algumas passagens em que se podem ver as referências eclesiásticas e administrativas suprimirem as demais composições sociais do ambiente de mineração. O trabalho aparece de forma subjacente e mesmo assim adquire uma posição submissa à esfera de poder.

Se essa postura ideológica orientava os cronistas e escrivães de época na produção de documentos oficiais e, desse modo, foi passível de crítica pela historiografia recente acerca das omissões e protoverdades encerradas neles, apesar de o mesmo ocorrer na produção monumentalista de alguns arqueólogos que se ocupam do período histórico, não se pode observar aí análises questionadoras de maior vulto. Geralmente os ofendidos, numa concepção vulgar e pobre, põem esses críticos à margem do que é a “arqueologia de verdade”, aquela que tem de ter escavações obrigatoriamente, e dessa maneira, tais críticas são duramente estereotipadas e rotuladas como produto de “arqueólogos de gabinete”.

Tal escolha ainda carrega outros prejuízos para análises mais abrangentes sobre o ambiente de trabalho. Ela pode deixar de fora os espaços destinados aos trabalhadores, visto que se consideram nessa visão positiva do vestígio monumental, prioritariamente as estruturas de poder que não sucumbiram ao tempo. Como já evidenciado por vários estudos tanto de historiadores como de arqueólogos, geralmente as técnicas e a matéria-prima vastamente empregadas nas construções destinadas aos trabalhadores são as descritas anteriormente, como sendo a de pau-a-pique ou sopapo e seus materiais correlatos, varas de madeira, capim, embira e barro.¹¹

Parece que os componentes ácidos no embate ideológico necessário acerca da escravidão em áreas de mineração e suas correlatas porções com vestígios não

¹¹ GUIMARÃES, C. M. & CARDOSO, Juliana S. Arqueologia do quilombo: Arquitetura, alimentação e arte (Minas Gerais). Em: MOURA, C. (Org.) **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: Ed. UFAL, 2001. p. 42; COSTA E SILVA, Aberto da. **Um rio chamado atlântico**. A África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003. p. 216.

chegam às unidades produtoras de conhecimento científico, ficando seu uso restrito ao tabuleiro programado pelas forças de dominação. Dessa forma esvaziada de discussão sobre a preservação mínima daqueles vestígios (dos espaços de trabalho) surge uma deficiência de interesse cada vez mais abrangente. A isso se soma ou com isso se sustenta uma interpretação autoritária da legislação de recursos minerais, por exemplo, no que concerne à atividade mineradora atual em áreas de garimpo do período colonial, marcadamente escravista.

Pela própria estrutura da lei, de caráter neoliberal, as interpretações das querelas sobre os direitos de uso do subsolo e indenizações sobre a propriedade do solo dão sempre maior peso aos mais poderosos, notadamente as mineradoras com capital estrangeiro majoritário real. Neste sentido, a falta de fiscalização por parte do Estado sobre essa “caixa-preta” que é o setor minerador (água mineral, diamantes, prata e ouro, principalmente), concorre para o fortalecimento dessas empresas frente às questões de posse e utilização dos recursos minerais e suas conseqüências acerca dos componentes humanos subalternizados das porções litigiosas.

Por dentro das questões econômicas mais visíveis e complexas, estão a destruição de componentes da biota e o desaparecimento de parte significativa dos vestígios do trabalho e de vivências quotidianas, em que se priorizam porções com estruturas de poder visíveis e mais conservadas, notadamente localizadas onde a ocorrência do mineral é baixa, como medidas compensatórias. Isso ocorre, é notável, quando se torna pública a identificação de vestígios arqueológicos.

Não se deve crer, contudo, em perda na *queda-de-braço* de setores populares e institucionais contra essas empresas, pois esse embate praticamente inexistente. No jogo de poder e de interesses econômicos, sobressai a política da força como medida supressora inquestionável.

Assim, mais uma vez a história do trabalho fica comprometida pela força de quem tem mais poder político e econômico. Antes, quem menosprezava a atuação dos trabalhadores subalternizados tinha lugar de porta-voz nas rodas intelectuais alimentadas pela elite - que se encarregou de divulgar uma história sem conflitos e de redenção dos exploradores, ou de no mínimo, justificar suas ações frente às injustiças e crueldades a eles atribuídas, levando à construção de uma tradição

historiográfica colonialista.¹² Agora são as ordens dessa mesma elite herdeira e submissa a interesses estrangeiros que suprimem nos moinhos os espaços de gestação de resistência e do trabalho. Com o aval consciente de intelectuais e representantes de órgãos a serviço, teoricamente, do povo.

Outro fator que vem contribuir ainda mais com a desestruturação dos espaços do trabalho é o da posse ilegal da terra por latifundiários, na maior parte dos casos fruto de ações violentas e corrupção de documentação necessária. A ação de abertura dessas terras ilegais traz para além da destruição dos espaços atuais de reprodução social tradicional e de uso equilibrado da terra, a degradação física dos ambientes, como é o caso da drenagem de terras alagáveis da planície pantanosa, nas proximidades das comunidades Boqueirão e Boa Sorte, município de Vila Bela, conforme pôde ser observado em visita ao local.¹³

Com o deslindar das políticas do Governo Federal nos últimos anos, instituídas com o propósito de reparação das desigualdades sociais no País, em que se destacam entre outras coisas, o reconhecimento de terras pertencentes a comunidades de descendentes de quilombolas, o resgate de suas experiências quotidianas e também o estudo do patrimônio cultural *material*¹⁴ dos envolvidos, tem-se que esse embate se intensificou entre os lados litigiosos e com isso, vem tomando corpo negativo para o significado do patrimônio arqueológico correlato. Em

¹² MENDES Jr. e outros. **Brasil História – texto e consulta**. 4ª. São Paulo: Brasiliense, 1982. vol. 1. Colônia. p. 117.

¹³ Participei em abril de 2007 de uma atividade do Projeto Fronteira Ocidental, coordenada pelos arqueólogos Paulo Zanettini e Luis C. Simansky, a qual respondia por uma apreciação e pelo registro das comunidades ribeirinhas tradicionais nas cabeceiras dos rios Guaporé e Alegre. Na ocasião, em visita às comunidades Retiro, Boa Sorte e Boqueirão, pude observar as valas abertas no solo a título de drenagem das partes alagadiças em épocas de cheias naturais. As opiniões expostas aqui fazem parte de minha percepção sobre os ambientes e são de minha inteira responsabilidade, por não refletirem necessariamente as posições dos coordenadores da atividade, visto que, em muitos casos, tais observações não faziam parte dela.

¹⁴ Conquanto já esteja consagrado o termo “imaterial” – utilizado pelo IPHAN, pela UNESCO e demais pesquisadores dessa linha – para caracterizar tradições, manifestações culturais, religiosas entre outras coisas, de comunidades, grupos ou indivíduos, com o sentido de “impalpável, incorpóreo, intangível”, submeto-me a tratar dessas expressões de realidade entendendo suas propriedades para além da discussão meramente semântica em si, enxergando tal classificação num nível de percepção ideológica, em que, vistas como *imateriais*, subtrai-se dos reais produtores dessas manifestações seu caráter transformador, sua vivência, sua experiência acumulada na medida em que classifica tais ações e representações como produto intocável. Ora, retirar a porção material dessas expressões é negar também seus produtores como produto refletido daquilo que supõem ser. Só se tem o patrimônio “imaterial” se se tiver seus produtores e, nesse caso, eles não são intangíveis. Nesse sentido, entrariam as experiências do trabalho numa concepção mais abrangente que este termo possa carregar. O trabalho material não só compreende a ação transformadora imediata dos objetos e dos espaços, como também traz aquele trabalho guardado nas coisas já transformadas e, por força, e principalmente, o conhecimento acumulado que garante a atividade. Na ótica da *concepção imaterial* esse conhecimento também seria intocável não se lhe admitindo o caráter ideológico dessa classificação.

muitos casos, no afã de “apagar” os vestígios *garantidores* de que determinados espaços físicos carregaram usos relacionados a ocupações de quilombolas, o patrimônio arqueológico vem sendo destruído violentamente por latifundiários e *grileiros*, a fim de evitar processos de requerimento dessas terras.

Do outro lado, uma interpretação abrangente em demasia sobre as atuais comunidades de remanescentes de escravos, com viés claramente político-ideológico, tratando-as como quilombos legalizáveis escancara uma problemática do trato sobre as resistências históricas dos trabalhadores escravizados.

Chega-nos como reflexos dessas interpretações abrangentes, em casos mais extremos, a mudança ideológica arbitrária do local de implantação alternativa do quilombo histórico – como instituição de negação e combate à opressão – para recriá-lo exatamente nos mesmos espaços originais da opressão combatida, nos dias atuais. Dito de outra maneira, em tais interpretações caracterizam-se as lavras e os engenhos do século 18 (espaços de opressão) como quilombo (espaços de negação da opressão), por exemplo.

Entretanto, deve-se dizer que os espaços de opressão e poder foram realmente o palco para a potencialização das táticas de sua rejeição, contudo, tomá-los como lugar dessa negação se apresenta bastante complexo para a própria dinâmica dos argumentos de base histórica.

A instituição da escravização carregava em sua gênese as bases de sua própria negação. Assim, buscar uma visão alternativa que seja possível enxergar as origens e formas do desenvolvimento da rebeldia e da negação das estruturas de dominação e de poder dentro dos processos históricos de construção dessas resistências, identificando-as a partir da ótica dos opressores – consubstanciada nos documentos oficiais, remete-nos, certamente, ao reverso do sentido radical dos mamulengos, usado metaforicamente ao longo desse ensaio, em que historicamente foram manipuláveis suas ações e pretendidos seus limites de flexibilidade.

Em que pese os desvios e julgamentos subjetivos de interpretação das situações por parte da administração, apresenta-se como tentativa dessa ilustração inclusiva uma análise a partir dos mulambos de realidades presos sob o olhar oficial em parte de documentos do período de estabilização dos domínios portugueses nas fronteiras do Império, no século 18.

Raízes da Rebelião: Ações de Resistência e Combate nos documentos oficiais do século 18

No início dos anos 1700 do calendário dos colonizadores portugueses, a administração local a mando da Coroa implantou nos confins do império um sistema conjugando economia de exploração e geopolítica de ocupação impositiva pela força militar em oposição aos espanhóis, rompendo dessa forma com os tratados de divisão das posses ultramarinas. Nessa corrida pela posse as estratégias de ocupação do território se deram de várias formas, tanto pela implantação de fortificações ao longo dos limites fronteiriços, notadamente determinados por águas navegáveis, quanto pela implantação de assentamentos populacionais de economia subsidiária àqueles puramente de exploração mineral. Em ambos os assentamentos fizeram uso de trabalhadores escravizados, sendo os naturais do lugar para os primeiros e africanos e mestiços para o segundo tipo.

As percepções dos construtores de documentos, por mais subjetivas que sejam, acabam por deixar um mínimo de coerência e reflexo da realidade tratada neles. É certo que devem ser pesados aí os problemas relacionados à escolha do que relataram, a quantidade de documento preservado e ao tipo de visão administrativa a respeito das estruturas sociais, da economia de base escravista e dos interesses geopolíticos em jogo, por exemplo. Na ótica de quem via legitimada e justa a escravização de trabalhadores indígenas e negros é de se pesar tais valores e juízos.

No tocante à documentação em si, os casos dúbios ou de difícil caracterização a opção por não incluí-los na abordagem foi uma saída, trazendo apenas aqueles que mostram claramente uma intenção de negação ou contestação do sistema escravizador.

Para identificar nos documentos a subversão à ordem escravista estipulei como área de foco os espaços da Capital e arraiais mineradores (Mato Grosso) e, eventualmente Cuiabá, entrando aí também os locais ligados diretamente à administração sediada em Vila Bela. Quanto às ações de resistências e combates, elegi toda e qualquer fazedura ativa consciente dos escravizados que revelasse uma intenção de não aceitação da apropriação de sua liberdade, de sua força de trabalho e dos castigos impostos e também aquelas por desdobramento de situação, em que os escravizados aparecem como passivos de uma situação em que foram

construtores. Constam das ações ativas as brigas com soldados, destruição das ferramentas, maquinários e estruturas físicas de funcionamento, assassinato, contrabando, *furto*, “relaxados no serviço”, indução de outros a fugirem, faiscação de ouro e garimpagem de diamantes, formação de quilombo e majoritariamente as fugas. Como ação passiva no documento, constam aquelas situações em que se fala sobre agentes repressores e suas atividades em resposta ou como medida inibidora das resistências.

Como a introdução de trabalho escravizado remonta às primeiras bandeiras destinadas à Capitania de Mato Grosso temos um grande número de trabalhadores não quantificados nos anais e nas poucas crônicas para a década seguinte à ocupação do vale do Coxipó e Cuiabá. As comitivas de pesquisa mineralógica foram enviadas mesmo em épocas de alta produção dessas minas e já carregavam a incumbência de mapear rios e cachoeiras designando-os com nomes claramente portugueses, identificando possíveis ocupantes indígenas e seu grau de “amizade”.

É certo do mesmo modo que, antes da fundação da Capital em 1752, boa parte dos contingentes das minas era de condição escrava e não constava de contagens mais sérias. Os dados anuais conseguidos a partir da documentação são mais seguros para anos posteriores a chegada do governador por constituírem um corpo de relações administrativas oficializadas.

Para os anos de 1750 a 1758 preservou-se um lote de 107 documentos, dos quais apenas oito versam de algum modo sobre escravos. Desses poucos somente um mostra o escravizado em posição de resistência (prisão), sendo nos demais, tratados de forma geral como parte da estrutura em assuntos de mineração, como pagamento de dívida ou sobre as taxas correspondentes a seus impostos.¹⁵

De 1759 a 1764 registrou-se um pouco mais de 120 documentos preservados. Menos de dez por cento desse total fala sobre escravizados de alguma forma. No entanto, já aparecem as primeiras citações sobre quilombos e mortes praticadas neles para o ano 1763. Nesse mesmo ano as autoridades registraram brigas entre praças e bastardo.

Para o ano seguinte aparece documento relatando a fuga de índios Bororo em contraponto à política dos Diretórios, que lhes assegurava o direito à vassalagem e assim, proibindo aos colonos de os escravizar.

¹⁵ Todos os documentos referentes a esta análise constam do acervo do Arquivo Público de Mato Grosso – APMT e estão listados no anexo correlato deste trabalho.

Jovam Vilela argumenta em várias passagens de seu livro que a política de povoação, instituída pelo marquês de Pombal, em 1755, garantia a não-escravização de indígenas, destinando-os a assentamentos de suporte populacional à defesa dos domínios portugueses e de base fornecedora de provisões às fortificações, presídios e também aos arraiais mineradores;¹⁶ porém o que se pode depreender da documentação analisada, embora em menor conta, é que apesar dessa Lei a licenciabilidade era grande e não cessou com a publicação dos referidos Diretórios.¹⁷ Ademais, deve-se considerar que a dita vassalagem estava ligada aos povos “mansos” e administráveis. Àqueles bravios restava fazer-lhes a “guerra justa” e apresamentos, combatendo-lhes as resistências.

Outros documentos dessa pequena porcentagem referem-se aos trabalhadores escravizados de forma superficial, basicamente em relações comerciais de compra (benefícios aos compradores), venda e empréstimo, chegada de negros vindos da Vila de Santos entre outras menções. Por outro lado, em 1764, evidenciam o trato requerido com esse contingente de escravizados aumentado, de onde se depreende maior número de conflitos sociais envolvendo esses trabalhadores, sendo necessária a construção de uma prisão para eles. Dois anos antes foram efetuadas correições e audiências em Vila Bela para resolver os problemas decorrentes desses conflitos.

No governo de João Pedro da Câmara (1765-1768) os poucos documentos encontrados não mencionam situações que se enquadram no modelo idealizado aqui, mas há aqueles em que se fala de pedidos para minerar e de formação de diligência, certamente para captura de fugitivos e destruição de quilombos, aproveitando-se a novas descobertas auríferas, como mencionado em cartas referentes a outros períodos.

À medida que aumentam as demandas e movimentações na Capitania, aumentam também os registros sobre elas. Para o governo de Luiz Pinto de Souza

¹⁶ SILVA, Jovam V. **Mobilidade populacional na fronteira oeste de colonização**. História do Brasil – variável regional: Mato Grosso. Cuiabá: KCM, 2005. p. 73 e 221.

¹⁷ Com a publicação dos Diretórios a partir de 1755, não houve garantia de fato, da liberdade total dos indígenas em toda a Colônia, ficando estes submetidos às mais diversas licenciabilidades praticadas nas Capitânicas com o aval da administração metropolitana. Embora se trate de outra capitania, as informações sobre o uso de mão-de-obra escrava indígena e as estratégias da elite para burlar essas leis em São Paulo, trazem argumentos a expor a ineficácia dos Diretórios. Em MORALES, W. F. **A Escravidão Esquecida: A Administração Indígena em Jundiá durante o século XVIII**. Dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

Coutinho, por exemplo, há uma parcela significativa de documentação relacionada aos trabalhadores escravizados. Dos 26 documentos do ano 1769, quinze deles apresentam situações de resistência em alguma medida. A participação desses trabalhadores nos conflitos que lesam a estrutura do sistema é tamanha que se intensificam as atividades das Companhias de Capitães do Mato e os postulados que as regulam. Aparece também nesse ano a criação do posto de Alferes do Mato por meio de eleição. Aumentam e equipam o aparelho repressor à medida que se intensificam os embates entre os escravizados e os opressores. Se de um lado superabundam as ações de negação, por outro a eficácia da repressão cresce progressivamente e com maior rigor nas punições. Nessa época, um simples furto de uma canoa, praticado por um negro escravizado, poderia resultar em sua punição aplicando-lhe 500 açoites públicos. Não só os capitães do mato são usados para a captura de fugitivos, mas também outros oficiais de cargo público, como Dragões, Pedestres e Tenentes; encarregados geralmente pelo transporte e escolta.

A partir de 1769 se torna possível uma análise anual, já que o corpo de documentação é maior para esse período. Sobre o ano 1770 restou-nos 75 documentos nessa parte do arquivo. Por se tratar de uma seção de correspondências oficiais parece ser até significativo, embora mereça ser percebido como um fragmento de uma esfera da administração, o que seguramente não esgota outras análises mais aprofundadas e que correlacione outros tipos de documentos, como os bandos, os relatórios militares e também os judiciais, por exemplo. Desse total, treze fazem menção a escravizados. Diante das preocupações com as fugas tomam vigor as diligências e as discussões sobre elas. Sete dessas menções dizem respeito a ações ativas de maior relevo configuradas no estabelecimento de quilombos. Maior atividade de resistência resultou em maior repressão. Várias correspondências falam da necessidade de combater esses assentamentos e outras da encomenda de diligências com esse fim. Para este ano constituiu-se uma diligência rumo ao rio Barbados, nas proximidades da Capital, com o fim de identificar e destruir “um ajuntamento de pretos”, como diz a missiva. Este rio, o qual daria lugar a um assentamento de povoação institucional cerca de vinte anos mais tarde, fazia fronteira mais efetiva com os espanhóis assentados nas campanhas catequizadoras dos *Pueblos y Misiones de los Indios Chiquitos* e abrigava por sua vez escravizados fugitivos dos espaços de trabalho portugueses.

Se por um lado há um aumento de conflitos nesse período, ou pelo menos por ser mais abrangente a documentação que restou, por outro aparecem aqueles que mencionam uma situação negativa dos conflitos analisados numa primeira vista, em que se relata “[...] negros na busca de seus senhores”, mas por desdobramento vingam-se como conseqüência de uma ação de fuga praticada anteriormente; nesse particular como participação passiva tanto dos agentes escravizados como aos olhos do opressor, na constituição do documento.

Mais uma vez as fugas e as “deserções” tomam força, liderando as ações de resistência dos trabalhadores. Apesar de algumas fugas efetuadas em assentamentos de minas serem tidas como “suspeitas”, sendo alvo de devassa, é de se supor uma estrutura repressiva abalada por vários interesses particulares, onde é possível imaginar corrupções, negligências e desmandos; o que por nenhum modo faz desaparecer a capacidade dos oprimidos de manipular condições dentro da estrutura de poder, configurando dessa forma também como resistência, embora aqui venha trazida como especulação.

Uma preocupação presente nesses documentos é a do contrabando de diamantes. Certamente passível à exploração por ex-escravizados, os quais, além de estarem metidos nas matas circundantes, já possuírem técnicas de mineração e os conhecimentos necessários à descoberta de outras jazidas, podiam praticar essa atividade clandestinamente,²⁰ resultando daí em atividade de comercialização, tida por “contrabando”. Documentos de anos posteriores trazem essa informação, cobrando maiores rigores da lei na proibição do contrabando e estabelecendo punições para quem realizasse relações de comércio com escravizados.

Outra tática que parece ter vigorado e mostrado eficácia no controle desses contingentes foi a da regulação e ordenação de brancos, pardos e de negros. Era muito comum a Fazenda Real fazer uso de força escravizada para trabalhos de sua competência, inclusive como parte do efetivo militar, alguns chegando a receber salário, o que de certa maneira os descaracterizaria como *escravizados*.

p. 63. No entanto, há uma informação divergente nas anotações do Barão de Melgaço, em que aponta como sendo a população composta de “79 negros de ambos os sexos e **30 índios**” (grifo nosso). Em LEVERGER, Augusto. **Apontamentos cronológicos da Província de Mato Grosso**. Cuiabá: IHGMT, 2001. p. 69.

²⁰ GUIMARÃES, Carlos M. *Mineração Quilombos e Palmares – Minas Gerais do Século XVIII*. Em: REIS, João J. & GOMES, Flávio S. (Orgs.) **Liberdade por um fio. História dos Quilombos no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1996. p. 139-63.

O ano 1771 parece ter sido de bastantes conflitos a julgar pela quantidade de documentos preservados e da parcela deles que tratam das resistências. São quinze em 118. A porcentagem na participação dos conflitos basicamente não se alterou muito nos três últimos anos, porém resultou em maior eficácia de negação do sistema e de suas estruturas. A subversão saiu de ações em patamares menos “hostis” para conflitos mais agressivos, culminando na morte de um capitão-do-mato por um escravo, segundo a correspondência. Nesse mesmo ano também foi assassinado um proprietário por seus escravizados, que imprimiram fuga para domínios espanhóis. Os ataques de *nativos*²¹ também tomam caráter mais forte nos enfrentamentos. No mesmo documento relatam-se a ação do gentio Paiaguá, na região do rio Cuiabá, em ataque ao sítio dos Morrinhos capturando três escravos e a investida dos Caiapó nas lavras de Nossa Senhora dos Remédios matando praticamente todos os trabalhadores escravizados (entre 40 e 70 indivíduos). Desse modo, não só as resistências destes trabalhadores arruinam as estruturas do sistema, como também a resistência das várias nações nativas em defender seus territórios.

As fugas continuam uma constante e no caso particular da resistência em forma de quilombos, as ações administrativas caminharam no sentido de sua destruição. Do outro lado das estratégias de controle, estão as táticas mais sutis, como a promoção de negros em cargos de polícia e a nomeação de sargentos e alferes para as Companhias de Ordenanças dos Homens Pretos, de Ordenanças dos Homens Pardos e de Ordenanças de Homens Brancos.²² Ao mesmo tempo em que a administração criava mecanismos de controle concedendo “benesses” e inventando vínculos de *pertencimento* com essas companhias, impunha uma divisão social clara e aberta, porque institucionalizada, botando em situação de possível confronto os diferentes integrantes. De resto, essas táticas compunham o secular processo de branqueamento e assimilação do negro pelo português.

²¹ Nativos – em que pese o tom generalista negativo que poder carregar esse termo, ele figura aqui com sentido ampliado para englobar a variedade de nações de povos que já ocupavam a região da Capitania de Mato Grosso desde a chegada das primeiras bandeiras, no início do século 18, tomando o significado de habitantes naturais.

²² Ao falar sobre tais táticas e mecanismos de controle utilizados pela administração colonial para o exercício da coerção, Volpato menciona a concessão de pedaços de terra a escravos para plantio de gêneros de subsistência, a possibilidade da carta de liberdade e o parcelamento da alforria. VOLPATO, Luiza R. Ricci. **Quilombos em Mato Grosso. Resistência negra em área de fronteira.** Em: REIS, João J. & GOMES, Flávio S. (Orgs.) *Op. cit.* p. 213-39.

No meio dos conflitos geopolíticos entre as duas Coroas na disputa por faixas limítrofes de seus territórios, estão os fugitivos tanto negros e pardos do lado português quanto os nativos de Chiquitos e Moxos do lado de Castela. As correspondências trocadas entre os governadores confrontantes indicam esses fatos. No fim de 1771 voltam à Vila Bela 51 escravos fugitivos que se encontravam no lado espanhol. A julgar pela documentação oficial, era bastante significativa a fuga de escravos negros e pardos para domínios espanhóis, possibilitando-nos inferências sobre a parca quantidade de quilombos relatados pela administração da Capitania. Por outro modo, as indicações administrativas sobre quilombos nos arredores dos arraiais mineradores, com distâncias médias de três léguas (ver Figura 5) pouco mais pouco menos, nos possibilitam algumas indagações sobre o caráter “passivo” das autoridades coloniais nessa Capitania. Em geral a documentação existente traz indicações precisas da localização desses ajuntamentos e de suas atividades, como a de faiscadores de ouro e de diamantes e suas relações com taberneiros circunvizinhos; estes últimos eram acusados de acobertar os quilombolas.²³

Pode ter sido fruto da transição administrativa anunciada o fato da baixa quantidade de documentos existentes para o ano 1772. Até a posse do novo governador foram registrados 56 documentos, dos quais apenas sete versam sobre escravizados, negros e pardos. Dois desses apontam para situações mais significativas do ponto de vista das resistências, sendo um a da reclamação de contínuas “deserções” de escravizados e outro sobre a formação de diligência contra fugitivos “assassinos”.

Dos 154 documentos preservados para o ano 1773, 31 fazem menção direta a escravizados e apontam para um aprimoramento nas resistências. De uma forma geral, apresentam número significativo para fugas e “deserções” de escravizados para domínios espanhóis bem como de assassinato de alferes imputado a dois deles. É interessante notar que há, pela primeira vez, pedidos formais de vigilância pública a garantir a tranqüilidade dos arraiais mineradores. Parece mesmo haver uma onda de temor generalizada em função das táticas empregadas pelos fugitivos,

²³ SILVA, Jovam V. *Op. Cit.* p. 223. O autor comenta um fragmento de carta do governador João de Albuquerque Mello Pereira e Cáceres, datada de 15/11/1793, em que expõe a situação dos aquilombados e suas relações comerciais com os taberneiros e negociantes. Apesar de se tratar de praticamente vinte anos depois, o tempo de análise é basicamente esse período descrito aqui; ademais se trata de uma prática bastante comentada em outros períodos.

em que são acusados de roubar, matar e “aterrorizar” a todos. A julgar pelos vigorosos reclames, a *rebeldia* desses escravizados andava a fazer medo na população e nos Senhores frente aos “bandos”, segundo os documentos relatam.

Existe também uma menção interessante para a lista de escravos fugitivos encomendada anteriormente pela administração aos proprietários lesados pelas fugas. Tal levantamento provavelmente serviria de base para a comprovação de notícias sobre outros quilombos, como pôde ser constatado com a destruição do Quariterê dois anos antes.

Parte desse conjunto trata dos “contínuos” folguedos dos negros em dias santos e as brigas entre escravizados, coisa que até então não se havia dito. Esses folguedos e batuques como um problema social para a administração resolver se verifica notadamente em Cuiabá e em outras capitanias também.²⁴ Um ponto bastante significativo para as resistências que demandam desdobramento de situação diz respeito à proibição da comercialização de seus produtos, o que de início já apresenta uma interpretação possível de táticas do tipo “brecha camponesa”. Se houve necessidade de intervenção administrativa através de leis proibindo essas negociações, é possível supor que a tática das terras de trabalho para produção de gêneros de subsistência fosse empregada em alguma medida nos arredores da Capital. Talvez não fosse o caso do modelo exato, defendido por Ciro Flamarion Cardoso,²⁵ mas abre interpretação para essas características. Certamente esse modelo defendido como estrutural não se aplicaria a boa parte da Colônia e porventura na Capitania de Mato Grosso também não passaria de residual, se de fato ocorreu; talvez com algumas variáveis, sim. Ilustrando essa percepção dos senhores e dos administradores quanto ao uso da força de trabalho escravizada, um dos documentos trata do pedido de terras devolutas por um *preto forro* e em seguida aparece a resposta negando tal petição. Entretanto, aceitando esse modelo, abrem-se possibilidades para supor também que haveria uma tática de apropriação

²⁴ ASSIS, Edvaldo de. O negro e as manifestações culturais em Mato Grosso. **Diário Oficial**. Cuiabá, 28 ago. 1986. Suplemento mensal, p. 10. O autor destaca que, além dos folguedos e das demais manifestações religiosas de escravizados serem apropriadas pelo catolicismo urbano, os batuques só eram permitidos nos arrabaldes de Cuiabá e sob respectiva autorização administrativa, sendo que para Poconé, ainda no Código de Postura do ano 1872 havia a proibição e aplicação de pena de multa e prisão para os infratores.

REIS, João J. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 28, p. 15-39, 1995/96.

²⁵ CARDOSO, Ciro F. **A brecha camponesa no sistema escravista**. Agricultura, escravidão e capitalismo. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 145.

clandestina de parte da produção pelos produtores escravizados e sua comercialização com negociantes e taberneiros.

Por outro turno, haveria também a chance dessa comercialização ser resultado de empresa quilombola, posto que tivessem notícia de que esses trabalhadores fugitivos estavam a comercializar seus produtos na Capital, como de conhecimento das autoridades. Esses produtos tanto poderiam ser de cultivo autônomo como poderiam ser fruto de apropriações, ou a combinação de ambos os tipos. Dessa maneira, sendo parte de táticas quilombolas, haveria de se recusar a proposta da “brecha camponesa” por não representar de fato uma fissura no sistema e muito menos porção negativa total de sua estrutura.

As atividades de mineração clandestina compõem boa parte da documentação administrativa como nos anos anteriores, o que nos leva a supor que em alguma medida poderia haver participação de ex-cativos, tal era a preocupação com o contrabando de pedras preciosas e de lavras de faisqueira. Como essas atividades não eram taxadas por impostos nem respeitava direitos de concessão, depreende-se que somente era possível sua exploração econômica de forma viável se basicamente comportassem tais características.

As menções à participação eclesiástica no uso de mão-de-obra escravizada são abundantes e parece ter sido uma constante desde os primeiros arraiais em que se dizia missa.²⁶ Para além dos repasses que a administração fazia à Igreja, como pode ser observado nos mapas de balanços anuais, efetuados a mando dos governadores, existia uma prática institucionalizada de remuneração não-atrelada aos pagamentos administrativos, aparentemente vista com naturalidade. Bispos e padres eram proprietários de significativa escravaria empregada em trabalhos de mineração.

Os problemas com a parca documentação voltam a ocorrer no ano 1774 em que só aparecem 58; desses, apenas quatro mencionam situações envolvendo escravizados. Em situação de resistência mais efetiva figura apenas um deles, tratando de “negros foragidos”. Os demais relatam o transporte e a comercialização de “remessas de negros”; inclusive um dos documentos fala sobre a “venda dos negros ao padre Luis”, como exposto anteriormente acerca da participação de membros dessa esfera de poder nos negócios de mineração.

²⁶ LEVERGER, Augusto. *op. cit.* p. 66. O autor traz um resumo do mapa de Receitas e Despesas para o ano de 1769, em que a Folha Eclesiástica é de 496\$000, pagos pela administração da Capitania.

O ano seguinte volta a apresentar grande quantidade de documentos no geral e em particular sobre a atuação dos trabalhadores subalternizados. Do total de 176, vinte documentos trazem sinais de resistência mais efetiva. Continuam revelando aprimoramento de táticas e a quantidade delas levadas a termo, em que as fugas aparecem ligeiramente à frente, seguidas das suspeitas de extração clandestina de diamantes e formação de quilombos. Por desdobramento, aparecem a formação de bandeira e a composição de diligência para destruição de ajuntamentos, com a contribuição de ouro feita pela população para pagamento das despesas. Vale notar a necessidade de levar negros nas bandeiras e a utilização de *índios, pretos e mulatos* na composição das diligências, com finalidades diversas, além da de destruição dos quilombos e identificação de novas jazidas minerais.

Basicamente a mesma quantidade é preservada para o ano seguinte, com 172 documentos, dos quais dezenove apresentam situações envolvendo negros escravizados. Em primeiro plano aparecem as fugas como maior preocupação administrativa, seguidas por assassinato de pedestres, “furto” para a fuga e por desdobramento, as punições. Constam, como antes, as mesmas reclamações da continuidade da extração clandestina de diamantes e uma devassa para averiguar os problemas correlatos.

Ressalta-se, contudo, um caso interessante de escravo com remuneração – escravo de ganho, bem como o de escravos alugados. Como dito antes, além dos senhores, geralmente alguns membros do poder eclesiástico eram proprietários de trabalhadores escravizados e os alugavam até mesmo para serviços da Real Fazenda, que por ora também possuía os seus.

Em 1777, nos 164 documentos preservados, o montante de situações de rebeldia explícita chegou a nove, todos eles relacionados a fugas. Outro documento aponta para táticas mais sutis de negação do trabalho forçado e da condição de escravizados, em que são acusados de “relaxados no serviço”. O que chama a atenção também é uma menção sobre fuga praticada por um índio e um negro forro. Ora, se a condição de escravizado legalmente havia sido superada tanto para o índio com os Diretórios, como para o negro com a alforria, o que os teria motivado a fugir? Depreende-se daí que mesmo diante das formalidades judiciais instituídas esses trabalhadores eram percebidos como em sua condição anterior. Outro fato a tomar corpo de questionamentos é o da fuga do português Manoel Joseph de Araújo e alguns negros para Santa Cruz, “onde diz muitas mentiras”. Acrescenta-se aí mais

um sobre a averiguação de notícia de ouro. Após a dita constatação os negros são acusados de que “ouro em abundância era mentira [deles]”. Num primeiro momento quer parecer que não se trata de uma forma de resistência ou de uma tática de desgaste da estrutura. Contudo, se observarmos as despesas com deslocamento, alimentação de todos envolvidos na diligência, os dias de trabalho efetivo deslocados para essa atividade, os gastos com vigilância extra entre outros, representavam de fato prejuízo e certo desgaste para a administração.

As fugas lideram novamente as formas de resistência para o ano 1778. Ao todo são 227 documentos; dos poucos sobre escravizados, um deles chama a atenção também com uma forma singular e importante de enfrentamento à repressão em que se relata um atentado seguido de um levante no Presídio Coimbra. Já no ano anterior as cartas traziam preocupações das autoridades com o comportamento dos trabalhadores escravizados empregados na construção do dito presídio e dos fortes em geral, em que solicitavam orientações de como proceder frente às suas insurreições, agressividade e brigas com os soldados. A questão era se deviam castigá-los ou não. Traz ainda notícias de mortes dos escravos e relatório de missão espanhola que encontrou negros fugitivos em seus domínios, o que continuava uma constante.

Continuando o governo de Luiz de Albuquerque, o ano 1779 apresenta 194 documentos preservados, dos quais apenas dez apresentam os limites idealizados nesta análise. Embora a quantidade seja diminuta e tenha baixado na porcentagem observada anteriormente, o tom das táticas mudou significativamente quanto ao grau de resistência e vigor. As fugas ainda tomam a frente da lista, mas aparecem em seguida os quilombos. As forças repressoras destruíram um mocambo neste ano e recapturaram cinco indivíduos, sendo “quatro pretos e um preta”, tendo, segundo consta do relatório, observado que a maioria dos moradores fugiu por “desconfiar do ataque”. Pelo descrito, o quilombo contava com doze casas e havia ali galinhas e frangos, farinha, arroz, amendoim, batatas, canas e carás. Julgando-se pelas “benfeitorias” imóveis, no caso das casas, e móveis, como é o caso das provisões dessa agricultura de subsistência, e a exemplo disso tem-se a cana-de-açúcar – uma planta que demora de oito a doze meses para a maturação mínima, é de se supor um assentamento minimamente estável. O arroz também acaba por ser um indicativo de permanência mais larga, posto que se deduza seu beneficiamento através de pilões manuais em madeira. Se a produção trazia excedente, nada

impede que ele também fosse comercializado na Capital ou mesmo nos arraiais, juntamente com os minérios faiscados. Os recapturados foram conduzidos para a Cidade e os seus opressores receberam a devida recompensa.

A repressão parece ter se fortalecido neste ano, pois um negro acusado de roubar mantimentos ao armazém recebeu mil açoites públicos, tendo mais que dobrado se comparado ao roubo de uma canoa no ano 1776. Por outro lado, até então não mencionada, aparece neste ano uma referência explícita acerca de incitação por parte de trabalhadores induzindo seus pares a deixarem o cativeiro, embora tenham sido presos, como consta.

Do ano 1780 chegou-nos um lote de 202 documentos, dos quais apenas seis versam sobre resistências efetivas, tomando frente as fugas. O que é de interesse, apesar da baixa quantidade de referências no geral, é que há uma fuga de trabalhadores com um número bastante significativo e que até então não se havia dito. O documento relata a fuga de “trinta e tantos escravos fugidos”; as poucas referências mostrando a quantidade estimavam em quinze o número máximo de fugitivos de uma só vez.

Outra referência importante é o trabalho de crianças escravizadas com apenas nove anos que já faiscavam ouro, segundo informa a carta.

Os escravos também fugiam a Real Fazenda, pelo que se punham a trabalhar principalmente em obras públicas, o que de certa forma lhes facilitava essa tática, como menciona um documento de 1775, em que relata a fuga de um *preto* e o pouco caso dos responsáveis designados a vigiá-lo, até que aconteceu.

Traz ainda o envolvimento de um alferes e um sargento na morte de escravos. O que de certa maneira, por desdobraimento, deve ser considerada uma forma de desgaste da estrutura escravista, pois além de ocupar trabalho de vigilância, representar prejuízo aos proprietários e à própria produção, levanta-se como questão a que se devem essas mortes. Talvez a “indisciplina” tenha sido a geradora da situação final, porém, mesmo que não houvesse consciência de praticá-la de modo a arruinar um corpo maior da opressão, tendo esse desdobraimento acaba por se pronunciar como tal.

Trata-se aqui do ano 1789, portanto oito anos após o último registro comentado.²⁷ Chegaram-nos 163 documentos dos quais treze fazem menção a

²⁷ Arquivos digitais corrompidos (referentes a 1781-1788).

escravizados. Em situação de resistência temos que a maior parte, como vem sendo uma constante nos anos anteriores, trata de fugas. Algumas dessas contando com a participação de quinze e mais negros, até mesmo em calcetas.²⁸ Chama a atenção o fato de várias dessas fugas e deserções serem de proveniência atestada para domínios do Pará; o que pode mostrar que o deslocamento desses fugitivos era algo realmente significativo e contrapõe certas afirmações pouco flexíveis de alguns estudiosos ao classificar os quilombos ou muito distantes ou muito próximos dos locais de fuga.²⁹ Ora, os fugitivos do Pará poderiam muito bem se estabelecer nas proximidades da Capital, bem como o oposto também poderia ocorrer, já que é bastante documentada a fuga de escravizados usando o rio Guaporé tanto o seguindo ao norte, quanto o atravessando para cair em domínios espanhóis. Pode supor-se que as proximidades dos locais de fuga não comportassem a maioria daqueles seus fugitivos, sendo preferidos os entornos de outras freguesias, como parece ser o caso. Convergindo para essa hipótese estaria a notícia que se tinha de negros aquilombados fazerem seguidas e presentes incursões a cidade para comercializarem seus produtos. O grau de exposição social para negros e mestiços era bastante elevado a consideramos o tamanho da malha urbanizada e a disposição espacial dos locais de negócios. Se fossem fugitivos de senhores com alguma relação na Capital, certamente a possibilidade de serem reconhecidos aumentava muito. Dessa maneira, é provável que, se nem todos fossem de outras localidades, ao menos nas idas à Cidade é de se pensar, como estratégia, uma preferência por estes aos do lugar. Segundo os registros, não há conflitos mais agressivos para esse ano, porém é necessário destacar a prisão de sete negros e uma negra, “bem providos de armas”.

Para o ano 1790 constam preservados 163 documentos e apenas oito deles fazem menção em alguma medida a escravizados. Quatro desses relatam fugas e os demais se referem àqueles em relação ao trabalho. Ao mesmo tempo em que aparenta ter diminuído a ação de resistência daqueles trabalhadores, o fato das forças opressoras terem notícias e efetuado a destruição de um antigo quilombo, mostra que, por outro lado, parece existir um tempo de eficientes táticas de

²⁸ Calceta – 1 “argola de ferro que, fixada no tornozelo do prisioneiro, ligava-se à sua cintura por meio de corrente de ferro ou ao pé de outro prisioneiro; braga, grilheta.” Em HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Versão 1.0. Objetiva, 2001.

²⁹ FREITAS, Décio. **Escravos & senhores de escravos**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. Em: FIABANI, Adelmir. **Mato, Palhoça e Pilão**. O quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532 – 2004). São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 137.

ocupação espacial e de relacionamento entre quilombolas e setores da sociedade escravista. Com base no que podemos conceber da estrutura administrativa pode-se supor uma hipótese prévia a enxergar uma distância temporal básica entre uma e outra destruição desses ajuntamentos. Se de fato pudermos considerar essa distância como produto conjuntural de relações sociais históricas e não mera “casualidade”, pode-se inferir que havia um tempo *natural* de acúmulo de fugas, para então, só a partir daí, as forças escravistas tomarem as providências de recaptura e destruição. O que levaria a um entendimento de que as fugas iam se acumulando; os fugitivos se estruturando em assentamentos parcialmente autônomos; fixando-se de forma mais definitiva; estabelecendo relações comerciais, afetivas, religiosas, com membros tanto da massa de escravizados como da categoria dos negociantes e taberneiros; o conhecimento de localização desses ajuntamentos por parte da administração e então, a partir daí, aconteceria a formação de bandeira ou diligência para sua destruição. O que não nos remete a um engessamento desse modelo com etapas a serem obrigatoriamente cumpridas. Eventualmente havia aqueles descobertos logo no início de sua fixação, onde a referência a sinais de permanência é menos segura.

Apenas cinco dos oitenta documentos do ano 1791 fazem menção a situações de resistência por parte de escravizados. Quatro tratam das fugas de forma genérica, mas um desses chama atenção por haver uma indicação sobre a participação de pedestres ajudando os escravizados em tais fugas. Certamente havia uma ligação entre esses militares e os fugitivos. Sabe-se que boa parte do corpo de milícias a cargo da administração colonial na Capitania era composta por negros, mulatos, pardos e nativos. Alguns desses, como mencionado anteriormente, recebendo salários ou promessa de alforria como pagamento. Não raro, há relatos nas correspondências sobre suspeitas ou comprovação de participação de militares nas fugas de escravizados. Em alguns casos foi necessária a abertura de uma devassa para apurar tais “deserções”, principalmente em ambientes de mineração.

Boa parte da documentação do ano 1792, ao todo 210, relaciona as poucas menções que faz sobre escravizados ao Forte Príncipe da Beira, que por sua vez é relacionado a assuntos da Capital e da Vila de Cuiabá. Esses documentos tratam das constantes fugas e em particular daqueles aprisionados no dito Forte. Versam também sobre escravizados que se achavam trabalhando em território espanhol para Dom Lázaro de La Ribera.

O ano 1793 também não apresenta muitas referências entre seus 98 documentos, ficando restritas a apenas três situações de fugas e uma de prisão. Mas por outro lado, revela um pouco da estrutura, da concepção e dos usos que se fazia da instituição escravizadora. Aqui se apresenta um documento que trata marginalmente da posse de trabalhadores nas mãos de militares, não sendo obrigatoriamente de patente mais elevada, em que cabos e soldados possuíam-nos sem nenhuma restrição. Outro documento trata de um mulato que andava fugido havia três anos, o que nos leva minimamente a relacioná-lo a um dos pontos integrantes na hipótese dos intervalos comentada anteriormente. Fato é que boa parte dos fugitivos não compunha, por outro lado, um quilombo. Muitos poderiam viver sob um grau de mobilidade bem maior do que aquele reservado a integrantes desses assentamentos; o que também não descarta a possibilidade desses “nômades” fazerem parte de quilombos e estarem dedicados às trocas comerciais, apropriações clandestinas, exploração mineral e negociação desses produtos – o que pode levar a essa constante mobilidade é exatamente a característica marcante das jazidas de faisqueira que se apresentam com concentrações variadas em locais esparsos; ademais, com o tipo de ferramentas rústicas empregadas é provável que fiassem somente aquelas mais ricas, posto ser possível ir mudando conforme se esgotavam os veios mais rendosos. Não raro, os descobertos na ocasião do sorteio já contavam com boa parte de suas datas socavadas prévia e sumariamente, por “ladrões”, acreditava-se. Mary Karasch sobre estudos em Goiás salienta que a expansão das áreas de exploração mineral se deve em muito a ação de trabalhadores fugitivos.³⁰ Para a administração, não só fugitivos estavam envolvidos em extração mineral clandestina; na Devassa dos Diamantes instaurada nesse ano, um membro do Clero, o padre Domingos da Silva Xavier, foi julgado culpado e remetido a Lisboa.

1794 parece não ter sido um ano incomum acerca das situações envolvendo trabalhadores escravizados. Como vem acontecendo desde 1762 pouco mais pouco menos, a julgar pela documentação analisada, as menções a trabalhadores escravizados nativos diminuíram sistemática e progressivamente. Contudo, não é possível afirmar que não fosse empregada sua força de trabalho e que suas resistências não continuassem sendo direcionadas contra a escravização. A política

³⁰ KARASCH, Mary. **Os quilombos do ouro na Capitania de Goiás**. Em REIS, João J. & GOMES, Flávio S. (Orgs.) *Op. cit.* p. 240-62; e também REIS, João J. *Op. cit.* p. 19.

dos Diretórios comentada anteriormente, conjugada com a lógica administrativa colonial de ocupação efetiva do território baseada no *despovoamento* e *repovoamento*,³¹ aliada aos interesses das forças escravistas e a introdução de maior contingente de origem africana podem minimamente explicar essa ausência; no grosso das menções vigoram as atividades e decisões da administração sobre a disputa espacial com nações indígenas, fazendo-lhes guerras através de bandeiras. Em praticamente todas as situações relatadas esses povos estavam em posição de resistência efetiva e não figuravam como elemento dominado. Por outro lado, essas menções talvez fossem mais numerosas pela natureza das relações, fazendo com que aqueles *administrados* e confinados em aldeias instituídas pela Real Fazenda, figurassem como menor motivo de preocupação das autoridades, posto serem mais “dóceis” aos seus olhos ou por suas notícias serem restritas às esferas eclesiásticas, excetuando talvez apenas fatos extraordinários.

Um elemento importante para tentar entender os limites das estratégias de controle, até mesmo essa de cunho paternalista e teoricamente pacífico, e a percepção burocrática acerca do efeito que a Lei podia exercer sobre os súditos em geral, pode ser ilustrado com texto de um bando tornado público no arraial de Santana, a mando do governador João d’Albuquerque, em que dizia sobre a proteção a ser concedida aos negros fugitivos e aquilombados na Capitania, que voltassem num prazo de 40 dias. Caso isso não ocorresse, seriam torturados de acordo com a Lei. A insistência das autoridades em publicar bandos concedendo perdão pelas fugas, emitindo-lhes documentos de salvo-conduto – a fim de evitar castigos, pode revelar um pouco da impotência da força repressora do Estado frente às resistências ou mesmo ainda, um plano consciente. Em forma de prejuízo, pode também expor os pontos enfraquecedores das táticas de negação da estrutura escravista; na medida em que funcionava esse mecanismo de chamarizes, além de desestruturar possíveis assentamentos quilombolas – os regressos poderiam delatar sob tortura ou em vista de uma futura alforria, o local onde estavam refugiados e também seus integrantes – impedia que houvesse um desgaste ainda maior das forças opressoras e contribuía com a estabilização da produção e continuidade da instituição que os explorava.

³¹ Para mais detalhes sobre essa lógica de ocupação espacial da colônia ver: DAVIES, Nicholas. **As Camadas Populares nos Livros Didáticos de História do Brasil**. Em: PINSK, J. e outros. O Ensino de História e a Criação do Fato. São Paulo: Editora Contexto, 2001. p. 101.

Dos 291 documentos apenas sete trazem menções a escravizados, das quais cinco tratam de fugas, uma de maus tratos e as duas outras de morte. Dentre as fugas aparece um documento que disserta sobre a possibilidade que havia de escravizados fugirem pelo rio Guaporé e outro que especula o paradeiro de negras fugitivas em São João de Chiquitos, Espanha. Quanto aos maus tratos, referem-se à fuga combinada para a semana santa daquele ano, em que cinco fugitivos foram apanhados pela ronda, no Forte Príncipe da Beira. Boa parte desses escravizados no dito Forte estava empregada em serviços da administração e alguns chegaram a fugir mesmo em calcetas.³²

Para o ano 1795 estão preservados 228 documentos, dos quais apenas dezessete estão relacionados a escravizados em alguma medida. As fugas estão à dianteira das táticas de resistência como vêm se mostrando também nos anos anteriores. As demais situações dizem respeito ao comércio desses trabalhadores vindos da África pela via do Pará e falam também de fugitivos que se refugiaram na Província de Moxos. Também há notícias que de São João de Chiquitos fugiram escravizados acertando paradeiro em Casalvasco, no rio Barbados.

Embora a documentação seja bem diminuta acerca dos escravizados, restou-nos um bom conjunto de correspondências e comunicados sobre o Quilombo do Piolho. É possível acompanhar parte do planejamento de destruição e recaptura de sua gente. As primeiras referências tratam do conhecimento que se tem do Rio Piolho, que ficava ao norte de Vila Bela e “para baixo do rio Branco”, com probabilidade de haver quilombolas e ouro. Nessa mesma época já o conheciam como Quilombo do Piolho. Outra missiva solicita pólvora ao socorro da expedição que programava destruí-lo. Alude-se como tarefa complementar ao exame das terras do dito quilombo para averiguação de jazidas minerais e, porventura, outros ajuntamentos dessa natureza.

³² Apesar de guardar algumas diferenças na paisagem, sobretudo relacionadas ao relevo, tanto o Guaporé quanto o Amazonas são rios amazônicos, o que lhes confere uma característica particular acerca da dilatação das suas águas. Ao analisar os quilombos na margem esquerda do baixo Amazonas, Funes salienta a importância do ciclo das cheias desse rio para as fugas de escravos em busca de quilombos, acrescentando também como componente estratégico a ocasião das festas santas. FUNES, Eurípedes A. **“Nasci nas matas, nunca tive senhor”**: História e memória dos mocambos do baixo Amazonas. Em REIS, João J. & GOMES, Flávio S. (Orgs.) *Op. cit.* p.467-97; e também do mesmo autor **Mocambos do Trombetas – história, memória e identidade**. EA Virtual nº 2. Universidade Federal do Ceará. p. 10. Disponível em: http://www.ub.edu/afroamerica/EAV2/funes_d.pdf Acesso em 15 mar 2008. Ver também WANDERLEY, L. J. M. **Da senzala ao quilombo: a construção de territórios alternativos a escravidão no rio Trombetas - PA**. Em: Anais do I Encontro da Rede de Estudos Rurais. Niterói-RJ: Rede Rural/UFF, 2006.

Antes da partida oficial os comunicados são tecnicamente secretos, para evitar desconfianças, dada a rede de relacionamentos estabelecida entre as gentes dos quilombos e as de alguns setores da Capital. À diligência deram-lhe o caráter de “importante e secretíssima” para trazer a gente do dito Quilombo. A bandeira obteve sucesso parcial na recaptura e destruição do assentamento. No mesmo período, a mando do governador João de Albuquerque, efetua-se diligência a fim de destruir vários quilombos e observar alguns lugares.

Minerar parece ter sido uma boa saída para a sobrevivência de trabalhadores foragidos, posto que as reclamações sobre a extração clandestina de diamantes continuaram, trazendo como problema o pouco cuidado dos soldados. Dão notícias de que nos locais proibidos estão alguns “pretos fugidos” e outros indivíduos.

Apesar de apresentar grande quantidade de documentos para 1796, dos 282 preservados apenas oito trazem informações sobre trabalhadores subalternizados, dos quais quatro fazem menção a fugas. Por desdobramento estão as prisões e as mortes; também são tratadas em alguns documentos as chegadas de trabalhadores africanos e a situação de alguns presos. Há que notar aqui um documento em particular que chama a atenção para o que havia sido dito antes, acerca da posse de escravizados por membros eclesiásticos e deserção para missões catequistas, como é o caso da tentativa de fuga de dois “escravos do padre Antônio Jozé Marques” para domínios espanhóis.

O ano 1797 volta a apresentar dados mais significativos sobre a participação de escravizados em conflitos com as forças escravistas. Apesar de haver uma documentação maior, cerca de quinhentos documentos, a porcentagem deles que envolve cativos é muito diminuta, em relação aos anos anteriores; desse total apenas 21 falam de situações envolvendo escravos. Onze tratam de fugas, seguidos por outros dissertando sobre quilombos, negros armados e, por desdobramento, prisão. As informações sobre quilombos foram comunicadas e no documento pede que se esperem notícias mais sólidas. Outro ponto importante é o de que um dito João Nepomuceno, *crioulo* escravizado de um falecido mestre-de-campo, é acusado de envolvimento na extração de diamantes brutos segundo uma devassa instaurada, o qual se pôs em fuga. O mesmo documento diz que o dito *crioulo* foi visto junto ao rio Paraguai em uma pequena canoa, a seis dias de viagem de Cuiabá.³³ A julgar

³³ Uma análise sobre roubo e comércio de diamantes e a fuga e prisão do crioulo João Nepomuceno pode ser vista em CHAVES, Otávio R. **Escravidão, fronteira e liberdade (resistência escrava em**

pela quantidade de documentos relatando a fuga através dos rios, é de se supô-la mais viável para deslocamentos rápidos, entretanto parece não ser de todo segura em rios maiores, já que a exposição seria praticamente inevitável.

Os documentos conservados referentes ao ano 1798 são ao todo 388, dos quais dezessete tratam de situações de resistência em alguma medida. São majoritariamente fugas, seguidas por justificativas de prisão. Um documento chega a especular o motivo das referidas fugas ao mencionar o grau de miséria que passam os soldados e os escravizados, levando-os a essas táticas. Tratam de correições e castigos “merecidos” e prisões de escravizados, acusados de causarem mortes na povoação. Mencionam a Província de Moxos como o destino “preferido” pelos fugitivos.

O que chama a atenção para as táticas empregadas até agora é a dos motins continuamente provocados por um preto forro que comandava pretos libertos. O que se pode deduzir também dessa documentação é que a preocupação e a ótica das autoridades ao fazer registros desses desacertos e conflitos sociais pouco aprofundou na descrição desses eventos ou importância deu acerca de táticas mais sutis e menos agressivas. Ou ainda, não eram relatadas com a mesma frequência que aconteciam, do que se pode supor.

O comércio clandestino estabelecido com domínios espanhóis, apesar de ser fomentado e instituído pela Coroa através das instruções ao governador Luiz Albuquerque anos antes,³⁴ aparece de forma bastante negativa ao longo de toda documentação, inclusive a produzida naquela gestão. O contrabando é continuamente um problema a ser resolvido. O que pode pesar nessas proibições é o fato de haver um comércio que envolve pedras preciosas e até mesmo ouro. Além de não ter recolhidas as devidas taxas e os impostos sonogados, a Real Fazenda acumulava uma perda significativa de ouro e diamantes que, a rigor, deveriam seguir para os cofres reais.

Mato Grosso, 1752 – 1850). Dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2000. p. 62 e *passim*. Para o caso de comércio clandestino com regatões na região do rio Trombetas, Capitania de Grão-Pará e Maranhão ver FUNES, E. A. *Op. cit.* p. 10.

³⁴ Em carta instrutiva recebida em agosto de 1771, o recém-empossado governador Luís Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, dentre outras coisas, deveria seguir os preceitos de “ter toda cautela e prevenção a respeito dos espanhóis;” e também “animar o comércio clandestino com os domínios espanhóis;”. Em: LEVERGER, Augusto. *Op. cit.* p. 73.

Dos 346 documentos relativos ao ano 1799, apenas dez mencionam de alguma forma trabalhadores escravizados. Sua maioria diz respeito a fugas. Também aparecem *roubos* atribuídos a eles e mortes cometidas ou sofridas por seus pares. Fala sobre plano de fuga descoberto e reclama da falta de resposta do governador de Moxos sobre fugitivos desses domínios para aqueles sob sua responsabilidade. Relata a prisão dum mulato no rio Alegre, o qual havia fugido à Francisca Emília, *sua* senhora.

O ano 1800 apresenta um volume de 455 documentos preservados. As situações selecionadas são da conta de catorze, em que se vislumbram ações de resistência por parte de trabalhadores subalternizados. As fugas seguem à frente, acompanhadas de perto por formas mais sutis e em menor conta por ações mais agressivas de negação da estrutura escravista. Entre as formas sutis e menos violentas, estão aquelas situações de negação da condição pública de escravizados e de inocência aos crimes a si imputados. Como exemplo dessas formas mais “dóceis” há uma em que um *crioulo* cativo queria se passar por forro e foi capturado. Embora raras na documentação, as ações mais agressivas renderam-lhes bastantes maus tratos e eventualmente a perda da vida, como consta para o ano em questão; segundo apurou a devassa para esse crime instaurada, a morte de cinco escravos do alferes Joaquim Paes Leite, foi ocasionada pela surra *excessiva* que o feitor lhes deitou. Outra correspondência traz notícias da prisão de um cativo por ter ferido seu senhor. Segundo consta também, uma Bandeira para destruição de um grande quilombo no sertão do Norte voltou sem o conseguir, fiando-se o governador no que lhe foi dito pelos Xavante e pelos Bakairi, em que esses os haviam matado. Por ora, não se pode descartar uma possível aliança entre os ditos quilombolas e esses nativos, driblando assim a administração com o embuste da morte anunciada. Do mesmo modo que sempre estão presentes essas ações, apesar de menos expressivas em quantidade, do outro lado há também um endurecimento por parte das forças repressivas, resultando em prisões, maus tratos, castigos mais cruéis e mortes desses indivíduos.

Novamente neste ano as táticas paternalistas da administração voltam públicas em forma de bando do governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro em que concedia perdão a todos os soldados que houvessem cometido o primeiro crime numa outra capitania, concedendo também perdão aos escravos fugitivos dentro ou fora de Mato Grosso, contando que se apresentassem ao Juiz de Fora,

recomendando-lhe o não castigo desses indivíduos. Seguramente tais bandos exerciam uma função para além do mero cumprimento burocrático institucional regulador das ações administrativas. É provável, contudo, que alguns fugitivos seguissem tais determinações e se entregassem. Todavia, é bastante diminuta na documentação essa situação, ficando basicamente restrita ao ano 1770, em que aparecem escravos na busca de seus proprietários, como já exposto anteriormente.

O ano 1801 rendeu um conjunto de 560 documentos. O baixo número de situações em que aparece a figura dos escravizados frente a quantidades cada vez maiores desses registros, pode ter respaldo na formalização e consolidação de setores da estrutura de poder, como corpo de rondas mais organizado, juntas de justiça, casas de cadeia, presídios e fortalezas. De todo esse montante apenas onze documentos se referem aos escravizados como um todo. A sua maior parte trata de fugas. Em menor conta aparecem as notícias sobre um quilombo na vizinhança, em que dá conhecimento de conter para mais de dez negros; para as autoridades portuguesas parecia ser uma percepção bastante plausível o rumo tomado por fugitivos em sentido a domínios espanhóis, como vem sendo mencionada a província de Moxos, como o principal paradeiro; há ainda algumas referências sobre prisões e acusações. Por outro lado traz notícias acerca de algumas nuances do quotidiano e das relações entre os trabalhadores subalternizados, envolvendo inclusive alforriados e livres. Dois casos chamam a atenção a esse respeito, sendo um deles o caso da escrava Clarinda que mandou açoitar o pardo Salvador por este ter ferido um porco de *seu* senhor. O outro trata do pedido de perdão feito por Francisco Freitas Dantas em favor de sua escrava por esta ter dado relhadas num escravo do arraial de Pilar; há que notar aqui um uso mais efetivo do judiciário para *pequenas* causas, dadas muitas vezes por iniciativas dos trabalhadores escravizados, até mesmo contra seus senhores.

Do montante de 409 documentos preservados referentes ao ano 1802 apenas dezessete apresentam situações envolvendo trabalhadores escravizados, alforriados e livres. Conquanto o número de registros continue diminuto se comparado aos anos seguintes à fundação da Capital, trazem novas situações que passaram a ter desdobramentos até então não mencionados. As fugas continuam à frente seguidas mais de longe por prisões e maus tratos. Neste ano vários casos chamam a atenção para os tipos de situação. No primeiro, aparece a informação de 44 pessoas na companhia de escravos aquilombados estarem a socavar terrenos

por onde passam, a fim de encontrar ouro. No segundo, pede-se ajuda a desvendar o processo de alforria de um dito escravo em que “não há mais que um capricho na vontade do senhor [dele], sustentando a teima de o não libertar”; como em ano precedente, um caso com as mesmas características era servido a fazer justo, o que não se efetivou, pelo que consta da documentação em questão. No terceiro, move-se súplica à justiça a respeito de uma *crioula* “quartada” por sua senhora em testamento e que com sua morte, a herdeira senhora Cristina Tavares a mantém cativa, revogando-lhe sua liberdade. Pelo que a suplicante alega (justamente) que uma vez fundada a liberdade não há porque revogá-la. Nesse caso, sua liberdade já havia sido pagada à sua senhora, na ocasião do processo já defunta, com trabalho referente às quatro partes do preço. No quarto caso, fala do tratamento que o senhor Manoel Pinto da Silva dispensa à sua enteada e aos “seus escravos cativos ou forros”,³⁵ e explica o fato da menina e um negro terem fugido para “o quilombo”.

Para o ano 1803, doze dos 347 documentos falam sobre trabalhadores escravizados em condição de fuga. A maior parte relata a ação em si e, em menor conta, as atividades de recaptura, perseguição e castigo. Um documento fala de um “quilombo de índios fugitivos de Lamego”. Note-se que a referência faz ver um problema na classificação dos assentamentos, em que esses fugitivos puseram-se em fuga para um quilombo; no entanto, o local chamado de Lamego trata-se da aldeia São João, renomeada pelo Governador Luiz Pinto de Souza Coutinho, quando de sua passagem pelo local, cumprindo ordens da Coroa dadas em 1758.³⁶ O que se nos apresenta como questão é o fato de que tanto poderia se tratar de um reagrupamento de fugitivos nativos, posto que viessem de uma aldeia, como deixa margem a entendimentos e suposições acerca desse quilombo ser um assentamento de quilombolas negros que admitira em sua composição demais indivíduos perseguidos.

O ano 1804 não apresentou nenhum documento que se referisse propriamente a escravizados nem a ações que pudessem ser-lhes atribuídas.

As indicações referentes à documentação recolhida do ano 1805 ainda tratam de fugas, embora em menor quantidade. Contudo, aparecem informações mais sutis

³⁵ Merece atenção nessa correspondência o enunciado “escravos cativos ou forros”. É crível no caso em questão, que estes últimos, mesmo tendo adquirido alforria, continuassem em companhia de seus senhores, como parece ser servido. Ainda carrega a possibilidade de que, mesmo sendo forros, continuassem socialmente com o peso da condição a que estiveram ligados anteriormente.

³⁶ CRIVELANTE, Maria Amélia A. A. **Uma devassa nas Minas: imigração e imoralidade na fronteira mais remota da colônia. Mato Grosso, 1785**. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2006. p. 32.

de resistência, como é o caso de pequeno trecho que fala sobre a “desobediência da escravatura, que se acha quase levantada, pois trabalham quando eles mesmos querem...”. Consta também uma interpretação dos motivos que levavam os escravos a fugir, como a falta de provisões, principalmente cachaça, fumo e rapadura.

Se por um lado, à época era possível haver interpretações dessa natureza e são de fartura na documentação, por outro, algumas percepções atuais também se encarregam de mostrar uma escravidão mais suave e por vezes consentida por parte dos escravizados. A partir dessa visão, como a presente naqueles documentos, a fuga e as práticas de insubordinação não seriam propriamente para a libertação de sua força de trabalho e contra o jugo dos opressores, mas por conta das más condições de alimentação e também majoritariamente pelos castigos cruéis. Embora se trate de 1755, vale o exemplo dessa visão, segundo uma interpretação do Capitão General da Capitania de Mato Grosso, Antônio Rolim de Moura, em ofício ao rei D. José I, explicando-lhe seus motivos para a fundação de Vila Bela no local em que está, argumenta entre outras coisas que julgava como critérios para a tal decisão, a proibição de vendas e comércios em arraiais mineradores, obrigando-os, dessa maneira, a se estabelecerem na capital, por crer que naqueles ambientes as pretas forras são “[...] muito prejudiciais porque por todos os caminhos lícitos e ilícitos procurão tirar o ouro aos escravos com que faltão estes o dobro do jornal a seus senhores e depois o temor do castigo [os escravos] fogem para o mato”;³⁷ outra causa atribuída à fuga dos escravos, segundo o Governador, era

[...] porque principalmente [os comerciantes] enganão os quanto podem assim nas qualidades, como nos preços e além disto quando hum negro chega as suas lojas a primeira coisa que fazem he a passar-lhes a cinta por verem o ouro que ele leva, e conquanto lhe não tirão tudo não descançam do que se segue, que o negro havendo dispendido ouro com que havia pagar o jornal a seu senhor, foge para o mato ficando assim gravemente prejudicado o senhor [...].³⁸

³⁷ Ofício Número 192. Livro 04 das Correspondências. APMT. p. 102 (verso). Sobre o temor da administração nas minas de Mato Grosso acerca das ligações entre escravos e libertos junto aos mineradores, por suspeitas de suas parcerias em atividades de contrabando e desvio de jornais com quilombolas, ver CHAVES, Otávio R. *Op. cit.* p. 35.

³⁸ *Idem.* p. 105 (verso)

Seguramente o montante de situações envolvendo indivíduos das camadas subalternizadas durante todo o período em que vigorou a instituição da escravização na Capitania, é bastante maior do que aquele registrado e do que esse que nos chegou. Deve ser dito que o relevo que se supunha alto para registro era aquele de informações usuais e de fatos notáveis, referentes a acontecimentos extraordinários ou de alguma importância aos olhos e interesses de quem mandava relatar.³⁹ Em certo sentido, a prática de registro oficial trazia um caráter cirúrgico ao retalhar a realidade e pinçando partes mais significativas, segundo sua ótica, construía um discurso formal e de poder.

A realidade social é composta por inúmeras imbricações e estruturas de ações e agentes modificadores dos espaços. Numa estrutura formal de poder legitimado explicitamente pela força, como era o caso da sede administrativa da Capitania, essas imbricações compunham um todo bastante complexo e, por vezes, constituía-se por sua própria dinâmica em uma visão parcial dessa composição. As atividades nos espaços marginais a essa estrutura reservada aos administradores e proprietários, não lhes era servido registrar por nenhum modo que não o fosse de extraordinário; contudo, a realidade é construída por diferentes e variados aspectos do cotidiano inter-relacionados e que fogem aos olhos e interesses do que é registrável, segundo a percepção da época. Em 1804 existiam na Capital tão-somente quatro famílias brancas, segundo informou um ofício encaminhado em dezembro à Secretaria de Estado. Ora, pode-se depreender daí que a população restante seria composta majoritariamente por indivíduos negros africanos, negros nascidos na Colônia, naturais Cabixi, Paresi⁴⁰ e eventualmente de etnias dos assentamentos religiosos de Chiquitos e Moxos, no lado espanhol, mestiços (pardos, *mulatos*, *crioulos*, *caburés*) e demais brancos que, do modo como ficou

³⁹ Em janeiro de 1771 encaminhou o governador Luís Pinto carta à Câmara de Cuiabá mandando servir-se de pessoa apta a registrar **os sucessos** notáveis ocorridos anualmente, de modo que esses Anais tivessem início em janeiro do ano anterior. [grifo acrescentado]. Em: LEVERGER, Augusto. *Op. cit.* p. 69.

⁴⁰ Para os povos Cabixi e Paresi, deve-se entendê-los como várias etnias dentro da nomenclatura portuguesa à época, em que era prática comum juntar grupos desses naturais por afinidades de língua e costumes, região que habitavam ou mesmo se eram “mansos” ou “bárbaros”. Em MEIRELES, Denise M. **Guardiães da fronteira: Rio Guaporé, século XVIII**. Petrópolis: Vozes, 1989. p.144 e *passim*. Para Maria Fátima R. Machado, na composição dos povos assentados sobre a região alto guaporeana entravam inúmeros grupos Nambiquara, porém designados à época de uma forma geral como Cabixi, havendo à época colonial uma distinção entre as terras altas para povos Paresi e terras baixas para povos Cabixi.. Em MACHADO, Maria F. R. **Quilombos, Cabixis e Caburés: índios e negros em Mato Grosso no século XVIII**. ABA (25ª Reunião – GT 48): Goiânia, 2006. p.11.

exposto no dito ofício, não compunham família.⁴¹ Para o sobredito ano foram produzidos cerca de 180 documentos e não apresentou nenhuma situação que mencionasse a participação de indivíduos dessa massa restante. Do mesmo modo pode-se questionar a baixa parcela de referência a estes trabalhadores nos documentos do ano 1802 com apenas dezessete, em 409; o ano 1803, em que se julga não ser tão drasticamente diferente da situação informada no ofício do ano seguinte, apresentou tão-só doze documentos em 347.

A diminuta quantidade de referências aos trabalhadores subalternizados pode ter resposta, como dito antes, no aprimoramento do aparelho burocrático do Estado e na estruturação institucional da vigilância e da violência, bem como por força estrutural um controle mais efetivo sobre os espaços, posto que a população ainda que mobilizada à mercê das *fofocas*⁴² da mineração.

No apanhado geral, mesmo que de forma diminuta como objeto de interesse dos relatores oficiais, as situações envolvendo trabalhadores escravizados contidas na documentação analisada, expressam uma constante oposição ao sistema escravista e às formas de opressão direta por uma parte dessa massa de subalternizados, quer seja no cotidiano quer seja fora das esferas de controle administrativo e senhorial. Esses trabalhadores construíram um aparato rebelde empregando desde táticas mais sutis e menos agressivas ao sistema escravista, passando pelas mais violentas e impetuosas de enfrentamento direto, às mais sofisticadas ações de conformação duma estrutura alternativa, na forma de quilombos.

⁴¹ Incluindo os arredores imediatos de Vila Bela, a população para 1800 era composta por 1.127 indivíduos entre homens e mulheres livres e 1.360 cativos de ambos os sexos. GARCIA, Romyr Conde. **Mato Grosso (1800 – 1840): Crise e estagnação do Projeto Colonial**. Tese de doutoramento. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. p. 103.

⁴² Termo empregado por garimpeiros para designar tanto os achados auríferos de boa conta como o grau de estabilidade da lavras em questão, entrando aí obrigatoriamente uma idéia sobre o número de trabalhadores e empreiteiros que acorreram para o local. Dito por especulação, embora se trate de um termo com datação recente (1975), sua persistência na linguagem de trabalhadores atuais para designar tais ambientes (possivelmente em decorrência da grande quantidade de garimpeiros observada e as relações sociais e de trabalho entre eles) e sua origem banta podem significar, em alguma medida, seu emprego junto aos trabalhadores escravizados empregados na mineração em períodos anteriores.

Mamulengos da Coroa para a História - A quilombagem na região mineradora guaporeana⁴³

“Quando eu morrer cansado de guerra
 Morro de bem com a minha terra;
 cana, caqui, inhame, abóbora
 onde só vento se semeara outrora
 amplidão, nação, sertão sem fim
 Oh! Manuel, Miguilim vamos embora”
 Chico Buarque

A fumaça que sobe vagarosamente das chaminés dos poucos casebres mais estruturados, corta o vento frio que a noite deixou chegar às vivas catas e mundéis dos arredores do arraial de São Francisco Xavier, e assim, anuncia a hora do eito para a maioria dos trabalhadores escravizados naquela chapada. O dia ainda não raiou e a pouca claridade do lusco-fusco penetra pelas rachaduras e trincas no barro ressecado das paredes de sopapo. Pelos trançados do telhado de folhas de palmeira e capim dourado desenham-se fracos feixes dessa luz até encontrar as esteiras vazias dos ocupantes que já se puseram em marcha uns pela morraria acima, outros já mais abaixo da cumeeira da serra, nos estreitos canais que vão serpenteando em nível as reentrâncias e pequenas dobras das colinas que escorrem suaves, alimentando pequenos diques e tanques dentro das datas e catas. Sua força de trabalho garante o desmonte das talhas. A seleção e exclusão das rochas maiores vão deixando os braços trêmulos por necessitarem de maior esforço. Enquanto um grupo de trabalhadores alimenta o dique com cascalho já apropriado para bateia, outro vai lavando essa pilha e a deixa nas proximidades a formarem as grandes porções de lavrados estéreis e *rejeitos*, de início, estruturadas por uma base de contenção feita manualmente com os blocos maiores dispostos um a um em forma de círculo, e depois, à medida que se lava, vai ajeitando o cascalho lavrado nessa espécie de *caçapa*.

⁴³ MOURA, Clóvis. **A história do trabalho no Brasil ainda não foi escrita**. São Paulo: Revista Princípios, 1995. (maio, junho e julho). p. 53. O autor, se referindo a prática de construção de comunidades de escravos fugitivos, diz que "O processo que a luta de classes assumiu sob a escravidão se caracteriza por isso que chamo de quilombagem, e os americanos de 'marronagem'."

As pausas são feitas não para descanso, mas para o acerto do barranco e a contenção da vazadura inesperada da preciosa água que escorre dos subcanais de adução do sistema hidráulico localizado na crista da serra.

A reza da missa da noite anterior não fora suficiente para acalantar a febre e as dores musculares, decorrentes de pleurizes catarrais muito freqüentes naqueles ares e responsáveis por boa parte dos óbitos observados ali. O temor de ser o próximo a tombar aumenta a friagem que o corpo padece.

Os montes de estéreis vão aumentando de altura e de quantidade, pululando pelas encostas e ao longo dos canais. Nos locais mais íngremes os trabalhadores quase têm de se segurar na vegetação que ainda resta entre as enormes pilhas que vão se sobrepondo às margens das pequenas ravinas e cursos antigos de erosão pluvial aproveitados. Da mesma forma vão construindo as caçapas e lhes preenchendo dia após dia com o cascalho limpo.

O ouro que dali tiram é controlado de cima do barranco por um confiado do proprietário dos trabalhadores e concessionário das datas. Essa posição *de cima* faz parte das táticas de controle e imposição imagética física e simbólica do poder e da autoridade. Aos sobrolhos dos escravizados restam-lhes talhas, pontas de relho, bocas de arcabuzes e mosquetes e as botas da capatazia. A hierarquia de *status* dos proprietários lhes garante as melhores porções e os veios mais proveitosos, embora o acesso legalmente ocorra na forma de sorteio, como mandam as instruções régias. Canais devem ser erguidos para levar água aos locais menos assistidos exatamente pelos trabalhadores daqueles senhores que possuem menor contingente de mão-de-obra escravizada.

Ainda há aqueles que precisam fazer funcionar o arraial, abastecer as casas senhoriais com água para beber, fazer-lhes a limpeza habitual, apanhar a caça dos mundéis, deixar a ração diária pronta para o almoço dos outros camaradas. O sol já anda alto. A batida do machado é a acompanhante solitária na missa de corpo presente ao lado da tumba ali mesmo, nas proximidades do arraial e do córrego Casarão, cavada por um companheiro de data na noite anterior após o retorno ao arraial. Cuidar das coisas de Deus é um dom bem remunerado no acordo com o Estado terreno. O padre diz missa aos ouvidos apenas do defunto e do trabalhador escalado para jogar as pás de terra sobre o corpo frio e endurecido e botar o bloco de rocha como lápide a marcar o lugar. As palavras proferidas pelo representante de Deus na Terra são pouco compreendidas pelo *instrumento* que fala, porque dotado

parcamente de um entendimento rude da língua geral e pela estranheza desmedida da profecia em Latim das coisas sagradas. Cifras devidamente assinaladas no livro de entradas do fundo eclesiástico garantem o repasse por parte do proprietário da *alma* ou do habitual ajuste com a Coroa.⁴⁴

Da janela de sua casa de alvenaria em pedra o administrador das lavras pode observar o andamento dos trabalhos e também avaliar os gastos para a canalização discutida com os proprietários dias antes.

O número de casas de mineiros mostra a opulência do arraial e indica a quantidade justificada de ouro que escorre pelos caminhos calçados no lombo de mulas e de trabalhadores escravizados rumo a Corte. Outras estruturas garantem a organização espacial do poder. Fruto do trabalho dos trabalhadores subalternizados para efetivo controle desses mesmos trabalhadores.

Outra medida do trabalho são os sons das ferramentas, das conversas, do sino. Eles vão se somando num *durativo* que preenche de ressoadas toda cercania desde o topo até as partes mais baixas da serra. Vêm das represas feitas nos pequenos e ralos cursos d'água que afluem para o Casarão, engrossando-lhe suas águas cada vez mais lamacentas até quando despencam nas sucessivas cachoeiras na borda da chapada. Ali os trabalhadores fazem os aterros de rocha, cascalho lavrado e terra argilosa a fim de combater a perda desnecessária da tão valiosa água. O estalido do machado sobre a madeira seca desenha o fractal dos sons aparentemente sem padrão identificado e nos seus intervalos deixa chegar as batidas de martelo e os golpes de *picaretas* e pás-goiva entre as fissuras das rochas. O *chuá-chuá* da água que entra e sai das bateias e o deslizar do cascalho para sua borda nem aparece ao longe distinguível, mas está ali mostrando que há uma força transformadora que o provoca.

E assim os trabalhadores escravizados vão modificando a paisagem e deixando suas marcas tanto em si mesmos como no ambiente, conformando a realidade numa reprodução desequilibrada das forças que só pendem para um dos lados diante dos resultados de sua ação. Ele próprio é a medida da ação e transformação que executa. Ele próprio é também parte da paisagem que molda e

⁴⁴ O historiador Otávio R. Chaves traz em seu estudo a cifra de 6 ½ oitavas de ouro [o equivalente a 22,75 gramas] como preço pago a enterros cristãos. Em CHAVES, Otávio R. *Op. cit.* p. 46. É de se notar um preço bastante elevado se considerarmos que os jornais eram de, quando muito, 7 gramas em jazidas de faisqueiras já mineradas.

que lhe molda reciprocamente. Os controladores de sua liberdade e de suas passadas compõem necessariamente esse mosaico.

Haverá mais de 270 anos, a chapada se erguera agigantando-se no horizonte poente, à vista dos caminhantes oriundos das minas do Cuiabá. Enchia a paisagem à medida que dela se aproximavam. Interpunha-se à formação monótona da planície e multiplicava-se em sucessivos *braços* menores até que se avistavam os morros mais altos e contínuos dessa serraria. De cima, escorriam das contínuas fraldas entre abertas e íngremes até que se emendavam ao sopé suavemente pequenos cursos d'água que se iam sumindo no verde escuro da mata alta. Esta impedia um alcance da vista para mais longe e forçava parte da comitiva a transpô-la morro acima até que se avistasse sua origem. Após levantar acampamento que se fizera no local onde hoje estão as ruínas de Santana e ali achar ouro, a outra parte dos camaradas seguiu o curso dos riachos e córregos rumo à nascente, socavando-os, à procura de boas pintas de ouro. Em uma das lombadas mais altas e planas dessa chapada se fundaria o dito arraial de São Francisco Xavier.⁴⁵

O palco dessa investida de Bandeiras em busca de minérios e de mão-de-obra *escravizável* tem lugar nas bordas da extensa Chapada dos Parecis, que se decompõe formando a Depressão do Guaporé, seu principal curso d'água que, em épocas de cheia, alimenta as planícies e pantanais do alto e médio Guaporé. Sua vegetação é classificada atualmente como Floresta Estacional Semidecidual e Cerrado.⁴⁶ Trata-se de uma transição entre parte da Floresta Amazônica e tipos variados de Cerrado, apresentando minimamente três padrões deste último, sendo o de Campo Limpo, Campo Sujo em altitudes mais elevadas, como o topo das chapadas e, finalmente, o Campo Cerrado, este próprio das porções de transição.⁴⁷ (Figuras 1 e 5).

Os espaços dos embates entre trabalhadores subalternizados – sob o jugo da instituição escravizadora de suas liberdades e força de trabalho – e opressores ligados à administração colonial portuguesa e por seus próprios bolsos outros homens de “grossa aventura”, acham-se grosseiramente entre as coordenadas UTM 20L 732000/8540000 – 21L 352000/8540000 – 21K 352000/8194000 – 20K

⁴⁵ “Situação de Matto-Grosso, seu Descobrimto de Minnas, e Estabelecimento de seus Arrayaes”. AHU. Conselho Ultramarino, Cód. 1213, Doc. XVI Grão-Pará, 20/01/1752. p. 3.

⁴⁶ **EMBRAPA: O Estado de Mato Grosso** – Relevo e vegetação.

Disponível em: <http://www.qmdmt.cnpm.embrapa.br/714.htm> Acesso em 10 jul. 2007.

⁴⁷ **IBAMA. Ecossistemas brasileiros** – Cerrado.

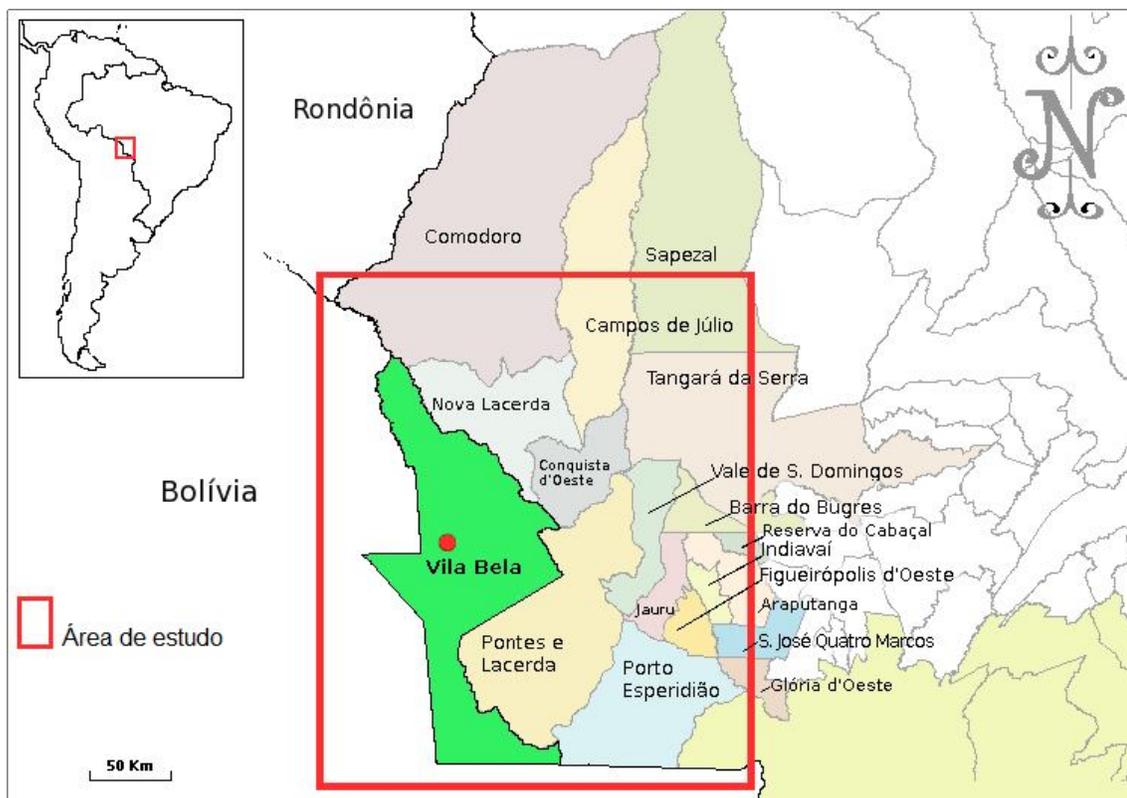
Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/ecossistemas/cerrado.htm> Acesso em 10 jul 2007.

732000/8194000, com altitudes médias de 300 metros para partes baixas e máximas de 800 metros para os topos das chapadas;⁴⁸ sendo: a oeste, desde o *Plateau* Huanchaca ou Serra de Ricardo Franco, como é conhecida nos dias atuais na Bolívia e no Brasil, respectivamente, até o divisor natural de águas das cabeceiras dos rios Galera, Sararé, Pindaituba e seus tributários a nordeste e os cursos que seguem imediatamente a norte, Juína e Juruena. Ao sul pelas nascentes e cursos do Aguapeí, Alegre e Barbados e a Serra de Santa Bárbara, e à época, depois desses limites vinha a Província de Chiquitos, naturalmente. A leste divisavam as proximidades das cabeceiras do Sepotuba e do Paraguai e paralelamente se estendendo abaixo pelo alto curso deste rio até a altura da foz do Jauru, seguindo para oeste a encontrar novamente Huanchaca.

Seguramente a região compreendida como Minas do Mato Grosso era menor no que diz respeito às jazidas minerais, estando estas majoritariamente sobre a Chapada de São Francisco Xavier e nas suas imediatas encostas e fraldas a formar as planícies circundantes; e ao sul desse prolongamento rompido, entornos de outro maciço soerguido conhecido pelos comboieiros e administradores por Serra de Santa Bárbara, em que ali também se fizeram alguns descobertos de boa conta e assegurou arraiais minimamente estruturados.

A porção delineada pelas coordenadas acima se apresenta em maior limite a ilustrar as áreas de abrangência para outros negócios que se relacionavam com a região aurífera do Guaporé. Acabam por se incluir nessa região outros estabelecimentos como Casalvasco e Registo e rotas por terra e água que a ligavam a Cuiabá, Vila Maria, Albuquerque e Forte Príncipe. Atualmente, a área compreende os municípios de Vila Bela da Santíssima Trindade, Pontes e Lacerda, Nova Lacerda, Conquista d'Oeste, Porto Esperidião, Cáceres, Glória d'Oeste, São José dos Quatro Marcos, Araputanga, Figueirópolis d'Oeste, Indiavaí, Reserva do Cabaçal, Barra do Bugres, Vale de São Domingos, Tangará da Serra, Sapezal, Campos de Júlio, Comodoro, e parte da faixa limítrofe boliviana.

⁴⁸ **Embrapa: O Estado de Mato Grosso** – Relevo e vegetação.
Disponível em: <http://www.qmdmt.cnpem.embrapa.br/714.htm> Acesso em 10 jul. 2007.



Fonte: SEPLAN/MT/2008. Modificado por Rosa, 2008.

Figura 2. Divisão político-administrativa da área estudada.

A abordagem inicialmente literária e em certo sentido irônica pelo recurso lingüístico empregado contradita um ambiente violento e de exploração humana, num tempo dado como presente, descrevendo-o de forma romântica, em que prioriza a imagem do trabalho no ambiente de mineração e o recria de maneira subjetiva a ilustrar uma porção do passado, mas ancorada nos vestígios concretos do resultado do trabalho, numa idéia do que possivelmente tenha sido parte do cotidiano daqueles espaços.

Ao que tudo indica, nessa região predominaram basicamente os mesmos tipos de transformações do ambiente observados para cada tipo de jazida mineral, como observado para sítios arqueológicos de mineração de ouro observados em Goiás, notadamente Rio Vermelho e Nossa Senhora do Pilar, município de Pilar. A construção de canais, diques, tanques, regos, cacimbas, arrimos e demais

intervenções, faz parte do tipo de ocorrência do mineral, tanto aluvial como de veio intercalado em afloramento rochoso.⁴⁹

O trabalho no local de mineração ilustrado e trazido aqui não carrega o real, nem sequer parte dele, por se tratar de uma representação *ex post* e por isso mesmo, subjetiva. Trata-se de uma composição de imagens atuais a dar uma noção do que era um ambiente de trabalho em mineração no século 18 em Mato Grosso. Essa recomposição do passado obrigatoriamente está sujeita, no mínimo, aos desvios de interpretação sugeridos de início pelo estado atual da paisagem, pela ausência de vestígios totais das transformações e dos agentes envolvidos no processo histórico e finalmente, mas não só, pela carga ideológica e os compromissos do investigador.

A característica principal do trabalho é a mesma verificada para o resto da Colônia desde os primeiros planejamentos em Salvador de se fazer nessas terras uma posse de fato dos domínios lusitanos de ultramar.⁵⁰

Para o desengano e recompensa dos que para cá vieram, enriquecer-se era obrigação. Ao lucro perseguido por eles não havia obstáculos, nem mesmo religiosos. Ao contrário, além da administração usar abertamente a escravização como força em seus projetos urbanísticos e de suporte militar estrutural, dessa maneira institucionalizando-a, o acordo entre a Coroa e a Igreja Católica garantia que esta se obrigava a conduzir uma catequização progressiva de maneira a arregimentar os ditos seres já *devidamente* considerados sem alma, portanto passível de trazerem-nos como ferramentas.

Os quase quatrocentos anos de escravidão imposta no Brasil e a forma como foi implantada, devido aos surtos econômicos, evidenciam particularidades só aqui observadas, pois enquanto nos demais países escravistas da América se observa por um lado, uma escravidão baseada também na mão-de-obra negra e indígena,

⁴⁹ No caso das jazidas coloniais da região conhecida como “Minas do Mato Grosso”, por sua natureza majoritariamente aluvial, predominam assentamentos em média e baixa vertente, com exceção registrada para São Francisco Xavier, o qual se acha sobre a chapada homônima. Eventualmente haviam-nos em pontos mais altos, porém de pouca conta. Os demais pontos com presença de ouro confirmada, tanto históricos como atuais, estão em áreas mais aplainadas e baixas; no norte do Estado também se observou o predomínio de jazidas aluvionais basicamente ligadas a pequenos igarapés que deságuam a poucas centenas de metros nos grandes cursos d’água, como são os garimpos do rio Teles Pires, município de Paranaíta, divisa com Jacareacanga, Pará.

⁵⁰ PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 16ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1979. p. 24.

por outro, a forma foi de não ocupação de todo território, ficando sujeita a áreas determinadas e em número reduzido se comparada à escravização brasileira.

No caso específico da escravidão à portuguesa aqui no Brasil, a tática foi um crescente emprego da força de trabalho escravizada, primeiramente indígena e, em período adiantado, uma mescla desta com a mão-de-obra trazida da África, e mais adiante predominantemente esta última, de forma a preencher todos os centros produtivos da Colônia com grande número de africanos e de suas gerações após sua chegada nessas terras, caracterizando a reedição da escravidão, porém revisada e melhorada para fins exclusivamente econômicos ligados à Metrópole, construindo assim um tipo de escravismo moderno.⁵¹

A adoção desse tipo de força de trabalho aumenta a possibilidade de acumulação mais rápida, porém na outra ponta acrescenta novos elementos nas disputas dos espaços de poder e de sua negação. E essa disputa dava lugar a diferentes formas de apropriação dessa força como também de resistência a elas.

O desenrolar dessa trama vinha carregado de embates físicos e ideológicos. De um lado os proprietários com a força da Lei e das armas, aplicando-lhes castigos e punições, acrescentando aí também as estratégias de caráter mais sutil, como as promoções, promessas de liberdade entre outros artifícios, e do outro lado, dentre as táticas de resistência à apropriação da força de trabalho e da liberdade, os trabalhadores escravizados recorriam ao *corpo mole*, à destruição dos maquinários e ferramentas, sabotagem da produção, ao suicídio, às rebeliões, às fugas, formando ou não quilombos.

Dessas inúmeras formas de resistência à escravização e à própria condição de escravizado experimentadas por aqueles sujeitos feitos cativos, desde a compra de suas liberdades, os *furtos*, também tidos como resistência ao sistema capitalista de base escravista, as insurreições contra os senhores, feitores e capitães-do-mato, passando pelas fugas ao aprimoramento da resistência como a quilombagem, foi esta última que mais saiu custosa às elites.⁵²

As enormes distâncias e os mistérios dos bravios lugares remotos e desconhecidos foram usados como argumentos ou como saída para ambos os lados; tanto da parte dos escravizados quanto do lado dos seus opressores. A "amplidão", o "sertão sem fim" vem apresentado de forma copiosa no relato de um

⁵¹ MOURA, Clóvis. **Quilombos – Resistência ao Escravismo**. São Paulo: Ática, 1987. p. 06.

⁵² *Ibidem*, p. 7-8.

mineiro que, a bordo da monção de 1720, aportou no São Gonçalo Velho cinco meses depois de sua saída do porto de Araraguaba. Após ter passado quase dois anos minerando nas minas do Cuiabá, pôs-se rio abaixo na monção de 1722 rumo a Tietê. De Itu escreveu ao pai nas Minas Gerais contando sobre suas experiências, agruras e desassossegos, o ouro, o trabalho, os trabalhadores, a “indiada braba”, enfim, a dureza do lugar e a falta que passou das coisas, terminando sua carta dizendo que “[...] pazei de nov[em]bro de vinte the mayo de vintedous no arayal de sam gonssalo v^o. [e] froq. [Forquilha] e nam quero saber mais de certam [por] que o sofrmto. e muito”.⁵³ É provável que os negros e *nativos* escravizados tivessem uma percepção aproximada dessa acerca dos espaços e das relações sociais no século 18. Dessa maneira, a fuga se apresentava como uma boa saída em busca da autonomia sobre sua força de trabalho e sua liberdade; sofrendo essa apropriação e todos os maus tratos que vigoravam na Capitania, formas de resistência passaram a ser gestadas nos diferentes espaços de trabalho, no interior das senzalas, nas roças, nas construções públicas, nos engenhos, nas fazendas e em outros ambientes que os utilizavam.

A elite escravista era consciente sobre a necessidade e o uso da força de trabalho escravizado e tal preocupação se mostra clara em passagens de documentos do século 18 em que dizia que “[...] para facilitar o dito commercio he circumstancia essencial a introducção de Negros, pois, como V. Exa sabe muito bem os brancos sem elles em toda a parte da America, e principalmente em Minas, que se pode dizer que são inuteis...”.⁵⁴ Por ser o trabalho escravizado força essencial à renda dos proprietários, as fugas representavam um desgaste bastante sentido não só na produção, como também frente aos demais trabalhadores cativos e aos negócios de compra e preços de outros escravizados para substituição dos fugitivos. E se parte da produção que já apresentava quedas, mínimas que fossem, por conta de algumas táticas de resistência, outra parte, com novas fugas, poderia vir a ser comprometida com apropriações, depredações, resgates de outros cativos e outras práticas. No caso das perdas da administração, elas estão mais ligadas à

⁵³ COSTA E SILVA, Paulo P. **Estudo crítico de um documento colonial anônimo: Notícia do Arraial do São Gonçalo Velho, Forquilha e Minas do Cuiabá**. Cuiabá: Carlini e Caniato, 2005. p. 83-6.

⁵⁴ *Annal de Vila Bela des o primeiro descobrimento deste Certão do Matto Grosso no anno de 1734*. B.N. (C. Pombalina), P.B.A. 629. 1734 a 1754. p. 15. Por reprografia.

exploração clandestina de minérios e comércio de contrabando, à baixa no efetivo de guerra, de vigilância e de construções públicas.

Segundo Romyr C. Garcia, as estimativas mais aproximadas para os preços finais de compra de escravizados para as minas do Cuiabá e do Mato Grosso ficam na casa dos 270 mil réis. No entanto, como o próprio autor salienta, os dados são muito escassos sobre os preços praticados nessa Capitania.⁵⁵ Pode-se deduzir daí que ou os preços eram bastante artificiais ou a taxa de 10 anos para a vida útil do trabalhador em mineração era subestimada em demasia. Surge aí um questionamento: se o preço aproximado do escravo era de 270 mil réis, o que justificaria sua compra para trabalho útil de apenas 10 anos, quando no máximo, ele “se pagaria”? Há que se considerar nessa suposição as táticas de sonegação das entradas, os óbitos e também as fugas.

O “problema” representado pelos quilombos para a sociedade escravista ficou de certa maneira padronizado ao longo dos tempos. Já se consagrou uma definição de quilombo,⁵⁶ como sendo um “*ajuntamento de negros em região não-habitada...*”, estruturado com sistema de defesa em forte, paliçadas, valas com estrepes, exércitos organizados e armados, com hierarquias no comando militar entre outras estratégias, comportando outros oprimidos como indígenas e até mesmo brancos.⁵⁷ (ver Figura 23 – Quilombo do Ambrósio, por exemplo).

Acontece que essa conceituação, como pode ser entendida na leitura que Clóvis Moura fez sobre Palmares, não pode ser empenhada para outras situações de resistência aparentemente semelhantes. Este autor em seu livro *Rebeliões da senzala*,⁵⁸ traz uma abordagem sobre Palmares como o assentamento mais significativo do ponto de vista do desgaste da estrutura escravizadora, servindo de exemplo aos demais, segundo ele. Conquanto sua obra no geral apresente características supostamente constantes do fenômeno como um todo, salienta que

⁵⁵ GARCIA, Romyr C. **Mato Grosso (1800-1840): Crise e estagnação do Projeto Colonial**. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia e Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. p. 174.

⁵⁶ Para uma possível origem do termo *Quilombo* ver: FUNARI, P. P. A. **Etnicidad, Identidad y Cultura Material**: un estudio del cimarron Palmares, Brasil, siglo XVII. *Em*: ZARANKIN, Andrés. ACUTO, Félix A. **Sed Non Satiata**: Teoría Social en la Arqueología Latinoamericana Contemporánea. Buenos Aires: Ediciones Del Tridente, 1999. p. 80 e 81; e também SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru: Edusc, 2001. p. 220-2.

⁵⁷ MOURA, Clóvis. *Op. cit.* p. 25, 26 e 91.

⁵⁸ *Idem*. **Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. São Paulo: Zumbi, 1959.

cada quilombo carregava suas próprias especificidades, descrevendo os casos mais conhecidos pela historiografia.

Bem em menor conta do que o tema carece, poucos estudiosos têm se debruçado sobre o fenômeno e acerca da legitimidade do termo *quilombo* no Brasil;⁵⁹ a partir de diferentes interpretações e nomes variados nos diversos países escravistas da América, as resistências categorizadas nessa forma existiram e não se pode mais negar que aquelas fugas e o sumiço nas matas e florestas com organização militar ou não, congregando indígenas ou não, eram acima de tudo, conforme Clóvis Moura, a forma de resistência mais significativa que os escravos experimentavam, pois se configurava na afirmação imediata de suas liberdades e de destruição da opressão direta dos senhores. No entanto, há algumas ressalvas para um tipo de resistência que de certa forma também minava a opressão imediata, embora por curto prazo, ao que quer parecer. É o caso das rebeliões violentas. Num primeiro instante, a rebelião em si parece demonstrar mais reafirmação da posse sobre a força de trabalho porque organizada minimamente. Porém, se ela não se configura como garantia duradoura dessa posse, não representa de resto uma negação real da instituição em sua totalidade; contudo, quando efetivada na forma de quilombo, nega a força anterior e se constitui em contraponto, em força alternativa e, tanto os grandes quilombos como os pequenos, em suas esferas de abrangência, combateram o sistema que os oprimia.

Entretanto, para além dessa interpretação, as fugas em si mesmas já eram "[...] fruto das contradições estruturais do sistema escravista e refletiam, na sua dinâmica, em nível de conflito social, a negação desse sistema por parte dos oprimidos",⁶⁰ e o desgaste maior por elas causado, era sentido quando da formação dessas comunidades de escravos fugitivos. Esse fato foi observado em carta do Governador da Capitania de Mato Grosso, João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, ao S.E. do Conselho Ultramarino Luiz Pinto de Souza Coutinho, que fazendo referência direta às fugas e quilombos em 30 de dezembro de 1795, dizia

⁵⁹ Apesar das diferentes visões que se apresentam nos dias atuais a respeito do termo *quilombo*, manter-se-á neste ensaio o termo já conhecido e principalmente por ser o usado no período em questão, pelos portugueses e luso-brasileiros, evidenciando o tratamento dispensado àqueles sujeitos, em detrimento de sua própria denominação, dada a dificuldade de recuperação dessa informação, já que as tradições africanas se baseiam principalmente na oralidade.

⁶⁰ MOURA, Clóvis. *op. cit.* p. 12 e 13.

[...] vendo eu que além da decadência actual das Minas de Matto Grosso, experimentam os mineiros e mais moradores desta Capitania, a perda e dano da fuga de muitos escravos que tranqüilamente existiam aquilombados na escarpa da extença Serra dos Pareciz derramados pelos terrenos de que nascem os Rios Piolho (hoje denominado de S. João), Galera, Sararé, Pindaituba e outros, segundo uma constante notícia;⁶¹

dessa forma, expôs na carta a preocupação das autoridades portuguesas com tal questão, não só na Capitania, mas estendendo-a também à Corte.

Os ditos ajuntamentos se configuravam como "[...] a unidade básica de resistência do escravo"⁶² e a "[...] reelaboração das comunidades livres"⁶³ onde "[...] ser fugitivo e ser quilombola, ou ser candidato à fuga e ao quilombo, definiu a primeira identidade étnica dos pretos, em Vila Bela, em relação aos brancos"⁶⁴ e, por isso, representavam tanto o desgaste do sistema escravocrata como a possibilidade de superação dessa mesma estrutura, pois criavam um sistema que negava não só a opressão, mas que estabelecia alternativas a ele, portanto, contrário ao sistema imposto em toda Colônia por parte da sociedade escravista. Qualquer medida que contrariasse a lógica de acumulação ou que a deixasse menos lucrativa, como os vários tipos de resistências anteriormente mencionados, de certo modo, se mostrava como uma autonomia sobre um tipo alternativo à vida no eito de opressão. Não se trata aqui de imputar-lhes uma “recriação da África” como alternativa ao sistema escravista, ao estabelecerem quilombos, como fala João José Reis.⁶⁵ A experiência alternativa buscada com os quilombos ou mesmo e apenas como fugas, nesse caso, está mais ligada à própria condição de escravizado. Por outro lado, a afirmação de Bandeira ao expor sua convicção sobre as ações correlatas ao quilombo como a *primeira identidade dos pretos em relação aos brancos* na Capital, deve ser vista com cautela, pois além de deixar possíveis interpretações restritas da identidade ligada à cor de uma *etnia* e não à cultura que professa, traz um revés pouco promissor para as crenças sobre a heterogeneidade da população dos quilombos, como mencionada em seu próprio texto. Ademais, com uma crescente população

⁶¹ Arquivo Histórico Ultramarino, M.G., Caixa 27, documento 57 e anexo datados de 30/12/1795. p. 01. Cópia reprografada.

⁶² MOURA, Clóvis. *op. cit.* p. 14.

⁶³ *Ibid.* p. 23.

⁶⁴ BANDEIRA, Maria de Lourdes. **Território Negro em Espaço Branco – Estudo Antropológico de Vila Bela.** São Paulo: Brasiliense/CNPq, 1988. p. 33.

⁶⁵ REIS, João José. *Op. cit.* p. 19.

mestiça a identidade dos *brancos* estava restrita a poucas famílias se considerarmos uma *protopureza* nas relações de parentesco e de uniões consensuais. Vários documentos oficiais do mesmo período de formação dos quilombos em Mato Grosso mencionam casamentos entre *brancos* e *cativas*⁶⁶ e até mesmo fugas e raptos para domínios espanhóis; consta como já dito, que em 1804, mediante censo, havia apenas quatro famílias *brancas* em Vila Bela; porém, vale lembrar que tal levantamento populacional levou em conta critérios cuja classificação de “família branca” era aquela legalizada perante o Estado e a Igreja, o que de todo modo não confirmaria no dito levantamento uniões consensuais entre indivíduos brancos e demais composições étnicas, posto que boa parte delas o fossem marginalizadas, sendo mesmo ilegais (adultério, concubinato, por exemplo), já que tantos dos quais se amancebavam com nativas ou negras, o faziam por não ter em conta moeda para pagamentos à Igreja e também em negligência aos compromissos conjugais assumidos ou no reino ou em outras capitânias da colônia.

Ainda sobre a percepção à época, acerca dos prejuízos dos proprietários, houve por bem tomar partido de "extermínio dessa praga", enviando Bandeiras de caça, recaptura e de destruição desses ajuntamentos. Em suas palavras o Governador disse que

[...] para obviar pois estes danos, e felicitar a utilidade pública, chamei a 24 de Março deste ano, ao Juiz Presidente da Câmara desta Vila Bela, e ao Vereador mais velho, aos quais lembrei que uma das essenciais obrigações das Câmaras, era ocorrer às necessidades públicas, e a actual falta de terras minerais, e respectivas fugas de muitos escravos que se hião aquilombar nas vizinhanças do Guaporé e dos Arraiais, contíguos a esta capital, eram objetos que exigiam o prontíssimo remédio da formação de uma Bandeira que explorásse aqueles Certões com os dois ponderados úteis fins: e que para a sua despeza, convocando a Câmara o Povo, se pediu uma contribuição voluntária aos moradores de Vila Bela, e dos seus Arraiais, prometendo eu concorrer por parte da Fazenda Real como efectivamente

⁶⁶ CRIVELENTE, Maria Amélia A. A. **Uma devassa nas Minas: imigração e imoralidade na fronteira mais remota da colônia: Mato Grosso, 1785**. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2006. p. 45. No caso em questão, a autora frisa não estender esse comportamento a toda Capitania de Mato Grosso, ficando restrita a povoados mais ligados às minas do Cuiabá e eventualmente, à capital Vila Bela da Santíssima Trindade. Contudo, à época das visitas do Reverendo Manoel Bruno Del Pinna, vigário de Cuiabá encarregado do controle das práticas religiosas de ambas freguesias, a Capitania contava basicamente com esses dois pólos mineradores, as minas do Cuiabá e as de Mato Grosso, estas últimas concentradas na chapada de São Francisco Xavier (atualmente Serra da Borda). Os demais assentamentos, entre militares e de economia de suporte, eram bastante recentes e de baixa população.

pratiquei, com a quinta parte da gente, que se empregasse nesta diligência, armada, e municada pela mesma Fazenda.⁶⁷

Para essa empresa usou tanto dinheiro público como a "contribuição voluntária" dos moradores da Capital, além de manipular os vereadores ao seu intento. Evidencia-se com isso, a licenciosidade praticada naquelas fronteiras desde sua fundação.

Para as autoridades a *chaga* deveria ser curada com precisão e rapidez, pois representava grande prejuízo não só para os mineiros e senhores de engenho, mas principalmente para a Real Fazenda, onde a Coroa se via diante da abertura de buracos em seu manto ao esvair-se pelas matas, capões e serrarias, a força que sustentava os benefícios e os luxos praticados na Corte e ainda assegurava pelo lucro obtido a partir de sua mão-de-obra a defesa da fronteira do Império.

A julgar pela documentação existente que se ocupou do assunto, no caso específico de Mato Grosso, a urgência em que o Governo se via em destruir tais ajuntamentos, era motivada também pelas atividades clandestinas praticadas com a venda do ouro faiscado por escravos e vendido sem a devida cobrança tanto das licenças das lavras, quanto à própria cobrança das taxas e impostos, além da solicitada indenização por parte dos senhores pelas perdas advindas com as fugas.

Seguramente nem todos os ex-escravos praticavam a lavra do ouro e de diamantes. Entretanto, é de se supor que, se por um lado existia a necessidade de conjugar a captura dos escravos e destruição dos quilombos com a de descobrir novas terras mineradoras por parte da Bandeira – a fim de cumprir "com os dois ponderados úteis fins", como disse o Governador, aqueles que ficavam nas proximidades da região aurífera, "[...] na extença Serra dos Pareciz derramados pelos terrenos de que nascem os Rios Piolho (hoje denominado de S. João), Galera, Sararé, Pindaituba e outros", por outro lado o faziam, não só para praticar a mineração, por ser uma das atividades que estavam dedicados a fazer, mas também para, estando espacialmente próximos, praticarem as trocas necessárias – como mantimentos (cereais de pilão, fumo, rapadura, aguardente, farinha entre outros), sementes, armas, ferramentas metálicas, utensílios domésticos, algum bem de luxo

⁶⁷ Arquivo Histórico Ultramarino, M.G., documento citado. p. 01

importado (faiança, por exemplo) as chamadas drogas do sertão e também o ouro e diamantes.⁶⁸

As minas de ouro que dessem diamantes não poderiam legalmente ser levadas a cabo por mineiros sem autorização explícita da Coroa, ficando sujeitas então, ao empreendimento clandestino dos trabalhadores ex-escravizados aquilombados ou não, por não haver fiscalização rígida do Governo nem vigilância que as mantivessem intocadas, minimamente naqueles casos em que eram sabidas. Contudo, segundo a documentação analisada, verificou-se muito mais apropriação por parte da Coroa de lavras descobertas por quilombolas do que o oposto.

As proximidades desses ajuntamentos às zonas mineradoras, como tem notícia o Governador e era de conhecimento de muitos, expõe tal prática e ainda nos sugere um comércio "clandestino" e a ligação que faziam com integrantes do sistema escravista, fossem contrabandistas ou simples interessados em comprar seus produtos, ainda que, apesar das penas aos contraventores, o escambo continuou sendo praticado nas zonas escravistas,⁶⁹ pois do contrário não teriam eles, os administradores/senhores portugueses e luso-brasileiros, nem nós, informações sobre sua existência e local aproximado de seu estabelecimento.

Fato é que esses ajuntamentos em Mato Grosso não seguem, certamente, os mesmos caminhos da definição tomada por clássica e estendida a todos os quilombos na Colônia, como também não seguem um padrão dentro da própria Capitania, de modo que cada quilombo deve ser admitido, minimamente, como particular em suas formas de assentamento e organização sócio-econômica. Bastantes análises dedicadas ao assunto, de certo modo, fizeram vingar uma interpretação padronizada do fenômeno,⁷⁰ tal qual Palmares se apresenta como modelo para toda a Colônia em distintas épocas e a partir de diferentes referenciais teóricos e cunhos ideológicos, para a historiografia dedicada ao assunto em Mato

⁶⁸ Talvez não fosse o caso específico da maioria dos quilombos nos arredores de Vila Bela acerca do "escambo com finalidades de armamentos" para a defesa, como sugere Clóvis Moura em obra já citada, na página 24, mas sim em relação ao escambo praticado com o objetivo de suprir e abastecer as comunidades, fazendo negócios "*com pequenos proprietários locais, mascates, regatões, a fim de conseguirem aquilo de que necessitavam...*", possivelmente com essa finalidade, mas não exatamente com "armas e pólvora" como diz Moura no caso específico do Quilombo do Ambrósio em Minas Gerais ou mesmo de Palmares. Ainda sobre abastecimento e escambo, no caso dos quilombos que deram origem à Comunidade Kalunga no Estado de Goiás, **Uma história do Povo Kalunga**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental – MEC; SEF, 2001. p. 37 e seguintes.

⁶⁹ MOURA, Clóvis. *Op. cit.* p. 25.

⁷⁰ Para uma crítica sobre a estereotipização palmarina do fenômeno quilombola ver SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru: Edusc, 2001. p. 220-2.

Grosso, o Quariterê se mostra como o resumo desse fenômeno na Capitania, numa espécie de *quariterezação* dos demais assentamentos de mesma tônica. De fato, esse problema decorre, para além da falta de estudos voltados a essa temática no Estado, das poucas informações que se têm sobre quilombos e a escravização propriamente tratada. Além de as termos em conta diminuta na redação oficial – pela própria condição de esconderijo dos assentamentos e dos fugitivos – ainda não há preocupações mais apropriadas em divulgar a documentação existente para períodos mais recuados, referentes à implantação da Capitania e ao período ligado à mineração.

O que surge de complicado na pequena historiografia brasileira recente – que se ocupa das resistências negras – em geral é uma preocupação em trazer a discussão de quilombos como sociedades baseadas no comunitarismo, dogmatizando as relações sociais dessa natureza.

Uma das características predominantes nos estudos mais modernos é o caso do quilombo de Palmares como introdução ao assunto para dissertar sobre tipos mais individuados. Nessa recuperação histórica do fenômeno a extensão dos sentidos que a historiografia registrou para o dito quilombo é aplicada em variados graus de proximidade com os mitos e eventuais exageros de interpretação contidos naquelas obras.

No geral, as interpretações sobre os quilombos, seguindo a tônica de um *modelo palmarino*, pintam a composição dos assentamentos como majoritariamente heterogênea, com lugar para asserções românticas e harmoniosas. A economia é baseada na agricultura de subsistência e nas trocas com setores da sociedade escravista. Quanto à localização dos quilombos repelem, de certa maneira, a idéia de isolamento e chamam-nos às proximidades dos núcleos urbanos e das fazendas e engenhos. Seguiam técnicas rudimentares de construção, como paredes de pau-a-pique e cobertura com folhas de palmeira. Trabalho e colheita coletivos – quanto à escravização de quilombolas por seus pares, a maioria tende a negá-la como instituição, no caso de Palmares.

Percorrendo a produção historiográfica que se ocupou minimamente sobre a escravidão e o fenômeno de negação e de combate arquitetados na forma de Quilombo, feita desde o período colonial até os anos 2004, Adelmir Fiabani apresenta uma genealogia crítica sobre o fenômeno e como vem sendo definido o termo e sua aplicação. A dinâmica dessa homogeneização pode ser apreciada

nessa análise do conjunto de obras estudadas por ele.⁷¹ No geral, os autores brasileiros apreciados trazem uma visão padronizada do quilombo em que se podem destacar alguns pontos que aparecem obrigatoriamente em estudos desse tipo. Variando pouco mais ou menos os pesos para cada critério, essas percepções acabam reproduzindo um modelo de quilombo para toda a Colônia, como mencionado anteriormente.

A produção contemporânea ao quilombo de Palmares vai ditar essas regras, que, com algumas variantes, acabam por reproduzir praticamente a mesma concepção daqueles autores, entre os quais se destacam Gaspar Barleu e Rocha Pita. Pouco mais pouco menos, tanto as visões do período colonial quanto as do período imperial, com Heinrich Handelman, Perdigão Malheiros e, notadamente com os escritos do que vieram a chamar de primeiro historiador brasileiro, Francisco Adolfo Varnhagen, no geral, reforçaram os feitos administrativos na destruição de Palmares, e como conseqüência dos louvores à bravura dos portugueses, contribuíram significativamente para a construção do mito do herói Bandeirante; justificaram a escravidão e taxaram os quilombolas de salteadores e latrocidias; definiram sua economia como de subsistência e os localizou espacialmente próximos aos núcleos administrativos; trataram da composição étnica dos integrantes do quilombo como sendo diversificada com a presença de nativos; não chegaram a um consenso sobre o tipo de organização social, variando entre monarquia aos moldes portugueses, república rústica e “Estado Negro”; ao trazerem os africanos como inferiores, enfatizaram a necessidade de dar cabo a assentamentos dessa natureza para vingar o processo civilizatório e a superioridade dos colonizadores.

As publicações de Nina Rodrigues inauguram em 1905 uma nova fase na historiografia brasileira por tomarem um caráter de verniz cientificista, fruto do contexto evolucionista de orientação social-darwinista que estava em franca expansão na Europa. O tom eugenista identificado nas obras desses autores que o sucedem, passando por Gilberto Freyre, Ernesto Ennes, Arthur Ramos, Édison Carneiro a encerrar-se em Mário M. Freitas, é basicamente um só. Majoritariamente são favoráveis à escravidão, justificada, portanto, através de argumentos de superioridade racial e cultural; tratam da economia em sua maior parte atribuindo

⁷¹ FIABANI, A. **Mato, palhoça e pilão**. O quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes [1532-2004]. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

aos quilombolas atividades de agricultura de subsistência baseada em gêneros de ciclos curtos de colheita; a religião teve lugar basicamente nos estudos de Carneiro, que a classificou em Palmares como sendo composta de ritos católicos ressignificados com práticas e simbologias africanas; para corroborar com suas teses e interpretações eugenistas, Nina Rodrigues e Mário Freitas trazem como necessária a destruição de Palmares e dos quilombos em geral, para que vingue o processo civilizatório; já em relação à forma de organização social e de governo oscilam entre Estado, Confederação e Monarquia (Reino Negro), mas basicamente de retorno às origens africanas. Distanciando-se um pouco dos demais, Freyre classifica Palmares como uma comunidade “parassocialista”, com um profundo sentido negativo nesta palavra e a traz também na oposição em que encerra o quilombo, chamado por ele de *mucambos* e localizados no interior do continente, frente aos sobrados das elites postos no litoral; sobre a arquitetura dos quilombos se limitaram a reproduzir as informações constantes nos documentos sobre Palmares, como sendo choças de palha, organizadas em vários assentamentos; acerca da localização dos quilombos, variaram entre distantes e próximos, prevalecendo esta última forma, mas sempre postos a se resguardarem sob matas e lugares de difícil acesso; em concordância com a localização dos quilombos postos nas proximidades dos núcleos de opressão, enfatizaram as trocas e relações comerciais com gentes da sociedade escravista; apenas Arthur Ramos conferiu estado de homogeneidade aos integrantes de Palmares, ficando os demais com afirmações de composição diversificada, com presença de ameríndios e até mesmo de brancos; com relação à defesa, a maior parte desses autores comentou sobre a formação de grupos com finalidades de segurança e defesa em armas, entrando aí também os componentes paisagísticos naturais, porém somente Arthur Ramos cita a existência de fossos e paliçadas no quilombo, talvez por suas inclinações culturalistas, como pode ser depreendido de sua obra.

Aos olhos de Fiabani, os escritos de Benjamin Péret sobre Palmares em 1955 vêm confirmar uma ruptura na historiografia brasileira que se debruçava parcamente sobre a escravidão e especificamente mais pouco ainda sobre os quilombos. Fortemente confluenciado com o pensamento marxista, seu estudo pinta um cenário mais provocador ao trazer os trabalhadores escravizados como protagonistas da luta de classes, e completa a linha definindo a luta pela manutenção da liberdade frente às tentativas de opressão como o “motor da História”.

Seguindo também uma tônica marxista, Clóvis Moura se notabilizará com a publicação de “Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas”, ao afirmar que o escravizado é o pólo central do passado escravista. Também deve ser trazida aqui sua persistência em atribuir um peso ideológico ao conceito *escravo*, mudando-o juntamente com suas derivações para a noção de *escravizado*, imprimindo com isso uma inversão da noção de poder contida nesse sujeito, de ação projetada sobre o outro para negar o tom de passividade que a primeira acepção carrega. Ao inverter a ideologia da passividade contida na palavra, Clóvis Moura estabelece outra forma de enxergar as relações entre oprimidos e opressores, não admitindo a passividade gratuita que *escravo* traz nem deixando de implicar a ação desumanizadora aos opressores, quando lhes mostra como *escravizadores*, agentes de uma ação violenta e programada. Entretanto, mantém seus estudos um tanto sobre bases já desenhadas por outros autores, como Nina Rodrigues e Édison Carneiro, ao enxergar Palmares como inspiração em formas de governo encontradas na África. Há aí um caráter com fortes ligações à tônica de recuperação das *raízes africanas*.⁷² Por outro lado, nega o cunho culturalista sugerido por outros autores, dando um peso histórico aos seus estudos. Como traz o autor, sua contribuição vem demonstrar que a escravidão implantada na colônia desestruturou o regime de trabalho que vigorava até então e inviabilizou dessa maneira o trabalho livre quase por completo.

Há que considerar também que mesmo com todos seus avanços, deixou uma marca homogeneizadora nos aspectos físicos do fenômeno para toda a Colônia ao estabelecer vínculos entre os demais assentamentos dessa natureza com o quilombo de Palmares, até aquele momento o mais significativo dentre os poucos estudados. Trata da religião em Palmares como católica ressignificada em alguns elementos aos moldes africanos.⁷³

⁷² Para o caso da recriação do quilombo em moldes africanos, Funari sugere que, com base em dados preliminares resultantes de estudos arqueológicos em sítios palmarinos, a diversidade da cerâmica usada pelos quilombolas “[...] parece indicar que Palmares **não** representava a simples transplantação de uma instituição africana na América, mas constituía uma nova unidade cultural de raízes múltiplas. [...] Parece muito mais profícua a hipótese que propõe tratar-se de uma sociedade plural cuja característica principal era a criação de novas formas estéticas, não a simples reprodução dos pretéritos usos africanos, indígenas ou europeus pré-coloniais.” (grifo acrescentado). Em SCHWARCZ, Lilia M & REIS, Letícia Vidor de S. (orgs.) **Negras Imagens: ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil**. São Paulo: Edusp; Estação Ciência, 1996, pp. 139-151.

⁷³ Pelo que se pode compreender do estudo de Fiabani, os autores posteriores a 1960 praticamente fizeram suas considerações com base em alguns dos autores comentados até Clóvis Moura, com

Assim, na tentativa de recuperarem os quilombos, como formas de desgaste das estruturas do sistema escravista e a criação de redes de solidariedade, alguns pesquisadores acabam por aprisionar o conceito, criando um molde a ser aplicado para toda a Colônia, quando o que observamos ao longo da colonização são inúmeras formas de quilombagem dentro de um mesmo território. Desta arte, assiste-se a uma espécie de mitificação de alguns ícones, como no caso de Teresa de Benguela,⁷⁴ do Quilombo do Piolho, restringindo sua atuação aos escritos oficiosos ou romantizando-a, apagando e diluindo a luta e a resistência dos sujeitos históricos em textos furtivos e sugestionáveis, candidatos ao esquecimento ou mesmo confundidos com lendas e/ou mitos, e não como um espaço social construído. O cunho que tais interpretações carregam pode figurar como uma confusão entre o herói burguês que se constrói como protagonista isolado e o herói popular integrado às lutas dos subalternizados. Tal *epicização* se não apaga ou recria novas interpretações, acaba por tirar a característica humana desses sujeitos históricos, empobrecendo a compreensão dos processos em contexto.

Dessa maneira, o quilombo considerado de forma homogênea, no caso, passa a ser a projeção ideal do historiador, como uma comunidade perfeita, laboriosa, harmônica, igualitária, democrática, sem distinção negativa de etnias, chegando dessa maneira a uma visão romantizada, épica e até mesmo utópica, e não um espaço forjado dentro do sistema, caracterizado por divisões e conflitos, com ressignificações culturais, complexidade no trato das questões políticas, econômicas, sociais e religiosas, disputas por poder, enfim, espaços de heterogeneidade social.⁷⁵

Em geral, a *heroicização* nos livros didáticos faz do homem ou da mulher históricos em foco de observação, sujeitos perfeitos e de "comportamento reto", simplesmente feitos para serem admirados ou seguidos, mostrando unilateral e

pequenas variações entre si, havendo de fato uma ruptura com essas vertentes após 1988, com a publicação do ADCT e um uso mais acentuado por interpretações de cunho antropológico.

⁷⁴ A consequência dessa mitificação pode ser ilustrada com a seguinte referência: “[após a morte de seu marido, José Piolho] Teresa de Benguela assumiu o comando. Revela-se uma líder ainda mais implacável e obstinada. Valente e guerreira ela comandou uma comunidade de três mil pessoas, o quilombo cresceu tanto ao seu comando que agregou índios bolivianos [sic] e brasileiros [sic], isto incomodou muito a Coroa, [que] envia uma bandeira de alto poder de fogo para acabar com os quilombolas. Presa Teresa suicidou-se.” A página em questão, trata das mulheres negras heroínas que lutaram contra o sistema escravista e que entraram para a história. **Mulheres Guerreiras Capoeiras**. Disponível em: <http://www.capoeiranacao.org/HeroisMitos/Mulheres01.aspx> Acesso em: 26 out. 2007.

⁷⁵ FUNARI, P. P. A. **Heterogeneidade e conflito na interpretação do Quilombo dos Palmares**. Revista de História Regional 6(1), 2001. p. 11 -38.

parcialmente suas contribuições como sujeitos históricos, sendo evidenciado basicamente apenas o lado positivo aos olhos de quem relata. Mas existe esse lado "negativo" baseado na estrutura escravista e nos valores que a sustentam, onde talvez não tivessem tantos processos quantos crimes havia, devido ao acobertamento por parte do senhor, pois preferia ele próprio punir a deixar nas mãos da justiça, mesmo estando esta ao seu lado. Com essa estratégia de controle, era possível garantir a manutenção do escravo na produção, evitando porventura uma perda muito custosa, na medida em que fosse julgado por alguma junta de justiça, pudesse vir a ter seu braço longe da lida.

É de pensar que não seguissem um modelo, um padrão, mas a intenção de fugir é humana e esta, talvez, representasse ou fosse uma constante em toda Capitania, resultando em insurreições, fugas, construção de um lugar fora da opressão de quem quer que fosse, enfim, a negar e romper as correntes a que estavam presos. Contudo, não se pode afirmar quando as estratégias eram arquitetadas e postas em funcionamento, mas adianta-se que era possível a ganharem mais vigor após o vergastamento, os açoites públicos ou privados, os castigos, as privações ou mesmo nos ambientes de trabalho, a cada balde carregado, cada lavra aberta, canais de água erguidos ou rasgados no chão, cada pedra empilhada, cada catedral levantada, onde o encorajamento fora subsidiado pelas chibatadas e castigos, mas sobretudo pela vontade de libertação da condição imposta.

Todavia, misturados havia aqueles que a cada folheta ou pepita de ouro que conseguiam ou *roubavam* para si, se encorajavam em comprar suas liberdades e a continuar minerando ou mesmo a se tornar dono de outros escravos. Mesmo que individualmente e dessa maneira, ainda assim era uma forma de resistência, de ocupação do espaço destinado somente aos portugueses e luso-brasileiros, não obstante, à custa da força do companheiro.

Contudo, há também os que querem, através de interpretações, por vezes, parciais e unilaterais de documentos de época, negar o próprio conceito de quilombo como resultado da reafirmação das liberdades e da autonomia sobre sua força transformadora.

Se de um lado temos uma visão conceitual já consagrada pelo modelo palmarino dentro da historiografia acadêmica, por outro, temos uma contraposição a este modelo, em que Jovam Vilela da Silva põe em questão um foco, a partir da

composição étnica do quilombo, afirmando pois, que a complexidade de sua formação, à qual denomina de "diferentes camadas sócio-políticas", reside na classificação dos integrantes, chamando-a de "conglomerados", se baseando portanto, em um documento datado de 1777, em que diz em parte transcrita do original que "[...] três quartas parte são de negros, mulatos e outros, mestiços das muitas diferentes espécies que neste país, sendo considerável parte o dos que tem aliança com os ditos negros da África, sujeitos ao cativeiro."⁷⁶

No entanto, deve ser pesado na análise em questão o fato de que esta informação consta da nota de rodapé em um dos mapas populacionais sujeitos à aprovação do Governador, e boa parte dos demais documentos usados como fontes acerca de solicitação ou queixa de escravaria escassa tem data do início da ocupação das minas do Cuiabá. Portanto, cerca de cinqüenta anos depois.

O artigo em questão defende ainda que, apesar de haver negros nos quilombos, a sua maioria era composta por mestiços, uma vez que, depois dos Diretórios, os filhos de negros africanos com índias, eram postos e caracterizados nas contagens como cativos.⁷⁷

Entretanto, devem ser observadas as classificações dos integrantes do quilombo por parte dos intendentess das Bandeiras de caça, recaptura e destruição desses ajuntamentos, e mesmo dos recenseadores, posto que, esta informação consta de mapa censitário. Assim, tal classificação era baseada em critérios externos, como a cor da pele, tipo físico, tipo de cabelo entre outros atributos, e estava sujeita à percepção, tanto dos recenseadores e dos chefes das expedições, quanto a do próprio Governador na edição final do documento que deveria seguir para Portugal. Dependendo da conjuntura e dos interesses, esse número poderia ser facilmente modificado ao juízo da necessidade.

Uma observação acerca dessas contagens refere-se ao fato das listas classificatórias só serem feitas também sobre os quilombos já sabidos e destruídos pelas forças escravizadoras. Essa característica está nas observações dos

⁷⁶ SILVA, Jovam Vilela da. **Quilombo: Uma Povoação Interessante**. Em *História & Perspectivas - Revista dos Cursos de Graduação e do Programa de Pós-graduação em História*. Uberlândia: Edufu, jul./dez. 2001/ jan./jul. 2002. Dentro de um entendimento alinhado à perspectiva de "quilombos indígenas", embora com uma proposta mais tímida e ligada ao quilombo do Piolho, faz coro também com esse autor a antropóloga da UFMT Maria Fátima R. Machado, que propõe que "seria razoável concluir que, desconsiderando a sua história anterior, o quilombo do Piolho era mais uma aléia indígena – renomeada Aldeia Carlota [...], do que propriamente um quilombo, embora assim tenha se consolidado na historiografia mato-grossense." Em MACHADO, Maria F. R. *Op. cit.* p. 8.

⁷⁷ *Idem*, 2005. p. 220.

classificadores, as quais ficavam restritas apenas aos capturados pelas Bandeiras, excluindo-se dessas, portanto, os aquilombados em território espanhol e os que conseguiam escapar ou mesmo os que estavam fora do quilombo, quer por coleta de frutos e caça de animais, quer por estarem em diligência com fins comerciais nas redondezas, como era possivelmente o costume.

A construção da fronteira projetada pela administração portuguesa foi mantida em estado de contínua arquitetura e rearranjo dos limites físicos em oposição a interesses basicamente similares aos de Castela. Por essa mesma condição material e concreta de liberdade que a fronteira representava é que negros e nativos transpunham as únicas barreiras físicas, o rio Guaporé e o Barbados, a desaparecerem nas matas em terras de Espanha, tendo assim, couto praticamente garantido junto às Missões, como atestam documentos portugueses em que acusam as autoridades espanholas dessa prática. Ademais, como o caráter dessa longa fronteira entre as duas Coroas carregava um cunho burocrático de importância geopolítica, as ocupações militares físicas em ambos os lados se efetivaram em vários momentos do século 18 e início do século 19. Contudo, essas entradas em territórios limítrofes não pareciam representar inicialmente um grave problema com o desrespeito aos tratados, de saída o de Madri (1750) e onze anos depois o de El Pardo, que anulava o anterior. As determinações de investigação mineralógica e ocupação das terras defronte à Capital já em 1753, portanto em território espanhol, foram efetuadas por uma comitiva liderada pelo Juiz de Fora em exercício. Para além das jazidas, a empresa visava a abertura de caminhos que dessem em terras férteis para a implantação de roças de mantimentos, por serem mais altas,⁷⁸ notadamente onde nos dias de hoje se acham porções cultivadas.

Com o julgamento a partir de informações colhidas somente dos poucos quilombos encontrados e exatamente por não poder confiar nessas classificações, se torna complicado afirmar com segurança que a maioria nos quilombos das minas do Mato Grosso era composta por não-negros, como também o contrário é duvidoso; ou ainda, que esses assentamentos não poderiam ser denominados quilombos. A rigor, não parece ser tão necessário conferir extrema importância ao aspecto étnico, como advoga Vilela em seu artigo mencionado anteriormente, pois o quilombo, mesmo na concepção dos opressores era definido pelo lugar social que

⁷⁸ Annal de Villa Bella des o primeiro descobrimento deste certão do Matto Grosso no ano de 1734. B.N. (C. Pombalina), P.B.A. 629. 1734 a 1754. p. 13.

representava, ou seja, uma oposição ao sistema escravizador. Se, por um lado afirma-se que a maioria era composta por mestiços, por outro, se pode contrapor tal afirmação tomando por base outro documento de época, do Governador João d'Albuquerque, irmão do ex-governador Luiz d'Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, citado por Jovam Vilela. Este documento traz a seguinte informação em seu anexo, assinado por um dito relator e comandante da Bandeira, Francisco Pedro de Mello e com o aval do Governador

Diário da Deligência que por ordem do Illmo. Exmo. Senhor João de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, Governador e Capitão General da Capitania de Matto Grosso, se fez no anno de 1795, afim de se destruirem vários Quilombos e buscar alguns lugares em que houvesse ouro. [...] Em 5, seguindo o rumo Sul, com 7 légoas de marcha, por terreno áspero, e de alta e fechada mataria em que atravessavam muitos córrigos que foram provando, chegaram dia 15 à margem do Rio Piolho, assim antigamente denominado aonde se fez pinguela para o atravessar, o que se fez no dia seguinte. 19 de junho – 'Relato de uma assalto a um Quilombo'. De 20 de junho a 5 de Agosto se demorou a Bandeira neste lugar [Quilombo do Piolho] tanto para colherem as pessoas que faltavam do Quilombo que concentraram pelos mattos vizinho [...] como para examinar os terrenos contíguos por mostrarem os córrigos vizinhos ainda que pouco ouro, sinais de que aquellas terras são auríferas.⁷⁹

Neste relato aparece tanto a informação de que aqueles quilombolas se fixaram em região aurífera, como ficam mais bem explicitadas as atividades da Bandeira, que era "[...] composta de 45 pessoas, entrando neste número o dito Comandante, e um soldado Dragão e seis pedestres, municados e armados pela Fazenda Real",⁸⁰ nos dizeres do próprio Governador, que haviam de procurar principalmente ouro, e também quilombos. Note-se que em suas palavras ao chamar os vereadores para "[...] ocorrer às necessidade públicas, e a **actual falta de terras minerais**, e respectivas fugas de muitos escravos que se hião aquilombar nas vizinhanças do Guaporé e dos Arraiais, contíguos a esta capital" (grifo acrescentado),⁸¹ o Governador mencionou primeiramente a escassez de lavras e só depois o problema dos quilombos. É de se esperar um grande barulho nestas incursões, tendo em vista a quantidade de pessoas e seus apetrechos de trabalho,

⁷⁹ Arquivo Histórico Ultramarino, M.G., documento citado. p. 03.

⁸⁰ Arquivo Histórico Ultramarino, M.G., documento citado p. 01.

⁸¹ *Ibid.* p. 01

de alimentação e armamentos e ainda as atividades a serem seguidas, as dificuldades a serem enfrentadas, como por exemplo, a construção de pinguelas e feitura de picadas em meio à "alta e fechada mataria", além de estarem a percorrer vários "córrigos", socavando-os em busca de pintas de ouro ou diamantes.

Diante de tudo isso, é possível inferir que aqueles que conseguiram escapar ou mesmo os que estavam fora da comunidade, não haveriam de voltar tão cedo ao mesmo local a não ser quando tivessem certeza de que não teria mais perigo, pois a comitiva permaneceu no Quilombo (ver figuras 13, 16 e 17) e arredores por cerca de quarenta e seis dias; e como foi

[...] enfim recolhida a gente do Quilombo, que montava a cinqüenta e quatro pessoas, como consta da relação junta, e tendo-se feito farinha de milho que ali acharam, não só para os dias que se demorou a Bandeira, mas ainda para os 20 dias de marcha, deixarão aquele lugar;⁸²

posto que mais adiante no mesmo documento, aparece nova informação sobre a quantidade de pessoas e que não entra na totalização final da lista de capturados, sendo que "[...] se pôs a Bandeira em marcha no dia 06 de Agosto, já composta pela gente do Quilombo de 100 pessoas...".⁸³ Entrando nesta cifra os 45 componentes da Bandeira, ainda sobra uma pessoa, que possivelmente se integrou à comitiva, foi capturada ou simplesmente houve um engano por parte do relator.

Quanto à lista dos "Negros, Índios e Caborés"⁸⁴ que segue nesse documento não constam senão de:

Negros	6
Índios	8
Índias	19
Caborés	10
Caborés fêmeas	11

chegados a 24 de Setembro em Vila Bela, onde foram capturados no Quilombo do Piolho. Quanto aos negros, aparece a seguinte informação

O Quilombo do Piolho, que deu este nome ao Rio em que está situado, foi atacado e destruído, haverá 25 anos, pelo Sargento-Mor João Leme do

⁸² *Ibid.* p. 03

⁸³ *Ibid.* p. 04.

⁸⁴ Caborés - Mestiços oriundos da união entre escravos e índias na classificação dos portugueses daquela época.

Prado, onde apreendeu numerosa escravatura, ficando ainda naquele lugar muitos escravos escondidos pelos mattos, que pela ausência daquela Bandeira se tornarão a estabelecer nas vizinhanças do antigo lugar [...]. Destes escravos novamente aquilombados morrerão muitos, uns de velhice, outros às mão do Gentio Cabixes, com quem têm continuado a guerra, afim de lhes furtarem as mulheres, das quais ouveram os filhos Caborés [...]. Destes escravos só se acharam seis vivos [...]⁸⁵

Diante do enunciado, depreende-se que tanto podem ser os seis negros sobreviventes, já em idade avançada, do antigo quilombo destruído, como podem ser de outros assentamentos. Nele também se evidencia outro aspecto particular aos quilombos em Mato Grosso, qual seja, a relação entre índios e negros, figurando índios, índias e caborés.

Então, há um problema a ser resolvido: ou se confia no modelo clássico e elimina essas informações de documentação administrativa e a memória dos descendentes daqueles quilombolas – que não foram presos, e dos negros que tinham seus parentes aquilombados e que não praticaram a fuga também, além dos alforriados, dos já livres, dos mestiços, enfim, daqueles que permaneceram na região de Vila Bela, após a saída do aparelho burocrático do Estado para a nova Capital –, ou se tenta achar novas explicações para esta relação.

Supõe-se que as índias encontradas nos quilombos são fruto, pode-se dizer, das inúmeras tentativas de seqüestros praticadas pelos negros, posto que "[...] morrerão muitos [...] às mão do gentio Cabixes, com quem tinham continuado a guerra, a fim de lhes furtarem as mulheres, das quais ouveram filhos Caborés",⁸⁶ tendo em vista a escassez de escravas nas regiões de minas. Por outro lado, levar adiante a afirmação anterior, pode revelar um empobrecimento das táticas de relacionamento a que os quilombolas pudessem ser ditosos, dessa maneira, elimina a possibilidade de negociações e acordos entre eles. A referência acerca da quantidade de nativos no mesmo documento pode deixar uma pista dessa interpretação: se as mulheres eram conseguidas à força, o que poderia explicar a presença de oito índios entre eles? Poderá supor-se que fossem de outras nações e não pertencentes a dos Cabixi ou que todos eles também não o fossem dessa nação.

⁸⁵ AHU, M.G., documento citado p. 04.

⁸⁶ AHU, M.G., documento citado. p. 04.

Existe a possibilidade de esses índios terem sido atraídos pelas condições de convivência dentro do quilombo ou até por serem fugitivos também de missões espanholas, dado que entre as crianças encontradas não havia senão caborés, e nenhuma criança "índia", ou ainda, como sugere Darcy Ribeiro, houvesse a prática do cunhadismo⁸⁷ adaptado, guardando as devidas diferenças.

Os documentos, por sua vez, também dão conta de não haver brancos como sugere o modelo, ficando mais uma vez à mercê do classificador. A Bandeira continua em diligência rumo ao Pindaituba ainda à procura de áreas auríferas e,

[...] enquanto se andavam nesta laboriosa indagação, mandou o Comandante examinar e provar muitos córrigos em diferentes lugares, que deram sinais e amostras de ouro, e de que aquelas terras e vertentes da Pindaituba e suas imediações prometem suficientes descobertas;⁸⁸

E assim, na continuidade dessa incursão, encontraram mais quilombos. No balanço final,

[...] enfim, no dia 18 de novembro chegou a esta Villa o Alferes Comandante desta Bandeira com toda ela e os 18 escravos apreendidos dando fim a esta importante e laboriosa deligência, com 6 meses e meio de trabalho em que acharam muitas terras auríferas (suposto que de pouco conto) virão as matarias mais excelentes formadas por madeiras de grande grossura e comprimento e preciozíssimas para a construção de canoas, e obras públicas e particulares. Colherão os 54 Índios e Caborés de que baptizarão a maior parte, e acariciados como fica referido foram fundar a nova Aldeia Carlota, prometendo não só seduzir à nossa amizade e comunicação outras Aldeias de Índios Cabixes, vizinhos daquele lugar; mas a virem a esta Villa tanto a comerciar, como a trazerem boas mostras de ouro que faça conta para atrair aquele importante lugar alguns colonos portugueses [...] assim, apreendeu esta Bandeira os 30 escravos já referidos, queimando e destruindo-lhes os seus Quilombos e plantações, do que resulta que dos outros que escaparam se vão alguns diariamente entregar a seus Senhores, o que já fizeram sete (7) e se esperava o resto fazer o mesmo. Sendo outra consequência desta diligência o suspender a escravatura desta Villa e seus

⁸⁷ Sobre *Cunhadismo* ver: RIBEIRO, Darcy. **O povo Brasileiro**. 2ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995. p. 81 e seguintes.

⁸⁸ Arquivo Histórico Ultramarino, M.G., documento citado. p. 05.

Arraiaes as repetidas fugas que costumavam fazer. E achar-se os córrigos com ouro que ficam expreçados neste Diário.⁸⁹

Por vezes, Maria de Lourdes Bandeira faz menção à quantidade e até tipos de quilombos encontrados nesta incursão ao Pindaituba, em que

Muitos quilombos foram abandonados em tempo, outros não tiveram tempo se serem evacuados e alguns quilombolas foram ainda surpreendidos e mortos. [...] Os pretos fugidos desse quilombo [entre o Rio Sararé e o arraial de Lavrinhas] formaram outro no córrego Mutuca, também dividido em dois núcleos próximos, um chefiado por Antonio Brandão e o outro por Joaquim Feliz. [...] A Bandeira localizou ainda o quilombo de Joaquim Telles, também abandonado. Além das 54 pessoas do Quilombo do Quariterê, das quais apenas 6 escravos foram presos entre os fugitivos, dos diversos quilombos abandonados foram apontados mais 24 escravos [...].⁹⁰

Diante de tal informação, vê-se a pouca eficácia dessas Bandeiras em relação à quantidade de fugas registradas perante as autoridades da Capital.

Não em oposição, mas em complemento a algumas informações pouco explicadas do modelo clássico, surge outra informação acerca das transformações ocorridas nos quilombos, como no caso especial do povo Kalunga,⁹¹ em que podemos inferir semelhança parcial na constituição de parte da comunidade negra de Vila Bela, variando mais uns critérios e menos outros.

A Comunidade Negra do Povo Kalunga é formada a partir de quilombos, com características muito próximas das encontradas também nos dias atuais nas comunidades ribeirinhas guaporeanas do alto curso e também de moradores de Vila

⁸⁹ *Ibid.* p. 06

⁹⁰ BANDEIRA, Maria de Lourdes. *Op. cit.* p. 120 e 121. Por vezes, a localização do referido quilombo, como a autora a fez, “[...] entre o Rio Sararé e o arraial de Lavrinhas...”, fica demasiado vaga, posto que nas distâncias mais otimistas entre os locais mencionados, acham-se cifras de 50 km para mais, dependendo do ponto que se supor para o assentamento do Pindaituba, interpondo-se aí um significativo marco na paisagem, como o maior deles, o rio Guaporé e suas porções alagáveis. Algo mais complexo nessas postulações de localização revela a dimensão do problema e pode ser visto na afirmação de João José Reis, à página 18 da obra citada anteriormente, o qual, ao falar do Quilombo do Piolho, o situa nas “vizinhanças de Cuiabá na década de 1860” [sic]. Para consideramos tal afirmação teríamos de supor outro local para a referência de “vizinhança” funcionar, por exemplo, o Forte Príncipe da Beira, pois entre onde se supõe o Quilombo do Piolho e a Vila do Cuiabá tem aproximadamente 500 km! Correção da data para 1795 (2ª destruição), como sugere a documentação de época. Em AHU, doc. citado, p. 04.

⁹¹ MOURA, Maria. (coord.). **Uma história do Povo Kalunga**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental – MEC/SEF, 2001.

Bela, quando observamos, por exemplo, aspectos como o maravilhoso, acerca da religião, o catolicismo de fortes confluências em tradições africanas, existindo traços reais de um sincretismo particular; a forte presença religiosa católica na explicação cosmogônica, mas que apesar da proximidade com a Igreja Católica há certa autonomia; as festas religiosas em si, do ponto de vista antropológico, como função social através dos rituais de confraternização, integração social e acasalamento; da família como núcleo sustentador dos liames sociais e reprodução dos espaços; as tradições baseadas na oralidade e repassadas através das histórias e memórias dos mais velhos; um centro como aglutinador dos membros que têm basicamente sua moradia e local de produção fixadas na zona rural, destinado às festas e comércio e decisões políticas, entre outras atividades; forte presença de mulheres nas decisões comunitárias; extração de forma racional e a preservar a natureza, isolamento durante muito tempo da "sociedade nacional"; divergências entre as lideranças sobre "o progresso"; disputas e conflitos por poder e ascensão social; construção da identidade através da história contada; presença de mitos e lendas no imaginário do povo dessas comunidades.⁹²

O fato é que muitas comunidades quilombolas foram dizimadas ao longo do tempo, quer por diligência "municipada e armada pela Fazenda Real", quer por incorporação ao sistema capitalista assalariado, através do êxodo rural forçado pelos latifundiários e com o aval das autoridades representativas dos interesses da elite nacional e estrangeira, ou simplesmente por *isolamento* político, sendo gradativa e lentamente forçada à dissolução ou à interpenetração e diluição gradativas.

Esse abandono das posses rurais nos últimos quarenta anos por parte de descendentes de trabalhadores escravizados, forros e livres, na maioria das vezes expulsos pelos supostos reais donos das terras ou quando no máximo, compravam-lhes suas benfeitorias por valores irrisórios, engrossou a massa de despossuídos fazendo surgir uma camada detentora de posses adquiridas praticamente nos

⁹² Em julho de 2007, coletei em Vila Bela dois casos contados por pescadores diferentes, um sobre o "neguinho d'água" e outro sobre o "boi branco". O primeiro se resume basicamente em visitas que um homenzinho negro de mais ou menos um metro de estatura sobe às partes mais elevadas da embarcação e pede fumo ou cachaça e do mesmo modo que surge, desaparece; o segundo caso é de um boi branco muito grande que aparece nas proximidades de Casalvasco, em lugares limpos em campinas à beira d'água e quando a embarcação se aproxima desaparece, só voltando a se tornar visível após essa se distanciar. Como disseram, além dos próprios contadores, "muita gente já viu".

mesmos moldes dos latifundiários externos à comunidade, formando dessa maneira uma reduzida elite negra.⁹³

⁹³ As porções requeridas e tomadas remontam ao início do século 19, após o abandono de lavras pouco promissoras para as técnicas empregadas na ocasião. Muitas dessas áreas pertenciam a um único dono, como mostra um relatório de análise dum requerimento de concessão datado de janeiro de 1905, no qual o autor diz que “[...] diversas dessas minas situadas às margens dos tributários dos rios Sararé e Galera pertenceram ao finado Coronel Antônio Joaquim de Vasconcellos Pinto e a sua mulher D. Gertrudes Adelaide Delphina Ravin Pinto e foram avaliadas em 1835 conforme se vê nos inventários, em milhares de oitavas de ouro”; mais adiante aparece a informação do atual dono [1905], como pertencentes “[...] ao Te. Cel. Júlio Müller que herdou-as de sua mãe D. Brígida Albertina de Vasconcellos Pinto, filha legítima do dito Coronel Vasconcellos Pinto e de D. Gertrudes Adelaide”. Sua posse, segundo o relatório, estava compreendida “[...] entre os paralelos 14º e 15º de latitude e 16º e 17º de longitude Occ. do Rio de Janeiro”, perfazendo 400 léguas² (2.400 km²). Essa área compreende basicamente a chapada de São Francisco Xavier e todos os arraiais mineradores de suas bordas. Em: **Breve História sôbre as Minas de Ouro de Matto-Grosso**. Cuiabá: 1905. p. 4.

Notícia que dá dos subsídios iniciais de interpretação de cultura material quilombola na emergência de uma economia mineradora paralela

É bem cedo ainda. Soam sinos e ouvem-se fogos. Dos casebres de colmo da margem esquerda do Guaporé é possível visualizar um alvoroço de gente pronta a dar partida para os sertões bravios e encharcados, para além das serranias da Chapada e do rio Galera. Seus vultos em movimentos aleatórios comprimem a alvura das casas caídas de residência e de negócios construídas nas imediações do Porto Real de Vila Bela, localizado na margem direita. Ao fundo restam os contornos das construções maiores e assobradadas que aos poucos o sol as vai definindo melhor.

Uma dezena de dragões, oficiais, pároco, gentes do povo entre mulheres e crianças e o capitão-general João d'Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres fazem as honrarias de despedida. Mais uma saraivada de arcabuzes. Zarpa a diligência contando quarenta e cinco pessoas. Sua missão é encontrar terras auríferas e dar fim aos valhacoutos de escravizados fugitivos de seus senhores. Para isso conta com um soldado de Dragões, remeiros, práticos, pedestres, mateiros e carregadores, entre mão-de-obra escravizada e livre, além de um Alferes de Dragões por nome Francisco Pedro de Mello, o qual está encarregado dessa missão.

Com a urgência de novas áreas minerais e dadas as várias notícias de que se tem sobre os ditos restantes do quilombo do rio Piolho, destruído haverá vinte e cinco anos, terem voltado a assentar-se nas vizinhanças do antigo lugar e de que já se lhes sobravam as provas de haver ali bastantes terras minerais com ouro de boa conta, navegam agora pelo Guaporé abaixo com vistas a adentrar na contracorrente pelo Branco e depois de seguirem-no até suas cabeceiras na Serra dos Parecis passar ao São João em suas nascentes, coisa que se daria daí a algumas semanas.

O proeiro da primeira embarcação faz avisar-se aos demais sobre as curvas, os vira-saias e os furos⁹⁴ do leito principal. Os caixotes de madeira

⁹⁴ Vira-saia: trechos do rio com violentas movimentações da água em função de imperfeições no seu leito. Dependendo do tipo de embarcação e de tripulação com pouca habilidade corre-se risco de naufrágio; Furo: por ser o Guaporé bastante meandrante, há, em épocas de cheia, vários canais abertos pela própria força da água nos locais em que as águas se comunicam entre curvas do leito principal, ou entre uma baía e o rio; geralmente usados como atalhos – em alguns casos economizam-se horas. (informações orais obtidas com a tripulação da Expedição Quilombola, em 2007).

engordurada com as provisões forram o fundo úmido da embarcação que vai puxada por aquelas outras tripuladas e que tem ali sua força de remo e de direção. O peso da água rio abaixo deixa menos pesado o movimento compassado pela batida do tambor. Além de toda parafernália garimpeira para a prova dos córregos juntam-se aí a pólvora e os arcabuzes com que se julga dar combate aos vários quilombos que essa diligência tem notícia e supõe destruir.

Esse cenário foi pintado com as cores da imaginação desprendida, como é de se fazer visto, porém está ancorado em documentos que tratam do preparo e da saída de diligências tais como a descrita aqui.

A sobredita diligência dá saída no dia 07 de maio do ano 1795 à mão das ordens do Comandante da nova Povoação de Casalvasco, já familiarizado com quilombos da margem esquerda do Barbados, rio que banha aquele arraial, e nas vizinhanças do território espanhol.

Apesar de seguir inicialmente por água praticamente a mesma distância em terra, a maior parte da derrota da diligência foi posta em caminhada em terrenos úmidos e muitas vezes alagadiços, como é de fazer parte as características de rios amazônicos nessa porção, tanto pela planura dos terrenos como por seus seguidos e sucessivos meandros alimentados continuamente, em que a cada curva do leito principal se divisa uma pequena baía em descanso ou ativamente interligada.

As águas do rio Branco, atualmente chamado de Cabixis, receberam este nome por contrastar de forma demasiada com as águas escuras e calmas do rio Guaporé. Embora bastante meandrante, as águas claras do Branco são visivelmente mais rápidas e menos profundas que as de seu receptor. Carregam também mais sedimentos, de modo que deixam livres nos barrancos as camadas sucessivas de cascalhos, embora com pouca espessura, o que torna a piçarra rapidamente esgotada ou não a atinge por estar mergulhada. Ao socavar-lhe suas terras, imediatamente se percebe a *lagresa* nas porções mais secas quando fora das áreas inundadas.

Depois de seguir provando os córregos de ambas as margens do Branco até as vistas dos primeiros morros dos Parecis, e com isso confirmando nas ditas terras constantes pintas de ouro, posto que de pouca quantidade para os critérios administrativos, no dia 23 de maio a Bandeira envereda por terra enquanto as canoas seguem para Vila Bela. Diminuídas em algumas pessoas, as escoltas marcham pela margem esquerda em sentido sudoeste dando continuidade às

provas, socavando córregos entre uns auríferos e outros sem vestígios seguros desse metal. Coisa que fazem até o dia 05 de junho.

Essa descrição de uma parte da derrota que fez esta bandeira foi trazida aqui como ilustração do modo como eram tomadas suas atividades e principalmente para fazer juízo sobre sua incumbência principal – no caso, os achados auríferos, segundo os documentos sugerem, e também a destruição de assentamentos quilombolas.⁹⁵

O que está posto a entender aqui são ligações prementes entre os achados do minério em questão e a justaposição dos quilombos sobre as terras que o contém. A maior parte da documentação que trata da destruição de quilombos no século 18 guaporeano, trabalha com esses dois assuntos e assim, praticamente estão sempre atrelados um ao outro. As atividades descritas são as de provas dos córregos que a bandeira vai cortando a pé e à medida que os vai encontrando, prova-os.

Ao tempo da primeira destruição do Piolho, no ano 1770, corria os cerrados do Campo Grande e caminhos dos Goiazes, atualmente Triângulo Mineiro, prospectando córregos e avaliando paragens a expedição comandada por Inácio Correia Pamplona, com o fim de dar cabo aos quilombos ali estabelecidos, mas também e principalmente, encontrar novos descobertos auríferos que pudessem aumentar as arrecadações da administração, bem como absorver a massa ociosa dos núcleos antigos de mineração.⁹⁶

Fazendo par com os quilombolas garimpeiros das minas de Mato Grosso, vêem-se também os de Goiás. Segundo informa Mary Karasch, para estudo dos quilombos na referida capitania, sugere que as comunidades quilombolas se auto-sustentavam por meio da mineração e do cultivo de alimentos; sendo a maior parte dos quilombolas do século 18 de origem garimpeira, e que, após a fuga, continuava a realizar o mesmo ofício. Admite em suspeita, a comercialização feita pelos quilombolas do ouro extraído com setores da sociedade escravista, por mercadorias que necessitavam nos esconderijos. Acrescenta também o fato daqueles quilombolas trocarem ouro por cartas de alforria e que a partir da procura desse

⁹⁵ Carta do Governador de Mato Grosso João d'Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres ao S.E. do Conselho Ultramarino Luis Pinto de Sousa Coutinho. A.H.U. Cx.27, Doc 57 (e anexo). 30/12/1795.

⁹⁶ SOUZA, L. M. **Violência e práticas culturais no cotidiano de um a expedição contra quilombolas. Minas Gerais, 1769.** Em: REIS, João J. & GOMES, Flávio S. (Orgs.) *Op. cit.* p. 193-212.

metal para a compra da liberdade, acabaram por encontrar importantes veios auríferos, que ao depois, tomam posse deles os luso-brasileiros. Defende dessa maneira que os quilombolas “[...] contribuíram para a descoberta e exploração da riqueza mineral da capitania de Goiás”, desempenhando um papel importante na formação econômica e da própria sociedade mineradora daquela capitania.⁹⁷

Ao mencionar as características ambientais para levantar as possibilidades de fugas e de esconderijos naturais, a autora alterna o estabelecimento dos quilombos entre próximos e distantes, mas ainda assim ligados aos arraiais e núcleos escravistas. Tais ambientes também têm um eco nas paisagens descritas para a região mineradora guaporeana, como se verá mais adiante.

É de se pensar um aparato muito bem preparado para as atividades dessas diligências. Não só o corpo da Bandeira deveria ser experiente em atividades de mineração e domínio geográfico, o que supõe pessoas com uma mínima formação especial em cartografia e conhecimentos dos aparelhos e equipamentos correlatos – a julgar pelos mapas e cartas produzidos nessas viagens – como também a pegar em armas, como estavam destinados a fazer em possíveis e previstos combates aos quilombolas.

Como o diário dessa expedição nos mostra, depois de fazer assalto ao quilombo do Piolho e prender-lhes seus moradores, demoraram-se ali por mais quarenta e seis dias no assentamento com o fim de colherem os demais integrantes que faltavam por terem se concentrado nos matos vizinhos. O que chama a atenção nas linhas seguintes desse relato é o que vem minimamente dar corpo à hipótese suposta para essa justaposição: “[...] para examinar os terrenos contíguos por mostrarem os córrigos vizinhos ainda que pouco ouro, sinais de que aquellas terras são auríferas.” Como de fato se provou ser:

O Comandante fez socavar todos os córrigos na vizinhança do Quilombo; entre eles o de S. Pedro, que lhe fica meia légoa a Norte deu amostras de ouro; porém, outro que chamam de Santa Anna que fica a Sul do mesmo Quilombo **deu mostras de ouro que foram as maiores que se acharam em toda esta diligência e que dão esperanças de ali poderem haver úteis descobertos.** (grifo acrescentado).

⁹⁷ KARASCH, Mary. **Os quilombos do ouro na Capitania de Goiás**. Em REIS, João J. & GOMES, Flávio S. (Orgs.) *Op. cit.* p. 240-62;

O documento não menciona se esses lugares apresentavam sinais de atividades de mineração ou não,⁹⁸ porém, para além do grifo acrescentado na citação acima – em que os ditos quilombolas estavam assentados sobre terrenos auríferos que deram as maiores provas de ouro de todos os lugares visitados por aquela diligência, um fato que emerge é o deste quilombo ser composto por ex-integrantes não recolhidos do primeiro quilombo destruído vinte e cinco anos antes e estar exatamente sobre os mesmos terrenos auríferos, a pouca distância de onde houvera o primeiro assentamento destruído. A propósito de suposição, a sugerir complemento às evidências sobre as práticas mineradoras daqueles sujeitos, os nomes portugueses dos santos São Pedro e Santa Anna, dados a chamar os córregos nas vizinhanças do quilombo, podem indicar tanto suas ligações com práticas religiosas por contato com seus senhores e ambientes administrativos, bem como por ligação com os *Índios* e *Índias* que foram capturados no dito assalto; por sua vez, se é possível atribuir a nomenclatura dos córregos às relações com esses indivíduos, é de se prestar alguma indicação das constantes fugas de reduções espanholas das Províncias de Moxos e Chiquitos, na margem ocidental do Guaporé.

Embora o assalto de que trata essa diligência tivesse ocorrido trinta e seis anos após a saída dos missionários inacianos da Companhia de Jesus,⁹⁹ administradores dessas missões, por influência do ministro Sebastião José de Carvalho e Mello, depois marquês de Pombal, e que, à presença de indígenas no quilombo se lhe atribuía a roubos de mulheres aos Cabixis, pode-se supor contudo, outro fator a contribuir para a admissão desses integrantes treinados na fé católica, principalmente pela proximidade com Moxos, dada a desestruturação gradativa a que foram submetidos tais assentamentos. Todavia, o lado português também contou com tentativas de missão jesuíta por parte de Espanha bem como por Portugal, nas proximidades dos rios em questão, praticamente nos mesmos moldes, e que de ali também se praticavam fugas, bem como as observadas tanto nos fortes de Bragança como no do Príncipe da Beira.¹⁰⁰

⁹⁸ Há com freqüência na documentação desse período, seguidas reclamações sobre áreas auríferas já se acharem mineradas por “ladrões”. E pelo que consta para o descoberto das lavras do Sapateiro, as quais já se faziam socavadas, apenas na data (uma estreita nesga de terra com aproximadamente 2,5 m de largura e 30 m de comprimento) do superintendente se tirou mais de mil oitavas de ouro (mais de 3,6 kg).

⁹⁹ MEIRELES, D. M. **Guardiães da Fronteira: Rio Guaporé, século XVIII**. Petrópolis: Vozes, 1989. p. 153 e *passim*.

¹⁰⁰ Annal de Villa Bella des o primeiro descobrimento deste Certão do Matto Grosso no anno de 1734. B.N. (C. Pombalina), P.B.A. 629 – 1734 A 1754. p. 7.

Por outro lado, o fato de haver muitos ambientes mineradores constantes nas minas de Mato Grosso com nomes desses santos, notadamente os maiores arraiais, e de ali serem locais propícios a fugas individuais e coletivas contínuas, é possível supor-se alguma ligação ancorada nessas experiências garimpeiras e contato com práticas e ritos católicos. Ademais, as distâncias entre esses assentamentos quilombolas e os arraiais mineradores de Santana, São Vicente e São Francisco Xavier, não parecem ter lhes metido medo; é o assentamento quilombola mais longínquo dos arraiais mineradores de que se teve notícia, contudo, esse fato não é posto a desregular a hipótese defendida aqui, pois, com perícia e conhecimento dos matos e das cabeceiras dos rios em sentido leste, em poucos dias é possível fazer contato com porções ocupadas nas proximidades dos arraiais da Chapada.¹⁰¹ No caso dessa expedição, considerando todas as atividades relacionadas a ela – desde a abertura das picadas, feitura de pinguelas, prospecção mineralógica artesanal, o estabelecimento de acampamentos, os pousos, a marcha lenta de todo o grupo em função dos prisioneiros do quilombo, o fato de terem atingido o Galera muito acima do arraial de São Vicente, forçando a todos rumarem bruscamente a sul entre outros desacertos – foram gastos, com alguns de descanso e espera, 42 dias.¹⁰² Restringindo o percurso apenas à caminhada em rumo apropriado, supõe-se que seja gasto um tanto menos da metade do tempo

¹⁰¹ Ao referir-se à desestruturação da Aldeia Carlota e aos relacionamentos entre os quilombolas e arraiais, Volpato cita Nogueira Coelho que interpretou a situação e a origem dos quilombos do Guaporé, mencionando o fato de serem aqueles assentamentos provenientes das lavras mineradoras da região, e que os contatos se faziam principalmente com São Vicente. VOLPATO, Luiza R. Ricci. **Quilombos em Mato Grosso. Resistência negra em área de fronteira**. Em: REIS, João J. & GOMES, Flávio S. (Orgs.) *Op. cit.* p. 213-39.

¹⁰² a) Supondo que sua velocidade tenha sido de pouco mais de meia légua por dia, e que atingiram o Galera num ponto a seis léguas de São Vicente e que naquelas proximidades não se ativeram às prospecções, a não ser nos dias em que ficou parada, deduz-se que tenham descansado cerca de dez dias, pouco mais ou menos;

b) Para uma comparação do tempo gasto na prospecção artesanal, com um garimpeiro experiente, realizamos em 2006 uma atividade que recriasse minimamente aquelas condições de trabalho, numa área de mineração do período colonial, no município de Pilar - GO, com características minerais próximas, embora não se trate de morfologia amazônica. Do primeiro ponto até o seguinte, feitas as provas necessárias para a constatação, gastamos em média quarenta e cinco minutos. A atividade consistiu em: 1) percorrer a margem do córrego à procura de bancos de cascalho, notadamente em curvas mais acentuadas, em que, após chuvas, formam-se *línguas* de sedimentos trazidos das porções mais altas; 2) encontrando-os, fazer retirada da camada superficial de folhas e de rochas maiores; 3) fazer várias provas do material – parte mais demorada, dada a própria dinâmica da operação, a qual consiste em lavar o sedimento de modo que a água passe repetidas vezes pela bateia, que vai sendo girada sobre seu eixo, a fazer o material mais grosso sair-lhe pelas bordas, até que fiquem somente grânulos ferruginosos (óxido de ferro) mais pesados e o minério de ouro, geralmente em pó.

empregado pela expedição, se lhes excetuando os dias de descanso que a dita diligência fez na margem do Galera.

Entretanto, a comercialização desses minérios por parte dos quilombolas, como sugerido pela documentação oficial queixosa, era feita em espaços não institucionalizados pela administração colonial, com regatões e comerciantes viajantes e donos de tabernas e vendas de beira de estradas e caminhos.¹⁰³ Ademais, como eram constantes os usos do Guaporé por mercadores em embarcações diversas, a distância para atingir este rio partindo daquele assentamento em sentido à foz do rio Piolho era mais diminuta ainda, coisa que poderia ser feita por meio de pequenas canoas de tronco único em pouco mais de meio dia, quando muito.

Seguindo os passos da diligência ao rumar para o Galera, é possível imaginar os contatos que os motivaram a dar nomes aos córregos que foram provando, já que o diário não traz as justificativas para cada nome empregado. A título de curiosidade e ilustração dessas simbologias destacam-se aqui alguns por ordem de travessia: Ribeirão da Pedra; Ribeirão da Madioca; Ribeirão da Balrroada; Formigueira; Córrego Fundo, Guanazambé; Braço; Siriúva; Therezinha; S. Bento; Camrumbé; Sumidoiro; Ribeirão da Paca; Mariana; Combate; Vaivem, Paiol de Milho e Sabará. Destes, destaco para discussão o da Madioca, o Guanazambé, o Camrumbé, o Combate, e o Paiol de Milho.

Como pode ser deduzido, basicamente os nomes atribuídos estão ligados a algum elemento que aos olhos do responsável pela toponímia caracterizava o local,¹⁰⁴ tanto por ter destaque na paisagem, no caso de espécies arbóreas (Siriúva), características do curso d'água (da Pedra, Fundo, Vaivem, Sumidoiro), de suas margens (Formigueira) ou de fato ocorrido na ocasião do encontro (Balrroada), como também para registro desses acontecimentos, como era prática e instrução administrativa, a compor o cenário de ocupação da fronteira com nomes tipicamente portugueses. Vistos dessa maneira, alguns desses podem ter carregado essas dimensões, como o caso do ribeirão da Madioca:

¹⁰³ CHAVES, Otávio R. *Op. cit.* p. 167. O autor também faz referência à comercialização de mercadorias furtadas e negociadas em tabernas de beira de estrada. p. 192.

¹⁰⁴ Para o Rio Grande do Sul, Mário Maestri aponta como marcador espacial das áreas de atuação de trabalhadores quilombolas os topônimos relacionados a esses assentamentos (ilhas, arroios, rios). MAESTRI, M. **Pampa negro: quilombos no Rio Grande do Sul**. Em REIS, João J. & GOMES, Flávio S. (Orgs.) *Op. cit.* p. 291-331. Para o caso da Capitania de Mato Grosso, há referência na documentação oficial dos anos 1780 para o nome de uma sesmaria e do rio que a banha – Rio do Quilombo. Ver figura 19.

a) tanto pode ter ligação com os restos de uma roça desse tubérculo de assentamento indígena abandonado nas imediações, como pode fazer parte de algum acampamento provisório, no caso, quilombola, por exemplo;

b) para Guanazambé, considerando que houve uma modificação em sua pronúncia e escrita, como era de costume entre os portugueses e também os espanhóis, comumente para *b* e *v*, tem-se a denominação Guanazamba, segundo Houaiss, do quimbundo *Ngana-Nzambi* (Senhor Deus), equivalente a *Tambu* (tambor); neste caso, a referência feita pela diligência pode ser atribuída ao som desse instrumento ouvido nas vizinhanças do córrego ou ao próprio objeto encontrado ali. Por outro lado, como a composição da bandeira admitia escravizados, talvez tenha alguma ligação com suas atividades em locais de paradas e pousos;

c) para Camrumbé as suposições são mais flexíveis, por se tratar de um instrumento utilizado na prospecção do ouro e que a própria bandeira o trazia consigo. No entanto, o fato de as terras serem minerais, como atesta o relatório, e existir a possibilidade desses córregos estarem sob uso de mineradores clandestinos, negros ou indígenas, pode supor-se que o nome adviesse da presença desse objeto nas vizinhanças ou que o próprio córrego apresentasse ouro à extração;

d) no caso do córrego Combate as inferências supostas ficam entre um embate que se pode ter feito ao gentio ou mesmo a quilombolas, que porventura quisessem recuperar seus conterrâneos do Piolho ou que encontraram pelo caminho, posto que a direção fosse praticamente a mesma de quem estivesse a voltar dos arraiais, por exemplo;

e) talvez a mais significativa dessas inferências seja possível trazê-la para próximo do córrego Paiol de Milho. Seguindo essa lógica comentada anteriormente, faz justo supor-se o encontro de um estabelecimento dessa natureza nas proximidades desse córrego, e que o dito talvez pertencesse a algum assentamento ali localizado. Como em várias descrições de assaltos a quilombos, como o próprio Piolho, havia cereais armazenados, dentre eles o milho, de que se fez farinha.

A diligência seguiu com os mesmos fins para outras áreas circunscritas aos arraiais da Chapada, marchando pela estrada da Lavrinha encostados à Serra do Jarumã cerca de duas léguas. Dalí subiu a rumo de les-nordeste cerca de dez

léguas¹⁰⁵ até atingir os terrenos do Pindaituba. Nessa parte da derrota rumo a este rio “[...] alguns córregos mostraram seus fálhos de ouro”.

Já em terras banhadas pelo Pindaituba a diligência encontrou um quilombo abandonado composto por dois conjuntos de casas distantes coisa de cinqüenta passos um do outro; ao que constou do relatório, seus integrantes fundaram outro assentamento cerca de seis léguas ao norte, por nome Mutuca.¹⁰⁶ Depois de dar combate a outros quilombos, capturando deles dezoito escravos “[...] mandou o Comandante examinar e provar muitos córrigos em diferentes lugares, que deram sinais e amostras de ouro, e de que aquelas terras de vertentes da Pindaituba e suas imediações prometem suficientes descobertas”.

Fecha o diário da diligência fazendo um balanço positivo acerca dos seus intentos, destacando cada um deles: captura de escravos, identificação de “muitas terras auríferas”, matarias com madeiras “de grande grossura e comprimento e preciosíssimas para a construção de canoas, e obras públicas e particulares”; menciona o fato de que, após o retorno da bandeira, aos poucos os escravizados quilombolas “estão se entregando” e que sete deles já o fizera, acrescentando acreditar que os demais também o fariam;¹⁰⁷ realça o caráter benevolente dispensado aos quilombolas capturados no Piolho que,

¹⁰⁵ A noção de distância da época medida em léguas deve ser entendida com ressalvas para comparações atuais, pois tais cifras se tratavam, muitas vezes, de estimativas e nem sempre eram de base astronômica. Por exemplo, a distância mencionada no Annal de Villa Bella... *Op. cit.* p. 10, entre Vila Bela e a foz do rio Sararé, era de seis léguas. Entre Vila Bela e a foz do Alegre, meia légua. Segundo Rondon no início do século 19, "A cidade de Matto-Grosso está situada aos 15° 0' 12" de latitude e 16° 42' 58", 80 de longitude ocidental do Rio de Janeiro, na margem direita do Guaporé, cêrca de tres e meio kilometros abaixo da confluência do Alegre." Em: RONDON, Cândido Mariano da Silva. **Índios do Brasil do Centro, Noroeste e Sul de Mato Grosso**. Vol. I. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Proteção aos Índios, Ministério da Agricultura, 1946. p. 101. Considerando sua equivalência para os dias atuais em Portugal (5.572 metros) e na mesma época com as léguas espanholas (5.550 metros), tem-se que tal distância ficaria por volta de 32 km, coisa que definitivamente não o é. Efetuei medições dessas duas distâncias em 2007 através do rio, o que normalmente seria tomado como referência à época; a diferença entre as medidas que obtive e as constantes no documento é de aproximadamente 8 km, para o primeiro caso. Em linha reta essa distância ficaria pela metade, pouco mais, se o caso fosse um caminho por terra. Já para o segundo, a diferença foi de aproximadamente 200 metros, apenas. O que nos leva a supor que, quanto maior a distância, menos preparo técnico tiver o noticiador e quanto mais desconhecido ou pouco usado for tal caminho, maior será a diferença em termos reais; daí resultar difícil a localização dos assentamentos quilombolas, posto que as cifras sejam sempre mencionadas em léguas estimadas e geralmente os pequenos cursos d'água não carregam os mesmos nomes do período colonial. Ademais, há uma diferença entre as léguas jesuítas e aquelas usadas pelas administrações coloniais, tanto portuguesa quanto espanhola, o que deixa a interpretação dos mapas mais complexa ainda.

¹⁰⁶ VOLPATO, Luiza R. Ricci. **Quilombos em Mato Grosso. Resistência negra em área de fronteira**. Em: REIS, João J. & GOMES, Flávio S. (Orgs.) *Op. cit.* p. 213-39.

¹⁰⁷ Volpato, em artigo já citado, atribui essa volta dos quilombolas para os domínios de seus senhores à destruição dos seus assentamentos e plantações, à desolação e a falta de alternativas em que se acharam os restantes não-capturados nessa diligência. Entretanto, essa informação deve

[...] acariciados como fica referido foram fundar a nova Aldeia Carlota, prometendo não só seduzir à nossa amizade e comunicação outras Aldeias de Índios Cabixes, vizinhos daquele lugar; mas a **virem a esta Vila tanto a comerciar, como a trazerem boas mostras de ouro** que faça conta para atrair aquele importante lugar alguns colonos portugueses. (grifo acrescentado).

As águas do Pindaituba, bem como as de todos os demais que escorrem para o Guaporé nessa porção, têm suas vertentes originais nas encostas da Serra dos Parecis, o que de certo modo orientou as entradas que essa diligência fez, limitando-se às cabeceiras dele e de seus tributários.

Entretanto, algumas dessas áreas já haviam sido exploradas décadas antes. Pelo ano 1752 o Conselho Ultramarino dá notícias de haver uma paragem em que se faz comandar lavras um dito Capitão António Francisco da Silveira e que assiste ali, a serviço da Coroa, com canoa e negros seus prontos para todo tipo de transporte. Como mostra o documento, o estabelecimento estava localizado na passagem usada à época em substituição à antiga, que se fazia mais pelas cabeceiras do Guaporé e que por muito perigosa, se lha desativaram. Segundo o Conselho, depois do “Aporé” descer as penedias da Serra dos Parecis em forma de várias cachoeiras, se lhe emendam as águas de um riacho por nome Moleques e que mais ao sul tributam ali também as do córrego “Pindahituba”, entre os quais a área mencionada se situava.

O nome para designar o córrego que deságua no Guaporé e limita ao norte a localização das lavras mencionadas, é do quimbundo *muleke* (garoto, filho pequeno) e foi admitido em um dicionário português no ano 1716, por Rafael Bluteau.¹⁰⁸ Segundo Houaiss, *Moleque* é o designativo para “menino novo, de raça negra ou mista”, e marcado como regionalismo brasileiro ainda continua com essa acepção; somente a partir de 1731 é que passa a admitir imagens com sentido

ser tomada com cuidado, pois o fato de o Governador haver publicado um bando concedendo benefícios aos quilombolas e fugitivos que se entregassem, deve ter pesado na decisão do mencionado retorno. Ademais, é a interpretação do alferes que comandara a diligência que está posta.

¹⁰⁸ BLUTEAU, Rafael. Vocabulario portuguez e latino [...] 8 vol. em fol. (1o e 2o - 1712, 3o e 4o - 1713, 5o - 1716, 6o e 7o - 1720 e 8o - 1721) e 2 de Suplemento (parte 1 - 1727 e parte 2 - 1728). Coimbra-Lisboa, 1712-1728. Em: HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Versão 1.0. Objetiva, 2001. No estado de Goiás há uma assentamento de remanescentes de escravizados e quilombolas por nome Vão dos Moleques, como nos traz Mary Karasch, em artigo já citado.

jocosos ou negativos, “indivíduo sem integridade, capaz de procedimentos e sentimentos vis; canalha”. Como parece fazer juízo acerca das atribuições a marcos na paisagem como orientação administrativa, no caso do nome “Moleques”, tanto pode se referir a filhos daqueles trabalhadores escravizados, livres ou forros empregados nas lavras do Capitão António, daí nomeado por essa gente, como também deixa margem a suposições de que pudesse se tratar de locais em que se têm notícias dessas crianças ocupando porções do dito riacho, por pertencerem a algum quilombo das vizinhanças. Como se sabe, as cabeceiras do Guaporé, Sararé, Pindaituba, Galera e Piolho eram consideradas esconderijos de “muitos escravos que tranqüilamente existiam aquilombados na escarpa da extensão Serra dos Parecis”, segundo informava João d’Albuquerque em 1795. É notável na documentação desse período o uso de designativos dessa natureza para se referir a filhos de escravizados, principalmente nas listas de compras, negociação e transporte desses trabalhadores, como “molecões”, “molecotes”, “moleconas” e outras variantes. De resto, o que vale ressaltar aqui é a nomenclatura de origem banta atribuída ao riacho e o seu (re) conhecimento tanto por gentes locais como por um órgão da Coroa.

As provas de que se precisava para fechar a prospecção do vale acerca dos jazimentos fora feita um ano antes, em 1794, pela diligência comandada pelo engenheiro Tenente Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra. Além dos rios tributários do Guaporé – Sararé e Galera, sua diligência também atingiu boa parte dos cursos do Juruena e Juína, estes sobre a Serra dos Parecis em sentido norte.

Normalmente tais diligências geravam documentação significativa, posto que dela constassem militares com incumbências cartográficas, principalmente para o cadastro efetivo dos locais visitados e a geração de um inventário dos pontos de interesse, no caso mineralógico, em que passava a nomear a hidrografia com nomes reconhecidamente portugueses. A geração dessas cartas facilitaria posteriormente, no caso de mostras positivas de ouro, ou mesmo de quilombos, sua retomada. Para corroborar com essa natureza das expedições e o fato de terem informações “seguras” sobre o paradeiro dos quilombolas, tem-se que o caminho percorrido por ela seguiu pontos relativamente objetivos. Saindo do Branco orientados a sudeste, atravessaram “terrenos ásperos” coisa de sete léguas a dar no São João, atravessaram-no sobre pinguela para sair diretamente sobre o quilombo do Piolho.

No caso dos quilombos das cabeceiras do Pindaituba e seus tributários, praticamente tal dinâmica se repete, visto que essa diligência não parece ter feito uma derrota aleatória, o que nos leva a crer com firmeza que dispunham de informações da localização, senão precisa, ao menos próxima, como mostra o relatório dessa expedição – que contava com a ajuda de um ex-quilombola do Piolho. Saíram do arraial em sentido à Lavrinhas, quase descrevendo uma reta a rumo sudeste, viraram a leste e seguiram às cabeceiras mencionadas. Tal derrota vista num mapa denota claramente um conhecimento mínimo do terreno, tanto imediatamente ao contato como por informações possivelmente repassadas, notícias e indicações entre outras.

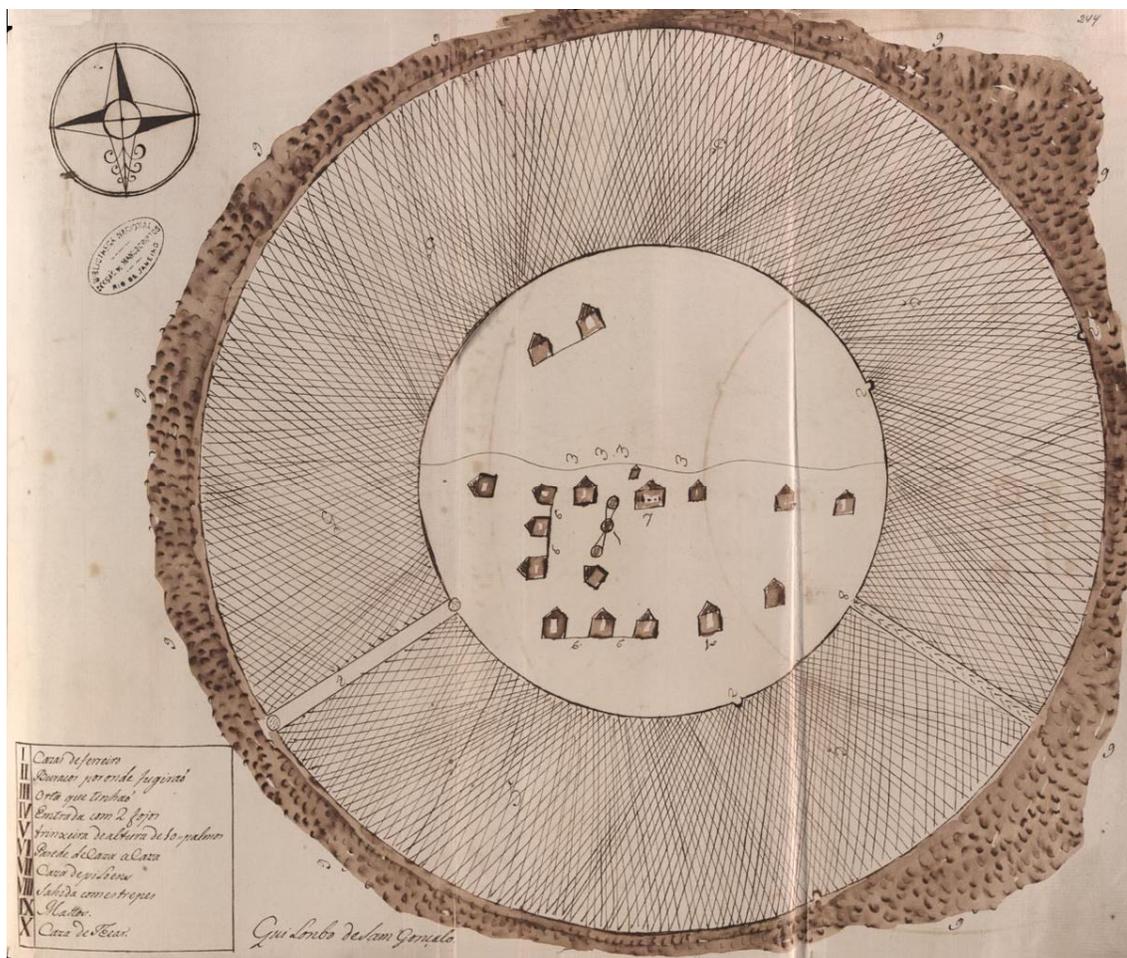
No entanto, para o caso dos quilombos do século 18 guaporeano minerador-escravista, não nos restou esse volume de dados produzidos pelas expedições, com exceção das notícias e relatórios que foram enviados a outras instâncias administrativas, ou mesmo suas cópias em livros com essa finalidade.

Dessa arte, não temos força para recompor os cenários precisos desses assentamentos, a não ser que se consiga vasculhar áreas que possivelmente tenham-nos abrigado. Teríamos de fazer inicialmente comparativos com outros assentamentos em economias próximas, embora tais dinâmicas de ocupação dos espaços e suas relações culturais, ambientais, sócio-políticas e econômicas devam ser relativizadas, minimamente respeitadas sua contextura. Todavia, os modelos interpretativos de quilombos mais difundidos têm características físicas próximas das encontradas na documentação oficial, em que apresentam basicamente aquelas relacionadas à segurança, economia coletiva de subsistência, casas de residência, de trabalho (forja, moinho de cereais, curtume); acerca das relações sociais alguns modelos tendem a homogeneizar romanticamente uma consciência solidária e quase utópica tirada tão-só a partir de documentos oficiais.

Para os poucos registros oficiais existentes sobre dados físicos temos um conjunto de cinco croquis e uma planta de quilombos destruídos no ano 1769 em região mineradora, embora se tratem da Capitania de Minas Gerais. Trago-os aqui como ilustração de como esses modelos clássicos representam bastantes parcialidades quando estendidos para grandes regiões.

Do conjunto produzido pela bandeira se destaca a planta do Quilombo São Gonçalo. (Figura 3). Dentre todas as representações é a que melhor ilustra o modelo clássico de defesa e segurança. Apresenta um conjunto de estruturas de residência

e de trabalho, sendo oito casas de moradia em trio e dupla e sete *soltas*; uma casa de ferreiro, uma de tear e uma de pilões com hortas a fazer-lhes quintal. Estavam dispostas como a deixar uma praça central em que também se achava a casa de ferreiro. Na representação aparece um risco cortando a estrutura ao meio de leste a oeste e que praticamente separa o conjunto de construções da parte que vem chamada de “hortas que tinham”.



Fonte: Biblioteca Nacional/2005. Modificado por Rosa, 2007.

Figura 3 - Quilombo de São Gonçalo.¹⁰⁹

Legenda da planta: I – Casa de ferreiro; II – Buracos por onde fugiram; III – Horta que tinham; IV – Entrada com 2 fojos; V – Trincheira de altura de 10 palmos; VI – Parede de casa a casa; VII – Casa de pilões; VIII – Saída com estrepes; IX – Matos; X – Casa de tear.

Esse risco pode tanto representar o limite destas hortas bem como um pequeno rego d’água, o que parece ser mais provável, pois estando sua fonte de

¹⁰⁹ Biblioteca Nacional – **Quilombo de S. Gonçalo, MG – 1769**. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mssl2_33.jpg Acesso em: 12/05/2007

água fora da trincheira, seguramente se tornariam mais vulneráveis. Ademais, haveria grande possibilidade de ser um canal construído por eles se não o fosse natural, a fim de abastecer-lhes de água para necessidades domésticas como para irrigação dessas hortas.

A praça vinha cercada por uma trincheira de dez palmos de altura (2,2 m) construída nos limites desbastados dos matos que a circundavam por inteiro, na ocasião da batida. A julgar pela representação, parece se tratar de um croqui sem referência de proporção. A dita trincheira tanto pode ser entendida como aquela erguida do chão ou como a que se faz com vala, já que a planta não traz mais detalhes. De qualquer modo, mesmo que as dimensões da representação não contenham a proporção real, ilustram um mínimo de preparação e planejamento, em que o volume de trabalho gasto tanto para escavar como para levantar tal estrutura é muito alto. Escavada ou erguida com essa altura é bem provável que essa estrutura deixasse pistas para os dias de hoje, caso não tenha havido uma posterior mudança antrópica do ambiente.

A segurança parece ser o que mais chamou a atenção do autor, pois as formas mais meticulosamente tratadas são exatamente aquelas ligadas à trincheira. Apresenta dois buracos de fuga, um em sentido norte e o outro em sentido oeste. Esses buracos atravessam a trincheira de um lado ao outro, sendo possível que esta fosse mesmo erguida, pois do contrário, teriam eles escavado um túnel que obrigatoriamente seria abaixo de 2,2 m de profundidade. Aceitando a possibilidade de a trincheira ser em forma de vala, deverá ser pesado o fato de que a esta profundidade o terreno apresenta alto nível de umidade, ainda mais se estiver nas proximidades de um curso d'água, como parece ser o caso. Outro fato a contribuir para a hipótese de trincheira erguida é que há duas saídas no mesmo nível da praça interna que comunicam por sua vez com os matos circundantes do quilombo. Uma é composta por uma passarela com estrepes dispostos de forma que só possibilitavam uma passagem rápida para quem estivesse saindo da trincheira, ou seja, a favor das pontas. A outra saída, ou entrada, dependendo da situação, crê-se, apresenta dois fojos, um em cada extremidade da trincheira, o que mais uma vez faz supor-se que a estrutura fosse erguida. Pelo desenho, os buracos estão dispostos entre as paredes da trincheira e no limite interno e externo da passagem; esse tipo de armadilha requer fossos largos e profundos, de modo que caiba ao menos uma pessoa em pé entre os estrepes fincados em seu fundo. Ademais, para justificar a

intenção de defesa por assalto, tal armadilha há que ser mesmo de proporções mais elevadas, pois do contrário impediria apenas alguns poucos invasores, em que os demais poderiam saltar-lhe, entrando, assim, no interior do quilombo.

Deve ser observada aqui a subjetividade dos componentes da Bandeira na ocasião das batidas ao interpretarem as estruturas que compunham o quilombo. Certamente houve componentes negligenciados ou não percebidos pelo observador, mas que conjugados com aquelas representadas em seu relatório poderiam servir-nos de melhor entendimento sobre a distribuição espacial do assentamento, ou recursos do ambiente, por exemplo.

Com relação aos demais quilombos representados pela expedição, os únicos elementos de composição natural da paisagem são os cursos d'água e os matos. Em praticamente todos os assentamentos representados, a distância entre as casas e a água é de diminuta conta. (Figuras 20 - 24). Estavam servidos por, no mínimo, uma fonte desse recurso; como pode ser observado, preferiram os espaços interfluviais próximos às nascentes ou em porções de junção desses cursos, o que lhes serviam de algum modo como defesa.

Quanto aos elementos de organização espacial não chegam a formar um padrão, mas há um destaque para a recorrência de uma espécie de pátio ou praça central, em que se apresenta, quando é o caso, o que chamaram de casa de conselho, podendo ser entendida aí também a casa do rei com a mesma função. (Figuras 20, 23 e 24).

Já os elementos econômicos são os mesmos apresentados para o modelo geral clássico em que se destacam as roças de subsistência de mantimentos e de algodão, notadamente naqueles assentamentos com casa de tear. O único componente econômico que figurou em todos os assentamentos foi o relacionado a roças. Há também casa de ferreiro e forja para dois deles, em que um apresenta ainda uma casa de curtume de couros, o que nos leva a especular desdobramentos dessa economia, possivelmente de caça ou de criação doméstica, não mencionada na representação. (Figuras 20, 22 e 24).

Outro componente a fazer-se presente nesses assentamentos trata da defesa, em que eram eleitos locais com pequenos morros para casa de sentinela a servir de guarita. (Figuras 22, 23 e 24). Nota-se trincheira ou fosso em apenas um desses assentamentos, por sinal o mais estruturado deles em termos de defesa, contudo não apresenta itens econômicos que possam esclarecer melhor a dinâmica

do assentamento. Esse assentamento trata-se do quilombo do Ambrósio estudado pelo arqueólogo Carlos Magno Guimarães. (Figura 23).

O único desses assentamentos que não apresenta maiores detalhes da economia e da organização sócio-espacial é o Quilombo dos Santos Fortes. (Figura 21). Como na representação figuram apenas casas e roças, supondo relativo grau de cuidado do observador, pode-se inferir estar ainda se estruturando, a julgar não só pela falta de outros componentes estruturais, mas também pela quantidade diminuta de casas, por exemplo. Por outro lado, o fato de ser de pouca conta o número de casas não garante essa inferência, posto que o “quilombo de um dos braços da Perdição” apresenta apenas cinco casas, mas uma estrutura provavelmente mais complexa, a julgar pela representação e pelos componentes estruturais. (Figura 20).

No geral, contrariam o modelo clássico no critério defesa, principalmente quanto às trincheiras e aos estrepes. A economia, em certo sentido, figura como elemento constante bem como a apropriação material e simbólica dos espaços revela um planejamento mínimo a suprir as necessidades físicas básicas.

E para entender esses processos de apropriação material dos espaços e sua transformação, emergem os estudos de cultura material que, além de poderem mostrar – dependendo do prisma de análise e das concepções teóricas do investigador – o que os documentos escritos ou até mesmo a memória e as tradições orais não conseguiram reter ou o que elas transformaram, eles ainda oferecem possibilidade de uso com os mais diferentes matizes ideológicos, tanto para reduzir à obediência e controlar pelo poder ou também o contrário, para contrapô-los. Sendo assim, tais registros possibilitam recuperar uma História dos marginalizados pela História-conhecimento construída pela elite.¹¹⁰

Mas tal possibilidade não garante em medida alguma que os focos mudem ou se rearranjem para recuperar uma história vista de outros ângulos. Como já dito antes, depende bastante do viés interpretativo do pesquisador e de seu compromisso com uma reconstrução do passado que seja inclusiva ou que tente recuperar as vozes e o trabalho dos trabalhadores subalternizados pelo sistema escravista. Muitas vezes é possível verificar um predomínio de estudo sobre

¹¹⁰ FUNARI, Pedro Paulo A. *Etnicidad, Identidad y Cultura Material: un estudio del cimarron Palmares, Brasil, siglo XVII*. Em: ZARANKIN, Andrés. ACUTO, Félix A. **Sed Non Satiata: Teoría Social en la Arqueología Latinoamericana Contemporánea**. Buenos Aires: Ediciones Del Tridente, 1999. p. 84.

estruturas de poder ou daquelas de usos exclusivos da elite, com destaque para casas senhoriais, catedrais, prédios administrativos, fortificações e afins, entretanto sem mostrar que tipo de trabalho as tenham tornado possível. Não que através dessas estruturas não seja possível dissertar sobre os trabalhadores e suas vivências, mas para isto, pressupõe-se que haja uma inversão de viés ideológico, coisa que obrigatoriamente haveria de se processar com interpretações por desdobramento de situações e de vestígios.

Não obstante, a mudança de interesse não se processou passando da casa-grande à senzala, e nem dá indícios de que ocorra de imediato. Os estudos precisam entender os espaços inter-relacionados e como os sujeitos reagiram às mudanças que eles mesmos provocaram. Só a partir de alguns anos para cá é que se começou a dar devida importância para as fontes materiais no Brasil,¹¹¹ em especial às fontes relacionadas às Reduções Jesuíticas e aos quilombos, com os estudos na área de Arqueologia Histórica,¹¹² como podemos ver no trabalho do arqueólogo Walter Fagundes Morales, sobre a escravidão indígena em Jundiá-SP, no século XVIII; o já mencionado Quilombo do Ambrósio em Minas Gerais, investigado por Carlos Magno Guimarães, ou nos estudos de Pedro Paulo A. Funari e Charles E. Orser Jr. sobre o Quilombo de Palmares.¹¹³ Pela dimensão histórica que o fenômeno teve e que nos dias de hoje aumenta cada vez mais, sobretudo com as novas reconstruções do passado quilombola – levadas à frente pelas associações de quilombos e por grupos ligados a movimentos sociais, reivindicando

¹¹¹ GUIMARÃES, Carlos M. O quilombo do Ambrósio: Lenda, documentos e Arqueologia. Em: **Estudos Ibero-americanos**. N.21(1-2). Porto Alegre: PUCRS, 1990. p. 161-74.

¹¹² Talvez o termo mais apropriado fosse, como destaca Charles E. Orser Jr. em seu livro **Introdução à Arqueologia Histórica**, na página 23, "*como o estudo arqueológico dos aspectos materiais, em termos históricos, culturais e sociais concretos, dos efeitos do mercantilismo e do capitalismo que foi trazido da Europa em fins do século XV e que continua em ação ainda hoje*". A discussão rende muito quando se questiona, por exemplo, se "não é História também, o período que antecede à chegada dos europeus nessas paragens?". Se a organização social, a produção cultural, as crenças, os ritos, as táticas de guerra desenvolvidas, a transformação do meio mediante o trabalho, a comunicação, as representações de si mesmos e do meio que os cerca, o arcabouço intelectual, as mentalidades, enfim, a superação das dificuldades de adaptação ao meio, daquelas nações de povos que aqui viviam, não é história, temos de reconhecer que sobra pelo menos uma alternativa, a visão é tendenciosa e, mais uma vez, tem base no ponto de vista ocidental, de que, quem não tinha escrita era bárbaro, era pré-histórico. Então, diante dessa visão de mundo, só é histórico aquilo que teve contato com os europeus. Fico, portanto, apesar de ser uma questão indefinida até mesmo entre os arqueólogos – de qual é o papel da Arqueologia, e como caracterizar seu campo de atuação, como defini-lo –, querendo crer que uma boa definição seria a de Arqueologia do Capitalismo ou Colonial, ou ainda, *de Contato*, como reconhece Orser, embora não a nomeie assim.

¹¹³ FUNARI, Pedro Paulo A. Arqueologia de Palmares. Sua contribuição para o conhecimento da história. Em: REIS, João J. & GOMES, Flávio S. (Orgs.) **Liberdade por um fio. História dos Quilombos no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1996. p. 26-51

justiça social e indenizações por serviços de seus antepassados – ainda é muito baixo o volume de estudos dentro da arqueologia. Em Mato Grosso, por exemplo, apesar de haver um número significativo de quilombos referenciados na documentação oficial, até hoje não se verificou estudo para nenhum deles, a não ser numa alusão simbólica sobre a cidade de Vila Bela como sendo um quilombo capital.

As preocupações com o estudo da cultura material na Arqueologia Histórica voltadas mais para a cultura do Povo vêm desafiar nossa compreensão referente às questões sociais como o racismo, a discriminação, a dominação, a exploração, o preconceito, a etnicidade, o gênero e a opressão.¹¹⁴

No sentido de compreender o que não foi escrito, ou por qual motivo foi escrito, de que maneira foi escrito o documento "oficial", mas, sobretudo como eram tais comunidades, a "[...] Arqueologia, partindo dos elementos materiais apropriados pelo homem, visa à compreensão do funcionamento e transformação das sociedades humanas",¹¹⁵ tenham elas escrita ou não.

A arqueologia de compromisso pode fornecer uma visão a partir das formas materiais físicas, embora dessa maneira seja possível compreender também as estruturas de pensamento, as relações de trabalho e os modos de produzir a realidade, a recriação dos espaços físico e social, mais ligados ao campo ideológico, portanto. Estudar as culturas não-letradas do passado através de seus vestígios é uma tarefa para a Arqueologia Histórica, pois ela pode estudar "[...] justamente, a cultura iletrada, ou melhor, os aspectos da cultura que não são escritos, os objetos, as coisas, o mundo material usado e transformado pelos homens...",¹¹⁶ e a primar por "[...] um papel crítico em nosso meio [...] como disciplina, produzindo estudos que ultrapassam a mera coleta de objetos, produzindo interpretações [pois] isto implica uma revolução mental, na qual a descrição é substituída pela crítica."¹¹⁷

Para dar corpo ao estudo das fontes materiais, utilizam-se também as fontes orais, pois

[...] a informação oral torna-se muito útil, em geral, nos casos em que o arqueólogo está estudando um sítio que foi ocupado em tempos ainda presentes na memória de testemunhas, ou nos casos em que o arqueólogo

¹¹⁴ *Idem. Op. cit.* p. 84.

¹¹⁵ FUNARI, Pedro Paulo A. **Arqueologia**. São Paulo: Ática, 1988. p. 12.

¹¹⁶ *Ibidem*, 1988. p. 07.

¹¹⁷ *Ibidem*, 1988. p. 09.

deseja conhecer a história do sítio após seu uso pelo povo que originalmente o construiu e usou.¹¹⁸

Por outro lado, é certo que há alguns problemas quanto à utilização de tais fontes, variando o grau de verdade construída, em decorrência de um ou outro método na análise do material coletado.

As fontes documentais que trazem referências sobre quilombos em Mato Grosso não são de todo parcas quanto se pode dizer das fontes orais e mais ainda das materiais, pois pelos problemas apresentados, em relação à memória dos remanescentes e pelas dificuldades de se localizar fisicamente tais sítios, fica cada vez mais difícil seu estudo. Entretanto, como já mencionado anteriormente, os documentos apresentam mais referências, mas estas andam pouco a ajudar por conta do caráter dos registros.

Os espaços transformados mediante o trabalho para o estabelecimento de uma comunidade nos moldes do que temos por Quilombo hoje, passava certamente por uma análise de critérios básicos a garantir uma mínima estabilidade. Em grande medida, essas mudanças físicas não nos chegaram como identificáveis no ambiente por uma série de condições da própria dinâmica desse tipo de assentamento. Dentre essas características estão o estabelecimento na paisagem, a localização espacial em relação às forças escravizadoras, a permanência não conflituosa, o grau de estabilidade das relações internas e externas, capacidade reprodutiva dos meios de subsistência, potencialidades espaciais para suprir necessidades materiais, por exemplo. Qualquer um desses elementos que deixasse de funcionar poderia arranhar a estabilidade do assentamento, forçando sua dissolução ou mudança.

Pode-se dizer que essa dinâmica regulou boa parte das transformações dos espaços físicos para a formação dos quilombos e é aí que aparecem as dificuldades de localização para estudo arqueológico.¹¹⁹ No geral, só se tem notícia através de documentação oficial em forma de textos daqueles assentamentos descobertos e destruídos pelas forças escravistas, restando oculta a maior parte deles. No caso da Capitania de Mato Grosso, naqueles sabidos e referenciados pela documentação não se registrou pistas físicas mais elucidativas de localização, pois as poucas

¹¹⁸ ORSER JR., Charles E. *Op. cit.* p. 45.

¹¹⁹ FUNARI, P. P. A. Novas perspectivas abertas pela arqueologia na Serra da Barriga. Em: SCHWARCZ, Lília M. & REIS, Letícia V. S (orgs). **Negras Imagens. Ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil**. São Paulo: EDUSP, Estação Ciência, 1996. p. 139-151.

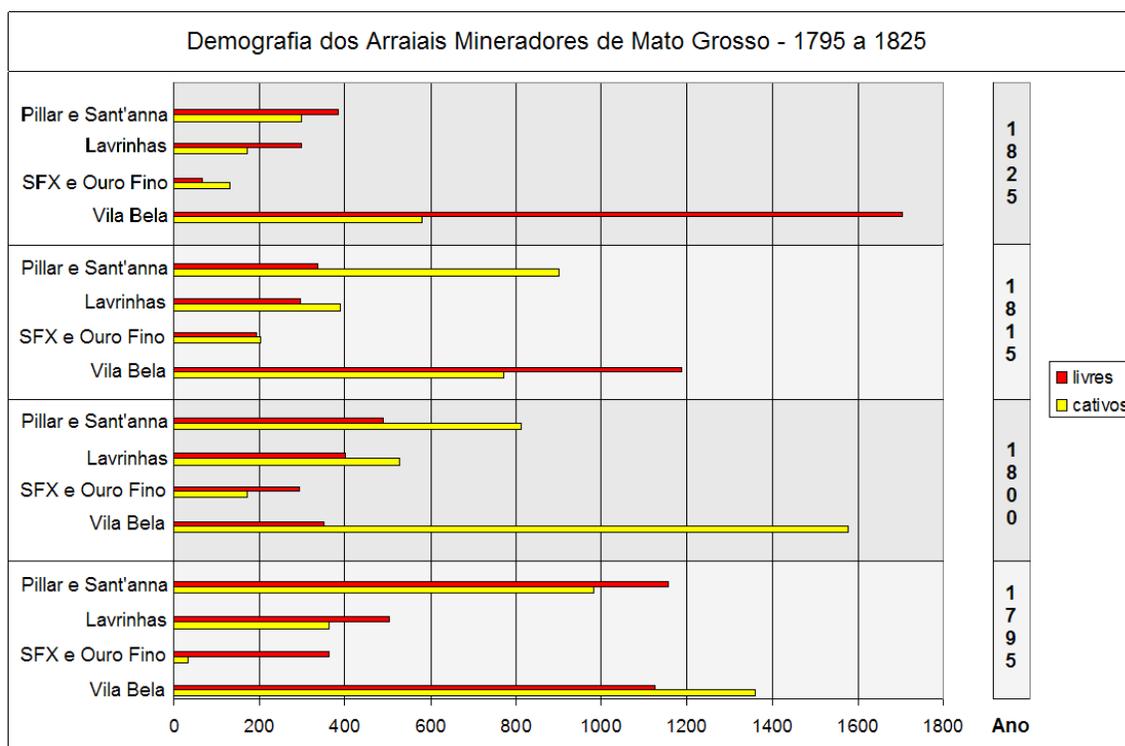
indicações são vagas em sua maior parte ou dizem respeito a interpretações posteriores aos fatos.

Como a historiografia regional se encarregou de reconstruir a história de Mato Grosso num plano que priorizava a nova Capital, criou com isso uma verdade que é de difícil sustentação acerca da decadência das minas e da conseqüente transferência da Capital para Cuiabá, em que afirma que os brancos abandonaram a cidade, deixando tudo para trás, inclusive escravos.¹²⁰ Dentro de um sistema opressor baseado na escravidão, sobretudo negra, em que naquele período já havia pressões internas e externas para a extinção do tráfico negreiro, os altos custos desde a compra dos escravos até chegarem àquelas minas, e seu encarecimento assustador após tais pressões, não haveriam de deixar para trás tais "mercadorias" mui valiosas, pois a riqueza dos senhores era medida, sobretudo, pela quantidade de escravos que possuía. Além do que, lhes serviriam em seu destino, já que se praticava basicamente a mesma economia na nova Capital.

Ao que tudo indica, não houve transferência brusca de famílias brancas para Cuiabá, pois se pudermos confiar minimamente nas listas censitárias da época, veremos que a demografia do período que vai desde 1805 a 1872 apresenta uma curva significativa na diminuição dos trabalhadores escravizados em Vila Bela e arredores, porém não possibilita inferências demasiadas como a referida revista faz. A população cativa para o ano 1795 contava 1.576 pessoas, majoritariamente homens, para apenas 351 livres. Em 1800 os livres subiram para 1.127 frente aos 1.360 escravizados. Nesse intervalo de cinco anos, além da população livre ter aumentado bastante com possíveis levas incorporadas dos arraiais vizinhos, já que estes apresentam pequenas baixas em sua população, aquele contingente cativo diminuiu não só na Capital como também nos arraiais mineradores do entorno. Já para 1815 a população livre praticamente se mantém nos mesmos patamares de quinze anos anteriores, embora haja uma queda pela metade da população escravizada (de 1.360 para 772). A última contagem que apresenta dados para

¹²⁰ Vale a transcrição: "[...] depois da transferência da capital, um processo que se arrastou entre 1825 e 1835, aproximadamente –, a fatia branca da população de Vila Bela mudou-se em peso para Cuiabá. Deixou tudo, inclusive escravos – que geralmente trabalhavam nos garimpos – para trás. A população negra, que na época já era maioria, viu-se de repente com o comando da cidade nas mãos. Eram livres, cerca de cinco décadas antes da lei Áurea". Trecho extraído da revista **Casa Cor** © Mato Grosso, 2000. p. 153.

todos os arraiais ilustra a tendência apresentada até então, em que os cativos para 1825 somam 578 trabalhadores, enquanto os livres aparecem na cifra de 1.704.¹²¹



Fonte: Edvaldo de Assis. Os Mapas de Habitantes de Mato Grosso (1768-1872) – Guia de Pesquisa, FFLCH/USP, São Paulo, 1994.

Gráfico 1– Movimentação de mão-de-obra escravizada entre arraiais de mineração circunvizinhos.

Para duas contagens entre a transferência da Capital (1825) e anos próximos (1872) ao fim institucional da escravização, teremos em particular a de 1849, em que Vila Bela possuía 1.121 fogos com 2.740 almas, das quais 530 eram escravizadas, e de um mapa feito 13 anos depois, pelo venerando bispo D. José, que em 1862, põe-nas em 2.640 pessoas, das quais 430 cativos, para 802 fogos,¹²² notaremos uma diminuição, sensível que seja, na quantidade de moradores da cidade. No entanto, cautela com esses números deve ser tomada, pois as cifras são muito arredondadas e suscetíveis a estimativas; se observarmos as duas últimas

¹²¹ GARCIA, Romyr C. **Mato Grosso (1800-1840): Crise e estagnação do Projeto Colonial**. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia e Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. p. 103.

⁸ RONDON, Cândido Mariano da Silva. **Índios do Brasil do Centro, Noroeste e Sul de Mato Grosso**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Proteção aos Índios/Ministério da Agricultura, 1946. Vol. I. p. 106.

contagens, em doze anos tem-se uma diferença em queda de exatamente 100 pessoas.

Apenas Vila Bela mostrou um movimento fora do padrão demográfico observado para os arraiais mineradores. Ouro Fino e São Francisco Xavier, por exemplo, suas populações escravizadas aparecem em 1795 com 172 trabalhadores, cai para 32 em 1800, volta a subir para 201 em 1815, para chegar em 1825 com apenas 67. A população livre experimenta um caminho praticamente contrário ao registrado para os cativos. Sobe de 293 para 363 trabalhadores e cai para apenas 195, restando com mais uma queda, apenas 96 respectivamente às mesmas datas anteriores.

Para os arraiais de Lavrinhas e Santa Bárbara, no mesmo período anterior, a população cativa supera em 125 trabalhadores o contingente livre. Essa população livre salta de 402 em 1795 para 503 em 1800, em que se verifica uma significativa diminuição da população cativa, ficando esta em 363 para o mesmo ano. O ano 1815 apresenta um comportamento estranho ao padrão, reduzindo-se a população livre à metade, pouco mais, frente a um leve aumento da população escravizada, que passa de 363 a 388. Os dados para 1825 mantêm estabilizada a população livre em 293 pessoas frente a uma queda ligeira da população escravizada, deixando esta na casa dos 299.

Depois de Vila Bela, o conjunto populacional mais expressivo é o dos arraiais de Pillar e Santana. Para o ano 1795 apresenta 490 livres (superando em 139 a parcela destes em Vila Bela) frente ao seu dobro em população escravizada. Em 1800 sua população livre supera em 175 a massa de escravizados empregada ali, chegando a ficar à frente do mesmo segmento na Capital, superando-a em 29 pessoas. Já no ano 1815 a população escravizada praticamente se manteve na casa dos 900, enquanto a população livre sofreu uma acentuada queda, passando de 1.156 a apenas 336 pessoas. Em 1825 volta a subir ligeiramente para 386 frente à brusca queda verificada para a população escravizada, caindo esta de 900 para 299 trabalhadores.

Praticamente todos os arraiais experimentaram o mesmo movimento de queda na população como um todo e também para a população escravizada. Vila Bela é o único assentamento em 1872 a figurar com população nas contagens, em que ainda apresenta 186 escravizados frente a 1.249 livres.

Como já apontado antes, à época das primeiras discussões sobre a transferência da Capital, Vila Bela contava com apenas quatro famílias brancas, como informou um documento em 1804, dentre uma população aproximada em 2.500 pessoas, das quais quase metade era livre, forçando-nos a enxergar um ambiente de mobilidade social bem mais intensa que outros espaços escravistas.

Como pode ser atestado para ambientes de mineração, a miscigenação é bastante significativa assim como a mobilidade social institucional também (alforrias, compra de liberdade). Não são raros os casos em que quilombolas mineradores compravam sua alforria em Minas Gerais. Na Capitania de Mato Grosso também os há, tanto deixando a situação de escravizado como inclusive passando à condição de proprietário de lavras e pequenos plantéis de escravizados. De posse dessas informações fica complicado afirmar que "abandonaram tudo, inclusive escravos", como até o momento se faz crer o volume de estudos a respeito da transferência da capital.¹²³ Quantas famílias brancas ainda estariam em Vila Bela nos anos da transferência? Os documentos oficiais não fazem menção ao conjunto dessas famílias. Por outro lado, como se explicaria em 1862 ainda haver cerca de quinhentos escravos em Vila Bela?

Essa massa de trabalhadores estava a ocupar os arraiais de uma forma bastante diminuta a partir dos anos iniciais do século 19, tendo possibilidade de haver tomado rumo tanto da capital, com a fundação da Companhia de Mineração e o franqueamento de jazidas vedadas pela administração, como para outras frentes de mineração, como parece ser o caso das minas do Alto Paraguai-Diamantino, em que teve sua população em 1815 na casa dos 1.232 trabalhadores, entre escravizados e livres à mesma proporção, basicamente. O quadro praticamente dobrou com as mesmas características de meio a meio na condição social para o

¹²³ Diversos autores partilham da idéia de abandono na ocasião da transferência do foro de capital para Cuiabá; dentre eles figura Acildo Leite, natural de Vila Bela e que tem seu estudo sobre a importância que a tradição da palavra falada tem no que o autor considera como "ressignificação da identidade étnica", e também na educação e reeducação da gente negra daquela cidade. Em várias passagens do seu texto o autor transmite ao leitor a sensação de um abandono que carece ser denunciado, a lembrar um sentimento *rancoroso* que é compartilhado com boa parcela de seus entrevistados. Em SILVA, A. L. da. **Uma Pedagogia da Oralidade: Os Caminhos da Voz em Vila Bela**. Dissertação de mestrado, Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2002.

Por outro lado, Romyr Conde Garcia (em entrevista concedida em 2007) aponta a possibilidade de que o "mito fundador" do abandono talvez esteja fortemente ligado a escritos literários, como os de Taunay, por exemplo. Entretanto, caso a suposição de Romyr faça rumor de realidade, sobra-nos um impasse: ou o mito do abandono provém, de fato, de Taunay ou este autor apenas relatou o *real* abandono de Vila Bela na ocasião de sua visita nos anos imediatos à transferência.

ano 1825. Do mesmo modo, a partir de 1800 os trabalhadores escravizados em Cuiabá e arredores diminuíram de 2.559 para 1.757, no ano 1815. Condição verificada também para outros arraiais.

O quadro de movimentação da força de trabalho foi bastante intenso, sobretudo ao sabor dos achados minerais, e com isso o grau de estabilidade dos arraiais se tornava deveras volátil, o que de certa maneira favorecia o surgimento de diversas formas de resistências e contrapontos por parte dos trabalhadores escravizados, bem como pode ter alterado a mobilidade de seus pares autônomos em condição administrativa de fugitivo.

A julgar pelas informações levantadas até o momento, qualquer que tenha sido o volume de trabalhadores afluídos para a capital e sua movimentação, deixou-a numa outra configuração espacial, em diversos sentidos, desde os econômicos até os mais simples matizes do cotidiano, bastante complexa para entendê-la com estudos que não priorizem uma malha mais marginal, porque ligada intimamente aos ambientes de trabalhadores, em grande medida.

Desse modo, se trabalharmos com a premissa básica da noção de quilombo como o local da não-escravização administrativa – para a caracterização de um assentamento, no caso Vila Bela – e considerarmos que a população negra livre dessa cidade não aumentou de fato como pôde ser visto até aqui, a fazer crer a hipótese da reocupação defendida por Zanettini, é possível supormos que tais quilombolas estivessem atuando nas imediações dos arraiais mineradores – como constava das reclamações administrativas/senhoriais, ao menos no período que os sucede até 1835?

Para responder a esta questão, propõe-se aqui compreender a justaposição dos assentamentos quilombolas aos jazimentos minerais, e para essa ilustração deve-se trazer a somatória das informações conjugadas com tal idéia, de camadas sobrepostas, de modo que elucidem partes das motivações a que os quilombolas estiveram submetidos e suas possibilidades diante dos ambientes a que pudessem ter se ligado.

Tal estratégia forneceria um panorama das potencialidades quilombolas na perspectiva dos assentamentos de economia mineradora marginal, em que seria possível pressupor a partir daí, áreas mais propícias a esses sítios e sua ligação com as movimentações de grupos remanescentes.

Ilustrativamente, a primeira camada traz uma imagem com feições tridimensionais de forma a dar idéia do relevo. A conformação da paisagem, como anunciada no título, traz majoritariamente dois tipos de ambientes: um de planalto e um de planície. A porção do primeiro tipo apresenta quatro grandes complexos dessa natureza em ordem de dimensões: Chapada dos Parecis, *Plateau* de Huanchaca ou Serra Ricardo Franco, Serra de Santa Bárbara e por fim, a Chapada de São Francisco Xavier e suas ramificações a sudeste.



Fonte: GoogleMaps, 2008. Modificado por Rosa, 2008.

Figura 4 – Vista parcial do relevo guaporeano mostrando os principais cursos d'água.

A porção de planície é majoritária na paisagem e praticamente engloba as porções mais elevadas, a não ser pela Chapada dos Parecis, da qual é originária. Os vales dos cursos formadores do Guaporé são bastante drenados, apresentando uma extensa rede de córregos e riachos que se emendam a formar cursos mais significativos, como o Pindaituba, o Sararé, o Alegre, o Barbados, o Verde, o Galera, o São João e o Branco ou Cabixis. Com exceção dos rios Alegre, Barbados e o Verde, todos os demais têm foz na margem direita do Guaporé.

O rio Guaporé, afluente do Madeira, escorre de suas nascentes postas logo acima das escarpas da Chapada dos Parecis orientado a sul/sudoeste e após encontrar-se na planície passa a tomar sentido leste/noroeste; ao esbarrar-se em porções isoladas da Serra do Jarumã, vai margeando-as até fazer-lhe um furo em seu braço principal, quando passa também a receber as águas dos cursos opostos à microbacia do Pindaituba/Saráre. Nessa porção, o rio já apresenta extensas áreas alagadas, embora seu curso seja de todo estreito, se comparado com porções após a foz do Alegre/Barbados.

Estes dois rios têm suas nascentes basicamente na mesma *isolinha* sobre a Serra de Santa Bárbara, embora tomem direções opostas; o Alegre escorre dessa chapada em sentido nordeste/norte e vai contornando-a de longe até que segue quase paralelo ao Guaporé, coisa de 80 km até encontrar as águas do Barbados, formando uma extensa planície interfluvial que, em épocas de cheias, tem seus campos bastante encharcados, alimentando verdadeiros pântanos. O Barbados, por sua vez, desce as penedias dessa serra em sentido noroeste e logo após achar-se no sopé passa a alimentar corixos e campos bastante planos, formando em alguns casos, lagos rasos e de pouca correnteza, até que toma sentido norte e segue mais encaixado até fazer foz no Alegre, cerca de 50 km abaixo, porém sempre alimentando os campos marginais e baías de antigos meandros. Próximo a uma dessas baías, a do Capelão, teve lugar a Nova Povoação de Casalvasco em 1783.

A vegetação dessas terras baixas fica restrita a campos cerrados com exemplares de maior porte nas porções mais elevadas, configurando capões isolados e mais enxutos. Porém nas margens mais imediatas ao curso desses rios nota-se uma vegetação de mata ciliar característica de áreas inundáveis,

aparecendo matas de galeria em boa parte dessa região, caracterizando-se em muitos casos como Cerradão, devido à maior diversidade de solos nessa porção.¹²⁴

O Guaporé que seguia rumo noroeste, ao encontrar-se com as águas do Alegre, já mais caudaloso pelos tributos do Barbados, acaba tomando sentido desse último que já vinha apontado a norte, orientado pelos contrafortes da Serra Ricardo Franco, de terrenos mais elevados e bastante enxutos. A partir desse ponto segue margeando as encostas dessa elevação a uma distância média de 15 km do sopé, o que faz até a foz do Verde, que lhe tributa pela parte dessa serra, na margem esquerda; da parte da margem direita, após seguir cerca de 20 km da foz do Alegre, recebe da margem oriental as águas do Sararé. Este tem suas nascentes bem próximas das do Guaporé, também nas escarpas da Chapada dos Parecis e realiza um traçado bastante semelhante a esse; tem suas cabeceiras aumentadas com a junção de uma extensa rede hidrográfica de pequenos córregos da planície orientados a sul e também do Pindaituba pela margem esquerda antes de vazar por um dos furos do braço principal da Jarumã, o qual não passa de um prolongamento remanescente da Chapada de São Francisco Xavier. Nas proximidades desse rompimento da serra também se lhe metem os córregos escorridos do alto dessa elevação, dentre eles o Casarão e mais abaixo, o Longa Vida; após o furo sobredito não há uma malha hidrográfica significativa, restando basicamente este último e a formação de baías e porções inundáveis com as cheias do Guaporé.

Pelo sentido noroeste, entre as chapadas dos Parecis e a de São Francisco, escorrem os tributários do Galera a lhe engrossar as águas, que seguem assim alimentando-o, até ele dobrar rumo a oeste para fazer foz a cerca de 40 km no Guaporé. Também apresenta bastantes porções alagadas por trazer um curso muito sinuoso e escorrer em terreno extensamente plano.

Basicamente, a partir da foz do Alegre seguem-se dois ambientes marginais ao Guaporé: um, na margem esquerda, resultante dos contrafortes da Ricardo Franco e, portanto, mais elevado, com barrancos bastante pronunciados e outro, na margem direita, com terrenos majoritariamente planos e inundáveis, sem a presença significativa de pontos mais elevados ou de destaque na paisagem.

Ao Galera, pela margem esquerda, seguem-lhe praticamente com as mesmas características e traçados, ou seja, nascentes nas escarpas da Chapada

¹²⁴ **RADAMBRASIL.** Projeto de Integração Nacional. Levantamento de recursos naturais. Vol. 27. Folha SE.21 Corumbá e parte da folha SE.20. Rio de Janeiro, 1982. p. 190.

dos Parecis e orientação média a oeste, o Piolhinho, o Piolho e o Branco ou Cabixis, estes dois últimos um tanto maiores e mais alagadiços.

Depois do Branco, por cerca de 20 km o Guaporé segue “lambendo” o *Plateau* de Huanchaca, até o seu fim, quando pouco adiante passa a dobrar à esquerda em sentido oeste. Agora um tanto já mais caudaloso pelas águas do Verde, Piolho e Branco, em que também se apresenta mais rápido e de águas mais claras. A partir de então, os terrenos mais enxutos estão cada vez mais distantes de ambas as margens, tanto em Rondônia como na porção boliviana, criando desse modo uma área de influência bastante larga. Desde sua nascente até o ponto descrito e de interesse desse estudo, a porção mais bem conservada naturalmente é a que está em território boliviano, sendo uma constante as porções desflorestadas em território brasileiro, principalmente no estado de Rondônia, onde parece haver uma ocupação sistemática e progressiva das margens do Guaporé. Na margem direita tem lugar uma floresta alta e densa. À medida que passa a ocupar as fraldas de Huanchaca vai perdendo gradativamente a estatura e a imponência até que se mostra nas porções mais altas da serrania uma feição rala e baixa, tipicamente de regiões de cerrado estrito; esta vegetação vai se repetir também para a Serra de Santa Bárbara e notavelmente na de São Francisco Xavier.

As lombadas mais altas do conjunto residual desses maciços ficam na casa dos 1.100 metros de altitude em relação ao nível médio do mar, variando pouco mais ou menos sobre cada um e também entre si. Os cursos d'água que têm suas nascentes sobre essas serras apresentam traçados mais retilíneos, orientados basicamente pelas fraturas do embasamento rochoso até seus deslocamentos em forma de seguidas quedas e pequenas cachoeiras até encontrarem os sedimentos da planície que os circunda.

Segundo os estudos do Projeto RADAMBRASIL para esta área, toda essa superfície rebaixada foi classificada como Depressão do Guaporé e se constitui numa planura com altitudes inferiores a 300 metros, recoberta principalmente por sedimentos cenozóicos da Formação Guaporé. As cifras médias para as porções mais imediatas aos cursos dos rios estão na casa dos 200 metros.

A camada geológica apresenta um quadro de potencial aurífero bastante interessante para a hipótese dos assentamentos quilombolas de economia mineradora marginal. Para a composição dessa camada e a sua representação gráfica através de um cartograma, foram consideradas várias fontes, de modo a

completar o quadro de localização dos jazimentos minerais. Para isso, juntaram-se as esparsas referências históricas da documentação administrativa consultada sobre as diligências de prospecção, as indicações dos mapas de época, os levantamentos de jazidas pelo Projeto RADAMBRASIL, conjugando todos esses dados com as prospecções realizadas pelo projeto de Zoneamento Sócio Econômico Ecológico atual, de responsabilidade da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral – SEPLAN/MT.¹²⁵

Pelo que se pôde levantar até o momento, o cenário aurífero guaporeano é composto basicamente por uma faixa média de 65 km de largura por 350 km de comprimento, orientada virtualmente de noroeste a sudeste e fisicamente pelo vale dos formadores do Guaporé e em menor porção, o alto e o médio curso do Jauru; está ligada, sobretudo à sua margem direita (Guaporé), mais precisamente entre o rio e as encostas da Chapada dos Parecis, desde o rio Cabixis ao norte até o final das encostas da Serra de Santa Bárbara e Aguapeí, ao sul, englobando naturalmente o ponto de maior densidade do minério, a Chapada de São Francisco Xavier.

Como podem ser observados no mapa, os limites sul/sudoeste da Chapada dos Parecis se apresentam como um divisor físico de águas, por trazerem uma separação hídrica de mesma bacia – no caso dos tributários do Guaporé que escorrem inicialmente orientados a sul e também os demais formadores planaltinos amazônicos, como Juruena e Juína, orientados a norte – e de bacias distintas – nas vizinhanças das nascentes do Guaporé e de seus afluentes têm lugar também as nascentes do Jauru, que ao descer as encostas da chapada recebe as águas do Aguapeí e segue orientado basicamente a sudeste, a encontrar-se com o Paraguai (local mais exato em que fora fixado o marco de limites entre as duas Coroas no século 18, cerca de 30 km ao sul da cidade de Cáceres), se configurando assim como formadores da alta bacia platina.

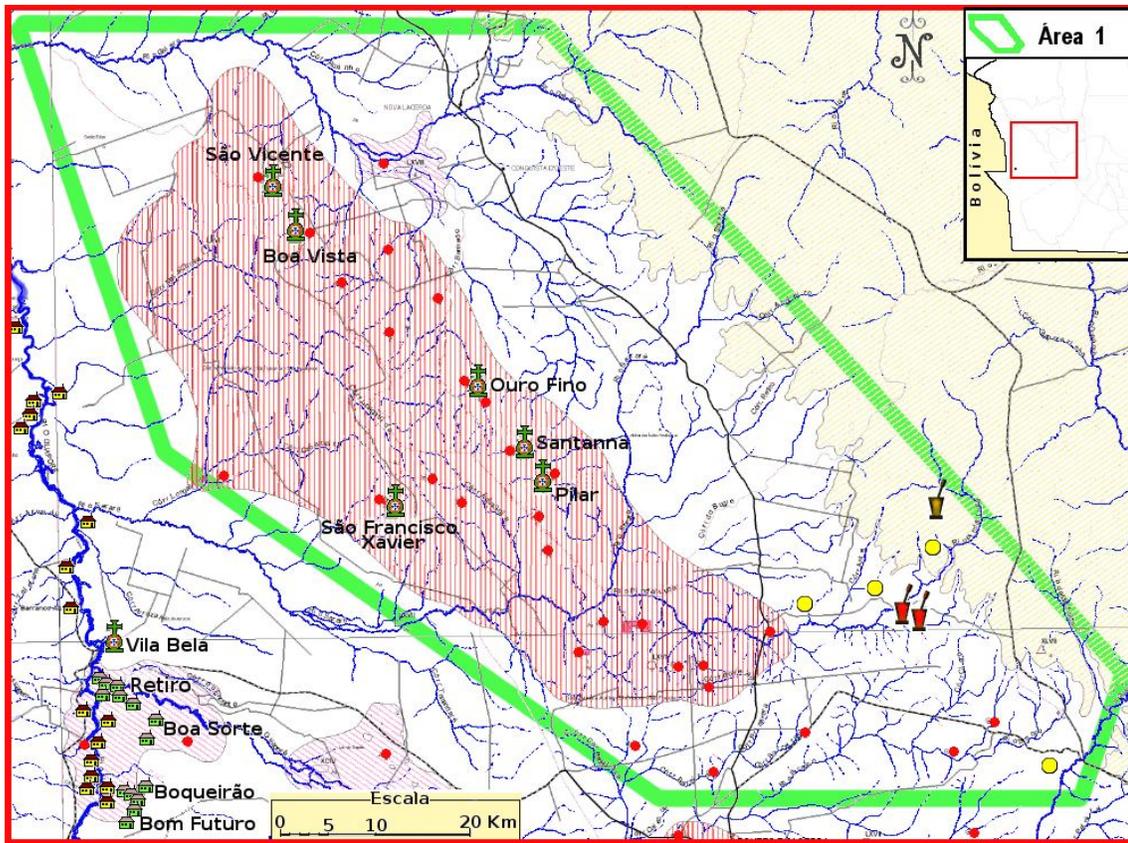
Embora toda a extensa Chapada dos Parecis esteja marcada como “Previsional” para diversos minerais, nos estudos do zoneamento de 2008, da SEPLAN/MT,¹²⁶ além de haver casos isolados de garimpos não legalizados e, por

¹²⁵ Para o presente estudo foi utilizado o mapa FB04 - Jazimentos Minerais na escala 1:250.000

¹²⁶ Por outro lado, uma publicação impressa da mesma secretaria traz a informação de jazidas minerais diamantíferas na borda sul da Chapada dos Parecis, notadamente entre os rios Juruena e Arinos. Essa faixa corresponde às cabeceiras dos rios Sararé, Pindaituba, Guaporé, Jauru e os

isso mesmo, não constantes dos levantamentos oficiais, segundo informações obtidas de trabalhadores ex-garimpeiros com bastante perícia no assunto, moradores da cidade de Pontes e Lacerda, as formações do minério encontrado nos rios têm suas origens nessa chapada; posto que as jazidas sejam basicamente de aluvião, e as águas formadoras das cabeceiras do Guaporé, Pindaituba e Sararé – locais em que se achou ouro no período colonial – descem das penedias dos Parecis e ainda hoje essa área abriga mineração, é parcialmente crível tal suposição, o que deixa minimamente margem para o entendimento dessas áreas mais elevadas com componentes ambientais diferentes daqueles das planícies úmidas, como de potencial secundário. Ademais, a bandeira de 1795 destruiu alguns quilombos nas cabeceiras dos braços do Pindaituba, em que têm suas nascentes justo provenientes do divisor de águas na borda sul da chapada, e ali também se verificou que esses lugares se tratavam de terras auríferas. Acrescente-se aí o fato de que, após abandonarem um dos quilombos do Pindaituba, os quilombolas reorganizaram-se em outro assentamento a seis léguas ao norte daquele lugar, o que, minimamente concordando com as indicações geográficas feitas pela bandeira, justapõe-se sobre a Chapada dos Parecis.

A área de maior concentração do minério quer nos parecer que também foi a que mais abrigou assentamentos quilombolas. Como já antecipado, a expedição de Francisco Pedro de Mello no ano 1795, depois de entregar em São Vicente os quilombolas capturados no Piolho, seguiu para as cabeceiras do Pindaituba, braço da margem esquerda do Sararé, com indagações mineralógicas e por ter notícias de haver ali quilombos “derramados” pelas encostas dos Parecis.

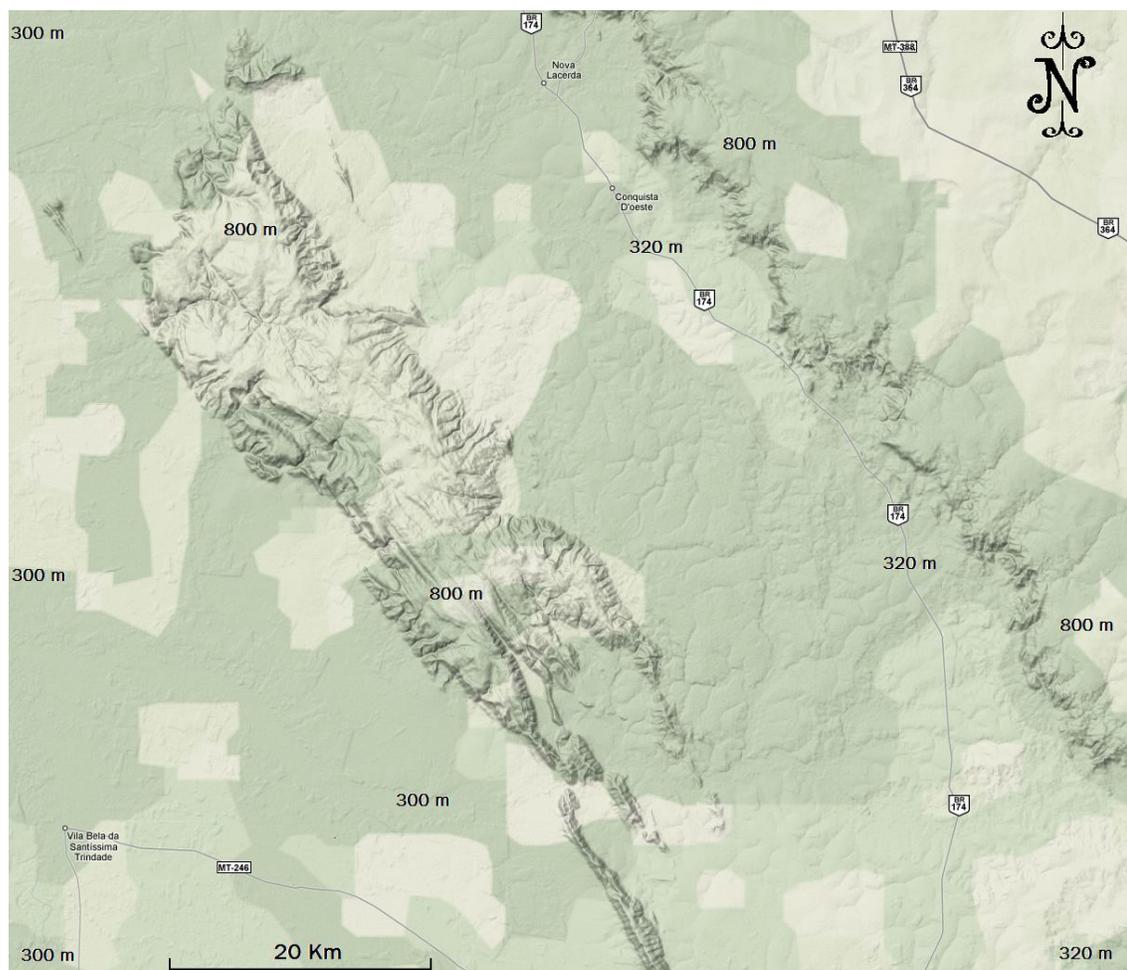


Fonte: Mapa Base SEPLAN/MT/2008 - FB04 - Jazimentos Minerais (escala 1:250.000). Modificado por Rosa, 2008.

Figura 5 - Área de economia mineradora quilombola – Área 1 (detalhe).

Como se pode ver no mapa, trata-se de uma grande extensão de terras com ambientes diferenciados, entre penhascos mais rochosos e alagados permanentes e sazonais. A rede hidrográfica apresenta traçados mais suaves e conexões com curtos afluentes nas nascentes. As porções mais úmidas estão próximas dos arraiais e fazem maior volume de ambientes encharcados ao encontrar os terrenos mais elevados provenientes da decomposição da Serra da Borda ou São Francisco Xavier. Os ambientes mais elevados apresentam, notadamente esta serra e a de Santa Bárbara, características bastante próximas de cerrados estrito senso, com vegetação baixa e suberosa, bem como arbustos e gramíneas. Pela parte das nascentes do Sararé, Galera, Pindaituba e do próprio Guaporé, a Chapada dos Parecis apresenta uma feição mais suave e com menos rochas aparentes e solos mais profundos, o que lhe garante uma vegetação mais expressiva se comparada às formações de Santa Bárbara, São Francisco Xavier e

Jarumã. Estas por seu lado apresentam em muitos casos penhascos com cachoeiras e saltos de alturas consideráveis.



Fonte: GoogleMaps, 2008. Modificado por Rosa, 2008.

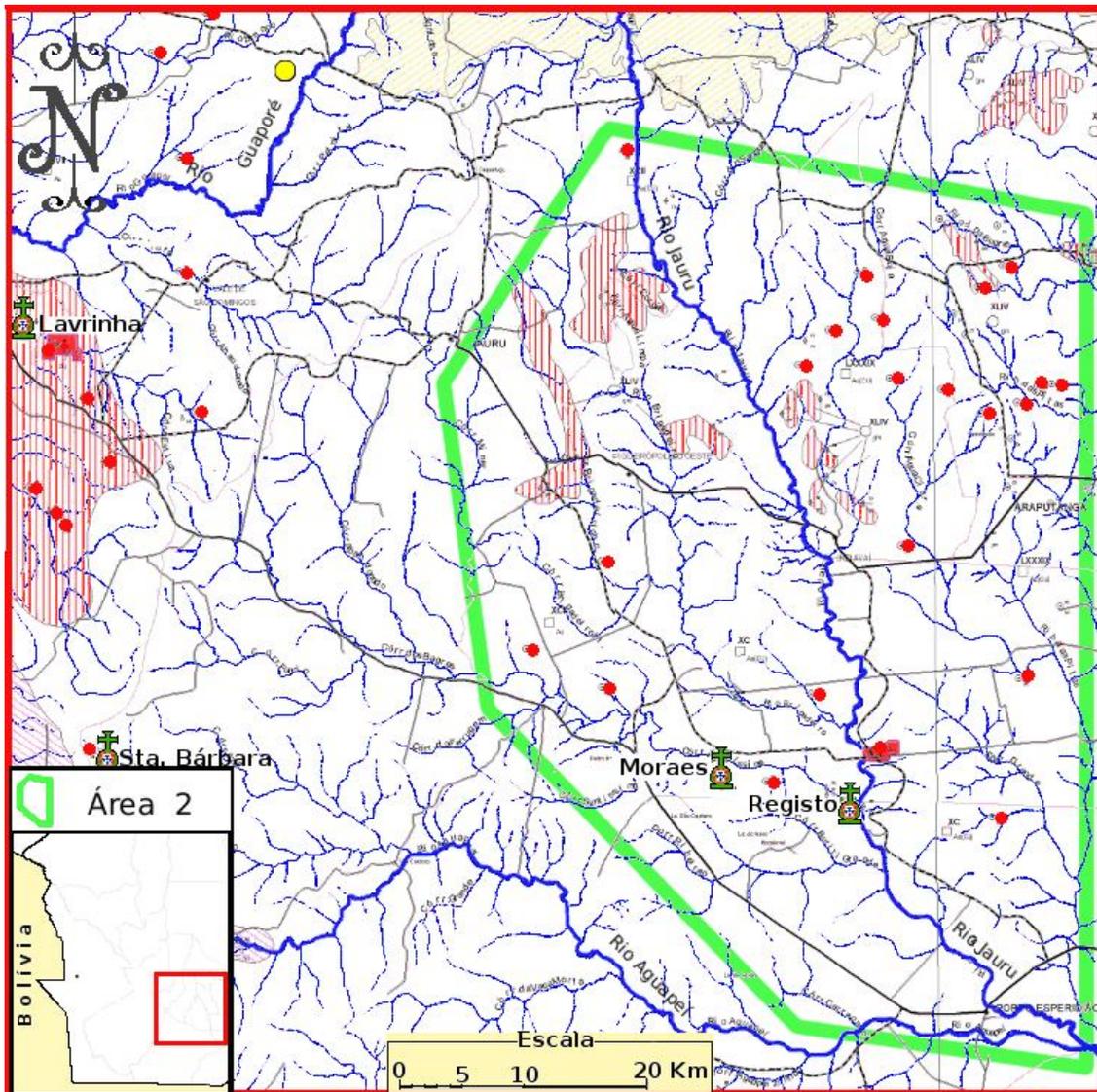
Figura 6 – Relevo contextual dos arraiais mineradores da Serra de São Francisco Xavier da Chapada – área de economia mineradora quilombola 1.

Com base no diário da diligência sobredita e no mapa que se fez sobre a sua derrota, conjugando-os com as informações de potencial aurífero para a região, é possível admitir as atividades de mineração quilombola de forma mais concreta, posto que as distâncias sejam bastante instigantes a fazer crer tais projeções e supor os critérios para o estabelecimento desses assentamentos tão próximos como se pode ver.

A bandeira saiu da ponte do Sararé dia 25 de setembro, provou córregos e terrenos adjacentes ao Pindaituba, destruiu quilombos e fez todo o trajeto de volta com os ditos quilombolas capturados, chegando à Vila Bela no dia 18 de novembro de 1795, portanto, quarenta e nove dias de atividades. Ao que parece, pelo relato do

tempo gasto, se tratava de um local distante ou de muito difícil acesso; no entanto, dever ser considerado o peso da própria expedição e de suas atividades, como mencionado para a primeira parte dessa mesma derrota. As distâncias médias dessa região das cabeceiras do Pindaituba para o arraial de Lavrinhas são de 40 km; para o arraial de São Francisco, 45 km; para Vila Bela, 70 km; para Casalvasco, 80 km; para Santana, o arraial minerador mais distante, 85 km; enfim, são trajetos mais curtos ou equivalentes aos usados pela administração partindo de Vila Bela, tanto para os arraiais da chapada como para Casalvasco ou Lavrinhas. Para os caminhos da capital a São Francisco Xavier, com todos os desassossegos pelo trajeto tanto de partes encharcadas como de subida na serra, gastava-se em média, um dia quando muito.

Outra área a ser considerada no cenário da economia mineradora quilombola é a que está mais ligada ao médio curso do Jauru, tributário do rio Paraguai. Como mencionado para o Guaporé, também o Jauru comporta suas nascentes sobre a Serra dos Parecis e corre cerca de 200 km em sentido sudeste até a foz. A quantidade de locais com ocorrência (17) e indício (01) de ouro, tendo ali também uma lavra em atividade atualmente, não deixa dúvidas sobre o potencial aurífero dos terrenos. Os pontos com a presença do mineral estão ligados ao Jauru diretamente ou por meio de seus tributários de ambas as margens, porém em porções anteriores a foz do Aguapeí. Os fatores concorrentes com as possibilidades de atuação dos quilombolas garimpeiros nessa faixa estão associados aos caminhos reais, tanto o que se fez primeiro, e que passava mais acima, nas proximidades das encostas da chapada, como o que se fez mais tarde, ligando os arraiais de Mato Grosso a Cuiabá, através da Lavrinha (próximo a Pontes e Lacerda) e de lá a passar pelo Registro (município de Porto Esperidião) para atingir o ponto em que se fundou Vila Maria (Cáceres). Com algumas modificações, praticamente o traçado é o que se tem atualmente, e desse modo, como subsídio de ilustração dá a custa apropriada. Antes da abertura do caminho que ligava os arraiais da chapada aos garimpos da Lavrinha, o acesso ao Paraguai era feito através de navegação Guaporé acima até as proximidades do local em que depois se estabeleceram as lavras do Capitão Antônio Francisco da Silveira, como mencionado anteriormente. Dali varava-se por terra ao Jauru, onde tomavam novamente canoas a descê-lo. Ou por terra ou por água, toda a movimentação feita com as minas de Cuiabá ou com a capitania de Goiás tinha lugar naquela campanha.



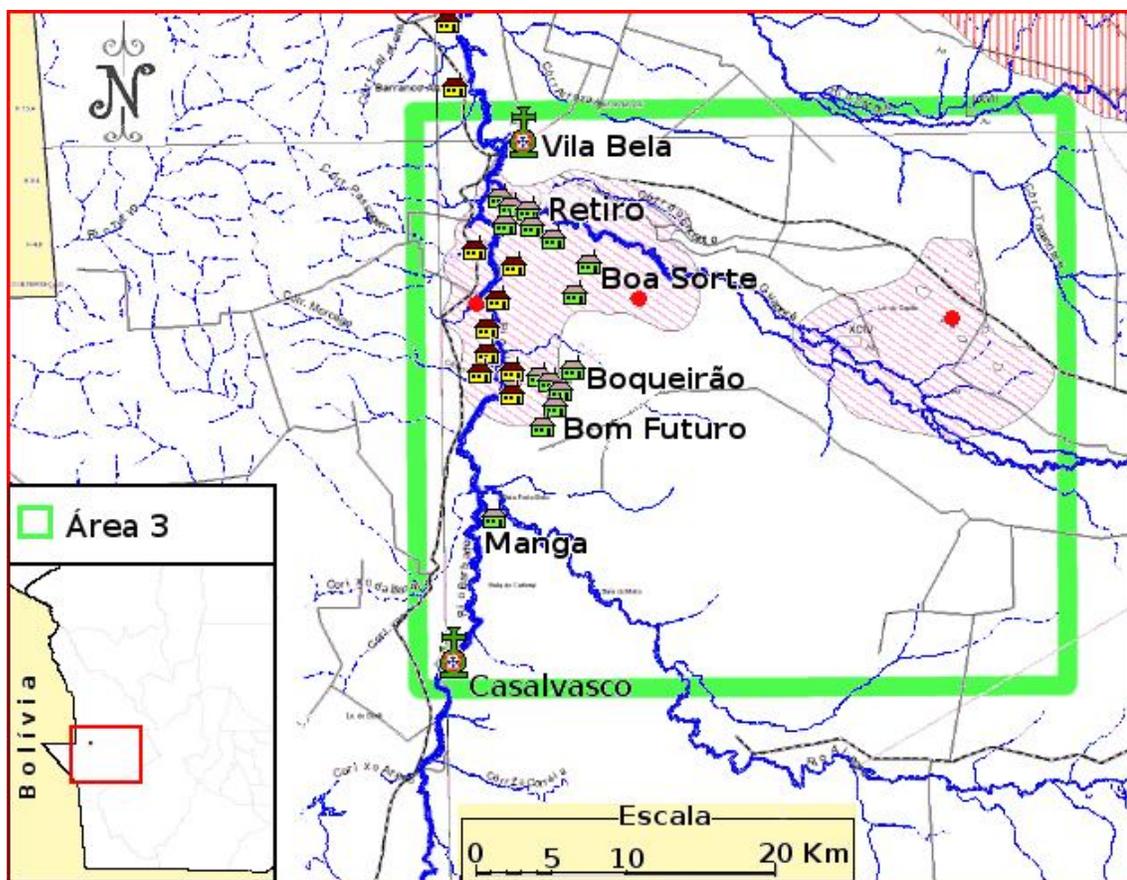
Fonte: Mapa Base SEPLAN/MT/2008 - FB04 - Jazimentos Minerais (escala 1:250.000). Modificado por Rosa, 2008

Figura 7 - Área de economia mineradora quilombola – Área 2 (detalhe).

Entretanto, para além da movimentação nos caminhos pelos mercadores e regatões, em grande medida, necessária à atividade mineradora e sua comercialização, tais usos poderiam implicar em um revés negativo, pois de algum modo a administração também os utilizava, seja pelo transporte dos reais quintos às mãos de guarnições militares como para as trocas de encomendas e papéis, por exemplo. Além disso, as informações a que os administradores tinham acesso partiam de algum contato que estabelecia relações com aqueles quilombolas, o que por força tais condições os manteriam em constantes mudanças, já que ao tipo de

atividade também lhe era peculiar essa movimentação. Como destinos de fuga, sobravam-lhes possibilidades, tanto pela extensa malha hidrográfica como para os contrafortes da chapada ou mesmo subir-lhe seus chapadões de cerrado alto. Os bastantes corixos e as longas veredas encharcadas dificultavam o acesso para desconhecidos do lugar, o que de certo modo esses componentes ambientais proporcionavam aos quilombolas mais tempo para fugas.

As duas manchas localizadas, uma, no Guaporé englobando a ilha nomeada no século 18 por “Encantada do meio”, e a outra, no baixo Alegre, já em sua foz, cerca de 3 km de Vila Bela, formam uma possível área de funcionamento da estrutura quilombola de mineração paralela, chamada aqui de “Área 3”.



Fonte: Mapa Base SEPLAN/MT/2008 - FB04 - Jazimentos Minerais (escala 1:250.000). Modificado por Rosa, 2008

Figura 8 - Área de economia mineradora quilombola – Área 3 (detalhe).

Na caracterização da área, a SEPLAN/MT a considerou como de baixo potencial, porém, como pode ser entendido a partir de um mapa do início do século 19, no caso da ilha mais especificamente, parece ter sido densamente ocupada para os padrões da época, seja para a mineração, posto que mais remota tal utilização,

seja para estabelecimentos de roças de mantimentos, o que de alguma forma condiz com as informações de 1752 acerca da ocupação das terras baixas; o documento menciona a situação das minas de São Francisco Xavier,¹²⁷ dizendo que nas lavras em cima, a partir dos registros efetuados no livro de capitação, se empregavam cerca de seiscentos trabalhadores na mineração de faisqueiras e coisa de quinhentos estava destinada a atividades de agricultura na planície, circundando a chapada, conquanto localizados na porção entre esta e o Sararé, sendo a maior parte desse contingente composta por escravizados.

A ocupação senhorial na ilha do Guaporé admitiu por ocasião da fazedura do “Mappa de parte do Rio Guaporé [...]”, dez estabelecimentos, sendo seis na margem direita e quatro na margem esquerda, praticamente confrontantes. Outros dois estabelecidos à beira do caminho entre Vila Bela e a bifurcação dos braços que levam aos arraiais da chapada e de Lavrinhas. Nas porções imediatas da foz do Alegre também os há, porém em número menor, ficando atestada para Basto, Vieira e Bemfica, na margem direita, portanto entre os dois rios e, na margem esquerda para Bemfica, Alberto, Jozé Pais e engenhos; mais acima pelo Barbados, conquanto ainda próximo da área aurífera, o estabelecimento chamado Barata.¹²⁸

¹²⁷ AHU. Conselho Ultramarino, Cód. 1213, Doc. XVI Grão-Pará, 20/01/1752. p. 4.

¹²⁸ Como já mencionado anteriormente, por ocasião do levantamento de áreas ligadas ao período escravista em Vila Bela no ano 2003, visitei juntamente com o fotógrafo Mário Friedländer, a sede dos atuais administradores da área em que se acham as ruínas do “castelo da Barata”, segundo a memória de moradores da cidade. O proprietário recebeu-nos de forma agressiva e “convidou-nos” a sair, pois naquele lugar não havia, segundo ele, nenhum vestígio de “coisa de preto”. Apesar dessa afirmação negativa de tais vestígios, defronte às ditas ruínas, na margem direita do Barbados, há um assentamento por nome Manga, de uma comunidade tradicional ribeirinha composta por três famílias. Dois moradores desse local nos informaram que o proprietário da fazenda mandou passar uma máquina de esteira com lâmina sobre as ruínas e derrubou praticamente tudo. Algumas coisas, como blocos de pedra canga em cantaria, por exemplo, foram aproveitadas em casas de residência e anexos construídos nas imediações do antigo assentamento. Essa mesma informação foi também colhida em entrevista a pescadores ribeirinhos de Vila Bela.



Fonte: "Mapa de parte do Rio Guaporé [...]" Modificado por Rosa, 2008.

Figura 9 – Detalhe da área de economia mineradora quilombola 3.

Conjugando as informações que o sobredito mapa traz a respeito da ocupação dessa porção do Guaporé, do Alegre e do Barbados com as manchas minerais, tem-se um extensa rede favorável à comercialização tanto de minerais, dentro da hipótese da economia mineradora quilombola trazida aqui, como de mantimentos em culturas com características de subsistência. As informações que a administração obtinha e regulava suas seguidas queixas sobre ex-escravizados aquilombados nas proximidades dos arraiais que continuamente se faziam comerciar ali ou que se misturavam à massa de forros e livres, podem suscitar tal prática em relação a quilombolas abrigados nos campos dessa área interfluvial. Ademais, em épocas de cheias, transforma-se quase toda essa região em contínuos campos d'água com capões isolados que apresentam vegetação mais alta e fechada

– garantindo dessa maneira esconderijos temporários, o que possibilita fuga rápida ou deslocamentos de mercadorias mais pesadas.

Por outro lado, diversos estabelecimentos e tantas possibilidades de contato, por ser de vizinhança, trariam possivelmente mais controle a essas áreas. Além das freqüentes rondas militares que se faziam por esses rios, antes da fundação do arraial de Casalvasco, essa área contava com um caminho por terra que, saindo de Vila Bela, cortava essa porção interfluvial entre o Guaporé e o Alegre e seguia acompanhando o Barbados pela margem direita a cruzá-lo acima daquela futura povoação, chegando às missões jesuítas de Chiquitos.

O fato de haver um assentamento de negros fugitivos de Vila Bela na margem esquerda do Barbados e uma indicação posta logo abaixo na representação cartográfica de que “Aqui llegaron los Españoles” mostra um domínio mínimo dos espaços nessa área de fronteira. Como esse caminho consta de um mapa anterior, senão contemporâneo, à fundação de Casalvasco (não representado), suscita a hipótese da escolha estratégica desse local pelo governador Luiz d’Albuquerque em instituir ali tal assentamento,¹²⁹ não só por ser área de fronteira, mas por já existir uma rede tolerada de comunicação conhecida e ao que parece, necessária e não-conflituosa. De resto, a atuação dos integrantes de um assentamento com grandes chances de ter sido um quilombo consentido como valhacouto pelos espanhóis,¹³⁰ pode ter relação com as terras auríferas da região do baixo Alegre como também com as porções de Santa Bárbara.

¹²⁹ O fato de o dito governador haver em 1782 montado quartel-general em um acampamento na sede da fazenda que daria lugar a Casalvasco, e de ali despachar diversas diligências de reconhecimento e exploração em variadas direções e arredores, quer nos parecer bem suposta tal idéia. Ademais, à mesma distância entre Vila Bela e Casalvasco acha-se a sul o posto das salinas, também à margem esquerda do Barbados. Neste local mandou-se montar rondas militares com o fim atestado de “[...] patrulhar as imediações e impedir a fuga de escravos e desertores”. Em LEVERGER, Augusto. *Op. cit.* p. 91.

¹³⁰ a) Note-se que a representação utilizada pelos espanhóis para simbolizar as “casas de los negros fugitivos de Matogroso” é do mesmo tipo empregado nos assentamentos das missões religiosas; acrescente-se como destaque o fato de terem-na posto no plural: “casas”.

b) Em um dos mapas 1778 e o de 1789 é possível ler a seguinte inscrição posta na linha pontilhada na margem direita do Barbados, sobre a ligação entre as missões e Vila Bela: “cam^o. p^a. Matog^{so}.” (camino para Matogroso).

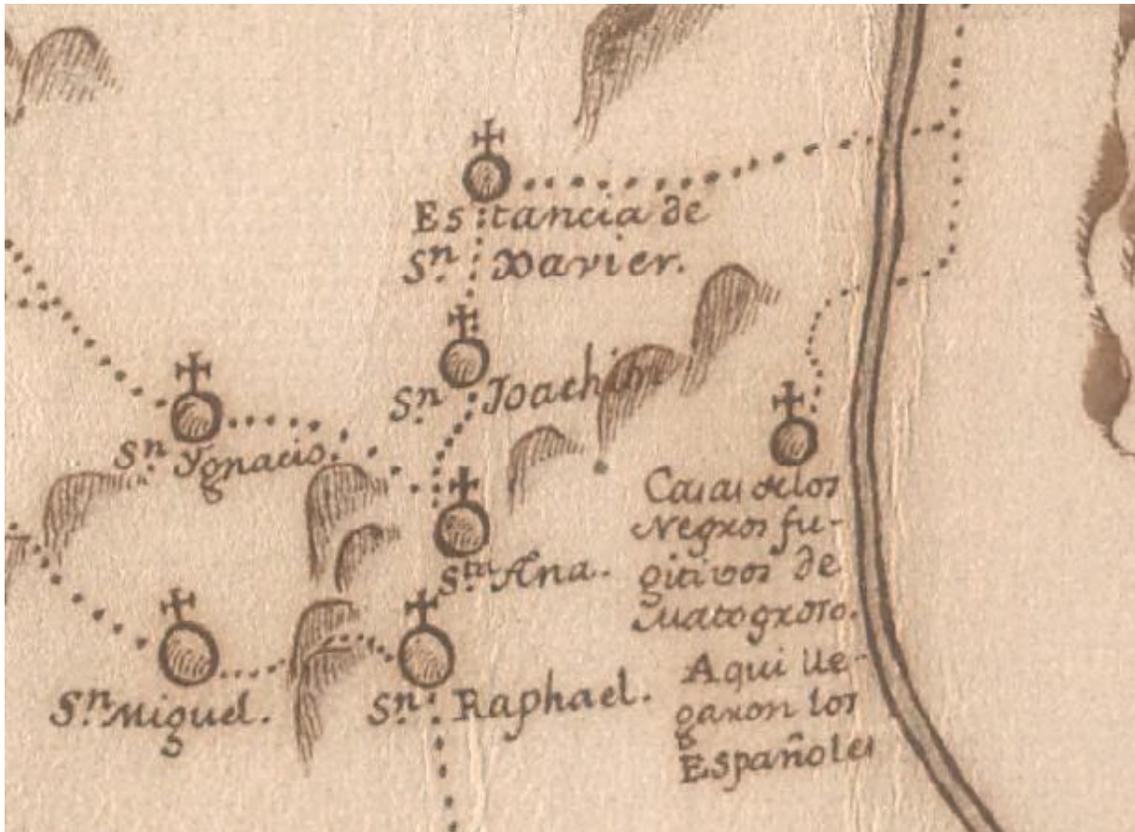


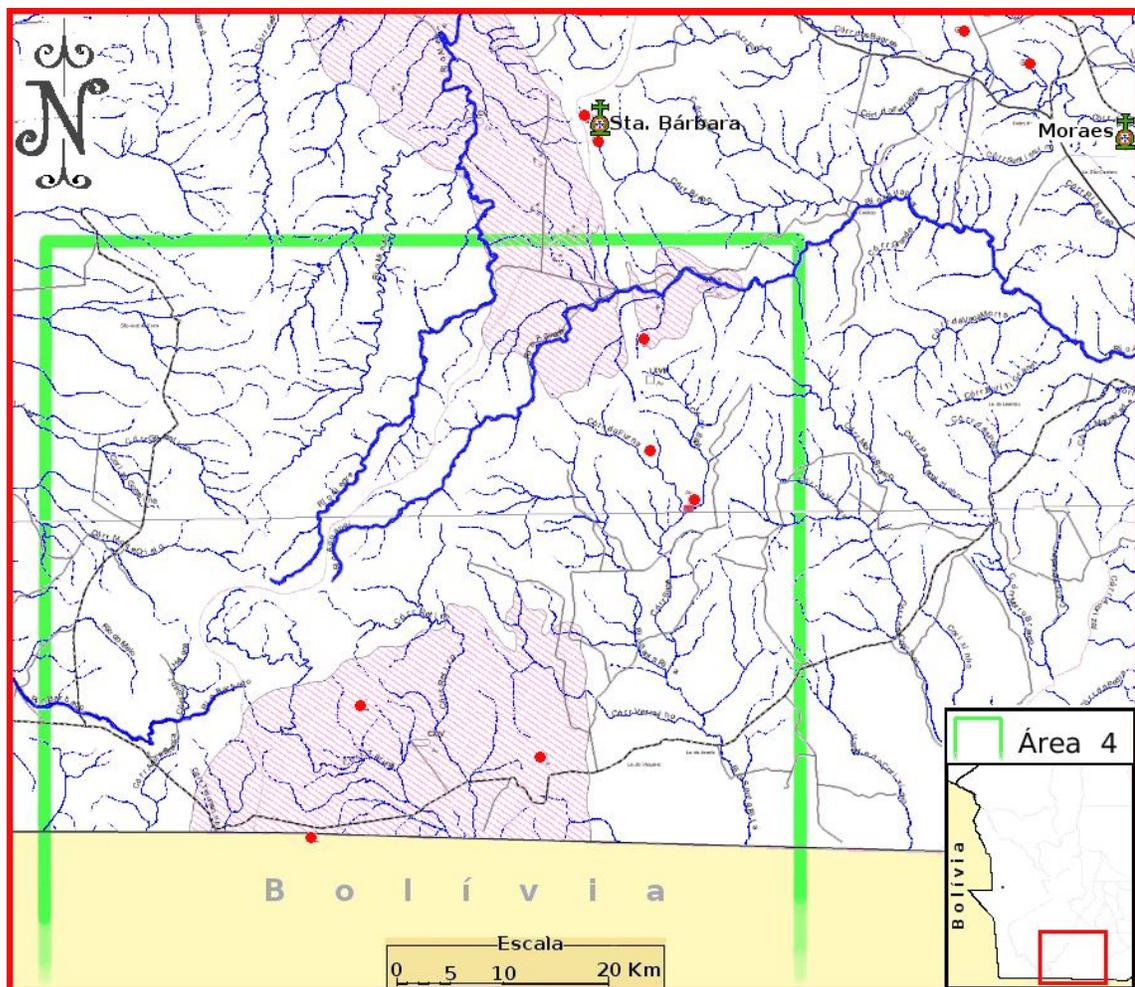
Figura 10 - Detalhe do assentamento intitulado pelos espanhóis de “Casa de los negros fugitivos de Matogrosso”.¹³¹

As ocorrências e indícios de jazidas nas cabeceiras do Alegre e nas porções sul/sudoeste da Serra de Santa Bárbara alimentam também a possibilidade de assentamentos com economia de exploração mineral paralela, visto que o ambiente conjuga várias condições para o sucesso dessa empresa.¹³² De ali era possível fazer comércio com gentes do Morais (30 km), Santa Bárbara (50 km), Lavrinhas (entre 70 e 90 km), Casalvasco (90 km) ou com mercadores a caminho das missões de Chiquitos (70 km das jazidas até o caminho que vinha de Vila Bela, passava por onde se fundou Casalvasco e de lá seguia para as missões; mais 40 km até primeira delas, San Joaquin); contornando a serra ou descendo-a a leste metia-se no Aguapeí para atingir o Jauru/Paraguai ou mesmo o Registro. Em caso de assaltos praticados por expedições repressoras, era possível passar aos domínios

¹³¹ “Plan de Cuyaba, Mato Grosso y pueblos de los Yndyos Chyquytos y S. Cruz: Sacado por orñ. de el S.^{or} Gov.^{or} D.ⁿ Tomas de Lezo”. [1778]. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart543407.jpg Acesso em: 22/08/2007.

¹³² Após apontar os arraiais mineradores de Pilar, São Vicente e Lavrinhas, ainda em funcionamento no ano 1832, mais adiante Chaves traz uma referência de quilombo para a região deste último. Em CHAVES, Otávio R. *Op. cit.* p. 155.

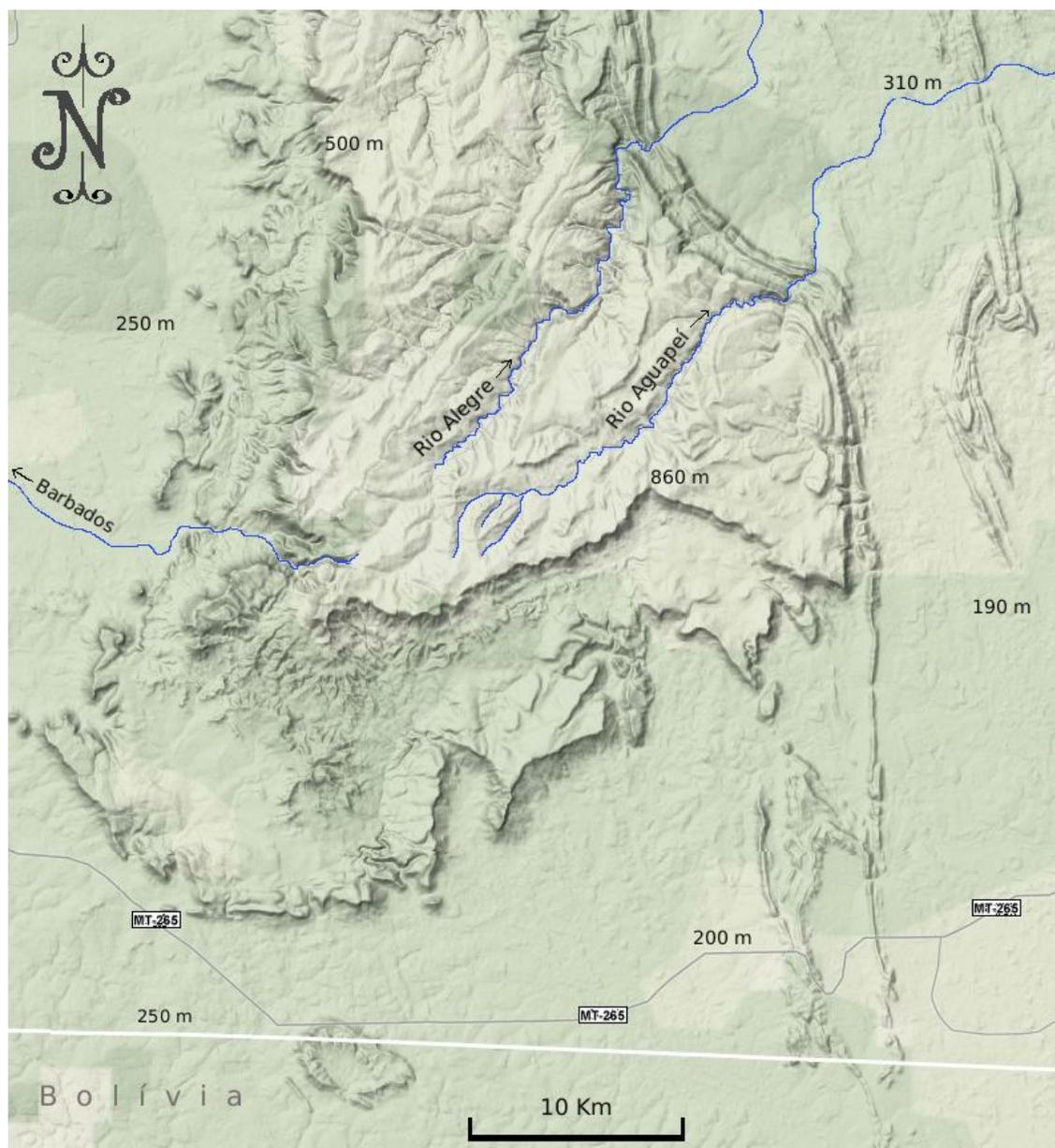
espanhóis com relativa rapidez. Outro fator a contribuir para a fuga ou abandono dos assentamentos ou locais de atuação dos quilombolas é a malha hidrográfica bastante complexa, em razão das suas inúmeras baías e lagos rasos em épocas de cheias, em que praticamente toda a planície nas proximidades do Barbados se transforma em um pântano, dificultando sobremaneira a navegação com itinerário sem erros. Como se verá mais adiante, nas vizinhanças das vargens do Barbados, em sua porção esquerda, houve um notável assentamento intitulado pelos espanhóis de “Casa de los negros fugitivos de Matogroso”, que fora representado graficamente em dois mapas datados de 1778, e que em outro de 1789 ainda constava a mesma indicação.



Fonte: Mapa Base SEPLAN/MT/2008 - FB04 - Jazimentos Minerais (escala 1:250.000). Modificado por Rosa, 2008

Figura 11 – Área de economia mineradora quilombola – Área 4 (detalhe).

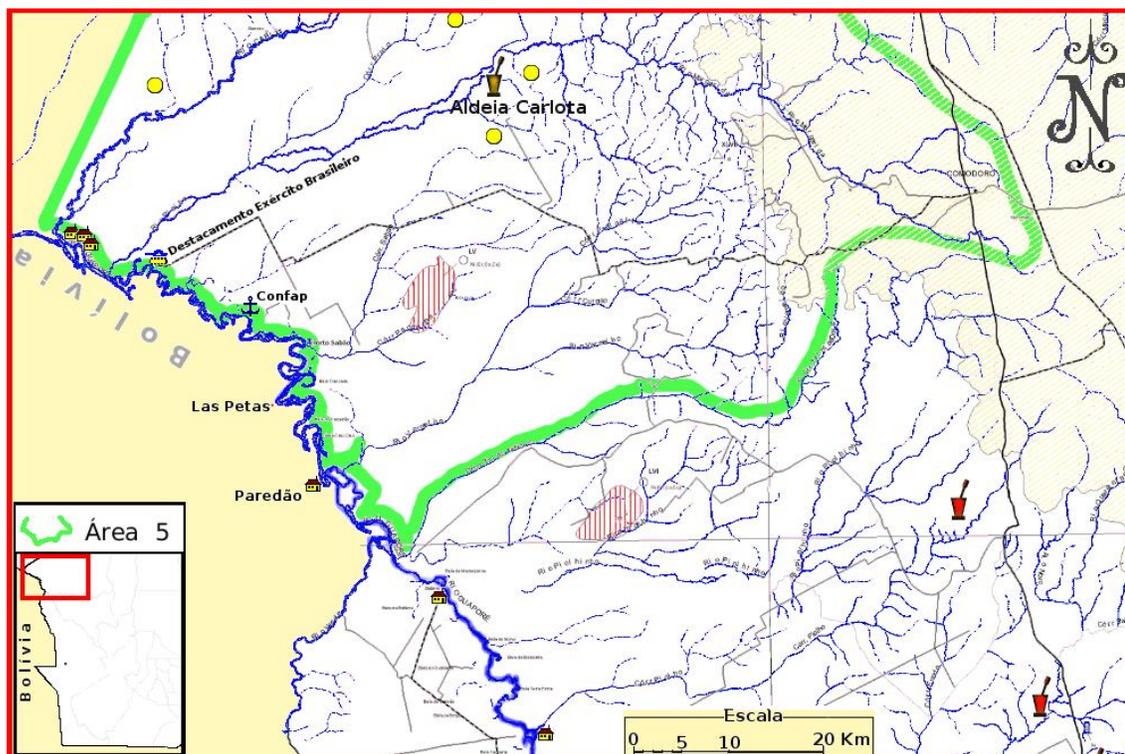
Com relação às distâncias sobreditas, o certo é que devem ser entendidas como estimativas variando para mais ou para menos, dadas as dimensões das áreas com presença dos minerais e a mobilidade que os ex-escravizados experimentavam. Por outro lado, pelas próprias condições de acúmulo do ouro em aluvião, supõe-se que estivessem mais ligados aos contrafortes da serra, em que os córregos e nascentes escorrem sobre solos mais arenosos com presença de cascalho raso, ou mesmo, pela procura em veios na composição rochosa de seus penedos.



Fonte: GoogleMaps, 2008. Modificado por Rosa, 2008.

Figura 12 – Vista parcial do relevo e dos principais rios da área de economia mineradora quilombola – Área 4.

A derradeira área a ser considerada faz parte da planície que abriga os cursos totais dos rios Piolhinho, Piolho e Cabixis e seus tributários, desde suas barras até os contrafortes da Chapada dos Parecis. Eventualmente, entradas quilombolas para porções mais elevadas dessa chapada, bem como para áreas planas do atual estado de Rondônia também se faz justo admiti-las em conta, posto que mais abaixo pelo Guaporé estivessem localizados em ambas as margens e no baixo curso de alguns afluentes, assentamentos institucionais de cunho militar e religioso, portugueses e espanhóis respectivamente.



Fonte: Mapa Base SEPLAN/MT/2008 - FB04 - Jazimentos Minerais (escala 1:250.000). Modificado por Rosa, 2008.

Figura 13 - Área de economia mineradora quilombola – Área 5 (detalhe).

Apesar de nos levantamentos do zoneamento efetuado pela SEPLAM/MT não figurar como área de potencial mineral a ser considerado, com exceção garantida para duas pequenas manchas de Níquel (Ni), Cromo (Cr), Cobalto (Co) e Cobre (Cu), os documentos do período colonial nos dão essa dimensão ao trazê-la como terrenos auríferos em que suas amostras “foram as maiores que se acharam em toda a diligência”. A corroborar com essa afirmação, os estudos de Maria

Lucidalva e Tereza Vasconcelos trazem informação positiva sobre a “[...] ocorrência de jazimentos auríferos” para essa região.¹³³

A maior porção dessa área está reservada a relevos planos com colinas convexas bastante suaves, marcadas por uma rede hidrográfica de poucos tributários, geralmente de segunda e terceira ordem, o que lhe garante interflúvios mais extensos e entalhes rasos e um tanto retilíneos. Os cursos principais seguem um padrão de escoamento bastante regular, orientados basicamente a sudoeste, em que vão recebendo as águas dos seus tributários que, depois de correrem pequenas distâncias paralelas se lhe metem em confluências pouco acentuadas. Com exceção ao Cabixis que é razoavelmente longo, os demais rios que nascem das fraldas da Chapada dos Parecis percorrem pequenas distâncias quando se tornam mais corpulentos e caudalosos, não passando de 60 km. Seus cursos apresentam grau elevado de meandros abandonados, pequenas baías e uma rede de conexões de estreitos braços que se alongam paralelamente ao curso principal e depois voltam a se emendar, formando inúmeras “ilhas” que ao sabor das cheias se tornam inundadas. Suas nascentes estão sobre terrenos íngremes e dissecados, com estruturas ruiformes e conjuntos de morrotes isolados.¹³⁴

Desde que atingem a planície ao descer das encostas daquela chapada esses rios passam a apresentar porções de inundação sazonal e à medida que se aproximam do Guaporé tanto aumentam essas áreas em quantidade e faixa de domínio como passam também a se manter por mais tempo encharcadas. Na menção feita pelo documento que trata especificamente dessa área, depois do ataque ao quilombo, uma porção da diligência composta por doze pessoas fez uma incursão de volta pela picada aberta anteriormente para provar porções da margem esquerda do rio Branco, e consta que atravessaram com as indagações cerca de sete léguas de matos alagados até que o atingissem. Parece que o trajeto foi um tanto paralelo ao rio, já que as maiores distâncias para a faixa de domínio úmido para essa altura não passam de quatro quilômetros.

Pelo que se pôde apurar com o cruzamento das informações de época com dados atuais e guardadas as proporções dessa projeção, ditadas essencialmente pelas condições já mencionadas, o quilombo do Piolho estava assentado em uma área interfluvial típica daquela região, mais especificamente entre dois cursos

¹³³ MOREIRA, Maria L. C. & VASCONCELOS, Tereza N. N. (org. e real.). *Op. cit.* p. 76.

¹³⁴ RADAMBRASIL. Projeto de Integração Nacional. *Op. cit.* p. 190.

secundários e próximos às suas nascentes. O terreno apresenta altitudes entre 240 e 250 metros, com leve queda para sudoeste (220m) e norte/noroeste (215 e 210m). As cabeceiras desses córregos se acham sobre terrenos mais elevados e isolados em relação aos contrafortes da Chapada dos Parecis. Aliás, têm esses córregos origem nesses morrotes testemunhos, figurando mesmo como marcos visíveis na paisagem.

Os argumentos que justificariam a ocupação desse local por quilombolas, para além do fato de ser uma região aurífera que lhes desse suporte ao tipo de economia defendida pela hipótese da mineração paralela, estão fatores ambientais e de relações comerciais entre outros. Pelo caráter da vegetação circundante, a sinuosidade dos rios, suas baías e meandros alimentados sazonalmente, há ainda hoje uma variada gama de peixes e animais de caça, o que pode ser suposto para a época também, como atestam alguns documentos sobre a alta piscosidade do Guaporé e a presença de caças de grande porte, como as que o governador Rolim de Moura fez matar, por exemplo.

Embora nas projeções da SEPLAN/MT os tipos de solo para a região de planície não sejam considerados como apropriados à agricultura, os quilombolas ao aproveitarem áreas de influência da faixa de domínio úmido para plantio de cereais como o milho, asseguraram que há uma fertilidade do solo a ser considerada. A farinha que se fez do milho que havia no quilombo não só alimentou a todos da expedição e os próprios quilombolas, supondo que a tivessem feito nos primeiros dias, no tempo em que permaneceram lá (46 dias), bem como por cerca de mais vinte dias de marcha que fizeram usá-la, como se referiu o relator do diário. Deve-se acrescentar aqui também o fato de ser do interesse da administração que se fundasse ali um estabelecimento português voltado à produção de mantimentos e de exploração do ouro, o que mais uma vez confirmaria a alta fertilidade dos solos daquela região.¹³⁵

O fato de os quilombolas estarem estabelecidos nas cabeceiras dos igarapés, para além dos critérios claros de defesa em não se fazerem vistos na margem dos cursos navegáveis, pode trazer uma relação próxima com a atividade de mineração de aluviões, pelo que em terrenos mais íngremes e com presença de rochas, após chuvas há um acúmulo de sedimentos arenosos e cascalhos em

¹³⁵ “Carta do Governador de Mato Grosso João d’Albuquerque [...]”. (anexo).

cacimbas efetuados por enxurradas, depositando em suas bases o material mais pesado. Segundo informações de garimpeiros experientes em garimpos mecanizados, entrevistados em Paranaíta – MT,¹³⁶ em julho de 2008, quanto mais no baixo curso dos córregos mais profunda estão os depósitos que contém o ouro ou o diamante. Como se disse anteriormente, o assentamento quilombola estava localizado entre dois córregos que mostraram ouro, no entanto, não deve ser suposto que sua área de atuação fosse somente as imediações do quilombo. Deve ser admitida a atividade de exploração de córregos e ribeirões mais distantes, já que a mancha aurífera lhes trazia tal possibilidade, justamente pelo caráter autônomo da procura de melhores contas; outro fator a ser considerado aí é que o critério do que era rentável para a administração – na ocasião a bandeira considerou que a prospecção do córrego ao norte do quilombo por nome São Pedro “deu algumas amostras de ouro”, classificando-a como baixa em oposição ao córrego do sul, como as melhores – talvez não o fosse para os quilombolas. Ademais, pelo caráter próprio da economia de mineração escravista os custos de produção são muito mais elevados se comparados à faisqueira autônoma, por conta dos altos custos na compra dos escravizados e sua manutenção, a estrutura e incrementos do aparelho repressor e fiscal (capitação, quintos), os acordos com a Igreja, enfim, gastos que tornavam a atividade inapropriada a quantias que não cobrissem tais cifras. No caso dos quilombolas já estabelecidos, a manutenção da liberdade era o seu investimento mais custoso.

Como já mencionado para a viabilidade da comercialização do ouro extraído pelos quilombolas da região do Piolho e eventualmente algum item de alimentação com setores da sociedade escravista, seja nos arraiais por terra ou com mercadores por água, ou mesmo com gentes das missões, as distâncias estão em patamares razoáveis se comparadas às dos demais assentamentos, tanto os do Pindaituba como o vizinho do Barbados. Para São Vicente, 110 km e para o Guaporé, 50 km. Supõe-se que distâncias para lugares mais difíceis de entrada por bandeiras também devam ter sido consideradas pela gente do quilombo; para os contrafortes da Chapada dos Parecis ficam em torno de sete quilômetros; para o Cabixis, 17 km; para o ribeirão da Pedra, 13 km.

¹³⁶ Como verificado ali e a confirmar a informação dos garimpeiros, há atualmente dragas especializadas em mineração clandestina no leito profundo do Teles Pires, em que se acredita ter ali pacotes maciços com alta concentração de ouro.

Conquanto as distâncias para as missões jesuíticas espanholas de Moxos estejam um tanto mais acima daquelas observadas para assentamentos administrativos do lado português, coisa de trezentos quilômetros, deve se considerar aqui também a presença de negros ex-escravizados foragidos de opressores da margem oriental, naquelas missões. Meireles traz informações de portugueses em suas visitas às missões jesuítas de Moxos, de haver escravizados fugitivos ali abrigados. Aponta cifras generosas em alguns exemplos que traz: 51 em Magdalena para o ano 1770; 24 em Loreto em 1772; 46 em Exaltación em 1776. Além desses contingentes, para o ano 1790 houve a informação de uma “vivenda de um quilombo”, como aponta a autora, que fora descoberto, contudo sem prender alguma gente, visto que seus ocupantes conseguiram fugir. Menciona haver também ouro e prata nas igrejas dessas reduções.¹³⁷

Com margem de erro estimada em cinco quilômetros nas direções de nordeste/leste/sudeste/sul, ainda as feições são praticamente as mesmas que a projeção anterior. Contudo, pelo que se pôde apurar, é a indicação mais aproximada do local em que se estabeleceram os quilombos do Piolho e depois a Aldeia Carlota; algo que futuramente poderá ser equacionado de forma mais concreta, com razoáveis chances ter abrigado assentamentos ligados ao passado quilombola daquela região, seja na forma dos dois primeiros assentamentos autônomos e de contraponto à estrutura escravizadora administrativa/senhorial, seja na forma do assentamento “quilombola” instituído pelo poder repressor, com a estrutura e os critérios correlatos, por nome Aldeia Carlota.

A região mineradora do arraial de Lavrinhas vem figurar aqui como um espaço comum às quatro primeiras áreas. Com exceção da Área 2, ligada ao rio Jauru, as demais se lhe conectam diretamente por meio de rios navegáveis ou por varadouros em divisores naturais hidrográficos. Apresenta alto potencial aurífero e, à época das bandeiras de pesquisa mineral e destruição de assentamentos quilombolas, já contava com pequenos arraiais efêmeros, como o do padre Fernando, por exemplo, e um mais duradouro e central, Lavrinhas. (ver cartograma geral, p. 204). Por sua localização admitir a conexão entre os demais arraiais

¹³⁷ MEIRELES. D. M. *Op. cit.* p. 178 e *passim*.

Para o ano 1773 há um documento que relata a “[...] recapturação de dois muleques escravos fugidos **para** a missão Magdalena”. Governo de Luiz d’Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. APMT - Lata A, microfilme nº 9. [1773]; outra correspondência anuncia a fuga de negros **da** Missão Jesuíta Exaltación. Governo de Luiz d’Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. APMT - Lata A, microfilme nº 131. [1776]. [grifos acrescentados].

mineradores e ficar entre estes e as minas do Cuiabá, apresentava-se como um espaço de alta rotatividade de homens de negócios, contrabandistas e gentes da administração da capitania ou a seu serviço. Com isso, carregava as condições de relacionamentos necessários aos quilombolas e por sua vez, aos receptadores do ouro e de diamantes faiscados nas áreas adjacentes, servindo dessa maneira aos interesses de ambas as partes.

Para uma caracterização geral do fenômeno em relação aos inúmeros espaços com chances de fazer voto crível na hipótese da economia mineradora quilombola, passando adiante da própria estrutura físico-espacial, estão os fatores sociais da condição de fugitivo em contraponto ao sistema escravizador institucional, somando-se aí as condições econômicas que sustentavam a atividade extrativa. Como lembra Romyr Garcia, a atividade mineradora de faiscação, ocasional e seletiva de melhores espaços, permite ao homem livre do período colonial sobreviver a partir dessa atividade, embora sempre como função complementar, mesmo que mais lucrativa, visto que o principal motor dessa estrutura após a fuga passa a ser a manutenção da liberdade, sendo possível entender essa economia minimamente como de subsistência, porque de baixo custo operacional.

Nesse sentido, a lógica escravizadora impede a manutenção de atividades mineradoras paralelas, embora também usufrua dos produtos advindos dessas atividades, seja pelos mantimentos seja pelos minerais; ao que fica possível, por outro lado, supor uma licenciosidade ou mesmo um relaxamento por parte das autoridades, posto que essas atividades funcionassem como complemento à macro-extração instituída. Contribui para estruturação dessa atividade mineradora quilombola o fato de que o seu estabelecimento em espaços minerais se dá com a apropriação material da paisagem, concomitante à formação de roças de subsistência, sendo mesmo esta última a mais importante, exatamente o oposto da parcela de homens livres, administradores e senhores, que primeiro buscam as terras minerais para depois estabelecerem roças, as quais só serão feitas quando o achado se mostrar de boa conta.

No que fica posto, assim como a escravização pode ser vista como uma atividade pré-capitalista a fomentar o desenvolvimento do Capitalismo, a atividade mineradora quilombola apresenta-se, de certo modo, como uma atividade pós-escravista alternativa, de cunho não-escravista a atuar dentro do sistema escravizador.

Apontamentos iniciais de memória sobre quilombos em construção

Ainda que nos dias de hoje os quilombos figurem em nossos livros didáticos ou mesmo no imaginário de muitas pessoas, de maneira geral, de forma a lembrar lendas ou "coisa do passado" enterrado para sempre, ou nos trabalhos acadêmicos de maneira heroicizada, épica e dogmática, os remanescentes daqueles que resistiram à opressão, das mais diferentes formas, e também daqueles que não resistiram nos moldes que nos chegaram quer por fontes oficiais escritas, quer por fontes baseadas nas memórias e nas experiências, estão espalhados por todo o país, organizados em comunidades ou não, o fato é que estão – indiferentemente se sabemos, se damos importância para este capítulo do nosso passado colonial ou não – construindo seus espaços de atuação dentro das mudanças que se apresentam na estrutura das relações capitalistas, quer urbanas quer rurais.

Para o ano 1997, o Governo Federal havia realizado o cadastrado e o mapeamento em todo o país, de 511 comunidades de remanescentes quilombolas, acreditando haver pelo menos mais cem. Entretanto, em um estudo divulgado em 2005 pela Universidade de Brasília, o quadro aumentou significativamente, visto que passaram a entrar em conta outros critérios e novas instruções de cunho político-ideológico. Os novos números dão conta de haver 2.228 comunidades em todo o país.¹³⁸

Boa parte dessas pessoas está a construir e reconstruir suas histórias desde quando elas receberam as heranças de seus ancestrais, do meio ao qual estiveram ligadas, e assim o fazem basicamente através da oralidade buscada nas memórias individuais e tornada coletiva, de modo que a memória particular está ligada intimamente à coletiva e as duas em franca mutação, reelaboração e reestruturação, devido aos já conhecidos problemas biológicos ligados à perda de informações e da capacidade de processar determinados dados com o avançar da idade, mas principalmente pelas transformações dos valores, costumes, crenças, ritos, tradições, desses sujeitos, ocorridas após o contato com a sociedade de consumo. Como também é possível uma consciente mudança da história que lhe é

¹³⁸ Levantamento do Governo Federal em: (revista) **Problemas Brasileiros**. (nov./ dez.) 1997. p. 34. Estudo realizado pelo Centro de Geografia e Cartografia Aplicada (Ciga) da Universidade de Brasília - UnB, para o **Projeto Geografia Afro-brasileira**. Disponível em: <http://www.secom.unb.br/unbagencia/ag0505-18.htm> Acesso em: 14 out 2008.

contada, ou por ser muito jovem e haver misturado outras histórias, ou por não haver interpretado na mesma dimensão da do narrador, ou por essa história causar-lhe um tipo de aversão, daí a necessidade de ser apagada ou por vezes ressignificada, reestruturada ao seu modo ou como se lhe apresentasse por ideal construído.

A transmissão do conhecimento tem vários matizes, sendo um deles baseado na memória. No caso dos quilombos é de supor-se que usassem tal mecanismo como um dos principais instrumentos de repasse das experiências e informações acumuladas ao longo dos anos, através da oralidade, pois "[...] certamente seguiam, [...] a tradição africana de comunicação oral. Como sabemos, na África, a tradição oral é praticamente responsável pela transmissão da memória coletiva e da consciência social",¹³⁹ fato este muito aproximado de sociedades indígenas, onde praticamente todo o conhecimento reside em um número reduzido de pessoas, estando principalmente com os mais velhos do grupo, e é repassado gradativamente para os mais novos, de forma a preservar uma memória coletiva.¹⁴⁰

Entretanto, algumas informações são preferencialmente destinadas a certas pessoas com a idade respeitada, mediante decisão do narrador. O contato dos escravos com grupos indígenas nos quilombos, amistosamente ou por captura, e até mesmo de forma "isolada" no ambiente de trabalho, crê-se que acabaram por gerar e firmar tal instituição em seu meio.

O conjunto que segue toma dois momentos distintos para a coleta da percepção que atuava na ocasião das conversas; o primeiro, posto em 2003, com moradores fixados na área urbana, quando na cidade ainda não se falava abertamente em comunidades quilombolas, passado quilombola, indenizações de reparo social histórico, em confluência com outro momento histórico bem definido: pós-fundação de entidades voltadas exclusivamente para questões de reafirmação étnica e cultural, com orientações em políticas raciais, notadamente para os anos 2007 e 2008, com depoimentos e conversas de moradores exclusivamente do campo e outros com ocupações na cidade e no campo, embora com passado notadamente camponês.

¹³⁹ MOURA, Clóvis. **Quilombos. Resistência ao Escravismo**. São Paulo: Ática, 1987. p. 38.

¹⁴⁰ Em comunicação pessoal realizada em julho de 2008, o indigenista Ednelson Macuxi expôs-me o quadro de construção do conhecimento coletivo entre os povos com os quais conviveu durante muitos anos, dentre eles os Yanomami, Macuxi, Enawene Nawe. Macuxi reitera que apesar de apresentar-se como uma tônica geral entre aqueles povos, o grau de repasse concentrado das informações em algumas pessoas, varia de uns para outros grupos.

Para o primeiro instante, de acordo com depoimentos colhidos, pudemos observar algumas características que se não referendam os documentos de época, minimamente denunciam uma mudança significativa na estrutura social dos *pretos* dessa comunidade¹⁴¹ em relação aos índios.

A maior parte dos documentos consultados não faz alusão direta e explícita sobre a presença de índios em todos os quilombos. Alguns documentos oficiais que relatam as operações das comitivas de recaptura e destruição daqueles assentamentos, de alguma forma tratam da composição étnica dos quilombos sabidos, como o do Piolho, por exemplo, em que se pode ver uma admissão de outros componentes notadamente indígenas e o resultado da união desses com os quilombolas negros. No entanto, para as relações entre os habitantes de Vila Bela e tais nativos em tempos recentes (final do século 19 e início do 20) recuperadas à memória dos entrevistados, apesar de no próprio discurso aparecer algumas informações de parentesco e descendência indígena, o resultado apresenta complicadores para um passado pacífico.

Os ataques de índios à cidade foram uma constante nos relatos colhidos; assim, em grande medida, a considerar um passado ligado às atividades quilombolas de mineração e comercialização clandestinas e os reveses posteriores da migração daqueles assentamentos e o tipo de atividade correlata para comunidades ribeirinhas ou a própria cidade, como sugerido anteriormente, os quilombos em Mato Grosso fogem ao modelo clássico de quilombo no Brasil, como se verá a seguir, através de depoimentos de pessoas que atuaram no processo histórico, no qual esses conflitos foram gerados, posto que mais recente, mas baseados também nos relatos buscados na memória repassada de seus antepassados, guardando as devidas margens de transformação das informações, as confusões, entre outras coisas.

Dentre os depoimentos colhidos, a maior parte das informações, das histórias, das experiências é a *de* índios e *com* índios, ficando poucas referências acerca dos negros escravizados e até mesmo as de quilombos são praticamente secundárias, pois como diz Germano,

[...] eu tenho pa falá muito pôco aqui, eu viajava muito, sabe? Às vez eu chegava num dia, passava dois três dia, viajava de novo; passava pr'esse

mundão aí, prá lá e pra cá; [...] agora nunca vi falá de quilombo, não. _ cê já viu Paulinho? _ não, tamém, não!¹⁴²

Dentro do depoimento de Germano a memória recuperada fica restrita pouco mais ou menos ao lugar e a experiência com índios: "quando cheguei aqui já tava tudo acabado, aqui já num tinha mais nada, tava tudo rebentado, já, né?"

Assuntos sobre nativos em uma posição de defesa, com tons negativos em relação àqueles indígenas seguem uma tônica, sendo presente em praticamente todos os depoimentos, mesmo quando a conversa era sobre outros assuntos, como quilombos, escravidão. Assim, para Damiana, foi "índio que botô povo daqui pra fora... foi índio! Ah! Índio era brabo, brabo, isso memo". E o que há de surpreendente nesta fala, em particular, é, em primeiro lugar, o fato de parecer haver uma oposição mínima (em nível não-consciente talvez) ao discurso do abandono político-administrativo – difundido e pertencente a certos integrantes de grupos de poder na cidade, e em seguida, o reconhecimento de que "aqui era aldeia do índio. Vila Bela era aldeia do índio, por isso qu'eles atropelô. Fôo embora, foi tudo, negro cum... já foi ôto... que nascêro, que ficô aqui, aqui só ficô três rua, só três rua!"; na fala e nos gestos de Damiana transparece um abandono do lugar supostamente causado por ataques indígenas à cidade, e atesta parte da atual população a descendentes daqueles que permaneceram no lugar.¹⁴³

Traz também, apesar dos inúmeros conflitos relatados com índios, a existência de descendência indígena em boa parte da constituição étnica dos moradores de Vila Bela, pois sobre descendência diz que "[...] era índio que mansô, mansô. Bisavó de minha mãe era índia, botaro o nome nele, Maria Fedida, quando ele mansô, diz que falava!"

Germano, em relação à descendência diz que, a mãe era negra,

[...] mas meu pai era índio, num era filho daqui, meu pai era índio daqui de dento da Amazônia, aí ele vei cum General Rondon, aí ficô cumo guarda-fio aqui, [...] ele era índio [...] Ele era... da triba dele lá era, um tar da triba das Pedra, índio das Pedra, agora aí o lugá eu num sei, né? Do Amazonas, daqui de baxo, a triba daí de baxo. Eu cunhici minha finada minha vó era

¹⁴² Conversas com **Germano Fernandes de Brito**, filho de índio trazido por Marechal Rondon, pertencente à "tribo Maloca das Pedras". Idade: 79 anos. (apenso).

¹⁴³ Conversas com **Damiana Frazão de Almeida**. Idade: 90 anos. (apenso).

baxinha, né? Era índia tamém, tinha um cabelão que batia bem ansim, chamava Aranfite, braba que só ela! Índio puro.¹⁴⁴

Ele continua relatando sobre o contexto social da época, por volta de 1938/40, acerca da presença do índio e que seu pai só lhe contava "coisa de índio memo". Desse modo, o que havia para ser relatado era só o que seu pai lhe passara, deixando algumas notas sobre suas experiências também. E com relação ao índio, Germano diz que:

[...] aqui, aqui tinha muito. Aqui índio brigava com... aqui vinha gente pa tomá de Lacerda [Pontes e Lacerda] aqui, índio teve uns tempo aqui, que quase tomô Vila Bela, índio! Quase que tomô. Quase tomô! Esse foi quais de minha época, foi de minha época já, aí vinha o destacamento de, esse da polícia vinha de Guajará-mirim, aí o comandante foi obrigado fornecer armamento, arrumá gente pa batê nos índio, porque os índio tava tomano conta de Vila Bela.

São bastante raras as citações sobre o nome das etnias desses povos indígenas. Segundo seu relato, não havia relação amistosa com os ditos índios, pois,

[...] índio frechava gente, matô uma muié lá na bêra do rio, frechava, frechô uma muié lá na bêra do rio, moradora, fia daqui, e ansim foi muito, matô um subrinho meu... um primi-irmão meu ali numa chácara que tinha, numa... um sítio, foi lá e matô ele, os índio!¹⁴⁵,

Para sentido de especificação da etnia, quando solicitado, disse que era "[...] esse Nhambiquara, mora aqui na Serra aqui do Sararé". E comenta ainda sobre a intervenção de autoridades brancas na mediação dos conflitos como no caso que "[...] Gustavo foi pra lá, abriu um campo de aviação lá... foi amansando os índios", e mais adiante cita outros mediadores, o sertanista

[...] finado Zé Vilas Boa que era... era irmão de finado esse... Joaquim Vilas Boa, era irmão dele, era deretor dos índio aí do Sararé. Ele que mandava aí na triba dos Pareci, né? Aí quando o Nhambiquara vinha de lá eles ia incontrá cum eles, porque vinha pa brigá, se eles chegasse aí matava... brigá, porque um era brabo, o ôto manso.

¹⁴⁴ *Conversas com Germano Fernandes de Brito...*

¹⁴⁵ *Conversas com Germano Fernandes de Brito...*

Germano relata também uma experiência em que teve sua participação direta no desfecho da história, em relação à ação de um índio que bateu em uma moradora de Vila Bela:

Batero aqui numa muié aqui, daí nós fomo na batida dele, dessa vêiz eu fui tamém! Era rapaizinho novo, aí me cunvidaro pra ir, eu tinha uma tropa de cavalo aqui, né? Aí arrumamo aqui e fumo lá. [...] Aí meu tio tio falô: 'lá vai um índio, lá!', aí eu falei: 'vamo pegá ele!'; tava longe, era longe de onde tava a ôta turma, né? Metemo o cavalo nele, aí eu dei uma trombada nele, aí meu tio bateu cum coronha de... de coisa na... na cabeça dele, ele caiu, nós pulamo e marramo ele, aí truxemo ele pra cá. Aí daí ficô uns tempo aqui, daí o índio sumiu, parece que num tava de amanso [...]

Como já referido antes, os nomes das etnias dos personagens naturais da terra constantes nas falas e relatos referentes ao processo histórico que os envolve, faltam aos agentes. Desse modo, observa-se a necessidade de tomar cuidado nas afirmações que integram os discursos acerca dos índios, pois raramente os relatores denominam a qual povo estão se referindo e se perguntados a respeito, deixam-nos dúvidas.

Em relação à escravidão, negros e quilombos, as informações são poucas e instáveis e não muito precisas ao modo esperado, quando solicitadas como seguem adiante: "[...] o negro era fio dele; porque aqui era só aqui de mato assim, e a estação lá, lá embá na bêra do Zé du Anaia tudo era capim".¹⁴⁶ Ao recordar sua visão sobre porção da malha urbanizada de Vila Bela descreve o estado “de abandono” em que se achava a cidade, pintando uma imagem poluída visualmente ao atribuir ao mato/capim o aspecto de descuido e ao inserir nessa paisagem a estação telegráfica construída sob a coordenação do Mal. Cândido Mariano Rondon, no início do século 20, um estabelecimento que simbolizava a integração com o resto do País, o oposto ao abandono. E mais especificamente sobre suas lembranças acerca do passado escravista, quilombola, Rosa acrescenta:

[...] eu tenho, o pessoal falava mais eu num tenho... de negro que fugia, meu pai contava, meu tio, mas era assim... num tinha, eu agora que esquici, tô esquicida! Pas banda da Rondônia, pr'aí no Casavasco, aí tinha uma coisa dessas aí; meu pai me contava, tinha essa história, antigamente contava história, agora ninguém num conta história. Num alembro, não.

¹⁴⁶ *Conversas com Rosa de Lima Frazão de Almeida* Idade: 82 anos.

Aqui há um aspecto a ser severamente considerado: mesmo que sua memória não lhe assegurasse precisão na informação, tem respaldo mínimo na documentação oficial. De acordo com estas fontes, várias correspondências trocadas entre os governadores da capitania de Mato Grosso e aqueles dirigentes das províncias castelhanas confrontantes, dão conta de haver um número significativo de trabalhadores escravizados fugitivos nessa faixa de fronteira imperial, notadamente para as proximidades de Casalvasco – limítrofe com a província de Chiquitos, a qual abrigava numerosos aldeamentos indígenas religiosos de cunho catequista católico – e “pas banda da Rondônia” – de frente aos domínios espanhóis da província de Moxos; inclusive com assentamentos quilombolas tanto para baixo, nos afluentes da margem esquerda do alto Guaporé, quanto em seu médio e baixo curso, região que hoje se acha sob administração político-administrativa dos Estados de Mato Grosso e Rondônia, respectivamente, e do outro lado da fronteira, a atual província boliviana El Beni.

Outro ponto a ser considerado acerca dessas asserções é que as referências bibliográficas são faltosas ou muito raras a esse respeito, principalmente no caso de quilombos nas proximidades de Casalvasco – cidade projetada em 1782 e fundada no ano seguinte para estabelecer famílias brancas e também abrigar indígenas na fronteira com os domínios espanhóis – o que dificulta ainda mais um conhecimento *domesticado* a partir de livros/documentos, sobre a existência e localização mais precisa desses assentamentos. No caso de um possível quilombo nas proximidades de Casalvasco, temos duas opções a considerar:

a) o quilombo referido pode ser associado ao assentamento de uma comunidade de remanescentes negros composta por três núcleos familiares, estabelecida na margem direita do rio Barbados – o mesmo que banha Casalvasco e fazia fronteira com Chiquitos – atualmente conhecida como Manga ou Porto da Manga; ou,

b) o quilombo estaria em porções de litígio entre as duas coroas nas proximidades de Casalvasco, porém na margem esquerda do rio Barbados, como pode ser atestado por três diferentes mapas castelhanos, dois deles intitulados “Plan de Cuyaba, Mato Grosso y pueblos de los yndyos Chyquytos y S. Cruz: Sacado por Orñ de el S.^{or} Gov.^{or} D.ⁿ Tomas de Lezo”, de 1778 e o terceiro, feito onze anos depois, em 1789 sob o título “Extension e situacion de los gobiernos de S^{ta}. Cruz de

la Sierra, Matogroso, Cuyaba, y pueblos de los Yndios llamados los Chiquitos”, em que apresentam indicações de rotas e os seus assentamentos religiosos bem como trazem a mesma referência ao local chamado por eles de “Casa de los negros fugitivos de Matogroso”. (ver figuras 1, 10 e 25)

Com relação à indicação sobre quilombo localizado no norte da capitania administrada por Vila Bela e que aparece na asserção de Rosa como “pas banda da Rondônia”, embora atualmente não esteja dentro dos limites espaciais do Estado de Rondônia, a proximidade do quilombo do Piolho e, posteriormente, *Aldea Carlota*, com seus limites, faz crer que tal indicação tem um ponto de apoio em informações reais; como se trata de um *quilombo* institucionalizado posto a funcionar com os mesmos quilombolas do Piolho, após sua segunda destruição em 1795, e ser a referência imediata à Teresa de Benguela, um ícone bastante difundido como heroína pela historiografia tradicional e até mesmo por teóricos do pensamento materialista, como Clóvis Moura, deixa, minimamente, margem para bases bibliográficas. Entretanto, a sua referência à região de Rondônia não a liga a Benguela de imediato.

E do mesmo modo que segue um padrão de depoimentos em relação ao índio, no caso dos negros, escravidão e quilombos também tem uma espécie de padronização no que foi relatado, e neste caso há a seguinte referência na fala de Damiana:

[...] Bisavô [escravo] eu acho que foi, puquê num tinha uma mistura, né? Eles contava, mas eu... num conhecia muito. Agora papai... foi escravo de seu Divino! era escravo de seu Divino, né? Ele era cozinheiro de se Divino! tirô custela de ...porco; num tem um lado de lombo mais grande ôto mais pequena? Foi ele que tirô! Purque ele todo dia botava um lombo; fazia rodia de lombo pra botá na mesa do seu Divino, ele era cozinheiro, né? Aí ele, gato panhê; ele foi no chiquêro, tirô ôto lombo, porco num morreu, né? Botô na mesa! Ele fazia comida, levava, desde o cumeço do mundo. Levava cumê pa lavandêra na bêra do rio; aí seu Divino tá lá em cima, sobrado. Aí priguntô:

' _ Binidito, que cê [vai] fazê aí?

_ Rosa, senhor!

_ Vamo vê...'

quando abriu, uma cesta de rosa, era prato de bóia que ele ia levá! Rosa!
 Por isso que cês gara duro com nosso preto, gente! Com fé!¹⁴⁷

Manteve-se aqui a continuidade do relato mesmo após a mudança de assunto, a fim de evidenciar, como exemplo, por um lado, uma sensível *fuga* por boa parte dos relatores do assunto em questão e, por outro, para mostrar uma possível interpretação acerca da presença do maravilhoso, da religiosidade e, talvez, do enfado que lhes causam tais assuntos, de quilombos, escravidão.

Para além do desvio observado, é possível inferir-se uma mistura de histórias até certo ponto, reais, com lembranças de informações mágicas, do cotidiano religioso. A forte presença material da religiosidade nas relações sócio-culturais em Vila Bela é facilmente notada no momento em que se entra nas casas de residência das pessoas colaboradoras, e por vezes ela se mistura às lembranças, ou melhor, ela faz parte da história individual; uma relação muito próxima com a realidade que se reproduzia diante de seus antepassados, a de senhor e escravizado, nesse caso, do Divino e do "Binidito", mas que aquele servo tinha o poder de praticar um bem mágico e até mesmo enganar o Senhor, transformando comida em rosas, sendo preferido ao Divino quando do chamamento à fé, proclamando uma identidade étnica quando diz "gara duro com nosso *preto*, gente". As relações de trabalho são as observadas no cotidiano tanto dos sujeitos da trama quanto de quem narra, como também do espaço, com exceção do Espírito, mas também mostra a presença desse mesmo Divino/Senhor como fiscalizador e também do cozinheiro/servo como submisso, mas que tem poderes para ajudar as "lavandêras" na beira do rio, provendo-lhes o de comer, nem que para isso tenha que enganar o Divino "desde o cumeço do mundo". Esse "Seu" Divino mencionado por ela é um dos ícones da tríade festiva de cunho religioso católico que acontece anualmente em Vila Bela, composta pelas festas em louvor ao Divino Espírito Santo, ao santo São Benedito e à Santíssima Trindade – resumidas em Festa do Congo ou do Divino, popularmente chamada de "festaça".¹⁴⁸

No que concerne à materialidade religiosa católica observada nas casas visitadas, tratam-se de mosaicos declarados de devoção na forma física de oratórios, bíblias abertas, velas de parafina com cores variadas, esculturas e

¹⁴⁷ *Conversas com Damiana Frazão de Almeida...*

¹⁴⁸ CASTRILLON, Fabíola B. **Que Mukamba é essa? Estudo sobre a Festa do Congo de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT.** IL/UNEMAT: Cáceres, 2007. pág. 16

imagens de santos, terços, crucifixos e pingentes, bem como de forros e lenços bordados com motivos cristãos católicos. Esses painéis estão postos nas paredes imediatamente situadas à vista de quem entra pela casa ou mesmo podem ser vistos a partir da rua, já que a maior parte das casas habitadas por agentes de memória mais idosos é de construção do período colonial ou baseadas naquele modelo arquitetônico, e por isso situam-se nos limites imediatos dos arruamentos, sem grades, alpendres ou áreas a fazer-lhes frente; normalmente as portas ficam abertas durante o dia.¹⁴⁹

Na composição do painel às vezes os retratos de familiares, notadamente patriarcas já falecidos, estão normalmente mais altos, acima de 1,60m, margeando as imagens centrais de santos e do próprio Jesus, embora mantenham uma leve distância, visualmente quase a não integrá-lo, como se fosse uma distância simbólica a ser respeitada por uma noção hierárquica metafísica frente aos entes terrenos. Observam-se também porta-retratos com imagens de parentes vivos em dimensões menores postos sobre as pequenas mesas e bases de oratórios, entre ou ao lado de objetos litúrgicos. Ao que parece, simbolicamente a integração de entes vivos ou mortos ao mosaico de entes metafísicos de poderes mágicos benéficos, procura clamar/rogar a estes proteção e coisas dadivosas àqueles.

Como pode ser depreendido dos painéis sagrados descritos anteriormente, o componente religioso predominante é de origem e de traços cristãos católicos romanos. Abertamente em nenhum local visitado pôde ser identificado elementos de outras religiões – com exceção daqueles ligados a novas seitas cristãs de cunho protestante ou pentecostal/neo-pentecostal, tidas mesmo como mais aceitas socialmente, segundo pôde ser colhido nas entrevistas – ou rituais não-cristãos, como africanos ou afro-brasileiros.

Contudo, mesmo em algumas casas tipicamente devotas católicas, identificam-se componentes físicos de cultura material que poderiam estar ligados a crenças populares e a elementos afro-brasileiros, como galhos de arruda, mandingas dependuradas na parte interna da porta de entrada ou em suas proximidades, pequenos embrulhos nos cantos do cômodo principal, entre outras

¹⁴⁹ Embora a descrição sobre componentes físicos de representação simbólica da religiosidade católica encontrados nas casas visitadas mereça maiores aprofundamentos e um local específico na dissertação, trago-a aqui sem contudo o fazer dessa maneira, posto não ser exatamente o objetivo deste trabalho. Ademais, algumas interpretações podem considerar o assunto como parte mesmo de outra abordagem mais ligada à cultura material, porém argumento que o que moveu sua consideração aqui foi a própria dinâmica do trabalho, das falas, das percepções.

coisas com significados não especulados aqui. Mas o que chama mais a atenção sobre uma religiosidade/crença em elementos não-católicos, considerados por boa parte dos praticantes dessa seita, como inexistentes em Vila Bela, porque não admitidos como bons, são os objetos empregados nas oferendas e rituais de origem africana e suas nuances ressignificadas encontrados tanto em sepulturas cultuadas como em encruzilhadas nalguns pontos mais distantes da malha urbanizada, como pôde ser observado praticamente em todas as visitas à cidade desde 2003. Com relação às entrevistas, há mesmo uma negação peremptória por parte dessas pessoas assumidamente católicas sobre tais crenças ou influências africanas na religiosidade praticada em Vila Bela.¹⁵⁰

Em contraponto ao discurso – de alguns agentes de poder – majoritariamente católico e de negação da existência de práticas afro-religiosas¹⁵¹ por gentes de Vila Bela, destaca-se inadvertidamente a própria festa *católica* do Congo, ou festa do Divino como espaço social mais exclusivo de representações afro-brasileiras.¹⁵²

Em retorno ao assunto quilombo, após trazer como a religião está presente na ação e nas representações sociais e como é possível interpretar informações tanto quanto o narrador pode fazê-lo com sua memória, como omitir, inverter, criar, mudar, enfim, interferir, consciente ou não, na narrativa, fica mais uma mostra da história nas palavras de Damiana:

[...] agora quilombo é... povo memo, negro. Era negro. Cantava, dançava tambor, aqui memo em Vila Bela. Ouvi falá. Havia batuque, tambor. Uns té num fala qui num era aqui, era num tar de, sei que perto lá de... Benguela. Num posso dicifrá, já ouvi. O povo de mais atrás mais ninguém interessava, né? O povo de mais atrás mais ninguém interessava. Era memo, era tudo escravo. Inda cunhici um, cunhici. Daqui da Vila Bela, cunhici. Aí essa igreja

¹⁵⁰ Contudo, mesmo que ainda haja uma majoritária negação da existência de rituais afro-brasileiros na cidade, as entrevistas de 2008 demonstraram uma abertura para o reconhecimento dessas práticas religiosas. (entrevistas 8, 12, 19 e 20).

¹⁵¹ Embora alguns desses agentes em entrevistas tenham mencionado rituais religiosos como sendo do candomblé, tais afirmações dão conta de não mais os haverem na Cidade, sendo portanto, algo do passado. Por outro lado, é de notável *constrangimento* aos entrevistados quando interpelados sobre esse assunto.

¹⁵² Para efeitos ilustrativos, na cidade colonial mineradora chamada Nossa Senhora do Pilar (*Papud*), atualmente Pilar – GO, também traz a Festa do Divino, com conotações próximas às do Congo de Vila Bela, notadamente nas porções de louvor ao santo São Benedito. A título de especulação, talvez tal festa e suas variações com origem em espaços do período colonial tenham uma prevalescência em ambientes de economia mineradora, em que os estados com maior profusão (notadamente Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso – cidades mineradoras) são aqueles ligados a essa atividade ou que estavam diretamente envolvidos em suas rotas. Contudo, também há essas manifestações em regiões de economias coloniais baseadas na agricultura monocultora.

velha, o senhor que mandava os escravo era... foi enterrado debaixo do artá-mó [altar-mor] pa ninguém apisá no rosto dele. Cumé que chamava... João, João... Eu cunhici uma iscrava que chamava... Cândida. Cunhici, cunhici. Ela era avó de finada Teodora; num viu falá dessa Teodora que num via gente? Morava... essa Teodora era avó de... de...

_ conheceu Cristina? Cristina, muié de finado Anucêncio?

Pois é, a Cristina morreu mais atrás [...] _ ela [Rosa de Lima] num cunheceu?

Ah, mas quá!¹⁵³

O fato é que a informação sobre quilombo, mesmo que fugindo um pouco à versão mais difundida, dá mostras da dita mistura de lembranças comentada anteriormente. E ainda que haja uma discrepância entre esta história e as demais contadas por outras pessoas em Vila Bela, o interessante é que ela não só narra informações sobre escravos e senhores e até chegou a conhecer uma, chamada Cândida, como também tem notícias do quilombo do Piolho ou do Quariterê, do qual era integrante a dita Teresa de Benguela, posto que de forma pouco precisa em relação ao lugar, o que nada impediria que possivelmente este quilombo tivesse também o nome de *Benguela*.

Embora de alguma forma esteja evidenciada na fala desses agentes de memória a servidão negra na cidade (nas entrevistas de 2003), diante dos relatos não só figurados aqui, como também nos demais, nota-se uma espécie de aversão aos assuntos relacionados a quilombos e escravidão ou mesmo origem africana. Dependendo da pessoa, a resposta perante a solicitação de relatos, pode ser até mesmo brusca, como me aconteceu diante de várias pessoas, ainda mais quando se pedia autorização para gravar seu relato. A maioria dos que aceitaram conceder a entrevista, quando não desconversava, narrava de forma confusa para mim ou mesmo pareciam não saber direito o que era o assunto, o que me levou a concordar com Maria de Lourdes Bandeira ao estudar essa comunidade, sobre ser muito fechada e resistente aos diferentes,¹⁵⁴ onde se gasta muito tempo para adquirir certa confiança, a qual é conseguida através de muito esforço, presença acentuada na

¹⁵³ *Conversas com Damiana Frazão de Almeida...*

¹⁵⁴ Sobre essas dificuldades de integração à comunidade, ainda que no âmbito de pesquisadores, consultar Maria de Lourdes Bandeira em seu livro **Território Negro em Espaço Branco – Estudo Antropológico de Vila Bela**. São Paulo: Brasiliense/CNPq, 1988. Pág. 26 e seguintes.

comunidade, bom tratamento aos moradores, presentes aos novos amigos e daí por diante.

A dinâmica que se desenvolve acerca desse comportamento pode ser, dentre muitas possibilidades e leituras, a seguinte:

a) ou sabem e não quiseram dizer, por tal assunto lhes causar enfado, angústia, por tratar-se do passado de seus entes, ainda que distantes, ou não lhes foram repassadas tais informações pelos mesmos motivos;

b) quem sabe ainda, eles receberam tais informações e estas foram perdidas ao longo dos anos ou,

c) talvez parte dessas informações tenha sido admitida em contatos indiretos com bibliografias que tratam do período colonial em Mato Grosso e a partir daí reinterpretadas, por exemplo.

Pode ser observado também nas entrevistas de 2003, diante das informações colhidas e da margem de interpretação deste ensaio, que há uma perfeita concordância no discurso, pois não existe contradição nas falas, em geral. Numa ou noutra narrativa aparece uma informação acerca de quilombos e escravidão, e parece ser o bastante para inferir tal interpretação.

Em geral, a coerência do discurso foi observada pela negação da escravidão na mesma medida em que negavam a existência de quilombo e a descendência africana. Afirmar a existência de qualquer um desses assuntos seria incoerente, pois como haveria de existir quilombo e não serem descendentes de negros africanos? Ou ainda, como haveriam de ser descendentes de africanos se não houve escravidão? Negavam um na proporção que negavam os demais, com coerência.

Por outro lado, ao estabelecer conversas com agentes ligados a entidades de reafirmação étnica e cultural instituídas na cidade, um tanto mais instruídos formalmente, a abordagem pode ter outra tônica e apresentar nuanças não identificadas nos discursos apresentados anteriormente.

Nas conversas feitas em abril de 2007 com cinco afro-descendentes ligados formalmente à questão da regularização do Quilombo da região entre os rios Alegre e Guaporé, nas proximidades de Vila Bela, o viés é posto a revelar um passado escravista e a sua descendência atestada para antepassados quilombolas.

No geral, admitiram descender de patriarcas escravizados na região de Vila Bela e que estes haviam se estabelecido nas margens dos rios Alegre, Barbados e

Guaporé, dos quais são provenientes os seus assentamentos atuais. Apesar de não mencionarem o termo quilombo, recordaram as falas de parentes mais antigos sobre um passado escravista.¹⁵⁵

A concepção de quilombo identificada nesse grupo de trabalhadores camponeses estabelecidos nas comunidades Retiro, Boqueirão e Bom Futuro, traz um cunho bastante *novo* e diz respeito ao projeto atual de requerimento dessa área e parte de outra propriedade particular como espaço quilombola. Em nenhum deles houve a menção a significados do conceito histórico mais difundido.

Para outro grupo de entrevistados (quatro pescadores) em julho de 2007, ligados à cidade e ao rio Guaporé, por meio da pesca, cadastrados em uma entidade ligada a questões étnicas e culturais, a tônica basicamente se manteve, em que reconhecem um passado escravista e uma descendência de pessoas vindas da África; o domínio sobre o termo quilombo também está restrito a discursos atuais e diz respeito ao atual processo em construção, e ainda assim, é pouco consistente, denotando pouco repasse dessas informações pelos agentes mais ligados à entidade e que a dirigem.

De início não pensam abertamente na possibilidade de incorporação de outras etnias, como os “chiquitanos” no quilombo requerido por sua associação, afirmando pois, que para ser quilombola “tem que ser negro e eles não é”. Quando revelado que os quilombos do período colonial comportavam indígenas, se mostraram favoráveis, mas desde que houvesse uma procura por parte deles, dos chiquitanos.

A construção de quadros interpretativos baseados em entrevistas traz irremediavelmente generalizações, contudo fornecem pistas relevantes para a compreensão de como os processos históricos estão sendo gestados. E no caso

¹⁵⁵ Com a noção de que o trabalho desta pesquisa é também uma construção social, sobretudo baseada em realidades representadas por sujeitos ativos dentro de um processo em andamento, a constituição formal dos quilombos, e levando em conta a repercussão que ela possa ter frente às problemáticas que envolvem ações judiciais e de litígio operadas por grupos de poder em diferentes esferas de atuação, comprometi-me socialmente com a questão em curso e reservei-me o entendimento de não expor os trabalhadores que contribuíram com as informações que trago aqui. A reserva em conceder as entrevistas ou falar sobre determinados assuntos faz parte das estruturas de domínio sobre a fala e o discurso autorizados e dão a dimensão da fricção social interna. Expor os nomes ou partes que poderiam facilmente ser reconhecidas comprometeria sobremaneira os processos de constituição dos quilombos e do reordenamento das forças e da emergência de novos grupos com poder de fala que estão a acontecer nesse momento. Assim, garanti-lhes que não publicaria suas falas literalmente, mas as interpretaria expondo de um modo geral. Contudo, aquelas que aceitaram a publicação, solicitaram também a retirada de nomes e menções a lugares que pudessem ser reconhecidos; assim, os exemplos de 2007/8 que trago no apêndice desse trabalho vêm com algumas partes omitidas, porém sem prejuízo de sentido.

das mudanças de discurso sobre o passado quilombola, mesmo que o número não seja o necessário para abranger todo o conjunto, revela dimensões de um domínio e a ruptura com padrões estabelecidos.

A emergência de falas discordantes do discurso hegemônico, até então difundido e estabelecido como o oficial, são enunciadoras de uma dinâmica bastante interna, a revelar cenários sociais complexos e espinhosos.¹⁵⁶

De acordo com as entrevistas colhidas no segundo semestre de 2008, no geral, reiteram as falas de 2007 ao expor a questão do conhecimento sobre os quilombos de época e os atuais. Reconhecem um passado escravista e uma descendência africana atestados pela própria constituição fenotípica dos indivíduos integrantes. Reproduzem uma idéia de quilombo puro, contudo sem requerer uma exclusividade rígida para membros de origem negra; conquanto concebam uma admissão de integrantes de outras etnias como, segundo os entrevistados os intitulam, *chiquitanos* ou *bugres* bolivianos e brancos, o interesse deve partir dessas pessoas e não a associação “correr atrás” delas.

A concordância em admitir a integração de pessoas brancas ou que não são “filhos de Vila Bela” passa por questões de conflitos internos entre as famílias que fazem parte do requerimento formal das terras quilombolas. Segundo os depoimentos desses dois anos, o fato de haver negra(o)s casada(o)s com branca(o)s ou *bugres*, para muita(o)s era um impeditivo justo, posto que ela(e)s não fossem, dessa forma, quilombolas. Os casos mais complexos dizem respeito ao fato de ex-cônjuges ou viúvos não-negros, que solicitaram sua integração no quilombo e criou-se com isso o impasse de discordância entre os membros da associação.

O conhecimento sobre o(s) conceito(s) de quilombo, quando mencionado por alguns agentes, reservou-se ao significado histórico mais difundido pela historiografia tradicional e não está ligado formalmente ao passado da região. O sentido é bastante amplo e tem caráter uniforme para toda a colônia, próximo a leituras bibliográficas sobre o fenômeno.

¹⁵⁶ Embora se trate de uma comunidade quilombola em Minas Gerais, Maria C.G. Reis ao estudar a Chacrinha dos Pretos através da oralidade, revela que ali também houve um reordenamento das falas em concordância com a reafirmação étnica quilombola de seus moradores. Mostra que após o crescimento do interesse acadêmico sobre a história da comunidade, houve uma progressiva assunção de passado escravista e raízes étnicas negras. Em REIS, Maria C. G. **Reflexões sobre a construção da identidade negra num quilombo pelo viés da História oral**. GT: Afro-brasileiros e Educação/nº 21. p. 7.

A maior parte dos entrevistados julga ser de cunho justo o requerimento das terras que já pertenceram aos seus parentes. Uma constante desse discurso revelou-se na indicação de que as propriedades rurais lhes foram de alguma maneira subtraídas, seja na forma da expulsão forçada e violenta, seja pela compra das benfeitorias apenas ou quando muito, por um preço bastante abaixo do que valeriam realmente.

Conquanto haja um discurso bastante linear sobre essas questões, soma-se nessa problemática dos quilombos contemporâneos, a opinião contrária de moradores da cidade bem como de sítiantes de assentamentos ribeirinhos. Normalmente, os argumentos utilizados por esses agentes reproduzem os mesmos discursos de pessoas alinhadas aos interesses de grupos de poder externo à comunidade, notadamente latifundiários estabelecidos a partir dos anos 1970 em diante, principalmente com os benefícios do projeto SUDAM [Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia], dos quais se ouvem com frequência e de forma aberta. Tal argumento gira em torno da seguinte compreensão: se os negros quiseram vender suas terras por não mais as querer, ou não mais interessarem-se por morar na roça, por qual motivo querem agora retomá-las?

Outras versões partem de afirmações mais incisivas como: “vendeu, vendeu!” e “vendeu tá vendido!”; foram detectadas em membros das comunidades Retiro e Boqueirão, além de moradores da cidade, porém quando aprofundadas as questões de formalização e constituição das propriedades, revelam-se atritos e motivações internas que de alguma forma lhes parecem justificáveis.

Frente às questões atuais de constituição dos quilombos e a reestruturação dos grupos de poder na cidade, boa parte dos entrevistados reconhecem um passado religioso de origem africana e a existência de práticas e rituais próprios dessa origem. Há atualmente em alguns deles, uma abertura para a divulgação de que existem de fato pessoas da comunidade ligadas a religiões afro-brasileiras, conquanto o tom seja ainda de certo preconceito ou mesmo de discriminação, ao pintar-lhes como “charlatanismo” ou “macumbaria”, inserindo-as na fala como sinônimos.

Entretanto não reconhecem como práticas externas ao catolicismo as benzições e preces não-litúrgicas associadas em alguns casos a *garrafadas*. Mau-olhado e quebranto são por vezes mencionados como parte da religião *oficial* da cidade. Os *trabalhos* e *feitiços*, geralmente de cunho benéfico, são admitidos por

algumas pessoas; no entanto, há uma dificuldade em reconhecer os realizadores desses rituais, como uma espécie de segredo que envolve a própria dinâmica das atividades a eles relacionadas.

Para o caso de locais reservados a rituais religiosos externos à cidade e relacionados com moradores que se ligam/ligavam de algum modo a pessoas estabelecidas em Vila Bela, por ocasião das duas fases da Expedição ao Território Quilombola em 2007, foram identificados dois cemitérios que, embora não mais abriguem novos sepultamentos, mostram evidências de usos recentes com fins de cultos à memória dos mortos enterrados ali. Um está estabelecido à margem direita do rio Alegre, de certa forma, próximo das comunidades Bom Futuro e Boqueirão e traz um ambiente bastante modificado pela ação da natureza, ao que os informantes disseram se tratar de um *abandono* “já bem antigo”. O outro, mais distante de Vila Bela, está localizado na margem direita do Guaporé, abaixo da cidade de Pimenteiras d’Oeste/RO; este apresenta maior número de evidências recentes, conquanto também traga aspecto de “descuido”, segundo os agentes de memória da tripulação.

Outras evidências relacionadas à ocupação material da paisagem guaporeana e referenciadas pela memória de seus transformadores e de seus descendentes, através dos relatos colhidos e a indicação pelos membros quilombolas participantes da Expedição, foi possível recompor um cenário de assentamentos ribeirinhos que revelaram vinte e seis pontos, ocupados até os anos 1970, de Vila Bela/MT a Pimenteiras d’Oeste/RO, em ambas as margens, desde assentamentos voltados à extração da poaia até aqueles diretamente ligados à borracha, no século 19. Para o outro grupo, já mais ligado à Vila Bela, foram identificados oito pontos de ocupação de antigos moradores mais ligados ao Barbados e quatro comunidades com quatorze moradias entre antigas e feitas mais recentemente. (ver figuras 8, 14 e 25).

Os pontos de antigas ocupações por moradores de Vila Bela e comunidades do Guaporé/Alegre/Barbados indicados pelos tripulantes ofereceram atestados a legitimarem assentamentos de período histórico mais recente, passível de atribuição aos períodos mencionados pelos informantes. Os vestígios presentes são basicamente resultantes de modificações espaciais para o estabelecimento de moradias e os seus materiais correlatos, predominando aqueles feitos em cerâmica.

A abertura de uma parcela do passado da comunidade de Vila Bela que se verifica atualmente em emergência, faz parte, ao que quer nos sugerir o contexto das conversas, da vontade e da determinação de alguns agentes de fala entrevistados para a última fase deste estudo, de rompimento com as estruturas de poder consolidadas até o presente. Embora houvesse um requerimento formal de que seus nomes e referências a lugares fossem poupados no texto, o empenho progressivo na conversa deixava-lhes evidente um tom

emocionado ao exporem parte de um passado que até então havia sido silenciado por discursos hegemônicos associados a grupos de poder político, econômico, religioso e cultural.

A observação por alguns entrevistados de que não há até o momento requerimentos de terras de quilombo em áreas rurais em propriedade de famílias de poder instituído na cidade, pode ser considerada uma de suas percepções da realidade mais ousadas, segundo se pôde apurar, denotando mesmo um receio e certo temor na fala daqueles agentes, em que até mesmo o tom da conversa era mais reservado, mas para eles, a *denúncia* era garantida desse modo.

Como pode ser visto no exemplo de fala da agente de memória “A”, e referendado por outros agentes nessa mesma fase de conversas, a estruturação do poder em algumas famílias se deu historicamente através de suas ligações com o corpo eclesiástico da Igreja Católica. A necessidade de manutenção dos rituais litúrgicos foi suprimida pela ação do poder eclesiástico – que, segundo consta até mesmo de falas autorizadas, ficou sediado em Cáceres – em instruir alguns moradores já afeitos à fé cristã católica, o que lhes garantiu a partir daí instrumentos de *status* e de poderes.

É de se pensar contudo, que o fortalecimento desses grupos familiares advenha de questões não reveladas abertamente nas falas colhidas até o momento, pelo que há que se somar aí questões étnicas e instrução formal, por exemplo, já que aqueles trabalhadores contemporâneos a essa estruturação mencionada pela agente, faziam parte de ambientes sociais diferenciados, em condições sociais bastante diversas; um ambiente eminentemente rural e outro semi-urbanizado, freqüentado por trabalhadores em regime de fuga, estabelecidos em quilombos, alforriados pelos senhores, alforriados por seus próprios bolsos, escravizados e livres desde o berço, sendo entendidos em condições de visibilidade étnica como negros, mulatos, crioulos, indígenas, brancos e mestiços em geral, acrescidos de suas respectivas relações com agentes da administração e senhores brancos bem como entre si.

Outro fator que carece ser mencionado aqui trata das ligações dos diferentes grupos sociais a esferas religiosas diferenciadas, entre ritos de uma concepção cristã católica e ritos relacionados a um mundo metafísico (re) construído por trabalhadores afro-nativos em franca mobilidade espacial.

A confluência das falas atuais com as noções de políticas afirmativas de etnicidade e passado escravista/quilombola não opõe os grupos de discursos de 2003 e 2007/8. Antes, revela ainda mais uma reorientação interna das forças ideológicas em construção, tanto por elas tomarem corpo na firmeza das identidades locais quanto por exporem as entranhas de problemas mais amplos e relacionados aos preconceitos étnicos e de discriminação racial e de classe.

Quilombos em construção para considerações derradeiras e abertas

As mudanças por que passaram as abordagens interpretativas do passado a partir do século 19, sobretudo com uma valorização da arqueologia para explicações das raízes da humanidade, ensejaram uma formatação mais palpável e duradoura do tempo histórico e da noção contemporânea de resultado de experiências acumuladas, ao menos em setores mais progressistas do meio acadêmico.

Essa percepção no trato das fontes além de redimensionar as transformações que os trabalhadores fizeram dos espaços promoveu novas categorias de fontes para os estudiosos mais preocupados em mostrar uma interpretação menos ligada às ideologias dominantes.

Atualmente está em voga o uso de fontes baseadas na memória dos agentes diretos e também daqueles que sofreram influências/confluências junto às experiências desses. Na maior parte das vezes os entendimentos críticos de alguns pesquisadores sobre a auto-suficiência dos documentos escritos foram negligenciados quanto à adoção das fontes de memória como saída para esse problema. A *verdade* denunciada por tais críticos do positivismo documentarista é adotada em boa parte das investigações que se utilizam de fontes orais de memória.

No entanto, as verdades contidas nas abordagens reconstrutivas do passado carregam os reflexos das ideologias do presente e de certa forma, condicionam as leituras sérias, minimamente como subjetivas. Isso parece valer para todos os tipos de fontes de suporte.

Nesse sentido, a eleição de discursos atuais como expressão da verdade histórica pode carregar máscaras e condicionamentos de partes ou da totalidade do passado, chegando ao extremo da negação da realidade histórica ou mesmo sua re/invenção. O comprometimento desses discursos, para além da subjetividade do pesquisador, pode ser mais efetivo quando buscados em grupos de poder que controlam as atividades políticas, econômicas e culturais, como também especificamente as conferências de *status* e reconhecimento social.

A formalização e cristalização dos discursos de uma época combinam subjetividades de ambas as partes, tanto dos agentes de discurso quanto do pesquisador; os caminhos, dependendo do método, podem condicionar mais ainda as respostas pretendidas, chegando ao extremo de forjar uma reação até mesmo

adversa, se levado a conjugar elementos muito díspares acerca do acesso a cultura formal e a visão sobre o agente de memória como manipulável.

Entendendo que os discursos de uma época refletem as condições econômicas, de posição social e as preocupações contemporâneas a eles, seu lugar, conquanto não deva ser negligenciado, deve carregar marcas de um uso parcial e subentendido exatamente como portador de dimensões subjetivas.

A busca por informações de um passado de atuação dos *agentes de memória* não pertencente a eles tem sido usada para reconstruir processos históricos pouco estudados e menos “compreendidos” ainda, porque fruto de negação consciente de boa parte de investigadores, geralmente ligados a interesses de poder.

A atuação de cientistas ligados às ciências sociais, sobretudo a antropologia, tem mostrado como uma intervenção consciente desses pesquisadores pode mudar os discursos e “refazer” parte da memória dos agentes investigados.

Desde o início dos anos 1990, notadamente após a aprovação pela Constituinte de 1988, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), em seu artigo 68, que possibilitava a regulamentação de terras onde houvesse remanescentes de quilombos, a intervenção de antropólogos no curso dos processos de reconhecimento dessas terras e dos próprios sujeitos interessados, e sua posição reivindicada de serem os únicos capazes de elaborar tais laudos¹⁵⁷ vêm contribuindo de forma acelerada para a mudança de conceitos históricos acerca das manifestações de resistência empreendidas pelos trabalhadores escravizados ao longo do período escravista.

O movimento consciente criado por antropólogos através de sua Associação Brasileira de Antropologia (ABA) para “orientar” seus membros na caracterização de comunidades negras se configura como exemplo concreto dessa mudança¹⁵⁸.

¹⁵⁷ FIABANI, A. **Mato, palhoça e pilão**. O quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes [1532-2004]. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 397. Fiabani transcreve trecho de artigo do antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida, em que se pode inferir essa autoconclamação: “Ele [o termo quilombo] não se exaure numa investigação de arqueólogos que buscam os vestígios materiais comprobatórios daquela situação que a noção jurídica tradicional apregoa. Não se exaure na definição de historiadores ou de geógrafos, que atestam com os documentos centenários e com a ênfase no ‘isolamento’, reproduzindo acriticamente a versão dos administradores coloniais. Tampouco se reduz ao raio de ação de agrônomos, que o tomam simplesmente como problema agrário.”

¹⁵⁸ FIABANI, *op. cit.*, p. 390.

O processo de reconhecimento da “Comunidade Ribeirinha Quilombola Família Bispo”, município de Sonora - MS, por órgãos do Governo Federal, implica na adoção de pedagogia baseada nessa nova forma de entender os quilombos. Beatriz Feitosa relata que representantes de “[...] instituições governamentais estiveram na cidade [Sonora] promovendo uma capacitação para os membros da família, fornecendo subsídios teóricos para lidarem com questões institucionais”.¹⁵⁹ A capacitação dos membros das ditas comunidades através dessa pedagogia instrutiva pode, de certa forma, conformar os discursos posteriores e alterar o passado histórico concreto para “caber” no modelo necessário ao reconhecimento por parte do Estado. Isso parece deixar um trato de discriminação camuflado na medida em que enxergaria essas pessoas como incapazes e que a sua história *precisaria* ser moldada de acordo com determinações atuais para serem reconhecidas pelos *outros*, na figura do Governo, ou seja, só são na medida em que representam um discurso esperado, estereotipado e construído conscientemente com a ajuda daqueles cientistas.

A conformação das vivências e experiências desses trabalhadores ganha novos matizes perante a sociedade e a própria comunidade. O auto-reconhecimento carrega tanto no decurso do processo como após sua efetivação, sua marca de mudança, em que se vêem agora de outra forma, daquela que a sociedade, o Estado entre outras instituições, espera que sejam. Ainda sobre o caso da Comunidade dos Bispos, nota-se essa dimensão aplicada na fala de um membro em entrevista concedida a Feitosa dizendo-lhe que “[...] já nos auto-definimos como remanescentes das comunidades de quilombos cujo certificado de auto-reconhecimento foi emitido pela Fundação Cultural Palmares estando esta comunidade registrada no livro n. 003, registro n. 255 e f. 61 daquela Fundação.”¹⁶⁰

Se por um lado essa conformação consciente dos discursos das comunidades rurais supera as deficiências do artigo 68, alargando-lhe sua abrangência, por outro desestabiliza minimamente os processos de luta pela terra buscados e empreendidos por outros trabalhadores subalternizados.

Historicamente os trabalhadores fugidos carregavam como característica principal a libertação da força de trabalho se estabelecendo ou não em forma de

¹⁵⁹ FEITOSA, Beatriz. **Projeto de Especialização em História**. Rondonópolis: Departamento de História/UFMT, 2006. p. 05.

¹⁶⁰ *Ibid.* p.06.

quilombos. A questão era mais ligada à preservação dessa autonomia de sua força do que ao lugar de moradia. Não era a terra sua condição de existência enquanto negação da escravidão, na melhor das hipóteses, a sua própria, mas sim sua capacidade de resistir às recapturas, de migrar ou de “desaparecer” dos domínios dos proprietários ou de se imiscuir entre os trabalhadores africanos e afro-descendentes escravizados e libertos nas cidades.

Pelo que se observa atualmente, houve um deslocamento do eixo de embate. O tino é o da posse da terra como medida reparadora daquelas situações. Ora, esse embate é o mesmo que os trabalhadores rurais dos movimentos organizados empreendem em seu favor. A luta aberta pela posse da terra é um dos pontos centrais desses movimentos, notadamente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, conquanto se devam resguardar as proporções históricas entre eles.

Durante todo o tempo da escravização empreendida nessas terras o que se observou foi uma mudança constante das leis e interpretações dessas para abarcar a maior quantidade de situações e enquadrá-las como quilombos. Na medida em que tornavam mais severas essas leis coercitivas, como a de reincidência na fuga, por exemplo, de certa forma modificavam a sua concepção sobre a situação. Contudo, essas *mudanças* operavam em sentido *empobrecedor* dos critérios para caracterização: no século 18 partiram inicialmente de um elenco quantitativo e qualitativo – quantidade mínima e condições de estabelecimento; o mínimo de quatro negros e pilões ou ranchos e variando esse número básico pouco mais ou menos e necessitando cada vez menos de elementos comprobatórios de fixação no território. O que antes se consideraria quilombo um “ajuntamento acima de quatro negros, com ranchos, pilões e modo de aí se conservarem” parece ter vigorado o de “[...] toda habitação de negros fugidos que passem de 5, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”.¹⁶¹

No entanto, o que se pode abstrair da realidade de nossos dias, é exatamente o oposto: ao invés de mudar a lei para contemplar esses trabalhadores (neoquilombolas), prefere-se a mudança do conceito histórico, e dessa forma, a mudança do passado de resistências num plano analítico. Com isto temos um

¹⁶¹ FIABANI, *Op. cit.*, p. 268.

encobrimento dos fatos e da atuação real dos trabalhadores contra a posse de sua força e reafirmação de sua liberdade.

Essa postura acarreta, como já dito antes, um enfraquecimento dos movimentos sociais declaradamente de luta pela posse da terra. No nível consciente desse embate existiria uma preferência pela via pacífica, a do reconhecimento de terras de remanescentes de quilombos, em prejuízo dos ditos “agressivos” e “invasores”.

O problema fundiário brasileiro tem sua origem na lei de terras de 1850 e de lá pra cá vem se arrastando sempre em favor da elite agrária do País. Tem-se que já desde bem antes de 1888, com o fim da escravidão como instituição consentida e estruturada pelo Estado, várias comunidades de negros se formaram em terras concedidas por seus ex-senhores, através de doações em vida, de heranças, de testamento entre outros meios, juntamente com as chamadas *terras de santo* e *13 de maio*. Ora, comunidades que detêm documentos comprobatórios de suas posses registrados em cartórios não carecem de averiguações antropológicas que ponham em jogo sua constituição identitária e seus modos de vivência. Talvez, esse fosse o caso daquelas comunidades que estão a ocupar determinadas áreas desde há muito e por isso já conseguiram sua posse, bastando aplicar-lhes a Lei. Interessante notar que para documentos fraudulentos – *grilados* – de latifundiários não há necessidade de comprovação judicial ou científica.

O que vem acontecendo nessa *confusão* de interpretação do artigo 68 do ADTC é um ofuscamento de questões mais sérias e oportunas, como é o caso da investida de latifundiários sobre terras tidas historicamente como devolutas e que estão sendo pleiteadas por entidades representativas dos trabalhadores rurais.

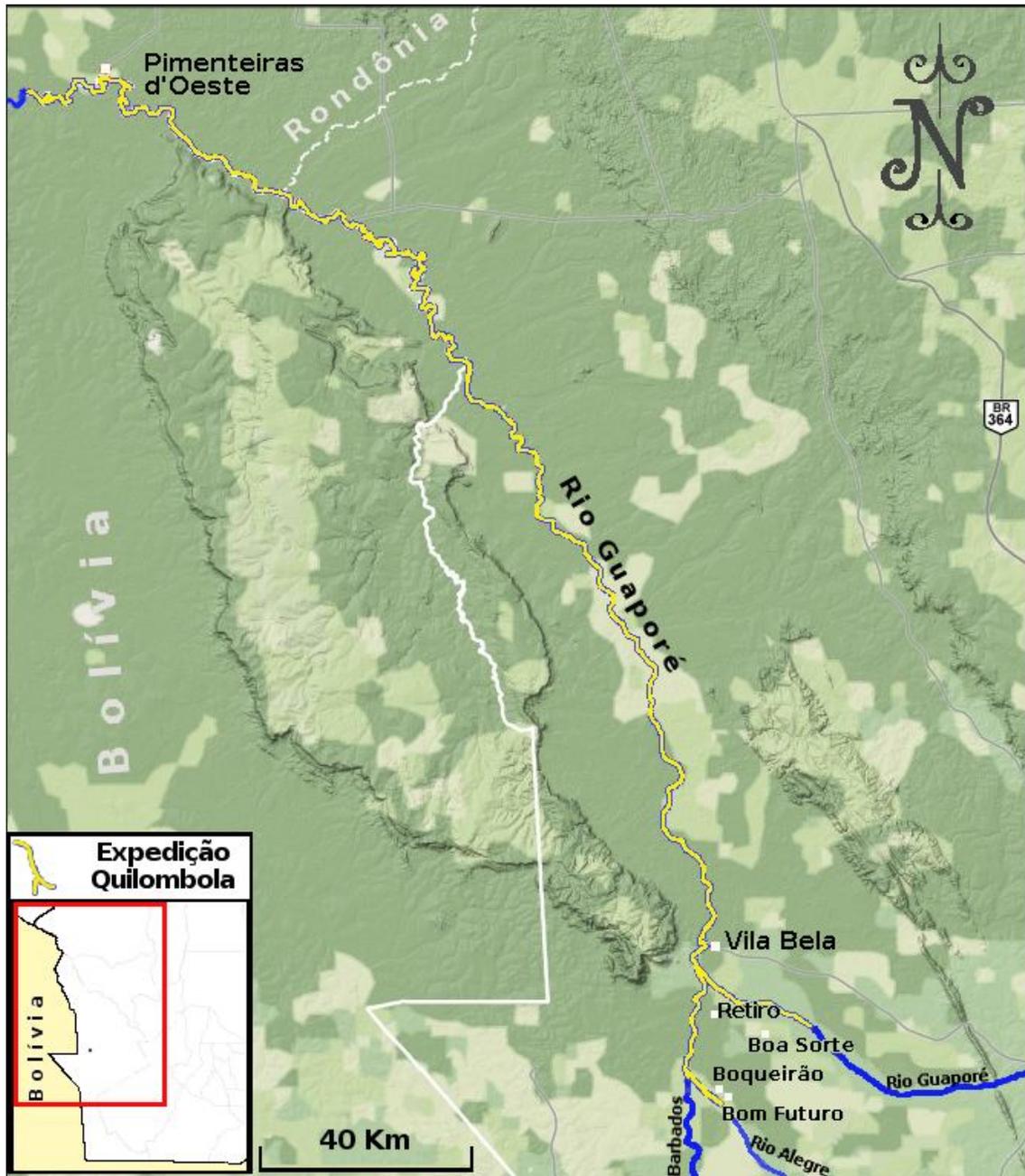
Outra característica dos discursos atuais parece dar conta de certa priorização, controle e predomínio por parte de alguns membros mais instruídos formalmente. É bem freqüente os membros indicarem os *líderes* das associações de remanescentes para eventuais entrevistas. Esses membros quando sugeridos a falarem sobre os quilombos comumente esboçam pouco entrosamento e fraco conhecimento sobre a questão, tanto atual como historicamente.

Nas conversas travadas em Vila Bela acerca de Quilombos, no ano 2003, em boa parte dos agentes de memória, não foi possível identificar profundidade no assunto. A sua compreensão apresentada baseava-se numa coerente tríplice

negação de passado escravista, raízes africanas e quilombos. Ademais, essa palavra *quilombo* causava-lhes estranheza.¹⁶²

No geral as referências a escravidão são raras, desconexas e vagas, não sendo possível admiti-las como seguras. No entanto, em maio de 2007, por ocasião de duas etapas de pesquisa do Projeto Fronteira Ocidental, uma no alto rio Guaporé e outra desde o Porto Geral de Vila Bela, neste mesmo rio, até Pimenteiras do Oeste, estado de Rondônia, nas várias conversas com moradores e tripulantes da Expedição respectivamente, pude notar outra face acerca das percepções sobre o quilombo.

¹⁶² ROSA, João H. **As Culturas Oral e Material entre Canjinjins e Tererés** – Os Quilombos no século XVIII entre Arqueologia e relatos de remanescentes quilombolas na região de Vila Bela da Santíssima Trindade. Monografia, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis/MT, 2003. p. 56.

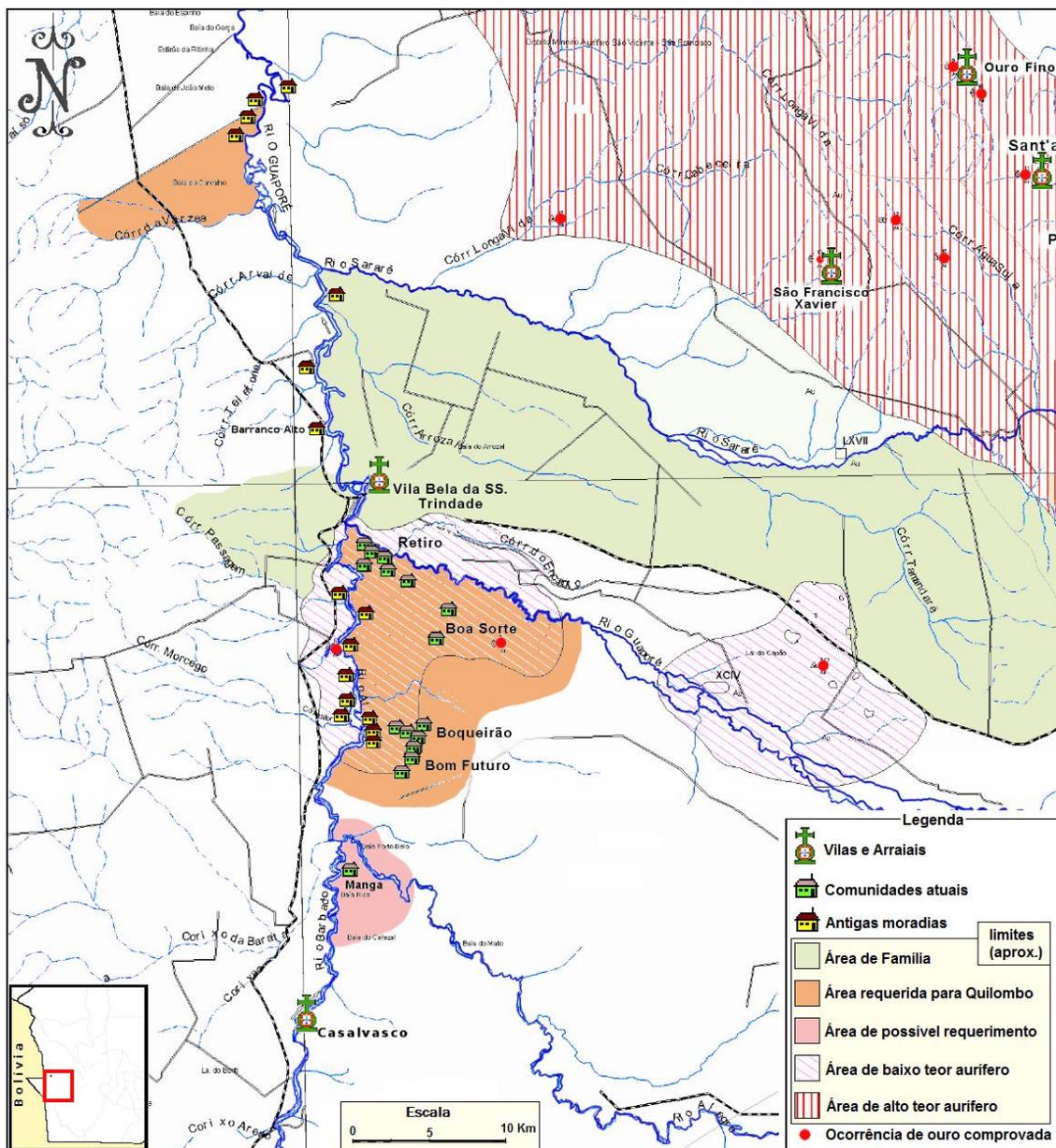


Fonte: GoogleMaps, 2008. Modificado por Rosa, 2008.

Figura 14 – Rota da “Expedição ao Território Quilombola”, realizada em 2007.

No caso das conversas com moradores das comunidades rurais do alto curso do Guaporé e do baixo Alegre, Bom Futuro, Boa Sorte e Boqueirão, distinguem-se minimamente dois grupos claros: o majoritário, formado por favoráveis a constituição do quilombo e outro, minoritário, mais propício a não fazer parte do movimento ou das associações quilombolas. Parte do segundo grupo reivindica judicialmente a

posse da terra que já ocupa e não vê como positiva a integração ao movimento, pois em seu entendimento, sua atual propriedade seria compartilhada com “quem não ficou” na terra. A permanência para os integrantes desse grupo, ao que parece, é que os liga de fato à sua posse, o que, em seu modo de compreensão é que lhes garante o direito de dela usufruir. Já o primeiro grupo, ligado ao movimento quilombola, é composto majoritariamente por membros estabelecidos na cidade e/ou vinculados a pequenas porções de terra, notadamente ribeirinhas ou passíveis de inundação nas cheias do Guaporé, o que lhes confere um valor mais baixo que as terras mais altas – estas basicamente associadas à ocupação de outro grupo, de cunho mais elitista e de passado político-administrativo na cidade.



Fonte: Mapa base Seplan/MT 2008. Modificado por Rosa, 2008.

Figura 15 - Localização dos assentamentos antigos e atuais em relação às áreas minerais.¹⁶³

No caso das conversas com a tripulação da Expedição Guaporé, notadamente membros de associações quilombolas recentemente formadas, com exceção concedida a um deles, de formação acadêmica e atuação docente no ensino público estadual, evidenciou-se em boa medida o resultado de interpretação

¹⁶³ Acerca das áreas de famílias proprietárias e detentoras de poder político-econômico e falas autorizadas, as dimensões são aproximadas e refletem os dados colhidos e cruzados a partir de diversas entrevistas desde 2003. As demais áreas estão sobre porções de terras altas localizadas na margem esquerda Guaporé abaixo.

observada para outro grupo de agentes em 2003, como dito anteriormente. A atribuição de significado do que vem a ser *quilombo* ficou praticamente no mesmo patamar daquela, em que se pode destacar um *desconhecimento* bastante pronunciado do conceito, limitando-se a uma abordagem parca do que podem observar dos discursos que lhes são proferidos, por força da situação em que se encontram.

Quanto ao tratamento despendido aos membros das associações por parte de seus dirigentes pode-se inferir que seja limitador de sua participação no processo de construção do movimento de luta, no caso, pela terra, em última análise. Como dito anteriormente, essa *superficial* compreensão da realidade atual e histórica sugere um reflexo do consciente controle de informações por lideranças e ainda evidencia por outro lado, as deficiências da transmissão do passado, podendo ser possível uma especulação mais sistemática da reconstrução histórica através das fontes de memória. Em sua totalidade os entrevistados deixaram transparecer sua preocupação efetiva mais com um dos objetivos do movimento, que toma vigor no que se refere ao acesso à terra como propriedade. Pareceu-lhes uma novidade o fato desse acesso ser condicionado ao título coletivo, e não individual, como *esperavam* que fosse.

Acerca dessa compreensão sobre o caráter coletivo, aqueles que possuem terras em vias de legalização, se mostraram mais aprofundados no assunto e justamente por esse caráter de coletividade da propriedade expressado no documento, é que lhes parece desproporcionado, e por conseqüência, injusto, na medida em que suas posses passariam a integrar uma área maior, porém de uso coletivo e assim impossibilitadas de desmembramento. Com efeito, a compreensão ao modo atual sobre as questões envolvendo a titulação coletiva das terras requeridas não parece servir-lhes de boas e ajustadas informações, posto que, segundo novas conversas com um dos moradores – inicialmente contrário à formação do quilombo institucional – já há um interesse pronunciado de um seu irmão ex-morador da Bom Futuro que se acha residente em outro Estado, de fazer-lhe venda do que pela Lei – “saindo esse negócio do quilombo” – seria sua parte.¹⁶⁴

¹⁶⁴ Conversa estabelecida em junho de 2008. Dada a complexidade dos termos do processo de requerimento da área quilombola nos níveis legal e interpessoal, comprometi-me em resguardar informações (como nomes, cifras, decisões futuras, por exemplo) que poderiam distorcer o andamento dos trabalhos. Na ocasião, o assunto tratado carregava mais um tom de consulta do que de comunicação, em que a dimensão era sobre a legitimidade de tal venda e os preços a serem

A polvorosa em que se acham os atuais proprietários de terras na região de Vila Bela pode nos dar uma dimensão do que representavam os quilombos no século 18 para os escravizadores. Nos dias de hoje, com a farta informação sobre as ações judiciais de reconhecimento das terras de remanescentes de quilombos, com o intuito de apagar os vestígios do passado que, em teoria, poderiam comprovar a presença de escravizados naqueles locais, alguns latifundiários estão a proibir o acesso a lugares de cultos a ancestrais, triturando e moendo com maquinários pesados as marcas que se lhes parecem suspeitas de garantir tal averiguação.

A ação consciente desses proprietários ilustra suas percepções sobre a legalidade dos argumentos e mostra ainda como estão orientados judicialmente para barrar os processos de reconhecimento da posse da terra para os ditos remanescentes. A ação proibitiva e até mesmo de forma agressiva, como pudemos observar em uma das visitas de prospecção, pode ser trazida como exemplo desse entendimento. Em conversa com um dos *proprietários* da margem esquerda do rio Barbados, em 2003 – as conversas sobre “terra de quilombo” estavam rudimentares e pouco disseminadas – este foi enfático ao afirmar que ali “[...] não é e nunca foi terra de quilombo...” e nos convidou a sair de suas terras dizendo textualmente “[...] o que eu tinha pa falá é isso... e acho que o tempo docês já acabô aqui tamém...” e que “[...] não quero mais sabê dessa conversa de terra de preto aqui...”. Pelo que se pôde apurar na ocasião, este proprietário encomendou um trabalho de gradeação da terra e retirada de estruturas de pedra canga que eram popularmente conhecidas como “da época dos portugueses”, mandando aplinar o lugar, pensando, dessa maneira, encobrir os restos daquelas construções.

Com o desenrolar dessas ações de reconhecimento e sua popularização entre a categoria dos latifundiários tem crescido uma aversão cada vez mais latejante aos negros.

O desdobramento das ações de reafirmação étnica e cultural por vezes tem reflexos complicadores acerca dos objetivos, comprometendo-os. Ao que se pode observar no caso de Vila Bela, ainda não estão claros os objetivos das associações de quilombos recentemente criadas e também de seu fórum representativo. Parece

praticados, se isso causaria algum *problema* para a associação e ele como beneficiário e interessado. Segundo relatou, seu irmão não teria interesse em voltar a morar na área, caso seu direito só fosse garantido por sua presença física, segundo informaram-lhe; ao que meu informante lhe disse ter interesse na compra se ela pudesse, de fato, ser efetivada legalmente.

haver uma *confusão* entre diferentes assuntos: 1) terras de remanescentes de quilombos e 2) indenização por serviços prestados pelos seus ancestrais.

No primeiro caso, temos as terras ocupadas atualmente por comunidades rurais estruturadas em núcleos visivelmente identificáveis na paisagem, em que seus membros descendem em boa medida de um patriarca referenciado pela memória. Há também aquelas localidades em que as habitações são esparsas e as propriedades compõem um todo de usufruto comum para atividade pecuária, majoritariamente. O que caracterizaria tais comunidades ainda é objeto de discussão, mas é possível estabelecer algumas ligações para a conformação de um conceito primário a ser aplicado nessa análise: uma dada população vivendo num determinado lugar ou região que em geral é ligada por interesses comuns e/ou que tenham um legado cultural e histórico compartilhado. (ver figura 15).

No segundo caso aparecem as demandas e ações políticas para reparos das desigualdades sociais causadas pela escravização de ancestrais com a finalidade de trabalho e acumulação de capital, através de indenizações e compensações diversas.

Conquanto os espaços de trabalho, dominação e poder dos escravizadores fossem a base de sua própria negação pelos trabalhadores escravizados, a transformação atual naquilo que expressava o seu oposto - reafirmação de domínio sobre sua força de trabalho e de liberdade – parece não dar conta do sentido histórico que representaram as ações dessa negação. O entendimento de que esses espaços também são quilombos evidencia minimamente uma manipulação daquilo que simbolizaram as variadas resistências contra a opressão nos períodos de escravização ou, na pior das hipóteses, um parco domínio e até mesmo um *desconhecimento* do conceito em questão.

Nesse sentido, uma interpretação dessa natureza faria o jogo de transformar o local de opressão e exploração, no caso, a gênese do problema, de acordo com a ótica do escravizado, no espaço de sua solução, de sua efetiva negação. De acordo com os relatos de cronistas e intérpretes da produção desses, havia quilombos nas proximidades das plantações,¹⁶⁵ engenhos e áreas de lavra mineral, contudo não existe nenhuma referência ao estabelecimento dessas comunidades nos seus locais de origem.

¹⁶⁵ FIABANI, *Op. cit.* p.395.

Contudo, pode-se esperar que essa confusão talvez não seja bem inconsciente ou mesmo por falta de compreensão acerca do que é tanto um quanto o outro assunto. Dificilmente se conseguirá abstrair tal compreensão se ela tiver um caráter proposital de ofuscamento e controle por parte de alguns membros das associações e do fórum de quilombos.

Todavia, para além do sentido positivo do domínio e do alcance material dessas duas macro-políticas afirmativas – de reconhecimento de terras marcadamente de passado quilombola e a indenização de reparo pelos trabalhos prestados por ancestrais escravizados, a emergência da necessidade dos embates recria novas configurações de poder e choque social, dentro e fora das comunidades, trazendo ao palco das lutas sociais fissuras e rupturas até então amalgamadas e admoestadas pelo controle ideológico das falas homogeneizantes e legitimadoras de poder.

As definições, apesar da mudança provocada por alguns antropólogos atualmente, são bem precisas dentro da história, tanto por parte da visão presente nos discursos oficiais e administrativos, como na interpretação desses documentos por alguns historiadores e arqueólogos.

Entretanto, o que está posto a operar nas interpretações possíveis sobre as condições de formação e manutenção de espaços alternativos quilombolas em uma região mineradora do século 18, são conjunções de elementos hipotéticos que podem dar conta de um alcance mínimo, ao menos em nível local.

Dessa arte, o volume considerável de resistências, combates e contrapontos ao sistema escravizador administrativo/senhorial (recuperados a partir de interpretações *ex post* de porções da realidade), por parte de escravizados a negarem a lógica de seu funcionamento através de ações empreendidas nos locais de opressão direta, e ao estabelecerem-se em quilombos, evidencia a urgência de percepções que aprofundem a problemática da invisibilidade desses trabalhadores promovida por construções historiográficas que privilegiaram visões harmoniosas da sociedade escravizadora.

A suposição de uma economia mineradora quilombola paralela ao sistema de extração e exploração institucionalizado pelo poder do Estado, construída, sobretudo a partir da realidade material dos fugitivos, e por conseqüência, sua localização sobre terrenos auríferos, imprime um quadro local que poderá, dependendo das condições de aprofundamento dessas diretrizes, contribuir para a elaboração de um

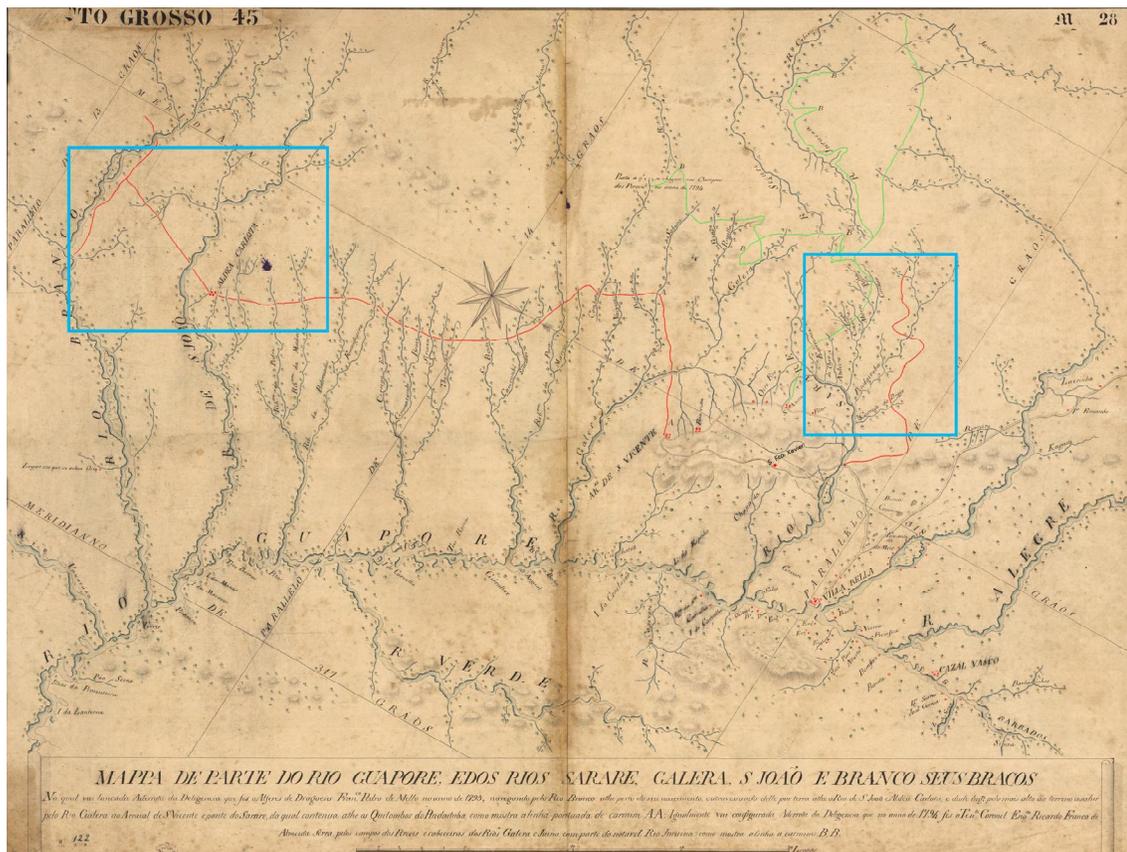
entendimento de parte do passado reativo e de negação da opressão por parte dos ancestrais dos atuais trabalhadores requerentes das áreas quilombolas. Ademais, admitindo a possibilidade de existência dessa economia quilombola no século 18, resgataríamos uma contribuição por parte daqueles quilombolas, mesmo que de forma inconsciente, no alargamento das fronteiras e domínios da paisagem colonial, na medida em que o Estado, ao tentar destruir os mocambos tomou conta de riquezas naturais e obrigou-se por manter a posse sobre esses territórios frente aos seus confrontantes espanhóis.

Admitir a necessidade de uma consciente ressemantização do conceito social de quilombos, embora empobreça a nossa e a própria percepção dos remanescentes quilombolas sobre seu e nosso passado histórico, revela a existência de conflitos e problemas sociais não resolvidos desde a época da escravização instituída, em que sugere atualmente ser mais viável camuflar o passado de violência e luta a mudar as leis que regem a propriedade privada e garantem a manutenção de suas formas de poder correlatas.

Como parece ser servido, o que garante a caracterização do estabelecimento de quilombos não é sua localização espacial ou composição étnica, mas sobretudo sua condição frente ao sistema opressor, seu lugar social. O conceito aberto a essa interpretação, opera como uma troca de espaços e de tempos, em que o espaço e o tempo físicos, como duração das formas materiais, dão lugar aos espaços e tempos sociais, como fruto das relações entre os agentes transformadores e a suas realidades em construção.

Dessa forma, a legitimidade dos discursos emergentes para a assunção de um passado quilombola requerido, abre oportunidades de um (re) conhecimento de porções da história de seus próprios agentes e também de pessoas externas e, com isso, opera no sentido de estabelecer visibilidade social aos grupos envolvidos no processo de requerimento pelo que emerge daí, um reordenamento das forças internas de poder, contribuindo dessa maneira para novas configurações políticas, econômicas e sócio-culturais.

Apêndice



Fonte: Biblioteca Nacional/2005. Modificado por Rosa, 2007.

Figura 16 – Localização de quilombos destruídos por diligência em 1795.¹⁶⁶

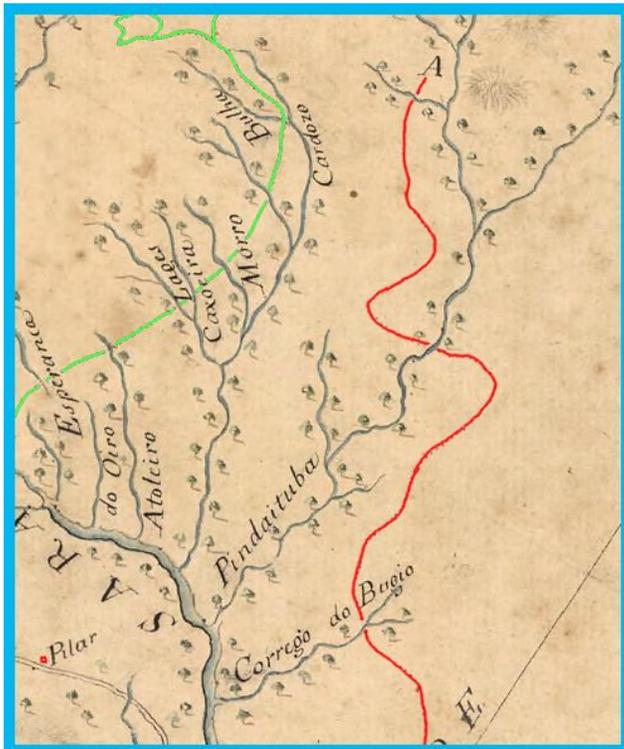
¹⁶⁶ Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. **Mappa de parte do Rio Guaporé, e dos rios Sararé, Galera, S. João e Branco seus braços - Archivo Militar**, [18--]. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart540231.jpg Acesso em: 26 jun 2007.

A legenda completa apresenta os seguintes dizeres: “[título] *Mappa de parte do Rio Guapore, edos Rios Sarare, Galera, S. João e Branco seus braços*. [texto] *No qual vai lançada Aderrota da Deligencia que fes o Alferes de Dragoens Fran.^{co} Pedro de Mello no anno de 1795, navegando pelo Rio Branco athe perto do seu nascimento, e atravessando delle por terra athe o Rio de S. João e Aldea Carlota, e deste lugar pelo mais alto do terreno a sahir pelo Rio Galera ao Arraial de S. Vicente e ponte do Sarare, da qual continua athe os Quilombos do Pindaituba, como mostra a linha pontuada de carmim AA. Igualmente vai configurada Aderrota da Deligencia que no anno de 1794 fes o Ten.^{te} Coronel Eng.^o Ricardo Franco de Almeida Serra, pelos campos dos Percis, e cabeceiras dos Rios Galera e Juina, com parte do notável Rio Juruena como mostra a linha a carmim B,B.*”



Fonte: Biblioteca Nacional/2005. Modificado por Rosa, 2007.

Detalhe da derrota da diligência de pesquisa mineralógica e destruição dos Quilombos do rio Piolho, em 1795.
(a partir da Figura 17)



Fonte: Biblioteca Nacional/2005. Modificado por Rosa, 2007.

Detalhe da derrota da diligência de pesquisa mineralógica e destruição dos Quilombos dos "braços" do Pindaituba, em 1795.
(a partir da Figura 18)

- Caminho percorrido pela bandeira comandada pelo alferes Francisco Pedro de Mello. 1795.
- Caminho percorrido pela bandeira comandada pelo engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra. 1794.



Fonte: Biblioteca Nacional/2005.

Figura 19 – Exemplo de toponímia colonial - Rio do Quilombo, em levantamento topográfico da ocorrência de Quina para cura de sezões, nas proximidades das minas do Cuiabá.¹⁶⁷

Plantas de Quilombos da Capitania de Minas Gerais

Ano 1769 – “Notícia diária e individual das marchas e acontecimentos mais condignos da jornada que fez o Sr. Mestre-de-Campo Regente e Guarda-mor Ignácio Correia Pamplona, desde que saiu de sua casa, e fazenda do Capote às conquistas do Sertão, até se tornar a recolher à mesma sua dita fazenda do Capote [...]”.¹⁶⁸

¹⁶⁷ Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. SIQUEIRA, José Manuel de. **Planta topográfica da nova descuberta da Quina, na Villa do Cuyabá.** [177-].* Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart232291.jpg Acesso em: 22/08/2007.

*Conquanto a data apresentada pela página em questão refira-se a algum ano da década de 1770, a possibilidade de estar equivocada é bastante significativa, posto que o dito padre só retornaria de Lisboa à Cuiabá em 05 de julho de 1798. Pelo menos dois autores confirmam seu achado para o ano 1800. LEVERGER, Augusto. *Op. cit.* p. 108; COSTA & SILVA, Paulo P. **Dicionário biográfico matogrossense.** Período Colonial – 1524/1822. Cuiabá: Carlini & Cariato, 2005. p. 238.

¹⁶⁸ Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. Vol. 108, 1988. p. 53.

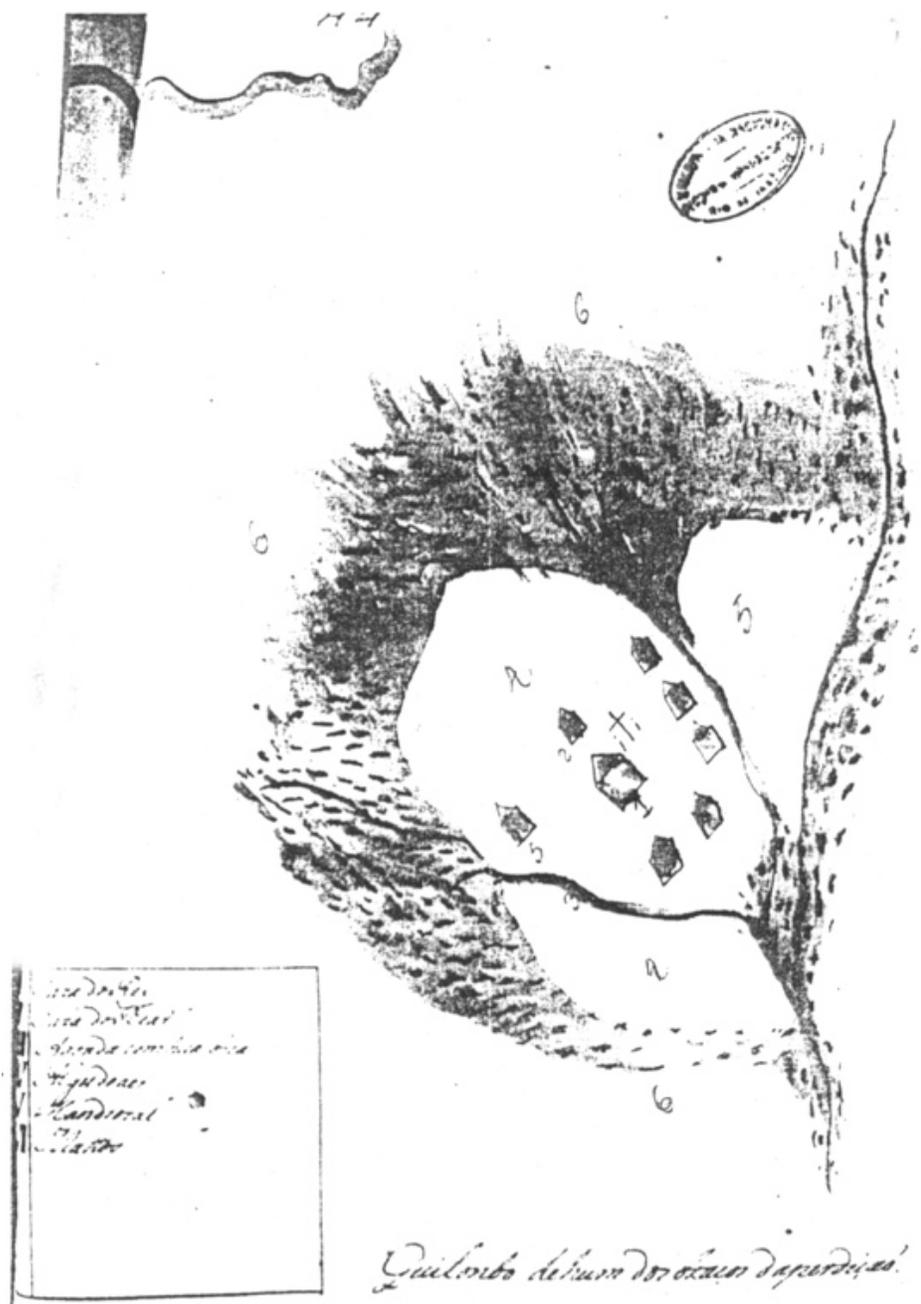


Figura 20 - Quilombo de um dos braços da Perdição.¹⁶⁹

Legenda:

- I – Casa do Rei;
- II – Casa do Tear;
- III – Aguada com ua bica;
- IV – Algudoais;
- V – Mandiocal;
- VI – Matos.

¹⁶⁹ Anais da Biblioteca Nacional. Vol. 108, 1988 p. 108.

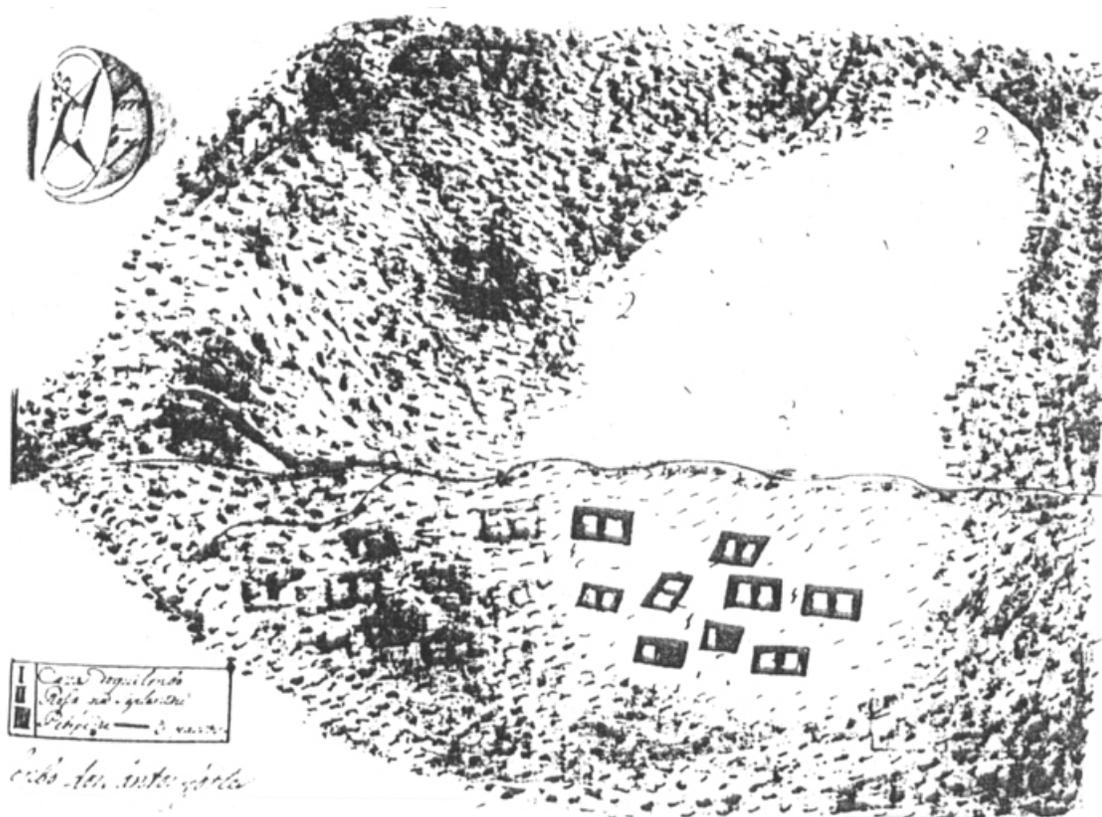


Figura 21 - Quilombo dos Santos Fortes.¹⁷⁰

Legenda:

- I – Casas do quilombo;
- II – Roça que se plantou;
- III – Petipé* [...-...] de 5 passos.

* *Petipé*: escala de reduções utilizada em mapas e cartas.

¹⁷⁰ Anais da Biblioteca Nacional. Vol. 108, 1988. p. 109.

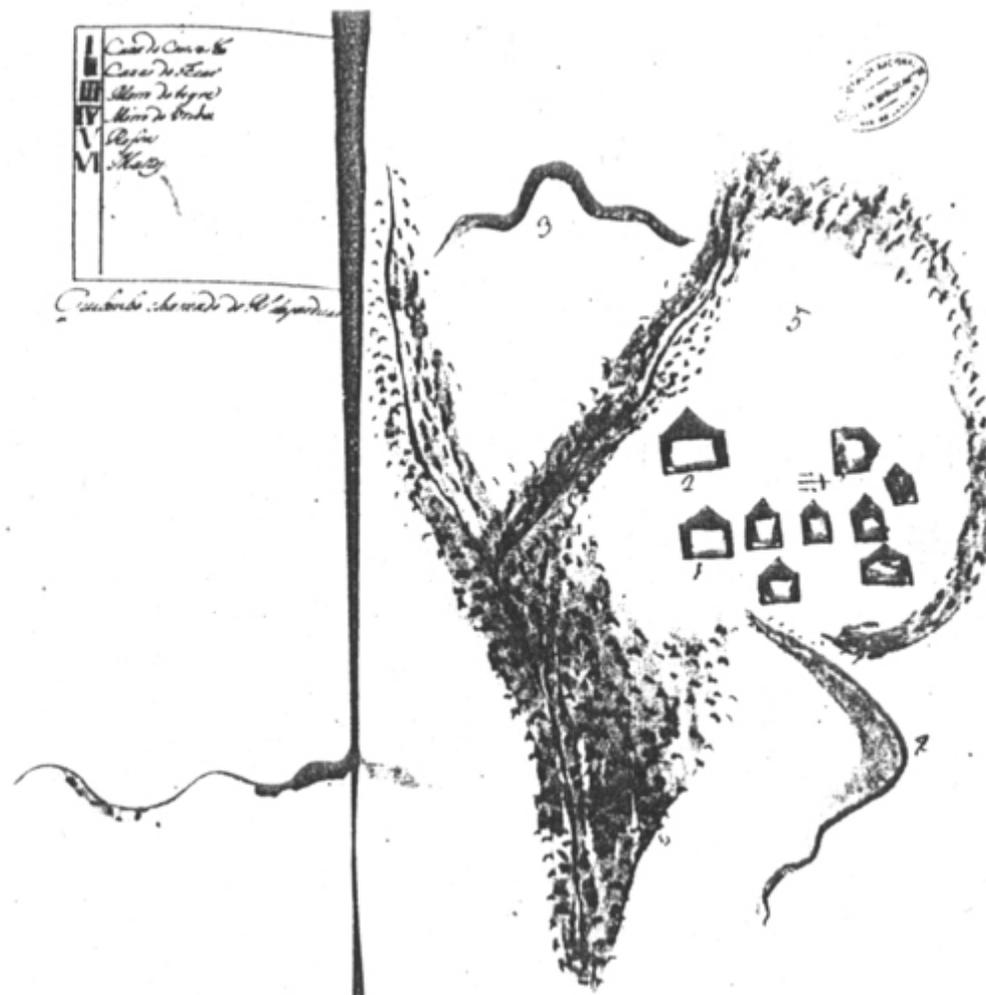


Figura 22 - Quilombo do Rio da Perdição.¹⁷¹

Legenda:

- I – Casa do Conselho;
- II – Casas do Tear;
- III – Morro do tigre;
- IV – Morro do Urubu;
- V – Roça;
- VI – Matos.

¹⁷¹ Anais da Biblioteca Nacional. Vol. 108, 1988. p. 110.

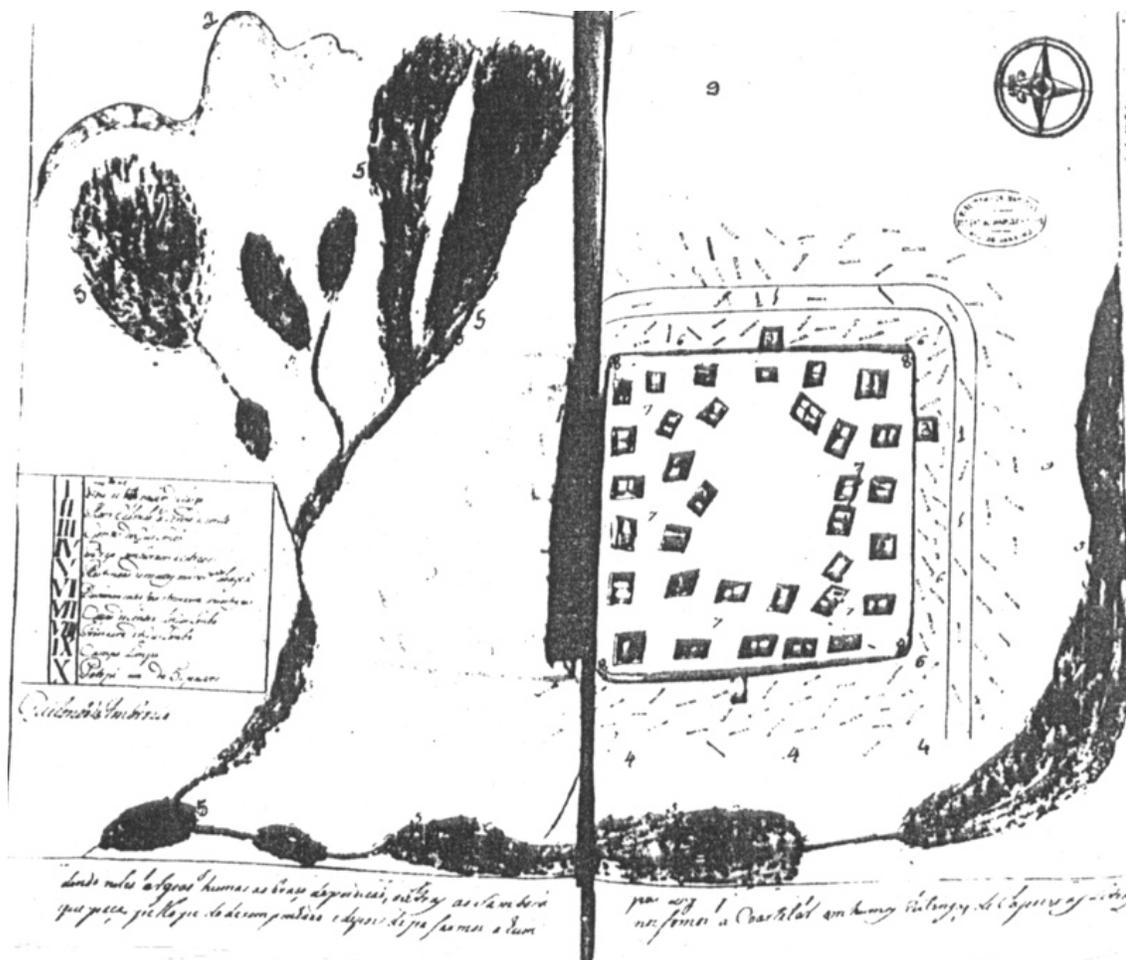


Figura 23 - Quilombo do Ambrósio.¹⁷²

Legenda:

- I – Fosso de 15 palmos de largo;
- II – Morro redondo que servia de gorita (guarita);
- III – Goritas do Quilombo;
- IV – Brejo, com buracos e estrepes;
- V – Restingas de matos com vertentes de água;
- VI – Distância entre fosso, e trinche[i]ra com estrepes;
- VII – Casas do Centro do Quilombo;
- VIII – Trinche[i]ra do Quilombo;
- IX – Campo limpo;
- X – Petipé* [...-...] de 5 passos.

* *Petipé*: escala de reduções utilizada em mapas e cartas.

¹⁷² Anais da Biblioteca Nacional. Vol. 108, 1988. p. 111.

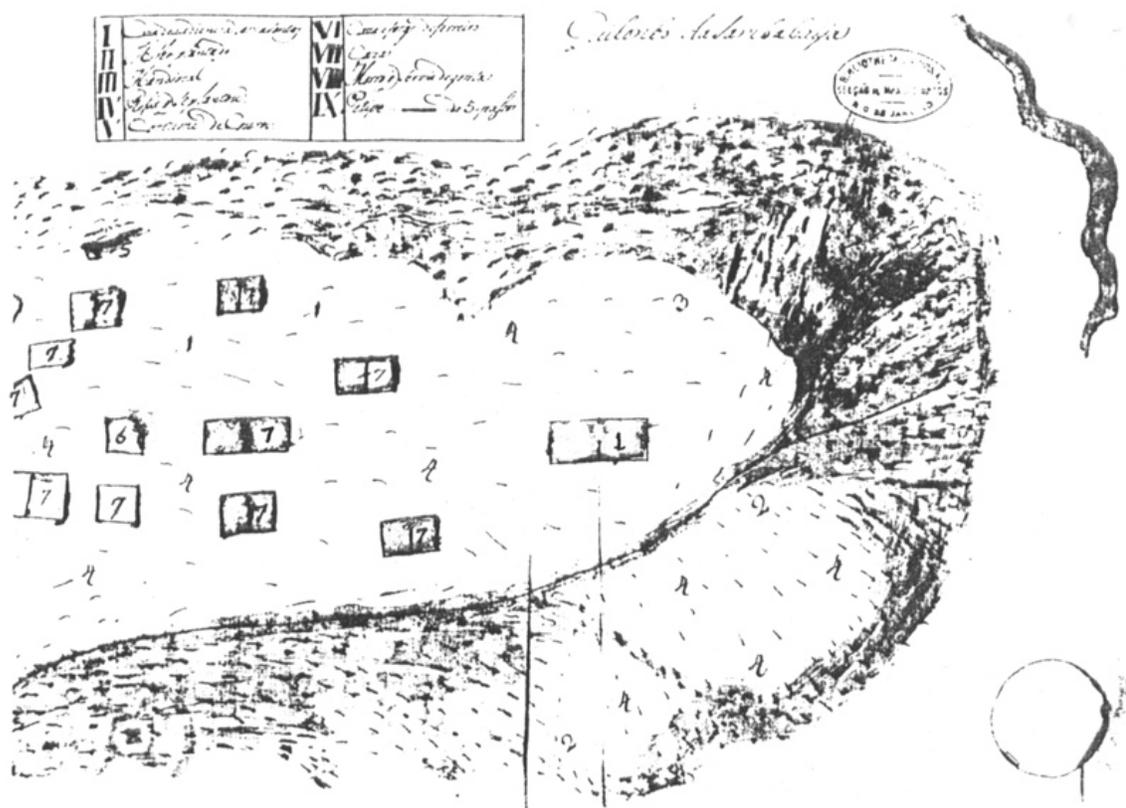


Figura 24 - Quilombo da Samambaia.¹⁷³

Legenda:

- I – Casa de audiência com assentos;
- II – Milho plantado;
- III – Mandiocal;
- IV – Roça que se plantou;
- V – Cortume de couros;
- VI – Casa e forje de ferreiro;
- VII – Casas;
- VIII – Morro que servia de gorita;
- IX – Petipé* [...-...] de 5 passos.

¹⁷³ Anais da Biblioteca Nacional, vol 108, 1988 p. 112.

Exemplos de conversas – 2003¹⁷⁴

1. *Conversas* com: Germano Fernandes de Brito

(filho de índio trazido por Mal. Rondon, pertencente à *tribo* "Maloca das Pedras").

Idade: 79 anos

"[...] eu num parava quase, viajava muito, sabe? E assim qu'eu via que... agora, finada minha mulher sabia de tudo, por causa que era só aqui de Vila Bela, porque ela era... era deretora aqui, era professora, né? Ela lia muito, tinha muita coisa de Vila Bela, né? Eu memo, não tinha quase saída de coisa, né? Eu tenho pa falá muito pôco aqui, eu viajava muito, sabe? Às veiz eu chegava num dia, passava dois três dia, viajava de novo; passava pr'esse mundão aí, pra lá e pra cá; pra Bolívia, pra Poconé, pra Cuiabá, Cáceres, viajava p'esse mundo inteiro aí.

Agora nunca vi falá negócio de quilombo, não. – cê já viu Paulinho?

- não, tamém, não!

Não, isso aí num tem, agora isso aí num tenho saída, isso aí num dô saída, por que eu num sei, né? Porque cê tem que falá uma coisa que cê tem que... tê ciência, tem cabo de coisa dele, né? Agora cê divia... nunca tive introsado lá dentro com ele, né? Sabe, a puxá o assunto de fora, assim por fora, né? Mas agora tem muito coisa por dentro, memo é o cumpade Zé Arvino. Cumpade Zé Arvino sabe de tudo! Agora se eu subesse alguma desse... desse troço aí eu dava informação pro senhor.

Eu nasci aqui, mas me criei em Cáceres, meu pai era guarda-fio da Linha Telegráfica, ele tava consertano, aí cheguei aqui tava cum quatroze ano, quasi; cheguei aqui na Vila Bela, nós morava no Ponte Vidéu, daí papai faleceu, nós mudamo pra Cáceres, aí o deretor vei e levô nós pra Cáceres; aí acabei de criar em Cáceres.

Naquele tempo eu era muito criança, sabe? Num sabia de nada, né? Mudamo daqui eu tava cum seis ano. Quando cheguei aqui já tava tudo acabado, aqui já num tinha mais nada, tava tudo rebentado, já, né? Depois que começô... criá de novo, né? Esse mundão aqui era um sertãozão doido, só tinha mais aqui era

¹⁷⁴ Textos reproduzidos a partir de ROSA, João H. **As Culturas Oral e Material entre Canjinjins e Tererés** – Os Quilombos no século XVIII entre Arqueologia e relatos de remanescentes quilombolas na região de Vila Bela da Santíssima Trindade. Monografia, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis/MT, 2003.

índio e negro, né? Agora aqui era uma raça só, agora hoje tá misturado. Hoje tem muita gente de fora, né? Agora aquele tempo era três família que existia aqui, era três família só, que existia aqui; que tinha aqui era família Profeta, os Ribeiros e Leite, eu sô da família de Brito, agora minha mãe é da família de Ribeiro, né? A minha finada muié tamém é da família Ribeiro. Só eu que sô... sô da família por que minha mãe é, né? Mas meu pai era índio, num era filho daqui, meu pai era índio daqui de dento da Amazônia, aí ele vei cum General Rondon, aí ficô cumo guarda-fio aqui, daqui que era guarda-fio. Ele vei cum Marechal Rondon, ele era índio, minha muié é filha daqui, o meu avô, tudo minha família é descendência daqui, memo, só meu pai que não era. Ele era... a triba dele lá era, um tar da triba das Pedra, índio das Pedra, agora aí o lugá eu num sei, né? Do Amazonas, daqui de baxo, a triba daí de baxo. Eu cunhici minha finada minha vó era baxinha, né? Era índia tamém, tinha um cabelão que batia bem ansim, chamava Aranfite, braba que só ela! Índio puro.

Então, aí nós mudamo daqui, conforme nós vortamo, num tinha mais nada, já tinha cabado tudo, né? Meu pai morreu lá e... viemo embora de vorta. Lá não, lá eu saía do colégio ia pra casa. Naquele tempo eu num tinha quase tempo de iscuitá nada, né? Eles cunversá lá, naquele tempo criança era... criança num iscuitava nada que mai véi cunversava. Ele nunca contava nada, né?

Contava essa história de índio daqui, coisa mas... num tava ligado pra essas coisa; só índio memo. Aqui, aqui tinha muito. Aqui índio brigava com... aqui vinha gente pa tomá de Lacerda aqui, índio teve uns tempo aqui, que quase tomô Vila Bela, índio! Quase que tomô. Quase tomô! Esse foi quais de minha época, foi de minha época já, aí vinha o destacamento de, esse da polícia vinha de Guajará-mirim, aí o comandante foi obrigado fornecer armamento, arrumá gente pa batê nos índio, porque os índio tava tomano conta de Vila Bela. Ali naquela casa amarela ali, ali era casa de meu tio, finado meu tio, e mais pra lá ia um capão de mato, índio frechava gente, matô uma muié lá na bêra do rio, frechava, frechô uma muié lá na bêra do rio, moradora, fia daqui, e anssim foi muito, matô um subrinho meu... um primi-irmão meu ali numa chácara que tinha, numa... um sítio, foi lá e matô ele, os índio!era índio, esse Nhambiquara, mora aqui na serra aqui do Sararé, aí que abriu pra ir, Gustavo foi pra lá, abriu um campo de aviação lá... foi amansando os índios. Aqui não vi falá não, que seqüestrô algum negro, aqui num vi falá, não. Agora matá,

mataro. Matava e matava memo. No tempo de finado meu avô materno, ele num frechô cum arco de caçada, naquela vez, né? colheno arroiz, né? matô, frechô.

Viero aqui, viero aqui, viero pra cá, eles mataro e viero, eh! Não, batia mesmo! Purquê tinha que fazê, eles batia no nós, tinha que batê neles! Aqui uma vêiz nós pegamo um índio, aqui; aquele tal de... Simão, né?

_ Cê lembra dele? Num lembra, né? Cê num tava aqui naquela época.

Batero aqui numa muié aqui, daí nós fomo na batida dele, dessa vêiz eu fui tamém! Era rapaizinho novo, aí me cunvidaro pra ir, eu tinha uma tropa de cavalo aqui, né? Aí arrumamo aqui e fumo lá. Aí saímo aqui quando chegamo lá onde tem uma fazenda onde tem uma lagoa de cata, mais pra cá um pôco, aí meu tio falô: "esse índio cruzô, então ele deve tá lá naquela lagoa lá do ôtro lado!", aí nós paramo. Tava perto, já! Aí na batida dele, né? No campo; aí nós muntamo, cabamo de cumê uma passoca e muntamo e saímo na batida dele. De longe nós vimo o zuado dele! Aí um tinha ficado pra tráis panhano coco de guariroba pa cumê, né? Aí meu tio, tio falô: "lá vai um índio, lá!", aí eu falei: "vamo pegá ele!"; tava longe, era longe de onde tava a ôta turma, né?

Metemo o cavalo nele, aí eu dei uma trombada nele, aí meu tio bateu cum coronha de... de coisa na... na cabeça dele, ele caiu, nós pulamo e marramo ele, aí truxemo ele pra cá. Aí daí ficô uns tempo aqui, daí o índio sumiu, parece que num tava de amanso.

Os índio num era desse tempo, não! Era muito tempo! Já vinha desd'aquela época. Aqui tinha uma triba de... de índio Pareci aí na bêra do Sararé, que eles brigava c'os Nhambiquara, os índio contra ôtos. Os Pareci era manso! Era manso. Aí quando vinha o Nhambiquara aí eles brigava, porque Nhambiquara é brabo, né? Chegava, vinha pa matá aí eles brigava.

Não! Eles brigava, tinha aquele finado... Zé Vilas Boa que era... era irmão de finado esse... Joaquim Vilas Boa, era irmão dele, era deretor dos índio aí do Sararé. Ele que mandava aí na triba dos Pareci, né? Aí quando o Nhambiquara vinha de lá eles ia incontrá cum eles, porque vinha pa brigá, se eles chegasse aí matava... brigá porque um era brabo, o ôto manso.

Essa história de quilombo num cunheço, num vô contá porque num sei memo, né? Nem nunca vi falá! Agora que só qu'eu... se subesse alguma coisa eu falava, mai eu nunca vi falá, né?"

2. *Conversas com: Rosa de Lima Frazão de Almeida*
Idade: 82 anos

"[...] o negro era fio dele; porque aqui era só aqui de mato assim, e a estação lá, lá embá na bêra do Zé du Anaia tudo era capim. Índio? Atravessava! Nada, ele caia n'água, memo que bicho tá caino n'água, nadava.

Isso aquele tempo meu pai falava! Agora pra lá ele ia, aí iscutava "cuidado cu índio, cuidado cu índio". Ia até lá pro sítio tudo. Davam a volta. Se ele achasse briguento matava, num achava num matava não, num pricisava.

Matava! Eles matava... é o sinhor... qu'ele frechô aqui no caminho, aqui no... isquici daquilo que eles frechô. Dentro de casa não. Ele era filho lá deles, mas ele num invadia, não. Ele quiria era esse sempre i pro mato assim, mai invadi, não, num vi falá que ele invadia, não.

Agora, lá no sítio, assim na roça panhava banana, panhava otras coisa, mas eles num invadia as casa, não. É isso.

Bate não. Ele quando via a gente frechava, frechava. Um dia ele si irritô... adispois finado Gregório tinha um senhor que pegô a andá cum ele. Foi na aldeia dele, mansô ele. Quando ele ia subi, ele ia e aí ele ficava... seu Gustavo. O Sararé era seu Vilas, irmão de Joaquim Vilas Boa que mansô ele, foi mansá, né? Foi mansano, ele entrava, às vêiz fazia marfeitura, mas assim iscundido, aí mansô ele. Aí Gustavo uma vêiz trouxe ele aqui em casa de Gustavo... lá no mato, lá. Tinha madeira estrada, tinha uma estrada que passava lá... .

Eu tenho, o pessoal falava mais eu num tenho...de negro que fugia, meu pai contava, meu tio, mas era assim... num tinha, eu agora que esquici, tô esquicida! Pas banda da Rondônia, pr'aí, aí no... Casavasco, aí tinha uma coisa dessas aí; meu pai me contava, tinha essa história, antigamente contava história, agora ninguém num conta história. Num alembro, não".

3. *Conversas com: Damiana Frazão de Almeida*
Idade: 90 anos

"[...] era índio que mansô, mansô. Bisavó de minha mãe era índia, botaro o nome nele, Maria Fedida, quando ele mansô, diz que falava! Bisavô [escravo] eu acho que foi, puquê num tinha uma mistura, né? Eles contava, mas eu... eu num conhecia muito. Agora papai... foi escravo de seu Divino! era escravo de seu Divino, né? Ele era cuzinhêro de seu Divino! tirô custela de... porco; num tem um lado de lombo mais grande ôto mais pequena? Foi ele que tirô! Purque ele todo dia botava um lombo; fazia rodia de lombo pra botá na mesa do seu Divino, ele era cozinhêro, né? Aí ele, gato panhô, aí ele falô; ele foi no chiquêro, tirô ôto lombo, porco nu morreu, né? Boto na mesa! Ele fazia comida, levava, desde o cumêço do mundo. Levava cumê pa lavandêra na bêra do rio; aí seu Divino tá lá em cima, sobrado. Aí priguntô:

"_ Binidito, que cê fazê aí?

_ Rosa, senhor!

_ Vamo vê...",

quando abriu, uma cesta de rosa! Era prato de bóia que ele ia levá! Rosa. Por isso que cês gara duro com nosso preto, gente! Com fé!

Finada Cristina do Santo cê num cunheceu, mas você conheceu, Júlio, né? Era avó dele. Avó dessa... Duarda. Ela contava, eu num cunhici, não. Eu morava no Basto lá. Pai dele chamava João do Santo, adoeceu, num sei com qual doença que Deus deu, ele fez prumessa... São Binidito, pra ele sê festêro, ia na reza, na missa de Joelho caregano a coroa.

Pai de tia Cristina, e a Cristina era avó de ... Duarda. Chamava João do Santo. Fez a prumessa pa São Binidito, né? Ele morava no Basto, era lá pra cima. Aí de lá ele vei fazê a festa; foi de Joelho. Naquele tempo a coroa era na cabeça que carregava! Um padre lôco tirô da cabeça purque ele vinha dali... a igreja... era essa cacão que taí, essa aí! Negro, tudo tudo entrava lá dentro.

Índio que botô povo daqui pra fora... foi índio! Ah! Índio era brabo, brabo, isso memo. Aqui era aldeia do índio. Vila Bela era aldeia do índio, por isso qu'eles atropelô. Fôro embora, foi tudo, negro cum... já foi ôto... que nascêro, que ficô aqui, aqui só ficô três rua, só três rual

A igreja de Santo Antônio, já não tava celebrano missa, mas tava cum buraco, só buraco, né? Aí em 20, a enchente que teve de 20, foi cabano; o lá do Carmo, cunhici só cum buraco também lá em cima, quando fazia festa, ele subia lá tentá enxergá um cabeça dele oiá, lá adonde enterra gente! Era igreja do Carmo. la fazê quatro c'uma igreja qui cumeçô levantá que era igreja de mãe de Deus, mais num no que rumo.

Agora quilombo é... povo memo, negro. Era negro. Cantava, dançava tambor, aqui memo em Vila Bela. Ouvi falá. Havia batuque, tambor. Uns té num fala qui num era aqui, era num tar de, sei que perto lá de ... Benguela. Num posso dicifrá, já ouvi. O povo de mais atrás mais ninguém interessava, né? O povo de mais atrás mais ninguém interessava. Era memo, era tudo escravo. Inda cunhici um, cunhici. Daqui da Vila Bela, cunhici. Aí essa igreja velha, o senhor que mandava os escravo era... foi enterrado debaxo do artá-mól pa ninguém apisá no rosto dele. Cumé que chamava... João, João... Eu cunhici uma iscrava que chamava... Cândida. Cunhici, cunhici. Ela era avó de finada Teodora; num viu falá dessa Teodora que num via gente? Morava... essa Teodora era avó de... de...

_ Conheceu Cristina? Cristina, muié de finado Anucêncio?

Pois é, a Cristina morreu mais atrás. A Cristina é mãe de Raimundo... foi derrame, ela morreu pouco tempo. Morreu de repente, foi na padaria comprô pão. Eu num sei se ês chegaro alcançá, eu cheguei, chamava Cândida. Isso eu num sei... Meu avô chamava Eduardo, era preto, ele era preto, não sei se era escravo. Cunheceu bem galego, pois é... A Cândida andava de bastão, bem velhinha! Desde quando nós chegava aqui lá de cima, mamãe dava farinha, pedacim de toicim, porque naquele tempo gente criava porco. A Cândida? Era sozinha, num tinha... ela tinha uma neta por nome Teodora... A Teodora era casada cum Manuel Cândido, pai de Antônio Moraes. Eu num sei adonde que ês morava, morava num... num sei adonde que ela morava porque criança naquele tempo num era saliente que nem hoje!

_ Num cunheceu adonde era minha casa?

Aí que ela morava.

_ Ela [Rosa de Lima] num cunheceu?

Ah, mas quá! Eu sô mais véia d'que Rosa! Lavei cocô dela! Tomei imbirá de banana de embê [?] na bêra do rio pa tirá cocô dus pano. Sô mais véia q' Rosa oito

ano; eu? Tô cum acho que... sei não, nasci 27 de setembro de 1913. É, já tá me perdeno a idade de quanto qu'eu tenho!

Ali, eu cunhici Rondon. Cunhici, quando ele veio aqui e já tô mocinha cortano, ajudano cortá arroz, ele passô, foi de... canoa, vei daqui do rio Madeira, passô ele, o fio dele o Benjamim... Lembro! Eu já tô mocinha cortano arroz! Lá pra cima, ele passô, foi pra passá... subiro de motô. Benjamim, ele, finado Apolônio era cozinheiro dele! Apolônio.

_ Cê cunheceu o Tonho, né?

Tal de Tonho, cê cunheceu Sadita era marido da... Germano? Cunheço de mai! Mais ele mocinha! Ele passô por aqui General Rondon: Apolônio era cozinheiro, vivia com ele. O pai dele [Germano] chamava Paulo de Brito. Cunhici bem! Paulo de Brito, cozinheiro do ...chamava de Dério. Passô por aqui... num morô, não. Passô, comida e pão, medino... ah, telégrafo já tava; passô medino o rio. Oh, meu Deus do céu! _ Cumé que chamava ele?! Foi o último telef... veio um senhô pr'aqui, chamava Lebre, mai a mulhé dele morreu de pôco dia, Maria Lebre. Esteve aqui, era telegrafista, depois que Lebre doeceu enamorô até com a finada Inocência, depois qu'ele doeceu que foi embora, vei um senhô pu nome de... cumo? Dona Maria Lebre morreu... morava no Posto Espidião, aí ela mudô. Quando eu fui em Cuiabá, tava morano na Cidade Alta, lá; Maria Lebre, quem cuidava dela era uma fia dele pu nome Janaína, tinha bastante fio! Ele tem um filho, é padre, já celebrô missa aqui. Um chama Luirso, padre Luirso, celebrô, vei com o irmão dele. Ele trabáia na igreja do... da Chapada. Cunversadô, cunversadô bão, gente! Esse padre Luirso era fio de Dona Janaína. Ela dexô bastante fio...

Aqui foi a primêra Capital. Quando o governadô passô foi levá até o aeroporto.

Quem apresentava [sobre a festa do Congo] era os festêro, era os festêro. O padre custava vim aqui, era de cada doze ano, eh, custava! Num tinha padre aqui, não. Esperava... seis ano... a igreja tinha a image dele o ...

_ Marcelo, né, que tirô tudo?!

Quem que sabe. Quem cuidava ele era bunito, ninguém ... em 27 [1927], foi a última missa que teve, lembro bem cumo hoje! Bem no artá-mól! Batizei, confirmei tudo lá! Naquela Igrejona, bunita! Eu quase entrei na igreja de ... Santo todos tinha ôro. Todo, todo santo daí tinha ôro, tinha brinco, Senhora do Pilar, todo tinha! Mai ninguém sabe adonde que foi!".

Exemplos de conversas – 2007/8¹⁷⁵

Conversas com: agente de memória “A”

Idade: 37 anos

[pertencente à associação Acorebela]

O conceito histórico que eu tenho em relação ao quilombo eram áreas em que o negro refugiava-se, geralmente de seus senhores, no período dos escravos e servia como base de comunidade pra que elas, através desse local ela se refugiasse como forma de se proteger e criava-se através disso... uma pequena fortaleza em que elas se colocavam no sentido de se preservar e também como defesa.

Hoje eu vejo o quilombo, na verdade esse processo de política, digamos assim... eu não sei se seria uma política afirmativa... ainda... eu tenho de certa forma uma certa... às vezes eu penso que é positivo, claro, com certeza... essa tentativa de resgate, mas na verdade é um processo contínuo, não tem como você iniciar essa política sem dar esse processo contínuo e eu acho que é uma tentativa de reparação com relação aquilo que o escravo perdeu no período que ele ficou, inclusive, enquanto Vila Bela, nós vivemos os escravos, aí quando coloco nós enquanto também, eh... digamos assim descendentes assim dessa... comunidade, ou dessa raça digamos assim, afro-descendente que... quando ficaram... isolados... sem ter apoio e amparo de nada, porque eles foram abandonados, alheios a qualquer tipo de situação que eles realmente estavam passando... eles, na verdade, se tornaram heróis e sobreviventes desse período, porque eles foi totalmente abandonado; então, nada mais justo de que durante esse período aquilo que realmente ele conseguiu preservar e por ter se mantido, nada mais justo do que ele tenha direito sobre essas áreas... então eu considero um... um processo positivo mas que eu acho que tem que ser feito de uma forma bastante coerente...

[abandono] quando houve a transferência para Cuiabá, quando houve a transferência, na verdade... a saída dos colonizadores do período em que eles é que eram os senhores, digamos assim, donos dos escravos, eles saíram daqui, porque na verdade, pela área se tornar insalubre e pelas dificuldades que eles começaram a ter em função da área e da região de certa forma distanciada, eles na verdade

¹⁷⁵ Conversas registradas no segundo semestre de 2008.

usaram os escravos o período que era necessário que... como mão-de-obra, a partir do momento que essa área não foi favorável a ela, ela sai e deixa as pessoas aqui independente de... ou seja, sem a preocupação de como eles ficariam... então, aí na verdade, o escravo ele era necessariamente só mão-de-obra, não a pessoa em si, não o ser humano.

[ficou sabendo] Através da própria história, dos estudos do período que eu cursei a faculdade ou mesmo no preparo, então, na verdade através de livros... e através também de pessoas da comunidade, os antigos que me colocaram, não só... que vem colocando dentro desse processo, são pessoas que considero arquivo vivos, são pessoas que vêm contando, meus avós, enfim, pessoas da própria comunidade que reforçaram essa... aqui que eu já vinha aprendendo através dos livros, né... dos documentários.

[abandono até quando] até quando, digamos assim, da entrada de pessoas que vieram da Igreja; a Igreja, na verdade... houve também não só pela Igreja Católica que foi a que predominou o período... predominantemente um período mais longo e nesse processo em que a Igreja, ela teve presente, ela na verdade, ela reforçou o poder que ela já exercia mesmo antes da saída dos colonizadores e tudo mais, que isso na verdade, mesmo nesse processo de colonizadores, a Igreja tinha esse poder também... embora era jogos de poderes também, tanto dos colonizadores quanto da própria Igreja... com a saída dos colonizadores, o retorno da Igreja ela se tornou mais forte e prevaleceu até hoje com relação à questão cultural.

A Igreja se manteve... não tanto... obscura... ela se afastou, mas ela retornou... [a Igreja ficou longe] mais de cem anos... a informação que eu tenho; e na verdade nesse período, a cultura africana ela ainda era forte. Com o regresso digamos assim da Igreja, embora de uma forma escassa, porque de fato, com a saída dos colonizadores automaticamente a Igreja também saiu, só que o retorno da Igreja ela se deu de forma fragmentada, processo contínuo... só que, mesmo com esse processo não-contínuo, existiam pessoas na comunidade, que digamos assim, que foi delegado poderes pra ela desse continuidade, a essa visão católica no que se refere à questão religiosa... uma manutenção, existiam, tanto é que dentro da própria historicidade e das famílias de Vila Bela, nós temos várias famílias de origem, de nomes originários pela Igreja Católica, que são a família Bispo, Profeta da Cruz, enfim, infinidade de família que é decorrente desta... não imposição, mas

aqui que a Igreja passou pra que alguém, uma delegação de poderes que algumas famílias de Vila Bela, que com isso, elas teriam o controle com relação da situação, no que se refere à questão religiosa; e com isso, essas famílias se consideram poderosas e eles teriam... elas se considerava poderosa, inclusive em manter não só aquilo que a Igreja colocava, mas também manter com relação à questão econômica, questão de áreas, tanto é que as maiores áreas que a gente tem de conhecimento dentro de toda essa, digamos assim, desse contexto, enquanto área do município, grandes área são dessas famílias... que foram delegadas poderes; se tornaram proprietários, vindo a ser políticos, prefeitos, prefeita, então na verdade, o poder da Igreja, delegado a eles é, o poder foi unânime de todas as formas de todos os setores, eles é que dominavam, de um modo geral, todo e qualquer ação econômica, social e política no município.

[para saber sobre] eu busquei em livros, eu busquei em conversas com pessoas da família, o meu pai que perdeu o pai aqui dentro, porque eram políticos que tinham destaque, mas fazia parte desse chamado grupo de famílias poderosas... ele foi morto em emboscada... o Julião Leite de Brito, meu avô, pai do meu pai.. na verdade ele era uma pessoa que não era do município, ele veio pra cá, então ele não era uma pessoa que tinha dentro das famílias das origens, famílias daqui, ele não tinha vínculo... minha avó sim, o vínculo era porque ele se casou com minha avó que era da cidade, que era do município... a minha avó era da família Ferreira Coelho... que também, digamos assim, ela não exercia um poder com relação à questão política do município, a família dela era mais na parte de segurança... os avós, teve avós, irmãos que era da segurança, já era uma outra área, inclusive foi também assassinado porque... eh, também dentro desse processo, mesmo, digamos assim, sendo um representante da justiça tinha que atender o, ou seja, ler conforme as normas estabelecidas pelo poderes assim, políticos do município... eu tenho dos dois lados, tanto da minha avó quanto do meu avô com relação a isso...

[sobre as famílias "ancestrais"] não... eu sei pouco... eu sei o seguinte: as majoritárias, eu não sei se seriam... do conhecimento do que eu tenho... a família Profeta Cruz, que na verdade ela é uma junção, são juntas, na verdade são família que acabaram... na verdade houve essa integração, Profeta / Cruz, a Bispo de Oliveira... Fernandes Leite, que também tem pessoas que... Fernandes Leite... e... perai... [falando para si mesma] ih, tá faltando uma... inclusive dentro desse

processo do inventário que tá sendo feito eles tão trabalhando a questão das raízes, famílias originárias e as ramificações... dos inventários, ele estão fazendo isso... acho que seria um caminho... inclusive tem a Frazão de Almeida, que também... ela, ela também entraria numa dessas, é mas de repente pode ser... porque no período de nomeação eram pessoas dessas famílias que eram nomeadas, mais saídos, os mais beneficiados... existia pessoas negras que trabalhavam para esse negros, digamos assim, líderes políticos, ou de família de poder... até como funcionário de fazenda... como peões nas fazendas, no período da poaia, todo eles trabalhavam para esses grandes poderosos... pra essas famílias poderosas, eram os negros trabalhando para outros negros em poder.

Essa é a maior de todas [Profeta da Cruz], essa que na verdade é que obtinha o poder sobre as outras. Quem mais ficou com o poder advindo da Igreja e dos militares.

[terras entre Guaporé e Alegre] São justamente as áreas que ficaram para as outras famílias; as melhores áreas foi pra família, digamos assim, as que tinha mais poder, sim, as melhores áreas.

[localização de áreas requeridas como quilombo] fora... fora, todas estão em áreas fora... [apontando para o mapa das propriedades].

[como ficou sabendo da questão dos quilombos atuais em VB] Na verdade esse... foi feito reuniões na própria comunidade através de representantes do próprio, da secretaria de... especial, né, reparação e... do governo, da SEPIR [Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial], na verdade... a própria Fundação [Cultural] Palmares junto nesse processo, veio junto no período, vieram aqui, na verdade com o objetivo principal de falar sobre essa política de reparação através do Governo Federal, que é uma política do Governo Federal, foi feito reuniões com a própria comunidade no sentido de tá mostrando de que forma a comunidade poderia tá se organizando, pra tá pleiteando áreas que eles colocaram como sendo de direito... a partir daí... na verdade, dentro do que eles tinham já de levantamento realizado... e o quê que foi feito? Através dessas áreas as famílias que se identificavam dessas áreas, que tinham conhecimento até porque os pais, os avós, enfim, que eram das áreas elas se colocaram e também foram procurada pelas pessoas indicadas da comunidade que já tavam dentro processo pra tá organizando essa comunidade, digamos assim, esse grupo, foi feito cadastramento e as próprias famílias identificadas elas começaram a ser procuradas e através disso

fazer o cadastro. Foi um processo longo, eu considerei longo, mas eu acho assim, que foi de uma forma coerente, digamos assim, com relação... coerente entre aspas, com relação à divulgação, só que houve o conflito com relação a pessoas que achavam que não... que determinadas famílias não era da área, houve alguns conflitos, inclusive de pessoas que casaram com... pessoas da... que eles não consideravam como sendo quilombolas, mas que por ter casado com... automaticamente ganhava.. e houve... [sobre discordarem dos critérios] com alguns dos critérios, porque existiam pessoas que, segundo eles, não estavam dentro dos critérios de área, porque as família não pertenciam àquela, assim como, eu tenho conhecimento, não sei se isso de fato existe, de que tem pessoas que pertencem a mais de uma... comunidade; que justificativa, qual o critério, o porquê não sei... então, eu acho assim, o que há necessário de ser feito é justamente um levantamento mais rigoroso... e isso precisa dum acompanhamento numa outra entidade a nível federal pra que realmente esse processo aconteça de uma forma coerente; porque o que se percebe muito é que existe mais interesse por áreas pela terra no sentido de se manter ou se obter terras porque muito desses nunca tiveram oportunidade ou simplesmente não tinha suporte nem respaldo nem condição de se manter nessas áreas e por isso saíram, abandonaram e houve, na verdade, invasão de migrantes e tudo mais e compras por, ou às vezes nem isso, simplesmente o abandono e ingresso dessas pessoas que vieram depois; porque primeiro, os negros, eles não tinham como se manter nessas área, primeiro, muito dessas áreas são as áreas num tinha estrada, sem acesso nenhum, sem condições nenhuma de sobrevivência, eles vieram pras áreas urbanas, digamos urbanas, abandonou essas áreas, muitos venderam a troco de banana ou mesmo abandonou; então, dizer que os negros não quiseram manter-se em áreas é incorreto na medida em que, como se manteria dentro dum processo de áreas em que não tinha o mínimo de condições necessárias pra sobreviver; então, na verdade é um choque de informações com relação àquilo que se coloca, muitas vezes justificando “ai se os negros abandonaram suas terras e agora quer ter o direito”... esse é o discurso, inclusive de grandes, de proprietários hoje dessas áreas...

[orientação da entidade sobre áreas potenciais] são critérios estabelecidos pela Fundação Palmares e por outras entidades que estão trabalhando dentro desse processo de política afirmativa dentro dessas áreas.

[Sobre presença de etnias indígenas – Chiquitanos nas associações quilombolas] não tenho conhecimento, pelo menos da que eu pertença, não tenho conhecimento, embora eu acho assim, que são famílias que tão há muitos anos, inclusive dentro também de áreas requeridas, que eu acho que seria nada mais justo de que estas famílias também se integrassem, só que já é dentro de uma outra situação que eu não sei como é que funcionaria, dentro desse processo.

[a inclusão de Chiquitanos no quilombo deveria partir deles ou a entidade os deverias procurar] na verdade, eu acho que dentro dessa política de quilombo eu não sei se abrangeria os Chiquitanos que são os nossos fronteirões aqui, as pessoas da área de fronteira, os bugres, né... os Chiquitanos, na verdade, Chiquitanos que é da... como a gente denomina aqui; eu não sei como é que funciona, se eles estão dentro desse critério, embora eu acho que questão de coerência, deveria tá analisando se não existe, que deveria tá se analisando essa possibilidade do ingresso mesmo, né... no histórico, acredito que não, o processo veio depois... de início, originalmente falando era só negros, eu acho que o ingresso de uma outra, digamos assim, raça já foi posterior... de início foi só negros e houve também o ingresso de outras população, digamos assim ou raça, não sei se seria essa a denominação, que são pessoas também que se viram de forma escravizada ou mesmo perseguida, que eles acabaram entrando também, então, na verdade o quilombo com o passar do tempo ela começou a ter essa aceitação de outras população digamos assim, que também sofreram processo de violência, de exploração, de perseguição que também passaram a ingressar dentro do quilombo, mas o início desse processo, foi homogêneo... com o passar do tempo foi se diversificando... e a própria comunidade quilombola, os negros, eles acabaram aceitando, porque também viam essas pessoas dentro desse processo de perseguição, de exploração... eu acredito o seguinte: que nem eu te falei anteriormente, dentro desse processo de divisão de comunidade de áreas quilombolas eu não sei como é que ela se procede, qual é o objetivo principal, se seria... legalmente eu não teria como, minha opinião oficial é que eu acho que caberia também.

[sobre elementos de cultura africana] já ouvi falar, inclusive a própria a religião, a católica existente que permanece hoje, ela tem essa mistura, embora colocada de uma forma mais cultural do que religiosa que são as danças afros, que é o congo, o chorado e mesmo toda a devoção a São Benedito que é um santo

negro, e todas as tradições e rituais que a gente sabe que é, existe forte ainda, essa religiosidade mais levada ao cultural com relação a questão da religião cultura africana... e, na verdade ela se mascara de uma certa forma, pela Igreja Católica, por não querer que isso se prevaleça ou que seja mais forte; ela não tirou totalmente, mas também não deixou com que isso se prevalecesse, porque as danças culturais acontecem no mês de julho dentro da missa na Igreja Católica; existe as apresentações afro, mas ela se torna apenas parte, não a essência, o anexo da missa... e quando ela acontece de forma em destaque ela não é dentro da religião, ela é fora da igreja, é só em parte cultural...

[sobre representações físicas de aspectos de religião afro] na verdade, a gente tem conhecimento que existe, mas é uma situação que gente não identifica, a gente sabe de pessoas que existe, só que particularmente eu acho que não é só a mim, a gente foi criado, em que foi colocado isso como a coisa pecaminosa, uma coisa errada, que não era do cristão, que era uma coisa de magia negra, de feitiçaria, bruxaria e... por outro lado, tradicionalmente a gente freqüentou benzedoiras, eu freqüentei, as minas filhas eu levo, pra tirar mau-olhado, pra tirar quebrante e até hoje isso é forte, tanto de pessoas que mexem com raízes, com folhas, que isso é forte... eu particularmente utilizo muito disso; que eu considero também de origem africana e é de origem africana, então na verdade é de certa forma um conflito de idéias com relação àquilo que de fato é o real... se por um lado a Igreja ela coíbe essa situação da religiosidade, por outro lado a questão cultural ela é forte... então na verdade ela, se por um lado ela tirou esse poder com relação à questão da religiosidade que tinha esse poder através da Igreja por outro lado ela não conseguiu perder essas raízes africanas que prevaleceu por quê? Porque as pessoas mesmo com essa força da Igreja ela não deixou com que morresse totalmente parte dessa cultura africana... e ela é tão forte que ela prevalece até hoje... e a Igreja não conseguiu tirar isso; atribuo aos próprios negros, considero isso dos próprios negros a resistência do próprio negro, o negro resistiu a isso, porque mesmo freqüentando a Igreja Católica, elas muitas delas conseguiam fazer fora daquele processo de igreja os seus rituais, as suas rezas, os seus trabalhos, isso de uma forma obscura, escondida, porque não tinha como deixar isso às claras... por isso que muitos não sabem, até hoje ninguém não sabe, porque foi mascarada essa situação em função da própria imposição da Igreja; as pessoas não queriam deixar

com que isso morresse, mas também não podia se manifestar, então isso era feito de uma forma dentro de casa, de uma forma bastante escondida.

[tem notícias de que pessoas de famílias poderosas locais também têm ligação com esses rituais] sim, sim... mantinham uma religiosidade [católica] forte, mais com o sentido de poder, mas ela não queria perder o controle também de uma outra de outro lado, porque daí era uma forma de manter o poder tanto através da Igreja que tinha esse poder geral que dava a eles, por outro lado também não queriam perder esse vínculo pra também ter controle desses negros que cultuavam essa cultura africana e religiosa também... acabava mantendo poder dos dois lados.

[Sobre o passado em resumo] existiu um passado escravista, de origem africana que foram trazidos... [a negação da escravidão] foi em função do quilombo.

Conversas com: agente de memória "B"

Idade: 31 anos

[pertencente à Associação BelaCor - "do quilombo do 'Bi'"]

– falando assim eu não tenho entendimento, não, assim, eu participo assim, só... tipo assim, eu pago uma ficha que tem que pagar né, todo mês, cinco reais, só isso, eu não me envolvo assim, não... mais é minha mãe... eu tô na lista porque minha mãe está... se sair o quilombo, pa ser bem franca? eu acho assim, só minha mãe eu acho, ela pegaria, os filhos eu acho que não, ela sim... porque ela é que nasceu lá né, a família dela, entendeu? ela é que viveu uma boa parte da sua vida lá... ai, minha mãe morou lá até seus dezesseis anos, morou um tempo bom... no Porto Carvalho... perto da pousada;

[sobre a quantidade de pessoas inscrita para a área requerida] [...] minha fala que deve ter umas quinze famílias, famílias, né... na Belacor, que era dessa região.

[sobre o requerimento da terra] [...] ah, eu acho mais do que justo, porque minha mãe conta que naquela época aqui na Vila Bela era muito difícil, tipo assim, quando ela morava lá na região do Porto Carvalho, por exemplo, ela praticamente o meu avô e a família dele, né... os irmão, assim, que abriram o lugar então, entendeu? Aí na época chegou assim, aí começou a vim fazendeiro... essas coisas, entendeu? Eles não... meu avô, no caso dele, o que atrapalhou ele, não tinha registro da terra, entendeu? Ele simplesmente foram e abriram o lugar, e ali ele criou

seus filhos e sua família, né... aí veio os outro... o INCRA [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária] era uma coisa meio impossibilitada, eles não tinham muito recurso, entendeu? Eles não tinham noção, entendeu? Oferecia o que era, praticamente exigiam que entregasse a terra, porque eles já vinham com a própria documentação, tipo assim, só passava aquela remuneração pra família, minha mãe conta mais ou menos isso, que eles já vinham, tipo assim, expondo que aquilo ali era o lugar deles, entendeu? É isso que ela conta... eu acho justo.

Acho que ela tinha uns dezesseis anos quando ela veio... vieram direto pra cá, pra cidade, pra Vila Bela... ah, eu acho justo! Hoje meu avô vive do quê? Hoje meu avô vive de nada, depois de ter... tipo assim, né, cada um... não tiveram opção, tiveram de vim pra cá, compraram, por exemplo, um terreninho, construíram uma casinha mais ou menos, entendeu? E pronto. No caso, foram buscar a sobrevivência da forma que, eles vindo pra cidade é mais difícil né... muito mais.

Não sei se é o fazendeiro atual, já faz muito tempo, né... tem quase cinqüenta anos... muito tempo.

Olha, eu não procurei informação, não, porque assim, minha mãe que cadastrou então, quer dizer, ela pode ter... os filhos, né... ela entrou aí entra os filhos, aí fica assim.

O quilombo da história, tipo assim, eu finalizo assim, como se fosse igual os índios, né... os índios tinham sua própria... assim, seu próprio grupo, é tipo isso... quilombo era, tipo assim, um grupo... no caso deu mais é porque é maioria negro, então eu acho que é mais ou menos isso, entendeu? Eu acho que tinha uma certa mistura, porque até na minha família tem uma certa mistura... índio, bugre, essas coisa... tem uma diferença entre índio e bugre... boliviano mesmo acho que... bugre é esse que vive aqui na localidade mais próxima, entendeu? No aeroporto, no Palmarito, ali, por ali, meu pai fala que aqueles são bugre, agora boliviano são totalmente diferente, entendeu? Eles não são... e o índio também! Bugre é o mesmo Chiquitano...

Dentro da Belacor, não tem ninguém, eu não conheço ninguém, tipo assim, eu tenho uma amiga, ela é boliviana só que ela tem filhos de negro quilombola, entendeu? Só que no caso, ela não recebe; que eu saiba, não... porque a minha mãe é casada com um boliviano, meu pai é, ele é bugre, mestiço, entendeu? Ele é misturado, a mãe dele é boliviana, bugra, bugra mesmo! Ele já é, entendeu? Minha

casou nova, com dezessete anos, com meu pai, Joaquim Oscar Ramos da Silva, ele é daqui mesmo, ele é do Calsalvasco velho... ele é de lá.

[sobre a entrada de pessoas de outras etnias no quilombo requerido] [...] não pode, não... até porque nenhum são, nenhum deles, acho que nenhum dos irmãos do meu pai é registrado. Eu acho que não pode... eu não tenho quase certeza, mas eu acho que não pode.

Na minha opinião, sem tarem casados com gente de Vila Bela, não digo exclusivo... mas eu acho que deveria ser principal pros negros quilombolas, até porque os bugres são, tipo assim, não é um tipo de preconceito, mas o bugre é também um pouco discriminado.

O próprio nome bugre, pra você vê, né... Existe uma discriminação que parte de nós mesmos... o racismo parte de cada um... os bugres a maioria se encontra daquele outro lado... eles criam um divisória entre eles mesmos, os negros... eu acho assim, no meu ponto de vista os negros querem se superar mais que os bolivianos, eles querem se sobressair... o negro quer ser mais superior aos bugre, e os brancos mais que os negros; ai, dá pra perceber... aqui os brancos discriminam abertamente... bom, eu vou ser bem franca, comigo eu nunca pude perceber... mas com outros eu já vi, já vi sim... até por parte que... às vezes, não querendo assim, as pessoas, porque às vezes, elas não querem te discriminar assim, de cara, mas assim, às vezes, faz, não piadinhas, mas às vezes faz, tipo assim, apelidinhos, entendeu? Essa é uma coisa assim, que gente aceita por aceitar, mas não que gosta... tipo assim ah, eu tenho mania de chamar minha filha, eu tenho uma filha bem moreninha, né... “vem cá neguinha”, entendeu? Eu falo carinhosamente, mas às vezes, assim, tem pessoas que fala... os branco fala... “vem cá neguinho”, entendeu? Eu particularmente não gostaria, não. Já presenciei também os bugres fazendo discriminação com os negros... ele devolvem... mas só que os negros querem ser mais do que eles, né? Eles se acha mais superiores aos bugres... os negros, às vezes eles vê assim, que os brancos só querem vim aqui adquirir seus poderes e serem mais do que os negros... aí, mas muitas pessoas negras que se colocam nessa situação, às vezes, tem capacidade mas não é valorizado na sua própria região, no caso acontece muito... porque tem muitos casos que a pessoa tem capacidade aí vem um lá de fora e ocupa aquele lugar, então é nesses termos que eles usam isso... já aconteceu muito, caso de pessoas aqui que têm capacidade de poder ocupar um certo cargo, ou um certo emprego, entendeu? E muitas vezes

vem uma pessoa lá de fora que mal chegou, e consegue aquele lugar... dá pra você perceber... assim, a gente daqui não tem tanto valor... pelo próprios vilabelenses...

[Sobre as famílias] até que agora nem muito, mas antes eles usavam assim, aquela... tipo assim, o nome Fernandes; a família Fernandes parecia que era um nome de peso na cidade... e ela, tipo assim, a maioria é negros... Fernandes era nome de peso, entendeu? Então, graças a Deus acabou isso! Outra hoje... que eu saiba não. Acho também porque essa família era muito grande, né? Eles usavam muito esse nome, pra sobressair... a minha mãe é, a minha avó, a mãe dela usa esse sobrenome. Não só minha mãe reclamava, como muitas pessoas... até eu já falei muito... por ser uma família muito grande... por eles mesmos... hoje ela se reduziu muito, muitos já morreram, saíram daqui, hoje é muito pouco, entendeu? Já não tem aquele nome forte na cidade como tinha antes...

[passado escravista] [...] sou descendente de escravo... a minha bisavó... minha mãe sempre contava histórias dela quando morava nesse Porto Carvalho, como era a vida deles... mas eles eram descendentes de escravos...

[rituais afro-religiosos] [...] a minha mãe conta que aqui, aqui dentro dessa cidade antes na época dela, quando ela era menina, aqui isso existia muito, muito, muito mesmo... aqui o pessoal vivia mais à base disso... do *chalantarismo* [charlatanismo], da macumbaria... porque que nem, não sei se você já ouviu falar do chorado... essa é uma dança, minha mãe fala que isso aí ela, é uma dança de candomblé, de magia... aí eles transformou isso numa cultura, mas vem daí, porque antes, na época dos escravos eles faziam esse tipo de dança... pros portugueses e às vezes eles faziam essa dança simplesmente quando eles usava o teatro; não conheço ninguém que participa hoje... hoje transformaram isso num cultura, mas que tem haver, tem...

Conversas com: agente de memória “C”

Idade: 34 anos

[pertence à associação Acorebela]

Pra falar a verdade, assim... eu não sei nada sobre isso, negócio de quilombo, não... nada... assim, porque eu não participo de reunião; assim, eu entrei porque meu pai foi cadastrado e quem tinha filho era pra cadastrar também no

quilombo. Eles falaram assim, que era pra ganhá uma terra... assim, eu mesma fui pela minha mãe que mandou a gente lá pra colocar o nome na lista... ela falou que era pra mim cadastrar e eu fui lá; assim, porque eu sou uma pessoa que... eu não me interessa, assim... negócio de terra, assim, porque meu é que queria, né? Ela já faleceu... eu mesma, não... ele morava na roça, ele morava lá pertinho do Retiro, numa terra que ele morou muito tempo com a minha mãe. Ele queria era pr'aqueles lado lá mesmo, naquele lado que tava... só que fica pra lá do Retiro... um lugar chamado Fumacinha, minha avó que falava; porque ele morou lá desde criança, minha avó... lá tem um monte de prantação até hoje lá é abandonado, tem bastante prantação lá... ele mais a minha avó prantô, laranja... a casa eu não sei se tem, mas essas fruta tudo tem... era de barro, por isso que eu tava falando, né, meu pai morou muito tempo e minha mãe também, depois que eles casaram eles foram pra lá... depois da fazenda do meu tio é que a gente veio pra cá... até meus sete anos eu morava na fazenda, nesse sítio... que é ali pertinho do Retiro mesmo... do [fulano]... ainda até hoje eles tem lá... meu pai morou muito tempo ali, trabalhou muito tempo ali [Boa Sorte]... depois é que ele veio pra cidade e trabalhou uns cinco pouco sete anos mais ou menos ali, depois minha mãe não queria ficar mais lá né, queria vim pra cidade... lá tinha estrada já, não tinha aquela ponte lá... quando rio tava cheio chegava até lá na porta memo da sede... aí depois tinha vez que quando o rio tava seco rodeava por Lacerda [Pontes e Lacerda], ia por Lacerda, aí vinha na beira do rio com carro pra pegá as coisa, mas era perto, não era longe, não... falaram que quem tinha terra antigamente, podia voltar pro próprio dono, né... assim que eu fiquei sabendo... que ia voltá pro dono mesmo da terra, quem vendeu ia voltar... disse que aqueles fazendero que compraro as terra disse que ia perder as terra, assim que eu fiquei sabendo, né... sei que meu pai morou muito tempo, minha avó, a outra filha dela também morou lá um tempo, só sei que era um pedaço bom... só não sei a quantidade... o que eu sei é que é terra de quilombo, né... fiquei sabendo que qualquer lugar que mandá, assim, era pra ficá, na terra, assim... também igual a minha avó, né... minha avó ela tem um... é no sítio lá no Casalvasco, vamo supor, tipo assim, aqui morava uma tia ali morava um tio lá morava outro, porque cada um tinha um pedaço... e essa terra da minha avó, meu vô faleceu, não era dele, ele comprou, né... ele faleceu, esse sítio tá no nome dele ainda, tudinho, esses que vem pra pagá... tudo vem no nome dele, os impostos... quem tá morando lá é sô [cicrano], na terra da minha avó, né... um fazendero que tem aí, ele é que mora lá... quem

vendeu uma parte foi um filho do meu avô, que é lado só de pai, ninguém, nem minha mãe nem meus tio, ninguém deu assinatura pra ele, ele pegou e vendeu, assim... sem permissão de ninguém... por lei é do meus tio, da minha avó... por ali perto do Casalvasco... ele pegou e vendeu por conta dele; até tem um tio que fala que se for colocar na justiça a minha avó ganha, ainda... porque não tem assinatura dela, nada, não passou papel pa ninguém ela tem os documento da terra, o original... aí meu tio era pra entrá na justiça, depois outro... aí um qué entrar o outro num qué... aí tem um tio que mora em [omitido], o [beltrano], não se você já ouviu falar... ele é [omitido], era né, agora tá aposentado, ele é bem conhecido, já foi até [profissão omitida] em [cidade omitida], um moreno... o pessoal do INCRA mesmo já falou pra minha mãe, né, que se ele for entrar na Justiça ele perde, porque minha avó tem os documento tudinho...

Bom, se sair eu tenho... meu marido também ele tem... aliás, nós tamos com [tempo omitido] que meu pai faleceu; ele vei lá de [local omitido], aí ele falou assim, se ganhá uma terra de quilombo ele vai morar no sítio... mas eu não, eu não... eu prefiro ficá na cidade, do que ir pro sítio, sítio pra mim é ir lá, passear no final de semana e... já ele não, ele tem interesse de ficar na terra, daqui um ano, daqui uns meses nós vamos voltar lá pra [local omitido], né, aí ele falou que vai querer morar no sítio, comprar um carrinho, criar galinha, porco, gado... ele quer a roça... quando eu conheci ele, sim... ele é de [local omitido]... porque eu tenho parente lá... minha cunhada veio aqui pra ganhá neném, depois eu fui levá ela, né, porque ela tava operada, pra ajudá levá aí eu fiquei lá [tempo omitido] anos, fiquei lá, depois conheci ele e casei... em [local omitido] muita gente daqui mora lá, vamo supor, uns oitenta por cento de vilabelense... daqui lá dá mil e... só sei que dá mil e poucos quilômetros, eu saio daqui sete horas, dependendo do ônibus, vou chegar lá sete horas da noite... quase vinte e quatro horas de viagem, dependendo do ônibus, né...

Pelo que eu vi falá, não... lá não tem associação de quilombola, não... agora esses tempo que teve um encontro dos quilombola lá em Porto Velho, foi até a doutora Marcela, que foi pra lá fazer o encontro dos quilombos... fiquei sabendo, né... o ano passado.

Assim, candomblé, já sim... já ouvi falar, mas aqui nunca teve não... agora, assim, a Mância ela faz assim, não sei se você já ouviu falar, a Mância, ela faz remédio caseiro, essas coisa assim, ela faz bastante... reza pra mau-olhado, quebrante... Dona Mância... ela é bem procurada... todos os remédio que ela faz o

pessoal acha bom, até pessoal de fora, assim, procura ela... ela mesmo, ela teve assim na vida dela uma passagem muito, assim, baixa né... porque ela teve câncer, aí ela ficava lendo uns livro, essas coisa assim, aí depois que ela teve essa doença que aí ela pegou memo a fazer esses remédio... ela foi num médico lá em Cuiabá, tava tratano só no remédio caseiro, só no remédio caseiro, depois o médico perguntou quê que ela tomou que num tinha mais nada... ela já fazia, né, parece que a mãe dela benzia, né... aí depois agora ela tá fazendo remédio... eu já tomei remédio dela... tudo tipo de remédio que você pensar ela faz... ela benze também... ela é presidente de uma associação dos quilombo aí... não sei se ela é presidente ou é... é uma coisa assim, num sei se é secretária... uma coisa assim que ela é...

Bom, ali no Retiro todo mundo é família ali... meu avô, os filho dele, ali tudo é dono... no Retiro... ali é só família ali do Retiro...

Fontes manuscritas – Arquivo Público de Mato Grosso

Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. Vol. 108, 1988.

Annal de Villa Bella des o primeiro descobrimento deste Certão do Matto Grosso no anno de 1734. B.N. (C. Pombalina), P.B.A. 629. 1734 a 1754. Cópia reprografada.

Arquivo Histórico Ultramarino, M.G., Caixa 27, documento 57 e anexo. 30/12/1795. Cópia reprografada.

Ofício Número 192. Livro 04 das Correspondências. APMT. 02/04/1757. p. 98 a 106. Transcrição.

Situação de Matto-Grosso, seu Descobrimto de Minnas, e Estabelecimento de seus Arrayaes. AHU. Conselho Ultramarino, Cód. 1213, Doc. XVI Grão-Pará, 20/01/1752.

Ano 1750 a 1758 Lata A

Documentos: 107

Governo: Antônio Rolim de Moura Tavares

1750 N° no Microfilme: 01.

1753 N° no Microfilme: 28 e 29.

1754 N° no Microfilme: 31 e 37.

1755 N° no Microfilme: 42.

1756 N° no Microfilme: 62 e 66.

1757 N° no Microfilme: 67, 75 e 83.

1758 N° no Microfilme: 98 e 100.

Ano 1759 Lata 02/rolo 01

Governo: Antônio Rolim de Moura Tavares

N° no Microfilme: 17 e 18.

1760 N° no Microfilme: 21, 37 e 42.

1761 N° no Microfilme: 52, 77, 78 e 75.

1762 N° no Microfilme: 69.

1763 N° no Microfilme: 77, 106, 109, 113 e 114.

1764 N° no Microfilme: 89, 119, 121, 123 e 82.

Ano 1765 a 1768 b Lata A

Governo: João Pedro da Câmara

1768 N° no Microfilme: 203b

Ano 1769 Lata A

Governo: Luis Pinto de Souza Coutinho

N° no Microfilme: 03, 04, 06, 22, 31, 47, 51, 52, 56, 71, 93, 96, 105, 117, 119, 123, 127, 212, 204, 206, 208, 232, 234, 236 e 237.

Ano 1770 Rolo 01

Documentos: 75

Governo: Luis Pinto de Souza Coutinho

N° no Microfilme: 23, 26, 32, 41, 71, 249, 251, 268, 269, 271, 273, 275, 278, 282 e 309.

Ano 1771 Rolo 01

Documentos: 118

Governo: Luis Pinto de Souza Coutinho

N° no Microfilme: 47, 88, 90, 91, 94, 95, 98, 99, 105, 63, 294, 299, 300, 312, 317, 318, 319, 336 e 343.

Ano 1772	Rolo 02	Documentos: 56
Governo: Luis Pinto de Souza Coutinho		
Nº no Microfilme: 04, 33, 56, 06, 14, 15, 23, 42 e 57.		
Ano 1773	Lata A	Documentos: 154
Governo: Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres		
Nº no Microfilme: 09, 15, 19, 22, 25, 30, 35, 42, 44, 55, 61, 65, 82, 84, 87, 88, 90, 92, 94, 95, 97, 98, 101, 104, 105, 107, 110, 117, 118, 126, 129, 131, 134, 140, 142, 146, 149, 150, 152 e 157.		
Ano 1774	Lata A	Documentos: 58
Governo: Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres		
Nº no Microfilme: 04, 05, 15 e 34.		
Ano 1775	Lata A	Documentos: 176
Governo: Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres		
Nº no Microfilme: 04, 08, 10, 34, 38, 39, 56, 58, 61, 70, 84, 105, 110, 114, 131, 141, 154, 157, 158, 161, 163, 169 e 176.		
Ano 1776	Lata A	Documentos: 172
Governo: Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres		
Nº no Microfilme: 36, 38, 65, 67, 75, 77, 78, 82, 99, 105, 113, 122, 124, 127, 128, 129, 131, 133, 137, 139, 141, 150, 151 e 170.		
Ano 1777	Lata A	Documentos: 164
Governo: Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres		
Nº no Microfilme: 25, 34, 49, 51, 54, 62, 63, 66, 69 e 70.		
Ano 1778 b	Lata A	Documentos: 227
Governo: Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres		
Nº no Microfilme: 137, 153, 173, 187 e 213.		
Ano 1779 a	Lata A	Documentos: 194
Governo: Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres		
Nº no Microfilme: 194, 191, 188, 179, 177, 169, 165, 130, 125, 120 e 116.		
Ano 1780	Lata A	Documentos: 202
Governo: Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres		
Nº no Microfilme: 01, 25, 30, 33, 35, 53, 82 e 91.		
De 1781 a 1788 (arquivo digital corrompido)		
Ano 1789 a/b	Lata A	Documentos: 163
Governo: Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres		
Nº no Microfilme: 17, 18, 20, 21, 22, 30, 46, 48, 51, 54, 74, 75, 76, 98, 104, 105 e 111.		
Ano 1790	Lata A	Documentos: 161
Governo: João de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres		
Nº no Microfilme: 37, 73, 98, 118, 127, 128, 130, 146, 147, 153, 155 e 161.		
Ano 1791	Lata A	Documentos: 80
Governo: Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres		
Nº no Microfilme: 01, 10, 12, 44, 54, 76 e 79.		
Ano 1792	Lata A	Documentos: 98

Governo: João de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres
N° no Microfilme: 11,74 e 84.

Ano 1792 a/b Lata B Documentos: 122

Governo: João de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres
N° no Microfilme: 28, 68, 71, 93, 98 e 112.

Ano 1793 Lata A Documentos: 98

Governo: João de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres
N° no Microfilme: 19, 64 e 73.

Ano 1794 Lata B Documentos: 80

Governo: João de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres
N° no Microfilme: 69.

Ano 1794 a/b Lata A Documentos: 211

Governo: João de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres
N° no Microfilme: 12, 39, 121, 124, 131, 154 e 171.

Ano 1795 Lata A Documentos: 99

Governo: João de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres
N° no Microfilme: 09, 11, 12, 17, 20, 23, 24, 25, 28, 37, 49, 52, 54, 55, 73 e 89.

Ano 1795 Lata B Documentos: 129

Governo: João de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres
N° no Microfilme: 62, 94, 102 e 127.

Ano 1796 Lata A Documentos: 142

Governo: Caetano Pinto de Miranda Montenegro
N° no Microfilme: 66, 95, 100 e 103.

Ano 1796 Lata B Documentos: 140

Governo: Caetano Pinto de Miranda Montenegro
N° no Microfilme: 17, 30, 49, 59, 72 e 109.

Ano 1797 a e b Lata A Documentos: 220

Governo: Caetano Pinto de Miranda Montenegro
N° no Microfilme: 90, 171, 179, 199, 200, 201, 202, 204, 205 e 206.

Ano 1797 Lata A Documentos: 112

Governo: Caetano Pinto de Miranda Montenegro
N° no Microfilme: 25, 42, 55, 71, 77, 83, 85, 94 e 98.

Ano 1797 Lata B Documentos: 171

Governo: Caetano Pinto de Miranda Montenegro
N° no Microfilme: 118, 126, 130 e 170.

Ano 1798 Lata A Documentos: 153

Governo: Caetano Pinto de Miranda Montenegro
N° no Microfilme: 23, 27, 37 e 54.

Ano 1798 a/b Lata B Documentos: 235

Governo: Caetano Pinto de Miranda Montenegro
N° no Microfilme: 41, 48, 53, 63, 66 e 87, 156, 157, 158, 160, 161, 163, 167, 170, 175, 176, 181, 183, 184, 189, 227 e 231.

Ano 1799	Caixa A	Documentos: 164
Governo: Caetano Pinto de Miranda Montenegro		
N° no Microfilme: 44, 75 e 126.		
Ano 1799 a/b	Lata A	Documentos: 182
Governo: Caetano Pinto de Miranda Montenegro		
N° no Microfilme: 02, 76, 88, 118, 120, 161, 165 e 174.		
Ano 1800 a/b	Lata A	Documentos: 248
Governo: Caetano Pinto de Miranda Montenegro		
N° no Microfilme: 60, 61, 137, 138, 140, 185, 189 e 235.		
Ano 1800 a/b	Lata B	Documentos: 207
Governo: Caetano Pinto de Miranda Montenegro		
N° no Microfilme: 02, 04, 13, 20, 25, 33, 37, 41, 95, 126 e 164.		
Ano 1801	Lata A	Documentos: 162
Governo: Caetano Pinto de Miranda Montenegro		
N° no Microfilme: 138 e 146.		
Ano 1801	Caixa A	Documentos: 85
Governo: Caetano Pinto de Miranda Montenegro		
N° no Microfilme: 24 e 25		
Ano 1801	Caixa A	Documentos: 113
Governo: Caetano Pinto de Miranda Montenegro		
N° no Microfilme: 11, 14, 31 e 112.		
Ano 1801 a/b	Lata B	Documentos: 190
Governo: Caetano Pinto de Miranda Montenegro		
N° no Microfilme: 17, 40, e 183.		
Ano 1802	Lata A	Documentos: 103
Governo: Caetano Pinto de Miranda Montenegro		
Nenhuma referência.		
Ano 1802	Lata B	Documentos: 120
Governo: Caetano Pinto de Miranda Montenegro		
N° no Microfilme: 12, 64, 84, 91 e 92.		
Ano 1802 a/b	Lata C	Documentos: 186
Governo: Caetano Pinto de Miranda Montenegro		
N° no Microfilme: 14, 64, 81, 87, 88, 112, 118, 120, 122, 154, 155, 156, 162 e 168.		
Ano 1803	Lata A	Documentos: 128
Governo: Caetano Pinto de Miranda Montenegro e Gov. de Sucessão		
N° no Microfilme: 05, 33 e 123.		
Ano 1803	Lata B	Documentos: 152
Governo: Caetano Pinto de Miranda Montenegro e Gov. de Sucessão		
N° no Microfilme: 51, 52, 59, 63, 66, 73 e 75.		
Ano 1803	Caixa A	Documentos: 67
Governo de Sucessão		
N° no Microfilme: 23 e 40.		

Ano 1804	Lata A	Documentos: 98
Governo: Manoel Carlos de Abreu e Menezes (ficha 09)		
Nenhuma referência		
Ano 1804	Caixa A	Documentos: 78
Governo: Manoel Carlos de Abreu e Menezes		
Correspondência de 08/11		
Ano 1805*	Lata A	
Governo: Manoel Carlos de Abreu Menezes		
Nenhuma referência		
Ano 1805*	Lata B	
Governo: Manoel Carlos de Abreu Menezes		
documentos: 17/03, 22/04 e 13/05/1805.		
Ano 1805*	Caixa A	Fundo: Governadoria
Governo: Caetano Pinto de Miranda Montenegro		
Documentos: 02/08, 23/08, 10/09 e 09/12/1805.		
Ano 1823	Lata A	Documentos: 121
Governo: Junta Governativa		
N° no Microfilme: 77.		
Ano 1823	Caixa A	Documentos: 115
Governo: Junta Governativa		
N° no Microfilme: 50, 53 e 68.		
Ano 1823	Caixa B	Documentos: 158
Governo: Junta Governativa		
N° no Microfilme: 07, 27, 45, 47, 64, 66 e 108.		
Anos: 1751 a 1810		Documentos: 93
Assunto: Bandos (leis, decretos)		
1782 – documento n°: 45 Vila Bela		
1794 – documento n°: 52 Arraial de Sant'anna		
1800 – documento n°: 72 Cuiabá		
1808 – documento n°: 85 Vila Bela		

Imagens digitais públicas (mapas e cartas do período colonial)

Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro – **Quilombo de S. Gonçalo, MG – 1769**. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mssl2_33.jpg Acesso em: 12/05/2007.

Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. **Extension e situacion de los gobiernos de Sta. Cruz de la Sierra, Matogroso, Cuyaba, y pueblos de los indios llamados los Chiquitos**. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart325608.jpg Acesso em: 22/08/2007.

Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. **Mappa de parte do Rio Guaporé, e dos rios Sararé, Galera, S. João e Branco seus braços - Archivo Militar**, [18--]. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart540231.jpg Acesso em: 26 jun 2007.

Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. SIQUEIRA, José Manuel de. **Planta topográfica da nova descoberta da Quina, na Villa do Cuyabá**. [177--].* Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart232291.jpg Acesso em: 22/08/2007.

Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro - **“Plan de Cuyaba, Mato Grosso y pueblos de los Yndyos Chyquytos y S. Cruz: Sacado por orñ. de el S.^{or} Gov.^{or} D.ⁿ Tomas de Lezo”**. [1778]. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart543407.jpg Acesso em: 22/08/2007.

Referências bibliográficas

ASSIS, Edvaldo de. **Os Mapas de Habitantes de Mato Grosso (1768-1872)** – Guia de Pesquisa, FFLCH/USP, São Paulo, 1994.

_____. **O negro e as manifestações culturais em Mato Grosso**. Diário Oficial. Cuiabá, 28 ago. 1986. Suplemento mensal.

BANDEIRA, Maria de L. **Território Negro em Espaço Branco – Estudo Antropológico de Vila Bela**. São Paulo: Brasiliense/CNPq, 1988.

Breve História sobre as Minas de Ouro de Matto-Grosso. Cuiabá: 1905.

CARDOSO, Ciro F. **A brecha camponesa no sistema escravista**. Agricultura, escravidão e capitalismo. Petrópolis: Vozes, 1979.

CASTRILLON, Fabíola B. **Que Mukamba é essa? Estudo sobre a Festa do Congo de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT**. IL/UNEMAT: Cáceres, 2007.

Casa Cor ® Mato Grosso, 2000.

ComCiência – SBPC de 10/09/2003 Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/arqueologia/arg09.shtml> Acesso em: 12 out 2007.

CHAVES, Otávio R. **Escravidão, fronteira e liberdade (resistência escrava em Mato Grosso, 1752 – 1850)**. Dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2000.

COSTA E SILVA, Aberto da. **Um rio chamado atlântico**. A África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

COSTA E SILVA, Paulo P. **Estudo crítico de um documento colonial anônimo**: Notícia do Arraial do São Gonçalo Velho, Forquilha e Minas do Cuiabá. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2005.

_____. **Dicionário biográfico mato-grossense**. Período Colonial – 1524/1822. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2005.

CRIVELANTE, Maria Amélia A. A. **Uma devassa nas Minas: imigração e imoralidade na fronteira mais remota da colônia: Mato Grosso, 1785**. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2006.

Edvaldo de Assis. **Os Mapas de Habitantes de Mato Grosso (1768-1872)** – Guia de Pesquisa, FFLCH/USP, São Paulo, 1994.

Embrapa: O Estado de Mato Grosso – Relevo e vegetação. Disponível em: <http://www.qmdmt.cnpm.embrapa.br/714.htm> Acesso em 10 jul. 2007.

FEITOSA, Beatriz. **Projeto de Especialização em História**. Rondonópolis: Departamento de História/UFMT, 2006.

FIABANI, Adelmir. **Mato, Palhoça e Pilão**. O quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532 – 2004). São Paulo: Expressão Popular, 2005.

FREITAS, Décio. **Escravos & senhores de escravos**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

FUNARI, Pedro P. A. **Arqueologia**. São Paulo: Ática, 1988.

_____. **Heterogeneidade e conflito na interpretação do Quilombo dos Palmares**. Revista de História Regional 6(1), 2001.

_____. e outros. **Identities, discursos e poder: Estudos da arqueologia contemporânea**. São Paulo: Anna Blume, 2005.

FUNES, E. A. **Mocambos do Trombetas – história, memória e identidade**. EA Virtual nº 2. Universidade Federal do Ceará. Disponível em: http://www.ub.edu/afroamerica/EAV2/funes_d.pdf Acesso em 15 mar 2008.

GARCIA, Romyr C. **Mato Grosso (1800-1840): Crise e estagnação do Projeto Colonial**. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia e Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

GUIMARÃES, Carlos M. **O quilombo do Ambrósio: Lenda, documentos e Arqueologia**. Estudos Ibero-americanos. N.21(1-2). Porto Alegre: PUCRS, 1990.

_____. & CARDOSO, Juliana S. Arqueologia do quilombo: Arquitetura, alimentação e arte (Minas Gerais). In: MOURA, C. (Org.) **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: Ed. UFAL, 2001.

HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Versão 1.0. Objetiva, 2001.

IBAMA. Ecossistemas brasileiros – Cerrado. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/ecossistemas/cerrado.htm> Acesso em 10 jul. 2007.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>
Acesso em: 06 set. 2007.

LEVERGER, Augusto. **Apontamentos cronológicos da Província de Mato Grosso**. Cuiabá: IHGMT, 2001.

MACHADO, Maria F. R. Quilombos, Cabixis e Caburés: índios e negros em Mato Grosso no século XVIII. ABA (25ª Reunião – GT 48): Goiânia, 2006.

MARX, Karl. & ENGELS, F. **A ideologia alemã** (Feuerbach). São Paulo: Grijalbo, 1977.

MENDES Jr. e outros. **Brasil História – texto e consulta**. 4ª. São Paulo: Brasiliense, 1982. vol. 1. Colônia.

MEIRELES, Denise M. **Guardiães da Fronteira: Rio Guaporé, século XVIII**. Petrópolis: Vozes, 1989.

MIRANDA, E. E. de; (Coord.). **Brasil em Relevô**. Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2005. Disponível em: <http://www.relevobr.cnpm.embrapa.br>. Acesso em: 5 ago. 2007.

MORALES, W. F. **A Escravidão Esquecida: A Administração Indígena em Jundiá durante o século XVIII**. Dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MOREIRA, Maria L. C. & VASCONCELOS, Tereza N. N. (org. e real.). **Mato Grosso: solos e paisagens**. SEPLAN-MT/Entrelinhas: Cuiabá, 2007.

MOURA, Clóvis. **A história do trabalho no Brasil ainda não foi escrita**. São Paulo: Revista Princípios, 1995.

_____. **Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. São Paulo: Zumbi, 1959.

_____. **Quilombos – Resistência ao Escravismo**. São Paulo: Ática, 1987.

MOURA, Maria. (coord.). **Uma história do Povo Kalunga**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental – MEC/SEF, 2001.

Mulheres Guerreiras Capoeiras. Disponível em: <http://www.capoeiranacao.org/HeroisMitos/Mulheres01.aspx> Acesso em: 26 out. 2007.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 16ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PINSK, J. e outros. **O Ensino de História e a Criação do Fato**. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

Problemas Brasileiros. (nov./ dez.) 1997.

RADAMBRASIL. **Projeto de Integração Nacional**. Levantamento de recursos naturais. Vol. 27. Folha SE. 21 Corumbá e parte da folha SE.20. Rio de Janeiro, 1982.

REIS, João J. **Quilombos e revoltas escravas no Brasil**. Revista USP, São Paulo, n. 28, p. 15-39, 1995/96.

_____. & GOMES, Flávio S. (Orgs.) **Liberdade por um fio. História dos Quilombos no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

REIS, Maria C. G. **Reflexões sobre a construção da identidade negra num quilombo pelo viés da História oral**. GT: Afro-brasileiros e Educação/nº 21. Disponível em: <http://www.lpp-uerj.net/olped/documentos/0765.pdf> Acesso em 25 mar 2008.

RIBEIRO, Darcy. **O povo Brasileiro**. 2ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

RONDON, Cândido M. da S. **Índios do Brasil do Centro, Noroeste e Sul de Mato Grosso**. Vol. I. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Proteção aos Índios/Ministério da Agricultura, 1946.

ROSA, João H. **As Culturas Oral e Material entre Canjinjins e Tererés – Os Quilombos no século XVIII entre Arqueologia e relatos de remanescentes quilombolas na região de Vila Bela da Santíssima Trindade**. Monografia, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis/MT, 2003.

SCHWARCZ, Lília M. & REIS, Leticia V. S (orgs). **Negras Imagens: ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil**. São Paulo: EDUSP, Estação Ciência, 1996.

SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru: Edusc, 2001.

SEPLAN/MT – Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral do Estado de Mato Grosso. Zoneamento Econômico Ecológico. 2008.
Disponível em: <http://www.seplan.mt.gov.br/>

SILVA, A. L. da. **Uma Pedagogia da Oralidade: Os Caminhos da Voz em Vila Bela**. Dissertação de mestrado, Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2002.

SILVA, J. V. **Mobilidade populacional na fronteira oeste de colonização**. História do Brasil – variável regional: Mato Grosso. Cuiabá: KCM, 2005.

_____. **Quilombo: Uma Povoação Interessante**. *Em História & Perspectivas - Revista dos Cursos de Graduação e do Programa de Pós-graduação em História*. Uberlândia: Edufu, jul./dez. 2001/ jan./jul. 2002.

VOLPATO, Luiza R. R. **A Conquista da Terra no Universo da Pobreza**. SP: HUCITEC, 1987.

ZANETTINI, Paulo E. **Projeto "Etnoarqueologia do Negro no Mato Grosso"**. São Paulo: 1987. Cópia reprografada do original.

ZARANKIN, Andrés. ACUTO, Félix A. **Sed Non Satiata: Teoría Social en la Arqueología Latinoamericana Contemporánea**. Buenos Aires: Ediciones Del Tridente, 1999.

WANDERLEY, L. J. M. **Da senzala ao quilombo: a construção de territórios alternativos a escravidão no rio Trombetas - PA**. *Em Anais do I Encontro da Rede de Estudos Rurais*. Niterói-RJ: Rede Rural/UFF, 2006.

Texto e imagens digitais compostos e editados em programas e versão de sistema operacional aberto, livre e gratuito.

- Sistema Operacional: **Ubuntu 8.0** (Linux)
Disponível em: <http://www.ubuntu-br.org/>



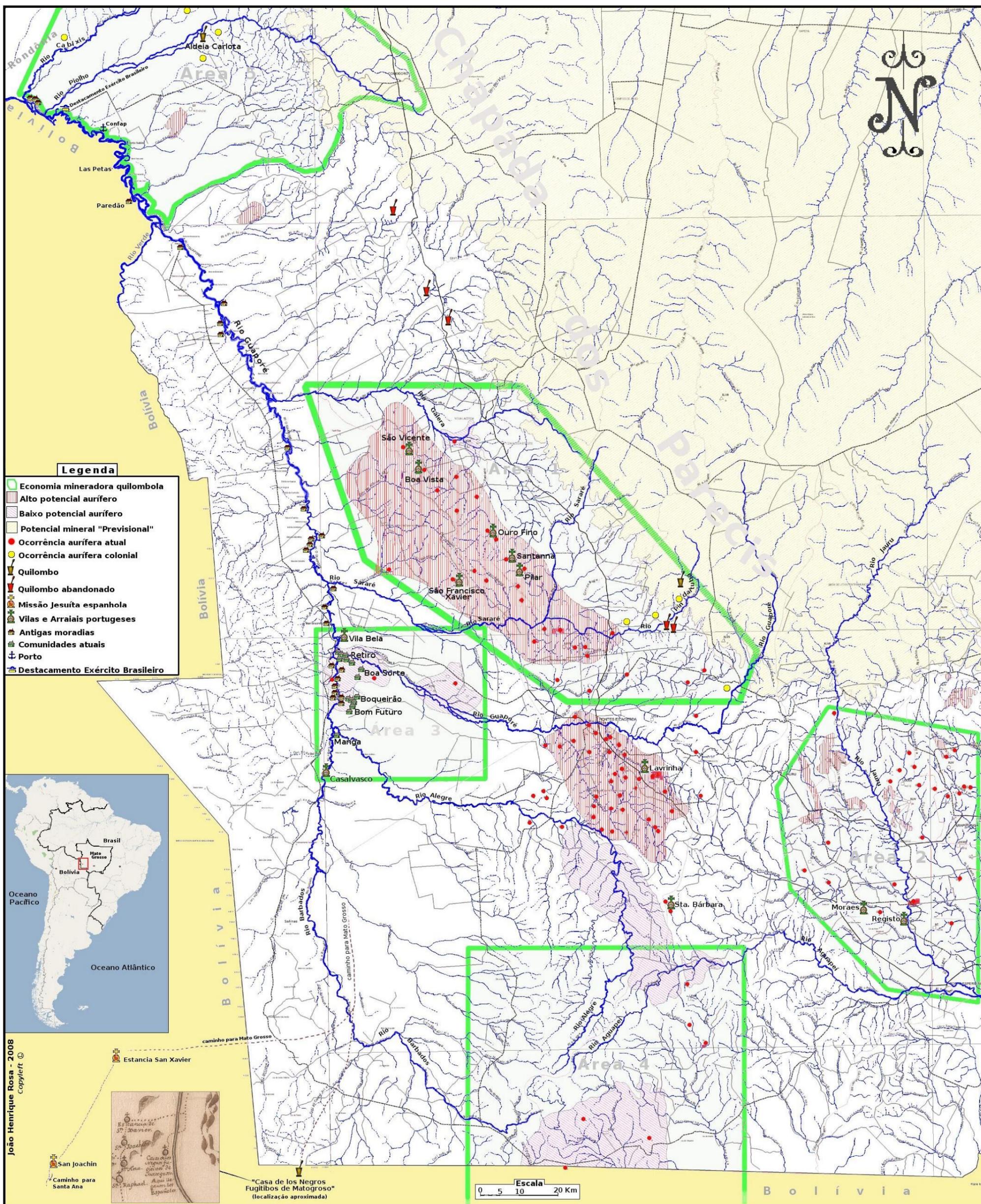
- Editor de texto: **BrOffice.org 3.0** (pacote de escritório)
Disponível em: <http://www.openoffice.org/>



- Manipulação de imagens: **GIMP 2.6.1** (GNU *Image Manipulation Program*) – baseado na Licença Pública Geral da GNU (GNU *General Public License*) – Disponível em: <http://www.gimp.org/>



Obs.: Arquivos exportados como formato de documento ODF para Windows™.



Fonte: Mapa base Seplan/MT 2008. Modificado por Rosa, 2008.

Figura 25 – Cartograma geral – Economia mineradora quilombola guaporeana colonial (século 18) sobre base cartográfica atual.



“Mapa de parte do Rio Guaporé, e dos rios Sararé, Galera, S. João e Branco seus braços: no qual era lançada a derrota da diligencia que fez o Alferes Francisco Pedro de Mello no anno de 1795, navegando pelo Rio Branco até perto do seu nascimento...”

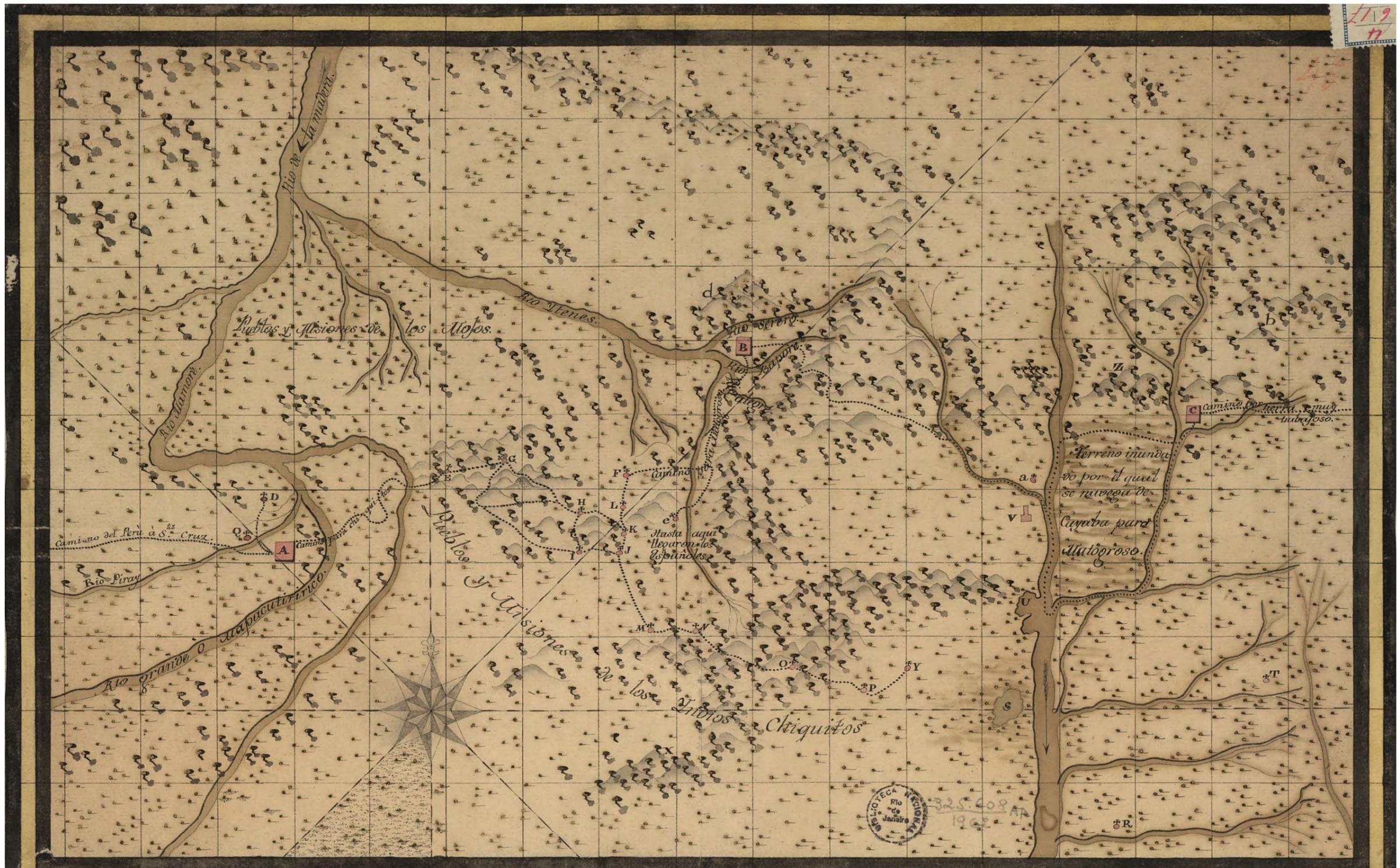
Publicador:
Archivo Militar,

Data: [18--]

Disponível em:
http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/art540231.jpg

Acesso em: 22/08/2007.

Fonte: Biblioteca Nacional/2005.



Extension y Situacion de los Gobiernos de S^{ta} Cruz de la Sierra, Matogrosso, Cuyaba, y Pueblos de los Indios llamados los Chiquitos. Año de 1789.

A. Santa Cruz de la Sierra.	H. Pueblo de S ⁿ Yonacio.	O. Pueblo de Santiago.	U. Lago de Caracara.
B. Matogrosso.	I. Pueblo de S ⁿ Atiquel.	P. Pueblo del Corazon de Jesus.	V. Marco de Limites.
C. Cuyaba.	J. Pueblo de S ⁿ Rafael.	Q. Pueblo llamado Porompos.	X. Cerro del Tód.
D. Pueblo de buena vista o Desposorios.	K. Pueblo de S ^{ta} Ana.	R. Pueblo de N. ^a S. ^a de Belem de los Athayas.	Y. Estancia donde mataron los Guaicuruis al P. ^o Ant. ^o Guasp.
E. Pueblo de S ⁿ Xavier.	L. Estancia de S ⁿ Joaquin.	T. Poblacion Portuguesa.	Z. Minas de Diamantes.
F. Estancia de S ⁿ Xavier.	M. Pueblo de S ⁿ Josef.	S. Laguna de la Cruz.	a. Estancia sin nombre.
G. Pueblo de la Concepcion.	N. Pueblo de S ⁿ Juan.		

“Extension e situacion de los gobiernos de Sta. Cruz de la Sierra, Matogrosso, Cuyaba, y pueblos de los indios llamados los Chiquitos”

Data: 1789

Disponível em:
http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart325608.jpg

Acesso em:
 22/08/2007.

Fonte: Biblioteca Nacional/2005.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)